

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A (re)produção do espaço e a prática “política” do movimento
ambientalista: um estudo a partir da Associação Mineira de Defesa
do Ambiente (AMDA).**

Por:

Maria Diana de Oliveira

Belo Horizonte
Agosto de 2007

Maria Diana de Oliveira

**A (re)produção do espaço e a prática “política” do movimento
ambientalista: um estudo a partir da Associação Mineira de Defesa
do Ambiente (AMDA).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito Parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.
Área de concentração: Organização do Espaço.
Orientador: Professor Dr. Sérgio Martins.

Belo Horizonte
Instituto de Geociências
2007

Dedico este trabalho ao meu companheiro Geraldo,
aos meus pais, irmãos e irmãs.

Agradecimentos

Para além do resultado escrito de um trabalho acadêmico estão as relações constituídas e/ou reforçadas pela existência dele. São relações de desprendimento, de cooperação, de amizade, de solidariedade que pude vivenciar neste período dedicado a esta pesquisa. A todos que fizeram parte deste percurso, a minha gratidão.

Alguns, porém fizeram este percurso junto comigo e foram fundamentais para a sua realização.

A minha gratidão ao meu orientador Sérgio Martins que compartilhou muitas das angústias envolvidas neste processo. A sua leitura criteriosa, as suas sugestões acertadas, o seu respeito pela escrita e pela pesquisa e o seu otimismo apresentam um norte para a pesquisa e para a vida. Muito grata pela confiança que depositou em mim, desde a apresentação do projeto para ingressar na pós-graduação.

Gostaria também de agradecer a Doralice Barros Pereira e a José Geraldo Pedrosa pelas sugestões, indicações bibliográficas além da amabilidade com a qual participaram do meu Seminário de Dissertação.

Gostaria de lembrar minha querida colega Ivanice, pela serenidade e pelas sugestões compartilhadas neste período.

Não poderia esquecer a Gláucia que entre as idas e vindas do trabalho discutiu comigo alguns pontos relevantes desta pesquisa. Tenho aprendido muito com ela, assim como com meus alunos nas bancas de monografia no Unicentro Newton Paiva.

Agradecimento especial ao Claudinei Lourenço que leu e deu sugestões ao meu projeto de dissertação por ocasião das avaliações para entrada no mestrado, ao Eliano que me incentivou a fazer esta pesquisa e ao William que generosamente sempre disponibilizou materiais.

Não posso deixar de lembrar daqueles com quem faço interlocução desde que terminei a minha monografia: os diversos integrantes da Rede Alerta Contra o Deserto Verde de diversas entidades, mas também dos diversos rincões destes campos gerais. Esta pesquisa foi estimulada pela atuação corajosa deste movimento!

Meus agradecimentos aos diversos entrevistados, aos que indicaram entrevistas, aos que sugeriram textos. Aqui especialmente agradeço ao Carlos Dayrel do Centro de

Agricultura do Norte Minas, ao Winne da Fase Espírito Santo, ao Geraldo e Grace de Curvelo e a Sinara de Felixlândia, à Marcilene e Hélio da Comissão Pastoral da Terra, ao René Vilela, ao Carlos Eduardo Mazzeto, ao Otávio Freitas e ao Frey Gilvander, ao Tobias Smith que me cedeu muitas fotos, a Elizabete Lino da AMDA, sempre muito atenciosa. Muito grata a Ricardo Santiago pela entrevista e pelos materiais cedidos para discussão sobre a mina de Capão Xavier.

A minha família meus calorosos agradecimentos. Minha gratidão ao meu companheiro pela paciência, por contribuir nas minhas andanças, pelo zelo sempre presente, enfim por ser uma companhia generosa. Aos meus irmãos e irmãs, pai e mãe que sempre me incentivaram e souberam entender as minhas ausências. Minha mãe sempre preocupada se estava dando conta, minha irmã Eulália, que “sabe tudo que escrevi sem precisar ler o texto”. Minha irmã Leninha sempre tão empolgada com meu envolvimento acadêmico. Meu irmão especial que apesar de passar por tantos problemas é sempre um alento para o meu coração.

A todos o meu carinho.

Epígrafe

[...] a tarefa da história, depois que o outro mundo da verdade se desvaneceu, é estabelecer a verdade deste mundo. A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é desmascarar a auto-alienação humana nas suas formas não sagradas, agora que ela foi desmascarada na sua forma sagrada. A crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito, e a crítica da teologia em crítica da política.

Karl Marx, Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução, p. 146.

SUMÁRIO

Dedicatória.....	IV
Agradecimentos.....	V
Epígrafe.....	VII
Sumário.....	VIII
Lista de Siglas e abreviaturas.....	X
Lista de Figuras.....	XIII
Lista de Fotos.....	XV
Lista de Mapas.....	XVI
Resumo.....	XVII
INTRODUÇÃO.....	18
I. O DESENCADEAMENTO DO MOVIMENTO AMBIENTAL.....	34
I.1. O CONTEXTO DE SURGIMENTO DO MOVIMENTO AMBIENTAL E SEUS ANTECEDENTES.....	34
I.2. OS DEBATES E DESCAMINHOS DO AMBIENTALISMO: O AMBIENTALISMO NO BRASIL.....	54
I.3. AS ORGANIZAÇÕES NÃO – GOVERNAMENTAIS E O ESTADO.....	66
2. A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO EM MINAS GERAIS E A PRÁTICA “POLÍTICA” DA AMDA.....	78
2.1. A ATUAÇÃO DA AMDA E AS BASES FRÁGEIS DO AMBIENTALISMO.....	78
2.1.1 <i>A Lista Suja</i>	83
2.1.2 <i>A AMDA na Lista Suja?</i>	90
2.1.3 <i>Representação da sociedade civil organizada por meio da AMDA, retorno à representação liberal clássica</i>	99
2.2. AS BASES DA GESTÃO AMBIENTAL EM MINAS GERAIS.....	109
2.2.1 <i>O conservacionismo e a tecnoburocracia ambiental</i>	109
2.2.1.1 <i>A afirmação da tecnoburocracia através da técnica</i>	117
2.2.2 <i>A composição do COPAM</i>	122
2.3. AMDA E EMPRESAS: UMA SIMBIOSE CONTRADITÓRIA?.....	129
2.3.1 <i>A AMDA e os sociojurídicos</i>	129

2.3.2 Parcerias entre AMDA e empresas.....	145
2.4 A QUESTÃO AMBIENTAL MEDIADA PELA TROCA: A MINA DE CAPÃO XAVIER.....	161
2.4.1 A mineração de ferro: a criação da MBR.....	161
2.4.2 A mina de Capão Xavier.....	165
2.4.2.1 Análise das informações do processo de licenciamento.....	172
3. NOVOS CIRCUITOS DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL: A SILVICULTURA DE EUCALIPTO E A FINANCEIRIZAÇÃO ECOLÓGICA....	185
3.1 A IMPLANTAÇÃO DA SILVICULTURA E A ATUAÇÃO DO ESTADO.....	185
3.2 O AVANÇO DO EUCALIPTO EM MINAS GERAIS.....	193
3.3 CONSENSOS E RESISTÊNCIAS.....	200
3.4 A FINANCEIRIZAÇÃO ECOLÓGICA E A CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL.....	220
3.4.1 As estratégias utilizadas para a expansão do cultivo de eucalipto.....	220
3.4.2 A certificação florestal e o mercado de carbono.....	224
3.4.2.1 O Conselho de Manejo Florestal – FSC.....	234
3.4.2.1.1 As empresas certificadas avaliadas.....	238
3.4.2.2 Por onde andam as práticas instituintes?.....	243
CONSIDERAÇÕES FINAIS: AMDA, ONG, ESTADO – OS SENTIDOS DA QUESTÃO AMBIENTAL PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO...	261
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	278

Lista de siglas e abreviaturas

ACELN – Associação Cultural e Ecológica Lagoa do Nado

ACM – Associação Comercial de Minas

ALMG – Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

AMDA – Associação Mineira de Defesa do Ambiente

AMS – Associação Mineira de Silvicultura

ASA – Associação do Semi-árido

APP – Área de Preservação Permanente

CAA – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CAP – Câmara de Atividades Agrossilvopastoris

CCN – Centro para Conservação da Natureza

CETEC – Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CECA – Conselho Estadual de Controle Ambiental

CEDITUR – Centro de Documentação e Informação Turística

CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos

CEMEPAF – Centro Mineiro de Estudo e Pesquisa sobre Ambiente e Florestas

CEPEDES – Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia

CID – Câmara de Atividades de Infra-Estrutura

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNEA – Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas

COP – Conferência das Partes

COPAM – Conselho de Política Ambiental

CPA – Câmara de Política Ambiental

CPB – Câmara de Proteção à Biodiversidade

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRH – Câmara de Recursos Hídricos

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAE – Departamento de Água e Energia

DCE – Diretório Central de Estudantes

DESA – Departamento de Engenharia e Saneamento

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

FIEMG – Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais

FISET – Fundo de Investimentos Setoriais

FITIEMG – Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativa do Estado de Minas Gerais

FSC – Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal)

FACE – Faculdade de Ciências Econômicas

FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

GWP – Global Warming Potencial (Potencial de Aquecimento Global)

GVI – Grupo Verde Integral

GESTA – Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais

GECT – Grupo Executivo de Ciência e Tecnologia

GEE – Gases de Efeito Estufa

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IEF – Instituto Estadual de Florestas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEF – Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais

ITER – Instituto de Terras

IPCC – Painel on Climate Change (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima)

IETA – International Emissions Trading Association

ICB – Instituto de Ciências Biológicas

IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil

IGAM – Instituto de Gestão das Águas

ISO – International Standardization Organization (Organização Internacional para padronização)

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM- Clean Mechanism Developen)

OMM – Organização Meteorológica Mundial

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNPC – Plano Nacional de Papel e Celulose

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PSNCV – Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal

PCF – Protótipo de Carbono

RURALMINAS – Fundação Rural Mineira – Colonização de Desenvolvimento Agrário

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

RCEs – Reduções Certificadas de Emissões

SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente

SE MAD – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

SECT – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

SEIT – Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo

SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SOM – Sociedade Ornitológica

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

WRM – World Rainforest Movement (*Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais*)

Lista de Figuras

Capítulo I

Figura 1: Capa do Jornal da AMDA cujo destaque é a desobediência à legislação ambiental-----	44
Figura 2: Panfleto do evento “Seminário Internacional: Indicadores Ambientais”-----	74
Figura 3: Divulgação de evento de articulação de Imposto de Renda Ecológico com a presença da AMDA-----	76

Capítulo 2

Figura 1: Protesto contra a destruição da Amazônia organizado pela AMDA.-----	82
Figura 2: Página da AMDA, acesso em 19/07/2007-----	83
Figura 3: Fragmento publicitário da lista suja 2004-----	85
Figura 4: Lista Suja 2005-----	86
Figura 5: Fragmento de publicidade dos integrantes da Lista Suja 2006-----	87
Figura 6: Fragmento publicitário cujo destaque é não fazer parte da Lista Suja da AMDA-----	90
Figura 7: Fragmento publicitário da Celulose Nipo-Brasileira S. A. (CENIBRA) ressaltando a necessidade do eucalipto-----	95
Figura 8: Destaque para o período que “não havia ONGs ambientalistas”-----	130
Figura 9: Destaque para a década de 90, quando ocorre o “diálogo entre as ONGs ambientalistas e as empresas”.-----	131
Figura 10: Ênfase nos recursos tecnológicos utilizados para reutilização da água no circuito produtivo.-----	133
Figura 11: Fragmento publicitário que associa preservação ambiental e cotidiano.-----	134
Figura 12: Ressalta a associação entre tecnologia e a melhoria do ambiente.-----	134
Figura 13: Anúncio cujo enfoque é parceria com a AMDA e o investimento em tecnologia para preservar a existência.-----	135
Figura 14: Fragmento publicitário da Bunge Fertilizantes cujo enfoque é a parceria com a AMDA.-	135
Figura 15: Fragmento publicitário da Samarco associando a sua imagem à da AMDA.-----	136
Figura 16: Fragmento publicitário da Plantar parabenizando a AMDA pelos seus 25 anos.-----	136
Figura 17: Fragmento publicitário da Votorantim Metais.-----	137
Figura 18: Fragmento publicitário da Acesita onde sua imagem aparece associada à da AMDA.---	138
Figura 19: Fragmento de anúncio cujo enfoque é a associação da empresa com a AMDA.-----	140
Figura 20: Croqui sem escala A RPPN do Jambreiro corresponde à área em verde na figura abaixo-----	147
Figura 21: Destaque para o CEA Jambreiro e monitoramento da fauna mina de Capão Xavier-----	149
Figura 22: Seqüência de três fotos apresentando cartazes que recobram elementos característicos da história do lugar.-----	152
Figura 23: “Consumo consciente é a única saída para o século XXI: estudos indicam que se o nível de consumo continuar crescendo o esgotamento do planeta virá antes do fim do século”-----	157
Figura 24: Exposição de informações da AMDA sobre o aquecimento global e dicas para diminuir.-----	160
Figura 25: Croqui sem escala, propriedades da MBR na APASUL-----	165
Figura 26: Localização da Mina de capão Xavier-----	166

Figura 27: Croqui sem escala, destaque para a localização do ribeirão da Mutuca -----	168
Figura 28: Croqui sem escala, destaque para a localização do ribeirão de Fechos -----	169
Figura 29: Captação da Mutuca -----	173
Figura 30: Áreas de minas da MBR e pontos de captação de água -----	174
Figura 31: Croqui sem escala, terrenos da MBR agregados ao Parque Estadual Serra do Rola Moça e Estação Ecológica de Fechos-----	176
Figura 32: Propaganda das áreas de proteção da empresa, incluindo a Estação Ecológica de Fechos e o Parque Estadual Serra do Rola Moça.-----	178

Capítulo 3

Figura 1: Distritos Florestais de Minas Gerais-----	190
Figura 2: Fragmento publicitário cuja centralidade é veicular a idéia de que o eucalipto consome mais água do que plantas.-----	206
Figura 3: Comparativo do consumo de água do eucalipto com outros biomas-----	207
Figura 4: Exportação brasileira de produtos de base florestal – 1998.-----	209
Figura 5: Fotos mostrando desvio de estrada aumentando o percurso em 5 Km até Curvelo.-----	215
Figura 6: Impactos apontados por moradores locais-----	216
Figura 7: Carta produzida por integrantes da Rede Alerta Contra o Deserto Verde-----	218
Figura 8: Manifesto contra o deserto verde e a favor da vida-----	219
Figura 9: Evento relacionado ao comércio de emissões.-----	232
Figura 10: Evento do IETA (Associação Internacional de Comércio de Emissões de Gases), associação cujo objetivo é viabilizar o funcionamento do mercado de redução de emissões de gases de efeito estufa. -----	233
Figura 11: Fragmento publicitário da Sindifer associando a produção de ferro gusa com o uso de carvão vegetal à diminuição do aquecimento global.-----	234
Figura 12: Vista aérea dos maciços de eucalipto da V&M Florestal e o encerramento da localidade de Canabrava.-----	246
Figura 13: Fotos de áreas da V&M Florestal mostrando degradação da água e plantios em APP-----	249
Figura 14: Leito de rio e várzea secos em área da V&M-----	250
Figura 15: Fornos da V&M em Felixlândia e leito de rio seco em Bocaiúva-----	251
Figura 16: Embalagem de produto destacando o selo do FSC-----	254
Figura 17: Fragmento publicitário da SGS ICS Certificadora Ltda.-----	257
Figura 18: Fragmento publicitário cuja centralidade é divulgar a imagem de certificação com proteção da natureza.-----	258
Figura 19: Panfleto de evento organizado pelo FSC sobre produtos certificados-----	259

Lista de Fotos

Capítulo 2

Foto 1: Alunos percorrendo uma trilha ecológica na mata do Jambreiro.....	148
Foto 2: Slogan de Catas Altas “ Cidade Histórica e Ecológica” registrado em um ônibus de transporte escolar.....	150
Foto 3: Marco indicativo da Estrada Real.....	151
Foto 4: Centro de Catas Altas, vista da Serra.....	153
Foto 5: Área minerada X proteção ambiental.....	155
Foto 6: Placa presente no CEA Jambreiro.....	158
Foto 7: Explosões na mina de Capão Xavier.....	184
Foto 8: Vista da mina de Capão Xavier já em operação.....	184

Capítulo 3

Foto 1: Corte mecanizado, substitui o trabalho de aproximadamente 70 homens.....	197
Foto 2: Carregamento de caminhões	198
Foto 3: Carvoaria mecanizada.....	199
Foto 4: Plantio de eucalipto que apresenta faixas de mata nativa denominada corredores ecológicos.....	210
Foto 5: Nascente do rio Buriti, município de Felixlândia.....	211
Foto 6: Vista da nascente do rio Buriti.....	212
Foto 7: Solo exposto após o corte do eucalipto.....	212
Foto 8: Manifestação da Rede Alerta Contra o Deserto Verde	220
Foto 9: Área de eucalipto da V&M Florestal sem sub-bosque.....	248
Foto 10: Destaque do Selo do FSC, entrada de fazenda da V&M Florestal.....	255

Lista de Mapas

Capítulo 3

Mapa I: Área plantada com eucalipto e outras espécies de pinheiros em Minas Gerais-----|9|

Resumo

Nas últimas décadas a reprodução do espaço passou a ser discutida pela sociedade e pelo Estado tendo em vista a denominada “questão ambiental”. Neste processo as ONGs ambientalistas se tornaram os grupos preferenciais de discussão, como mediadores da sociedade civil e do Estado. Entretanto, tal mediação tem apresentado suas contradições, sobretudo, quando estão em debate a reprodução ampliada do capital e alternativas de produção do espaço ainda apoiadas no uso, ou quando tal reprodução coloca em risco elementos vitais como a água. A escolha em priorizar a reprodução do capital, tendo como referência a legalidade, a técnica e a necessidade de consumo, tem colocado em xeque a prioridade de defesa coletiva ao meio ambiente colocada por entidades como Associação de Defesa do Ambiente (AMDA), que representa a sociedade civil em várias instâncias definidoras dos rumos deste processo. Nesta acepção tem se como objetivo desta pesquisa analisar (o)s sentido(s) da questão ambiental no processo de reprodução do espaço na atualidade, tendo como referência a prática “política” da AMDA.

INTRODUÇÃO

Nós só conhecemos uma ciência, a ciência da história. A história pode ser vista por dois lados: ela pode ser dividida em história da natureza e história do homem. Os dois lados, porém, não devem ser vistos como entidades independentes. Desde que o homem existe, a natureza e o homem se influenciam mutuamente. (Karl Marx e Friedrich Engels. A ideologia alemã).

O desejo de compreender o processo de reprodução do espaço, bem como sua relação com a problemática ambiental, remonta à pesquisa de monografia¹ por mim desenvolvida no curso de graduação em geografia. Nessa ocasião, tratei dos processos e conflitos relativos às mudanças no mundo do trabalho e as repercussões para os trabalhadores da monocultura de eucalipto no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Queria entender como um espaço estigmatizado pela miséria comportava espaços altamente tecnificados, com empresas de capital estrangeiro. Enfim, quais eram as estratégias de extração de riqueza da miséria e a relação do espaço local com o global. Tive, então, contato com diversos movimentos sociais que discutiam as consequências socioambientais dessa monocultura. Fiquei surpresa ao saber que tais movimentos não recebiam o rótulo de ambientalistas. Em contrapartida, a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) era apontada pelos líderes dos movimentos como grande defensora da monocultura de eucalipto em Minas Gerais, pois promovia seminários e divulgava notas em jornais ressaltando o avanço técnico alcançado pelas empresas monocultoras no manejo da atividade². De fato, pude presenciar, por ocasião do seminário promovido pela AMDA, em abril de 2003 (cujo tema foi *Plantações Florestais*:

¹ OLIVEIRA, M. D. *A chama do trabalho no circuito do eucalipto Vale do Jequitinhonha – MG*. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia do Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

² Em 1995, existiu resistência por parte de diversas organizações sociais em participar de um seminário promovido pela AMDA sobre a monocultura de eucalipto. Em ofício endereçado à AMDA, as organizações alegaram que a pauta do evento não contemplava os problemas enfrentados por aqueles prejudicados com tal atividade.

*uma Visão Global*³), a discussão levantada pela Superintendente Executiva da entidade, Maria Dalce Ricas, que apontava o plantio de eucalipto feito pelas empresas como favorável à diminuição da pressão sobre as florestas nativas, destacando o progresso alcançado através do plantio de eucalipto intercalado com florestas nativas - os chamados *corredores ecológicos*. Ressaltava que os prejuízos ambientais provocados pelo eucalipto são semelhantes aos de outros cultivos.

A AMDA também se posicionou a respeito do projeto de lei sugerido por integrantes da Rede Alerta Contra o Deserto Verde⁴, apresentado à Assembléia Legislativa de Minas Gerais⁵ determinando a suspensão dos plantios de eucalipto até a efetivação do Zoneamento Ecológico Econômico de Minas Gerais. A Superintendente Executiva da AMDA, na ocasião, fez os seguintes comentários:

A entidade é totalmente favorável ao plantio de florestas de rápido crescimento, desde que não se suprima florestas nativas e que sejam feitos de acordo com princípios e medidas ambientais corretas, e não consegue nem imaginar a suspensão dos plantios até que o zoneamento seja efetivado. Segundo ela, a Lei 10.561/91, sucedida pela Lei 14.309/00, já determina o zoneamento ecológico do território mineiro e isto nunca foi realizado. “Mesmo que [o] Estado tivesse recursos para isto, trata-se de um processo muito demorado. Diante da escassez de madeira, é inadmissível a idéia de suspender o plantio de eucalipto no estado, sob pena de prejuízos econômicos e sociais incalculáveis. Temos instrumentos técnicos e legais para garantir que os plantios sejam feitos de forma correta”, garante Maria Dalce.⁶

As discordâncias envolvendo a AMDA, outros movimentos e entidades também ocorreram por ocasião da certificação ambiental de algumas empresas do

³ II Seminário Nacional Plantações Florestais - Uma visão global. O setor florestal em debate enfoque Eucalipto. Período: 7, 8, e 9 de abril de 2003. Local: Parque Municipal Américo René Giannetti, Teatro Francisco Nunes, Belo Horizonte, Minas Gerais. A transcrição dos palestrantes e debatedores está disponível em: < <http://www.amda.org.br> > Acesso em 01 de junho de 2006.

⁴ A Rede Alerta Contra o Deserto Verde articula diversos movimentos, associações, ONGs e sindicatos que lutam contra a expansão da monocultura de eucalipto no Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esta articulação é um apoio a mais às resistências locais à destruição de modos de vida e de usos do espaço de forma diferenciada à ordem global.

⁵ PL 1071/2003. Encaminhado pelo deputado Rogério Correia (da bancada do Partido dos Trabalhadores) com o objetivo de atrasar o processo de expansão da monocultura em Minas Gerais e incentivar o debate.

⁶ ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE SILVICULTURA. Para a AMDA o PL tem erros essenciais. Belo Horizonte: Edição 01, Novembro e Dezembro de 2003, p. 8.

setor monocultor. Nessa ocasião, a AMDA foi convidada pela certificadora Scientific Certification Systems (SCS)⁷ a se posicionar sobre a certificação da Plantar S.A. Reflorestamento e, na ocasião, não mencionou os conflitos existentes entre a empresa e os moradores locais, quando estes já eram amplamente divulgados, inclusive com alguns deles chegando a ser investigados através de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das carvoarias, instalada pela Assembléia Legislativa, em setembro de 2001, para investigar tal setor.⁸ Na verdade, a empresa⁹ estava com pendências relativas às relações de trabalho, além de diversos conflitos com os moradores próximos às suas áreas, seja por contaminação de águas, desmate de nascentes e desvio de estrada e contaminação de água pela instalação de um viveiro de mudas de eucalipto.

Esse posicionamento, favorecendo tal atuação empresarial, também foi denunciado por integrantes de outros movimentos por ocasião de diversos licenciamentos das Minerações Brasileiras Reunidas (MBR). Um exemplo de grande repercussão foi a denúncia feita pelo Movimento Capão Xavier Vivo sobre o processo de licenciamento da mina de Capão Xavier¹⁰. A implantação desta mina, localizada no município de Nova Lima, para exploração de 173 milhões de toneladas de minério de ferro, no período de vinte anos, pela MBR é considerada, pelo Movimento Capão Xavier Vivo, uma ameaça ao abastecimento público de água de Belo Horizonte, porque ela se localiza numa área de recarga hídrica de mananciais que abastecem não só a capital, mas parte da região metropolitana. À época do licenciamento do projeto de implantação da mina de Capão Xavier, a AMDA avaliou que a MBR estava seguindo os procedimentos legais do empreendimento e, enquanto membro da Câmara de

⁷ Esta certificadora adota os critérios do Conselho de Manejo Florestal (FSC - Forest Stewardship Council). Este selo foi desenvolvido para produtos derivados de floresta. A liberação deste selo, a partir de 1996 para plantações florestais tem provocado amplo debate. O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) publicou resultado de uma pesquisa nas localidades destas empresas apontando que elas não se adequam aos critérios adotados por esse selo. Esse selo adquiriu credibilidade no contexto dos organismos internacionais por contar com a participação, na sua constituição, do setor empresarial, estatal e das ONGs. Ele é utilizado pelo Banco Mundial nos processos de liberação dos chamados créditos de carbono.

⁸ O relatório final desta CPI, aprovado em 13 de junho de 2002, assinalou que as empresas do setor fogem das responsabilidades trabalhistas ao contratarem serviços terceirizados como atividade-fim e que são ilícitas.

⁹ Na ocasião, estava em discussão a re-certificação da Plantar S.A. Reflorestamentos.

¹⁰ O Movimento Capão Xavier Vivo é um movimento social que congrega diversas pessoas e entidades na luta pela preservação do meio ambiente e dos mananciais de abastecimento público da Região Metropolitana de Belo Horizonte: Ribeirões de Fechos, Mutuca, Catarina e Barreiro, integrantes do sistema Alto Rio das Velhas. Disponível em: <<http://www.capaoxaviervivo.org>>. Acesso em: 01 jun. 2006. A origem do movimento ocorreu na ocasião dos processos de instalação da Mina de Capão Xavier, localizada no município de Nova Lima, Minas Gerais.

Mineração do Conselho de política Ambiental (COPAM), por ocasião da Licença Prévia e da Licença de Instalação, votou favoravelmente. A propósito, a declaração da Superintendente Executiva da AMDA, Maria Dalce Ricas, se posicionando sobre este processo:

À luz dos fatos apresentados durante todo o processo de licenciamento, foram apresentadas evidências de que as principais questões técnicas apontadas foram adequadamente equacionadas e que os riscos ambientais envolvidos estavam dentro dos limites aceitáveis para esse tipo de empreendimento.¹¹

Por outro lado, a despeito desta afirmação, existe uma lei estadual¹² que proíbe a exploração de minério em área de captação de água para abastecimento público.

Ganham maior relevância as posições da AMDA quando avaliamos que esta foi uma das primeiras Organizações Não Governamentais (ONGs) fundada em Minas Gerais para lutar contra problemas ambientais. Fundada em 1978, e com ampla atuação ainda hoje, é considerada por ativistas do movimento ambiental e mesmo pelo Estado como a principal ONG ambientalista de Minas Gerais. Em decorrência da sua longa e forte atuação constituiu (e ainda constitui) referencial para outras ONGs ambientalistas que surgiram em Minas Gerais. Esta citação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável confirma a importância da entidade:

A atuação da AMDA tem reconhecimento do movimento ambientalista mineiro. Segundo Bastos, representante da Biodiversitas, o papel que a AMDA desenvolve é bastante significativo [...] A AMDA constitui-se hoje, em um importante referencial para outras ONGs que emergiram no interior do Estado, estimulando sua participação junto às comunidades. Seus

¹¹ AMBIENTE HOJE. A posição da AMDA em relação a Capão Xavier. Belo Horizonte: AMDA, Ano XV, n. 104, Março/2004, p.15.

¹²Lei Estadual nº 10.793/1992 que, dispondo “sobre a proteção de mananciais destinados ao abastecimento público”, veda “a instalação, nas bacias de mananciais”, de “atividade extractiva vegetal ou mineral” e outras consideradas poluentes; Decreto Estadual 21.372/81 que “define como de interesse especial, para proteção de mananciais, terrenos situados na bacia hidrográfica do Córrego Mutuca”, ficando “declaradas de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural” ali existente.

membros contabilizam um grande número de demandas dessas ONGs do interior, da sociedade em geral e da imprensa.¹³

Como observado, apesar do reconhecimento social (e, sobretudo, do Estado) e da ampla atuação da AMDA nas questões ambientais, movimentos como a Rede Alerta Contra o Deserto Verde e o Movimento Capão Xavier Vivo têm se constituído para contestar projetos que a entidade apóia. A atuação da entidade é apontada como problemática, pois tais projetos requerem um novo ordenamento socioespacial dos locais onde são instalados, colocando em risco os meios de re-existência¹⁴ de seus moradores. Ainda assim, a AMDA se apresenta perante as exigências das leis ambientais *em condições*¹⁵ de interferir nas “políticas” ligadas às formas de intervenção do Estado como representante da sociedade civil organizada, contribuindo para a definição de normas legais, bem como participa de processos de licenciamentos junto a diversas câmaras especializadas do Conselho de Política Ambiental (COPAM). Ao mesmo tempo sabe-se da visibilidade e da credibilidade social que as lutas envolvendo questões ambientais ganharam nos últimos anos.

Diante disso, tem-se como objetivo desta pesquisa compreender o(s) sentido(s) da questão ambiental no processo de reprodução do espaço na atualidade através da prática “política”¹⁶ da AMDA. Para tal considero as estratégias de inserção

¹³ MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Fundação Estadual do Meio Ambiente. Sistema Estadual de Planejamento. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais. *A questão ambiental em Minas Gerais: discurso e política*. Belo Horizonte, 1998, p. 213.

¹⁴ Nesta pesquisa a palavra re-existência assim grafada traz o sentido de luta pela manutenção ou reconstituição das condições de reprodução da vida no plano do uso.

¹⁵ O Decreto n.º 4.316, de 07 de junho de 2006 dispõe sobre a organização do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais determina para a representação no Plenário e nas Câmaras especializadas do COPAM seja “três organizações não governamentais legalmente constituídas no Estado de Minas Gerais, conservação e melhoria do meio ambiente, cadastradas no CNEA – Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas do Ministério de Meio Ambiente a pelo menos um ano”.

¹⁶ O uso das aspas na palavra política é para indicar que, nesta pesquisa, política é considerada nos termos tais como definidos por Jacques Rancière, ou seja, de que a política “só existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela, uma parte ou partido dos pobres. Não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos”. RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 26.

E, ainda: “Toda política é democrática nesse sentido preciso: não o sentido de um conjunto de instituições, mas o de formas de manifestação que confrontam a lógica da igualdade com a da ordem policial”. Ibid., p. 104.

Esta conceituação é de grande relevância no entendimento do que tem sido denominado de democracia na sociedade atual. Rancière para diferenciar uma de outra, denomina o processo atual de pós-democracia – “é a prática governamental e a legitimação conceitual de uma democracia depois do demos, de uma democracia que liquidou a aparência, o erro na conta e o litígio do povo, redutível, portanto ao jogo único dos dispositivos de Estado e das composições de energias e interesses sociais”. A

social da entidade e faço a análise de alguns casos relativos à reprodução do espaço sobre os quais a AMDA se posicionou. Tal análise contribui para a compreensão de como a problemática ambiental tem se inserido neste processo, bem como fornece subsídios para o enfrentamento político das questões referidas à reprodução do espaço.

Os episódios escolhidos são os conflitos envolvendo a mina de Capão Xavier e a silvicultura de eucalipto utilizada principalmente para a produção de carvão vegetal e celulose. A ênfase nestes processos foi definida ao analisar a sua importância econômica em Minas Gerais e a respectiva atuação da AMDA, observando que os conflitos advindos da instalação destes empreendimentos apresentam uma clara discordância entre a posição da AMDA e de outras entidades/movimentos¹⁷. Além disso, correspondem àqueles nos quais se encontram a maior parte dos sociojurídicos¹⁸ desta entidade, sendo nove mineradoras, uma empresa de papel e celulose, duas siderúrgicas, muitas delas beneficiadas com insumos da silvicultura. Tais sócios, segundo algumas entidades e movimentos, teriam contribuído para diminuir a autonomia de atuação política da AMDA, uma vez na resolução de conflitos a entidade costuma apóia-los.

Estes conflitos de posições demonstram a dimensão alcançada pela luta de classes na medida em que a produção e reprodução do espaço se tornaram fundamental para a reprodução do capital e das relações sociais necessárias à sua reprodução.

[...] o modo de produção capitalista deve se defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção [que] não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro.¹⁹

pós-democracia, como se quer fazer passar, “não é uma democracia que encontrou o jogo das energias sociais a verdade das formas institucionais”. Ibid., p. 105.

¹⁷ Existem vários embates envolvendo a AMDA e outras instituições. No caso da atuação da AMDA nestes setores tem chamado a atenção, pois o conflito dá-se justamente porque a entidade os defende enquanto outros movimentos os questionam, como é o caso das entidades que compõem a Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Tanto no caso da AMDA como dos outros movimentos existe uma defesa da proteção de aspectos relacionados ao ambiente “natural”. Porém, a Rede Alerta Contra o Deserto Verde não concebe a natureza separada do homem, pelo contrário, concebe-a como uma natureza segunda sem a qual não há possibilidade de abundância e não como recurso estratégico de valorização do valor.

¹⁸ Empresas que contribuem para a manutenção da entidade. A partir de 1991, a AMDA alterou seu estatuto para admitir sociojurídicos, como forma de fortalecer financeiramente a entidade.

¹⁹ LEFEBVRE, H. Espaço e política. p. 03.

Através do espaço é que o modo de produção se organiza e por meio do espaço que as classes oprimidas lutam para apropriá-lo e através dele constituir o possível. Como afirma Lefebvre, a política passa pelo espaço:

As culturas, as consciências dos povos, dos grupos e mesmo dos indivíduos, não escapam à perda da identidade, que vem se ajuntar aos outros terrores. Referências e referenciais vindos do passado dissolvem-se. Os valores, erigidos nos sistemas mais ou menos coerentes, desagregam-se, confrontando-se. Ora, nada, nem ninguém podem evitar a prova do espaço. Mais e melhor: um grupo, uma classe ou uma fração de classe, só se constitui e reconhecem-se como sujeitos produzindo espaço. Os ideais, as representações, os valores que não conseguem inscrever-se no espaço, produzindo uma morfologia apropriada, dessecam-se em signos, resolve-se em narrações abstratas, transformam-se em fantasmas. O investimento espacial, a produção do espaço, isso não é um incidente de percurso, mas uma questão de vida e de morte.²⁰

Assim, concorda-se com Edward Soja, que afirma que Henri Lefebvre através de toda a sua obra aponta a compreensão do espaço como central na luta de classes, quando este

define uma ampla problemática espacial do capitalismo e a eleva a uma posição central dentro da luta de classes [...] Afirma que nenhuma revolução social pode ter êxito sem ser, ao mesmo tempo, uma revolução conscientemente espacial [...] A desmistificação da espacialidade revelará as potencialidades de uma consciência espacial revolucionária, os fundamentos materiais e teóricos de uma práxis espacial radical, voltada para a expropriação do controle do espaço.²¹

E é através do espaço, de concepções e práticas diferenciadas de espaço, expressas na luta de classes que se busca a compreensão da atuação “política” da AMDA, as estratégias e argumentos envolvidos nas suas posições frente a determinados projetos.

²⁰ LEFEBVRE, H. A produção do espaço 478-479, apud JEAN-YVES-MARTIN, Terra Livre, 19, p. 18.

²¹ SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 116.

Diante disso, parcerias com entidades ambientalistas, como a AMDA, fazem parte de estratégias de inserção e/ou manutenção de frações de capital no mercado globalizado, pois a AMDA pode avalizar suposta qualidade ambiental de seus empreendimentos, cada vez mais exigida neste mercado.

A defesa feita pela AMDA a empreendimentos de grande escala associados à exportação de *commodities* coaduna-se aos interesses do Estado, que atualmente estimula atividades ligadas ao agronegócio e às atividades minerais, sobretudo pela dependência destes setores para pagamentos de financiamentos externos.

Como se sabe, o desenvolvimento industrial brasileiro entre os anos de 1930 e 1950 ocorreu baseado na produção de bens de consumo não durável, cujo processo foi possível através de um controle da taxa cambial e da transferência de capital agrícola (principalmente originado da exportação de café) para a indústria, associado a um controle das relações capital-trabalho, via sindicatos e legislações. Entretanto este procedimento se alterou a partir de 1950, quando se optou por uma industrialização voltada para bens duráveis, os quais demandavam altos investimentos em bens de produção (máquinas, tecnologia) disponíveis no mercado global já como resultante da luta pela melhor divisão da riqueza social em outros países. Este processo se deu fortemente dependente dos movimentos dos capitais à escala mundial e nos investimentos do Estado. Os pagamentos das divisas, sobretudo a partir dos anos 70, dificultaram a competitividade das indústrias brasileiras frente ao mercado externo e, reforçou a posição do espaço brasileiro na divisão internacional do trabalho como exportador de matérias-primas e semi-industrializados. Por outro lado, muitas indústrias que aqui se instalaram já o fizeram porque o impacto sobre o espaço, era possibilitado pela legislação brasileira vigente e pelas classes sociais que estavam no poder. Naquele momento, as questões ambientais eram consideradas secundárias, tendo em vista que era objetivo do governo e do empresariado promover o desenvolvimento econômico via industrialização acelerada e, pela visão predominante na época, estas questões só deveriam ser consideradas quando o crescimento econômico tivesse sido alcançado. Logo, constituiu-se no Brasil um lócus privilegiado para a reprodução do capital industrial, direcionado sobretudo para empreendimentos que eram questionados em países de Primeiro Mundo, justamente por degradar a “qualidade de vida” dos moradores desses países.

Nesta situação, enfrenta-se na atualidade a intensificação de problemas socioambientais advindos da industrialização, decorrentes da intensificação de processos ligados à extração de matérias-primas para atender o mercado, o que indica que para a reprodução do capital é necessária a expansão constante da produção do espaço, o que ocorre considerando as diferentes concentrações de trabalho existentes nos espaços. A este processo Harvey denominou “desenvolvimento geográfico pouco uniforme”²² do capitalismo. Para Lefebvre, a sobrevivência do capitalismo tem dependido dessa produção e ocupação distintas de um espaço fragmentado, homogeneizado e hierarquicamente estruturado através do consumo dirigido, da diferenciação entre os centros e as periferias e da difusão do poder estatal na vida quotidiana. Tais diferenciações devem ser observadas considerando como que atributos espaciais são agregados à produção social de mercadorias e como a configuração espacial se integra ao mercado global. Esta integração espacial altera a universalidade da forma valor, uma vez que a existência de diferentes sistemas de valor possibilita trocas desiguais, como esclarece Harvey dialogando com Marx:

El trabajo útil y concreto produce valores de uso en un lugar determinado. Los diferentes trabajos emprendidos en diferentes lugares se relacionan entre sí a través de actos de intercambio. Es necesaria la integración espacial – el enlace de la producción de mercancías en diferentes situaciones por medio del intercambio – para que el valor llegue a ser la forma social del trabajo abstracto.²³

Neste sentido é importante ressaltar os investimentos nos meios de transporte e a consequente diminuição no custo da mercadoria “encurtando” as distâncias. Tais melhorias refletem aumentos na renda da terra e reforçam a sua apropriação como central dentro do capitalismo, uma vez que a reprodução do espaço se dá continuamente, obedecendo aos objetivos de quem, em grande medida, tem controle sobre sua produção.

Essa reprodução contínua do espaço deveria considerar as necessidades reais de seus habitantes, uma vez que o habitar envolve questões que transcendem as

²² HARVEY, D. *Los límites do capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de cultura económica, 1990, p. 377.

²³ Ibid., 1990, p. 378.

questões puramente econômicas, como criação de territórios, estabelecimento de relações afetivas, de solidariedade etc. Mas, como já indicado, o processo de produção do espaço vem sendo orientado por interesses que não contemplam nem correspondem ao que objetiva o conjunto social que ali estabelece e materializa suas relações sociais.

Assim, a luta de classes, aí incluindo as resistências por modos de vida, deve considerar o espaço na sua estrutura territorial de exploração e dominação do sistema como um todo. E precisa incluir todos os dominados e periferizados na definição de estratégias políticas que contestem a produção do espaço dominante, pois se sabe que esta produção é também meio de dominação. Como argumenta Lefebvre:

O capitalismo descobriu-se capaz de atenuar (se não resolver) suas contradições internas durante um século e, consequentemente, nos cem anos decorridos desde a redação do Capital, logrou alcançar um crescimento. Não podemos calcular a que preço, mas realmente sabemos por qual meio: ocupando o espaço, produzindo um espaço.²⁴

As discussões acerca das consequências socioambientais decorrentes da produção do espaço pós anos 70 têm se dado num ambiente de fortalecimento político de instituições multilaterais, diferentemente dos anos de 1950, quando tais debates ainda se centravam nos Estados Nacionais. As questões ambientais ganharam visibilidade no nível internacional mediadas por instituições multilaterais, nos processos de valorização do espaço, respaldadas pelas diversas catástrofes ocorridas após a década de 1950 e pelos limites postos pela natureza (sobretudo pela limitação das fontes das chamadas energias fósseis) à reprodução ampliada do capital.

A “eleição”, a partir da Eco 92, de problemáticas ambientais, para as quais a solução é colocada no nível global colocou novas questões que devem ser consideradas no debate sobre a expansão do capitalismo e da reprodução do capital. As questões ambientais têm aparecido integrando parte dos atributos do espaço capazes de agregar valor às mercadorias e definidoras de arranjos espaciais que reforçam a inserção periférica no capitalismo globalizado, mas que por outro lado se apresenta bastante lucrativa para aqueles que controlam o espaço seja pela apropriação das diversas

²⁴ LEFEBVRE, H. 1976, p. 21 apud SOJA, 1993, p. 114.

rendas, seja pela subordinação, ao capital, da produção do que outrora era destinada ao uso²⁵.

Uma problemática que tem sido foco das atenções dos organismos multilaterais, cuja solução tem se colocado no nível global, se refere ao aumento médio da temperatura global provocado pela emissão de CO₂ e outros gases em larga escala, intensificando o processo natural do efeito estufa²⁶. Vários acordos internacionais vêm sendo promovidos para tentar reverter, sobretudo, a elevação dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera. Com a justificativa de enfrentar esta problemática, são promovidas estratégias que, apesar de colocadas no nível global, alteram as relações socioespaciais de moradores locais, expandindo as relações de produção capitalistas e imprimindo novos patamares de desenvolvimento desigual. Este é o caso, por exemplo, da transformação da matriz energética à base de combustíveis fósseis para energia renovável através, sobretudo, do biodiesel e do etanol. Trata-se de estratégia incentivada pelos organismos multilaterais – nível global –, porém, tem provocado um conjunto de constrangimentos para modos de vida locais, seja por uma maior dependência dos rumos tomados pelo mercado global, pela perda de técnicas e habilidades pela inserção da automação e mesmo pelo ônus que representará o manuseio intensivo do solo para fins de cultivos que exigem alta produtividade.

²⁵ A palavra *uso*, grafada em itálico comporta a reprodução da vida em que a centralidade ainda não é a reprodução ampliada do capital.

²⁶ O clima da terra é regulado pelo fluxo constante de energia solar que atravessa a atmosfera na forma de luz visível. Parte dessa energia é refletida pela superfície terrestre e devolvida ao espaço na forma de radiação infravermelha. Os gases do efeito estufa são gases presentes na atmosfera terrestre que têm a propriedade de bloquear parte dessa radiação refletida. Alguns desses gases, como vapor d'água (H₂O), dióxido de carbono (CO₂), ozônio (O₃), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O), existem naturalmente na atmosfera a milhões de anos, possibilitando uma relativa estabilidade das temperaturas, o que contribui para a manutenção da vida no planeta. Caso não existisse o efeito estufa natural, a temperatura média da superfície da terra passaria dos atuais 15° C para –18° C. Em decorrência de atividades diversas desenvolvidas pelo homem, o nível de concentração de alguns desses gases, como CO₂, CH₄, e N₂O vêm aumentando na atmosfera. Além disso, outros gases de efeito estufa que não existiam na atmosfera, como hidrofluorcarbonos (HFC), perfluorcarbonos (PFC) e hexafluoreto de enxofre (SF₆), passaram a ser também emitidos em larga escala a partir dos processos de industrialização, intensificando o efeito estufa e, dessa forma, causando a elevação da temperatura média do planeta. Essas mudanças climáticas aceleradas geram um quadro de vulnerabilidade para muitos ecossistemas, derretem as calotas polares, alteram a migração dos pássaros, a freqüência e direção de fenômenos atmosféricos como furacões, o regime de chuvas e as condições para agricultura, elevam o nível do oceano, colocando em risco populações costeiras e insulares. MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa do Estado. Comissão Especial sobre o Protocolo de Quioto. Relatório Final. Belo Horizonte, 2006, p. 10.

Conseqüências semelhantes apresentam o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)²⁷ que, ao fomentar o chamado “Seqüestro” de Carbono²⁸, incentiva o uso de terras dos países periféricos para plantios de árvores exóticas, objeto desta permuta. Os plantios de árvores exóticas, que até poucos anos atrás estavam relacionados a uma “necessidade” produtiva, agora são colocados como demanda infinita para a “diminuição” de CO₂ da atmosfera introduzindo a questão ecológica nos processos de financeirização da economia.

Vale pensar como o uso de energias fósseis apontadas como um problema pelo movimento ecológico foi assimilado como possibilidade de valorização de capitais através da viabilização econômica de fontes renováveis de energia. Esta simbiose tem contribuído para que “Las relaciones monetarias han penetrado hasta el último rincón del mundo, em casi cada aspecto de la vida social e incluso en la vida privada”.²⁹

Observa-se que o debate ambiental se torna parte de uma cultura, ligada a um modo de produção cujo fundamento é a reprodução ampliada do capital. Ora, esta reprodução ampliada, em toda a sua globalidade, não pode ser assegurada apenas através dos interesses de classe. Tais interesses são mediados para que tenham seu retorno na vida cotidiana.

A vida cotidiana se define como lugar social desse feedback. Um lugar desdenhado e decisivo, que aparece sob um duplo aspecto: é o resíduo (de todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social) e o produto do conjunto social. Lugar de equilíbrio, é também o lugar em que se manifestam os desequilíbrios ameaçadores.³⁰

Neste processo, tem se apostado na auto-regulação pelo mercado em processos de participação que negligenciam o conflito e priorizam o consenso, sobretudo através das certificações ambientais.

²⁷ Clean Desenvolvimento Mecanism (CDM). Este Programa vincula a diminuição do CO₂ da atmosfera mediante o investimento em projetos em países de “Terceiro Mundo” que reduzem a poluição atmosférica e ou que troquem a tecnologia poluidora por uma não poluidora. A AMDA deseja criar uma agência em Minas Gerais para facilitar o acesso aos empreendedores que desejarem recursos deste mecanismo.

²⁸ Projetos que têm supostamente como objetivo retirar carbono da atmosfera.

²⁹ HARVEY, D. Obra citada. 1990, p. 376.

³⁰ LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Editora Ática S. A. São Paulo: [1961]1991, p. 39.

Seguindo esta tendência, ao espaço de Minas Gerais vêm se adequando “políticas” associadas a este processo de financeirização e globalização da questão ecológica. Logo, também têm intensificado os conflitos referentes às alterações implantadas por tais “políticas” por implicar mudanças nas formas e conteúdos das relações socioespaciais, intensificando a expropriação do controle da produção do espaço pelos moradores locais.

Isso posto, o estudo da atuação política da AMDA permite: entender os conflitos acima mencionados; averiguar se a análise que faz do espaço tem contribuído para a superação da problemática ambiental e para explicitar a essência desta formação socioespacial; por fim, se ela é utilizada para reiterar as relações socioespaciais existentes ou para revelar suas contradições, sem o que dificilmente podem ser enfrentadas e superadas.

Tais questões se justificam, pois o movimento ambientalista se coloca para a sociedade como defensor de direitos coletivos ao meio ambiente e percebe-se a necessidade de entender em que medida tal colocação corresponde ao movimento do real ou se há apenas uma representação dele, ou seja, que dele parte e a ele volta, no sentido de atender a determinados interesses tomando-os como se fossem interesses do conjunto social. Nesse propósito o movimento ambientalista recorre a sua legitimação, sobretudo embasando-se na ciência.

Neste ponto, é oportuno destacar a diferenciação existente entre teoria e ideologia para subsidiar o entendimento do referencial de ciência utilizado como fonte de legitimidade da AMDA. Segundo Marilena Chauí, teoria é uma crítica revolucionária:

A teoria está encarregada de apontar os processos objetivos que conduzem à exploração e à dominação e aqueles que podem conduzir à liberdade. A teoria, ao contrário da ideologia, não está encarregada de tomar o lugar da prática, fazendo a realidade depender das idéias. A teoria não está encarregada de criar a consciência verdadeira para opô-la à consciência falsa, e com isto mudar o mundo. A teoria está encarregada de desvendar os processos reais e históricos enquanto resultados e enquanto condições de prática humana em situações determinadas, prática que dá origem à existência e à conservação da dominação de uns poucos sobre todos os outros.³¹

³¹ CHAUÍ, Marilena de Sousa. *O que é ideologia*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984, p. 80.

Desse modo, enquanto estratégia de conhecimento, a teoria deve partir dos fatos, negando a prática imediata, ou seja, a prática abstrata e invertida, para revelar as mediações da atividade social como produzida e produtora da existência social, e voltar ao imediato, para que a prática não prossiga cegamente, para que se torne numa prática teórica, num imediato superior.

A propósito, a economia como ciência, referência dos argumentos da entidade, nasce só depois do capitalismo. Karel Kosík afirma que o seu início remonta à época em que o indivíduo e o casual assumiram o aspecto de algo necessário, sujeito às leis; e em que:

o movimento social como um todo desenvolvido e levado à prática pela atividade consciente e pela realização dos fins particulares dos indivíduos se transforma em algo independente daqueles mesmos indivíduos; quando a recíproca relação social dos indivíduos se transforma em um poder autônomo superior aos indivíduos, que é representado como uma força natural, como o acaso ou qualquer outra.³²

A economia se baseia na idéia de sistema, isto é, de um determinado todo diferenciado, cujas leis podem ser investigadas e fixadas de maneira análoga às leis da natureza física. A nova ciência não é destituída de pressupostos dos quais, no entanto, lhe escapam o significado e o caráter histórico. Na concepção dos fisiocratas, a economia se identifica com a forma burguesa da produção e esta é examinada nas suas leis materiais, as quais derivam do caráter da produção e são independentes da vontade, da política. O *homo oeconomicus* é o homem como parte do sistema, parte funcional, racional e egoísta. O sistema é mais do que a soma das partes constituintes, com suas relações os homens criam algo novo, superior ao indivíduo e exige e forma determinadas pessoas. Não quer dizer que o homem constitua tais abstrações, mas para o funcionamento do sistema são suficientes essas qualidades fundamentais. Abstrair o quanto possível da própria subjetividade, transformar a si mesmo em grandeza física, que pode ser descrita *a priori* e expressa matematicamente, é o ideal deste conhecimento científico. Não se trata de mero acesso metodológico à realidade; o acesso ideológico é que modifica a realidade, torna-se ontológica a metodologia. A economia vulgar não investiga as conexões e leis internas do mundo; sistematiza as

³² Marx, *Grundrisse*, 111, citado por KAREL KOSÍK, p. 82, 1976.

representações dos agentes. A economia clássica se move do mesmo modo nesta realidade, mas não sistematiza as representações do mundo formuladas pelos agentes; ela procura as leis internas deste mundo reificado. A realidade que a economia clássica descreve com base no próprio método não é a realidade objetiva. A economia clássica não descreve o mundo humano no seu aspecto alienado e não mostra como as relações histórico-sociais dos homens são mascaradas pela relação e pelo movimento das coisas; ela descreve a legalidade imanente deste mundo reificado como mundo autenticamente humano.³³ Logo, por esta via científica os juízos valorativos são “excluídos” da ciência, a técnica separa-se da avaliação dos fins.

Esta pesquisa, no entanto, se encaminha através de uma concepção teórica que considera a totalidade social, tendo em conta o metabolismo sociedade-natureza, ou seja, que a natureza e o homem se imitam mutuamente, e que esta relação não é desprovida de intenções, de finalidade. Segundo Foster³⁴, o conceito de metabolismo foi empregado para definir o processo de trabalho como

um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através de suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza. Mas uma “falha irreparável” surgiu nesse metabolismo em decorrência das relações de produção capitalistas e da separação antagonista entre cidade e campo. Daí ser necessário, na sociedade de produtores associados, “governar o metabolismo humano com a natureza de modo racional”, que excede completamente as capacitações da sociedade burguesa.

Daí a compreensão de que a superação da problemática “ambiental” deveria incluir a problemática social em sua totalidade, incluindo aí a avaliação dos fins, dado que tal problemática se circunscreve no contexto da reprodução desta sociedade, ou seja, num metabolismo que não se sustenta pelas relações de uso e sim por relações cuja centralidade é a reproduzibilidade do capital. Para o entendimento desta problemática tenho em conta que

O primeiro objeto do homem – o homem – é natureza, sensibilidade, e as forças essenciais humanas sensíveis

³³ KOSÍK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 82-88

³⁴ FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Trad. Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 201.

particulares; tal como encontram apenas em objetos naturais sua efetivação objetiva, [essas forças essenciais humanas] podem encontrar apenas na ciência do ser natural em geral seu conhecimento em si. O elemento do próprio pensar, o elemento da externação da vida do pensamento, a linguagem, é de natureza sensível. A efetividade social da natureza e a ciência natural humana ou a ciência natural do homem são expressões idênticas.³⁵

Neste sentido, no primeiro capítulo retomo as discussões sobre o surgimento do movimento ambiental, sua relação com o modo de produção, sua institucionalização e sua relação com as ONGs.

No segundo capítulo recupero o processo de institucionalização da questão ambiental em Minas Gerais e a atuação “política” da AMDA. Busco esclarecer as estratégias e táticas por ela utilizadas, compreendendo o contexto histórico em que surgiu e do qual participa, seu processo de institucionalização e sua relação com a sociedade civil da qual brotou³⁶. Também analiso a implantação da mina de Capão Xavier, a atuação da AMDA e do Estado, a mediação pela troca e pela legislação para equacionar processos produtivos.

No terceiro capítulo tratarei dos conflitos existentes relativos à silvicultura de eucalipto e a sua entrada nos circuitos de valorização mediados pela questão ambiental.

Na conclusão retomo os objetivos da pesquisa tendo em conta os resultados alcançados.

³⁵ KARL, Marx. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 112.

³⁶ A propósito, salienta Engels (1885, p.199 apud MARTINS, 2000, p. 44) “não é o Estado que condiciona e rege a sociedade civil, mas é a sociedade civil que [condiciona e rege] o Estado, que, por conseguinte, há que explicar a política e a sua história a partir das relações econômicas e do seu desenvolvimento, e não inversamente”. Ainda com base nesse texto, Martins salienta que se as ações aparecem como se fossem orientadas do Estado para a sociedade civil, tais inversões devem ser explicadas através das contradições que marcam a sociedade civil.

I. O DESENCADEAMENTO DO MOVIMENTO AMBIENTAL

I.I O contexto de surgimento do movimento ambiental e seus antecedentes

Nos anos de 1960, as condições de produção e o modo de viver nos países ditos de Primeiro Mundo contribuíram para as transformações políticas e espaciais que eclodiram em seguida. Grande parte das motivações que geraram questões problematizadas no maio de 1968 foi generalizada no padrão de acumulação fordista. O contexto vivenciado era o de produção em massa, que significava também “consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova psicologia, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”³⁷, enfim, “um esforço coletivo para criar um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo”.³⁸

Alterações no cotidiano dos trabalhadores, como a jornada de trabalho de oito horas, obrigavam o trabalhador a adquirir disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade, como “também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficiente para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores”³⁹. Esta produção em massa era sustentada energeticamente pelos derivados do petróleo, processo denominado por alguns autores⁴⁰ como fossilista-fordista e pelo produto que

³⁷ HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 121.

³⁸ Ibid., op. cit. Refere-se a uma formulação de Gramsci.

³⁹ Ibid. 2006, p. 122.

⁴⁰ Refiro-me especificamente a autores tais como ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.p. 115 e GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Globalização da natureza e natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Gonçalves utiliza a elaboração de Altvater para discutir as diferentes fases do desenvolvimento econômico e o tipo de energia a ele associado. Altvater explica que com o uso de energias fósseis possibilita-se o aumento da produtividade econômica, porém gerando um processo paradoxal, pois a produtividade do trabalho torna-se progressivamente independente em relação a fontes de energia da biosfera. Portanto, o modo de produção torna-se independente da produtividade ecológica, da produção primária líquida de biomassa. É possível recorrer a energias de fácil transporte, sendo possível dissociar a produção do ponto de vista geográfico da localização destas fontes. Porém, conforme assinala este autor, estas fontes de energia (jazidas de carvão, petróleo e gás originadas por fotossíntese e mineralização) são apenas acumulação de energia de radiação do Sol, em períodos muito longos, durante os quais os restos não utilizados da produção primária líquida foram sedimentados, mineralizados e acumulados por milhões

liderava tal produção - o automóvel individual. O direcionamento para este consumo foi responsável, em grande medida, pela reestruturação urbana na maior parte das grandes cidades ocidentais, opção esta que continuamente vem sendo reposta não sem prejuízos para seus moradores⁴¹ já que para a absorção do fluxo de automóveis os diferentes lugares da cidade são desventrados por um sistema viário sempre em expansão e pela reestruturação urbana associada ao processo de valorização do espaço.

Neste sentido, para a continuidade deste padrão de acumulação fordista também era necessária uma conduta moral adequada ao consumo, no sentido de regular a vida do trabalhador, além do espaço produtivo da fábrica, interferindo no seu tempo de “descanso”.⁴²

Após a Grande Depressão de 1929, que se mostrou como falta de demanda efetiva, o Estado intensifica sua atuação no processo de reprodução do capital respaldando-o com infra-estrutura e mediando as relações entre capital e trabalho, através das legislações trabalhistas e criando mecanismos que o fazia participar da reprodução social da classe trabalhadora e do capital oferecendo alguns elementos da reprodução social, tais como educação e saúde. Esta nova relação inaugura o que autores, como Francisco de Oliveira, denominaram de pacto fordista, no qual a representação da classe trabalhadora incentiva a produtividade do trabalho mediante algum ganho em salário ou em outros benefícios sociais. Esta produtividade, entretanto, conduzirá cada vez mais ao aumento da intensidade da exploração do trabalho para manter a lucratividade das empresas, ao mesmo tempo em que, para a manutenção do pacto fordista, aumentavam-se os tributos sociais⁴³.

de anos e estão sendo resgatados nos dias atuais. Nos termos colocados pelo autor, o recurso a fontes fósseis de energia apenas parece ser uma superação dos limites das fontes de energia da biosfera. Do mesmo modo, a problemática ambiental discutida apenas do ponto de vista da substituição energética, apenas o repõe em novas bases.

⁴¹O morador, enquanto categoria específica, como demonstrou José de Souza Martins, n'O subúrbio, não corresponde ao habitante metropolitano, ao transeunte. O morador constitui uma espacialidade, cria laços que, muito além do econômico, o identifica com o lugar. Esta espacialidade, os elos criados por eles são expostos para dar lugar a este processo ligado à totalidade deste modo de produção, as necessidades de constante expansão. MARTINS, J. S. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. 2. ed. São Paulo: Hucitec: Ed. da UNESP, 2002.

⁴²HARVEY, D. Obra citada. 2006, p. 122.

⁴³Este aumento dos tributos foi muito bem estudado no contexto francês por ROSANVALLON Pierre. A crise do Estado-providência. Trad. Joel Pimentel de Ulhôa. Goiânia: Editora da UFG; Brasília: Editora da UNB, 1997.

Para que esta produção em massa ocorresse foi necessário mobilizar também uma grande quantidade de matéria-prima e fluxo de energia no campo e nas cidades para atender à demanda industrial⁴⁴. Este processo perdurou nos países do Primeiro Mundo até o final dos anos de 1960. Porém, diante dos diversos problemas enfrentados, como a insatisfação social diante das desigualdades da distribuição dos recursos oriundos dos tributos, bem como com a massificação da cultura, este modelo foi colocado em questão especialmente ao final da década de 1960 através de diversos movimentos pelo mundo.

Dentro das insatisfações apresentadas nos anos de 1960 estava a relação de dominação sociedade-natureza, exacerbada no contexto de crescimento econômico do pós-guerra. Estas insatisfações estavam relacionadas principalmente à intensidade dos desastres ambientais na indústria e na agricultura, e das denúncias incisivas do uso intensivo de recursos naturais para atender a este modo de vida associado à massificação das mercadorias.

É importante considerar que desde o final do século XIX já havia um debate no meio científico estimulado, sobretudo, pelos estudiosos da Ecologia⁴⁵, que, em seus estudos, acenavam com o risco de desaparecimento de espécies. Ao desenvolverem ideais de proteção da natureza promoveram a organização de eventos para divulgar tais ideais e influenciar nas políticas relacionadas à conservação de “partes” desta natureza⁴⁶.

⁴⁴ A produção em massa de mercadorias requer grande quantidade de matéria-prima, bem como de energia, inclusive com a utilização crescente das fontes já existentes e inovações no sentido de exploração de novas fontes energéticas.

⁴⁵ Haeckel (1869) definiu ecologia como o estudo de todas as relações do animal com o seu meio ambiente inorgânico e orgânico; isso inclui, antes de tudo, as relações amigáveis ou hostis com os animais e as plantas com os quais o homem entra em contato. Ecologia seria o estudo dessas inter-relações complexas, às quais Darwin se referiu por meio da expressão “condições da luta pela existência”. ACOAT, Pascal. *História da Ecologia*. Trad. Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, p. 28.

⁴⁶ O I Congresso Internacional para a Proteção da Natureza marca o movimento de institucionalização da questão ecológica. Os projetos e realizações dos protetores da natureza divergiam em relação a certos interesses ou a certas necessidades econômicas. As questões tratadas nesse encontro dizem respeito ao reflorestamento na região de Delhi, à destruição das aves marinhas pelos dejetos de óleo da navegação, ao desaparecimento da fauna nas diversas partes do mundo. Este congresso abriu um novo período na história da proteção da natureza, com a crescente participação dos ecólogos. A partir de 1928, as proposições da Conferência de Berna de 1913 foram reinquiridas na ordem do dia e uma agência internacional para a proteção da natureza começou a funcionar em Bruxelas, financiada por organizações nacionais norte-americanas, belgas, holandesas e francesas.

O II Congresso Internacional para a Proteção da Natureza ocorreu em 1932. Em 1938, uma publicação especial do American Committee for International Wildlife Protection, assinala não só a extrema urgência de proteção internacional da natureza como também mostra os problemas causados pela civilização. Alerta o autor: “A fim de atingir um ponto de vista adequado sobre a proteção da natureza, seria útil considerar primeiramente o conflito entre a natureza e a cultura em geral”. A posição segundo a qual um conflito intransponível oporia Natureza e Cultura conduz a posições práticas tendentes a privilegiar a

A ecologia orientou os grupos conservacionistas do século XIX e influencia os movimentos ambientais atuais. Apesar das diferenças que norteiam a ecologia e o ambientalismo - a primeira de caráter científico e a segunda de caráter mais contestatório - não há como negar que o ecologismo *oficial* se norteia por estudos baseados em metodologias classificatórias, desenvolvidas pela ciência ecológica. Mesmo os estudos de impacto ambiental, exigidos pela legislação ambiental atual, baseiam-se em metodologia que analisa, classifica e fragmenta o espaço social. Embora o movimento ambiental não seja homogêneo, a sua identificação social passa pelos traços que orientaram o nascimento da ecologia - identificar para controlar os indivíduos no meio⁴⁷.

Além do desenvolvimento da Ecologia como ciência, no final do século XIX, em virtude das condições das cidades européias que se industrializaram intensificando os processos de degradação da natureza, emergiu sentimentos de valorização da “natureza natural” incorrendo na proliferação de práticas que exploram temáticas de retorno ao “estado natural”, tais como jardinagem, nudismo, vegetarianismo, passeios e veraneios no campo, a observação dos pássaros, a proteção aos animais domésticos, campanhas pela preservação de florestas e rios, etc⁴⁸.

proteção da natureza pelo aumento do número e da extensão dos santuários naturais, em detrimento da gestão dos sistemas ecológicos. Essa abordagem pode estar relacionada a sentimento de impotência diante das degradações causadas pelas opções tecnológicas dos industriais norte-americanos, imediatamente após a crise de 1929.

O processo de internacionalização do movimento para a proteção da natureza foi retomado em 1946, através de Conferência para a Proteção da Natureza, na Basileia, promovida pela Liga Suíça para a Proteção da Natureza. E, em 1948, sob a égide da Unesco e do Governo francês, para criar a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos (IUCN). Esse organismo atuou,ativamente, e publicou, em 1951, um Estado de proteção à natureza no mundo, contendo relatórios de setenta países. Essa mundialização efetiva, reclamada desde o congresso de 1923, foi materialmente favorecida pelo desenvolvimento das comunicações durante o pós-guerra. Desse modo, os tratados importantes de ecologia passaram a abordar, sistematicamente, a questão das incidências ecológicas das atividades humanas, acentuando-se com o passar do tempo. Em 1964, a British Ecological Society consagra um simpósio às poluições industriais, reservando lugar muito amplo às comunicações que tratassesem da nocividade dos pesticidas sintéticos. A propósito dos problemas cada vez mais graves, causados pela resistência dos insetos a inseticidas organoclorados e organofosforados desempenharam um papel importantíssimo à tomada de consciência social dos riscos causados pela utilização dos pesticidas sintéticos. ACOAT, P. Obra citada. 1990, p. 164-166.

⁴⁷ Merece destaque, aqui, uma comunicação de Charles Flahault no IX Congresso Internacional de Geografia, ocorrido em Genebra em 1908. A maneira que os ecólogos da época abordavam a questão está clara neste trecho: “[...] vê com muita frequência seu interesse próximo, o interesse da hora presente e a ele sacrifica os interesses imanentes, violando as leis da natureza, perturbando a ordem natural”. ACOAT, P. Obra citada. 1990, p. 163.

⁴⁸ CARNEIRO, Eder Jurandir. *Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: FAFICH – UFMG, 2003, p. 28.

Tanto as discussões feitas por dentro da ecologia, quanto a disseminação de práticas de “aproximação” com a natureza não questionavam o modelo de organização social em si, considerando possível associar o modo de produção aos ajustes requeridos por esta abordagem protecionista.

A partir dos anos de 1960 as questões protecionistas ganharam fôlego associadas ao enfrentamento dos paradigmas das sociedades existentes. Tal situação levou à mobilização de diversos grupos, principalmente nos países do chamado Primeiro Mundo, em prol da preservação de determinados ecossistemas e/ou pela diminuição dos riscos impostos pelo modo de produção vigente. Destacaram, por exemplo, o caso da energia nuclear e as lutas pela preservação da fauna e da flora.

Essas mobilizações se inseriam no processo de questionamento de valores culturais, sociais e econômicos do movimento de contracultura⁴⁹ dos anos de 1960. É importante ressaltar que esse movimento de contracultura não foi homogêneo, antes de tudo foi a convergência de diversos grupos que, por razões diversas, confrontavam os valores culturais com a ciência e a técnica da época. Em *A irrupção*, Lefebvre destaca esse momento de efervescência cultural como junção de diversos grupos no processo de contestação social.

Aqueles que não se acabrunham com a preocupação imediata pelo real procuram motivos de entusiasmo; aqueles para os quais a realidade tem primazia afastam-se disso. Que resulta daí? A coalizão dessas correntes, externas às clivagens habituais entre as classes (burguesia, classe média e pequena burguesia, proletariado) contra um mesmo inimigo. [...] Estes resultam inicialmente das diferentes recepções críticas da história contemporânea: através do marxismo-leninismo, do trotskismo, da ação de Fidel Castro de Che Guevara. Esses grupúsculos, fermentos, leveduras, pondo tudo em questão, põem-se uns aos outros em questão. Donde o movimento que os arrastou a todos e que saía deles, perpetuamente incitado e renovado pelas discussões. O movimento reuniu grupos, sem os fundir nem dissolvê-los nele; composto de grupos era e representava mais que a soma desses grupos. Cada grupo poderia fechar-se sobre si mesmo; no Movimento, cada grupo ampliava-se e contribuía para a ampliação crescente do conjunto. Esse fenômeno original

⁴⁹ [...] se por cultura entendemos um conjunto de saberes e valores que empresta sentido às práticas sociais, a contracultura indica, exatamente, a busca de outros sentidos para a vida. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 68.

apegava-se à liberdade da Palavra, através dos confrontos e afrontamentos, portanto a ausência de dogmas e de leis preestabelecidas. [...] A liberdade da palavra dá um equilíbrio, uma força. A faculdade, destinada a transmitir um saber que não responde nem às promessas nem às exigências, transforma-se em “condensador social”, ao reunir interrogações e problemáticas dispersas noutras partes. E isso não em razão de um êxito arquitetônico ou urbanístico, mas, pelo contrário enquanto lugar negativamente privilegiado. Esse fragmento de Universidade quebrada, rejeitada, marginal, encontra uma espécie de universalidade. Entre os estudantes, todas as tendências fazem-se presentes, e inicialmente todas aquelas que se opõem à sociedade existente. A própria instituição chamada de Universidade, que de fato já explodiu que acreditava se fechar e se encerrar num lugar marginal, se dissolvem.⁵⁰

Tal processo apesar ter sido extremamente rico em experiências não chegou a elaborar práticas que chegassem ao cerne da sociedade de classes, qual seja, sua superação.

De fato, as revoltas estudantis iniciadas em Paris se espalharam por diversas cidades de outros países através de episódios violentos indicando o mal-estar daqueles anos de Revolução Cultural na China, de “Socialismo com Rosto Humano” na Primavera de Praga, de Che Guevara na América Latina e de movimentos de libertação nacional em todo o mundo⁵¹. Como esclarece Lefebvre,

Em vez de contornar o Estado, a revolução cultural o ameaça. As ideologias e as palavras, as instituições com seus motivos e seus valores, o conjunto das superestruturas vacilam [...] não é um sistema que desmorona, é a ilusão de um sistema que se evapora, e a ilusão de uma racionalidade acabada.⁵²

Esse autor não só incentivou a deflagração desse movimento, que questionava as dicotomias que, até então, dominavam o pensamento e a práxis política, como também dele participou.

⁵⁰ LEFEBVRE, H. *A irrupção. A revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos*. Documentos, 1968, p. 136, 137.

⁵¹ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Obra citada, 2006, p. 18.

⁵² LEFEBVRE, H. Obra citada. 1968, p. 144-145.

Zhouri et al⁵³ indicam que nos anos 60, acompanhados por debates epistemológicos no campo da ciência⁵⁴, novas bases foram lançadas na tentativa de superação desses pares dicotômicos próprios do pensamento ocidental. Tentando recuperar a imbricação entre natureza e cultura, interessa destacar a emergência de uma crítica ambiental à moderna sociedade industrial representada pela ecologia política⁵⁵.

Conforme Eder Carneiro⁵⁶, os ecologistas políticos concebiam uma incompatibilidade estrutural entre o prosseguimento do processo de acumulação de riqueza abstrata e a preservação das condições naturais de vida e de identidade dos povos. Do ponto de vista dessa ecologia política, não se trata de corrigir os rumos do desenvolvimento ou mitigar seus efeitos colaterais. Trata-se de superar a irracionalidade daquilo que se desenvolve, isto é, o movimento cego da obsessão produtivista, do economicismo do mundo em função da qual a biosfera é consumida. Os ecologistas políticos questionam, fundamentalmente, a naturalização do sistema de produção de mercadorias promovida pelo modo de produção capitalista.

Apesar dos esforços da ecologia política ser significativos para se pensar esta sociedade, para além do mundo do trabalho, inclusive no uso de práticas calcadas na espontaneidade, no decorrer do processo de afirmação do ambientalismo muitos dos envolvidos neste processo acabaram por reforçar reformas parciais que foram assimiladas pelo modo de produção atual, como revelam dois dos teóricos da ecologia política de grande influência na América Latina, sobretudo pela afirmação do direito abstrato:

Há, por exemplo, e entre mil outras, uma grave questão da poluição dos cursos de água, e a luta contra este estado de coisas tem plenamente sentido com a condição de que saibamos o que fazemos que sejamos lúcidos. Isto quer dizer que sabemos que atualmente lutamos por tal objetivo parcial, porque tem certo valor, assim como sabemos também que aquilo cuja introdução

⁵³ ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemes e PEREIRA, Doralice.. Introdução. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemes e PEREIRA, Doralice (Orgs.) *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005, p. 13.

⁵⁴ Refere-se ao debate científico envolvendo Adorno (1976), Adorno e Horkheimer (1973), Popper (1959, 1992), Lakatos e Musgrave (1968, 1970), Kunhn (1970) e, Feuerbach (1975).

⁵⁵ Ivan Illich (1975), André Gorz (1987), Jean-Pierre Dupuy (1980), Cornelius Castoriadis e Daniel Cohn-Bendit (1981), estes últimos importantes referências para o movimento no Brasil.

⁵⁶ CARNEIRO, Eder. Obra citada. 2003, p. 29.

ou aplicação necessariamente uma significação ambígua e até mesmo poderá ser desviado de sua finalidade inicial.⁵⁷

Dizemos, podemos dizer, temos o direito de dizer que somos contra o modo de vida contemporâneo [...] Mas dizer que somos contra tal ou qual modo de vida introduz de contrabando um problema formidável: que podemos chamar de o problema do direito no sentido mais geral [...] O que acontece se os outros continuam a querer este modo de vida?⁵⁸

Por outro lado, as críticas dirigidas pela Ecologia Política ao proletariado também devem ser consideradas. Tal movimento consubstanciou-se ao considerar, por exemplo, a ausência de questionamento por parte dos movimentos operários sobre os processos de degradação da “natureza”, pois suas lutas contra a exploração capitalista também têm reforçado a produtividade do trabalho desenvolvendo os meios de produção para aumentar a mais-valia relativa, o que indica que também esta luta tem sido parcial e consensual. Tal crítica se direcionava, sobretudo ao sindicalismo social-democrata. Porém, ainda hoje, raramente se vê perspectivas que abarquem ambas as lutas. Como assinala Alain Bihr:

Todo este processo de produção intermedia em princípio uma matéria (portanto, um fragmento de natureza) a ser transformada, forças de trabalho e meios de trabalho, enfim, um sistema de necessidades que se trata de satisfazer. Ao transformar este ato mediador em seu próprio fim, o produtivismo capitalista submete cada um dos três elementos anteriores à sua lógica mortífera.⁵⁹

Tal situação é visualizada pela superexploração do trabalho, pelas produções inúteis enquanto outras mesmo havendo produções suficientes permanecem insatisfeitas; pela destruição da natureza convertida em simples elemento da reprodução do capital, o que resulta na raridade de elementos que foram abundantes outrora. Essa destruição é intensificada pela obsolescência dos produtos como resultado da necessidade de acumulação do capital. A crise ecológica é, portanto, uma das faces do processo contraditório do modo de produção e de viver capitalista.

Voltando ao movimento ecológico, outro aspecto de crítica a tal movimento diz respeito ao seu caráter refletido, incluindo, aí, a ecologia científica. Ela pode permitir

⁵⁷ CASTORIADIS, C & COHN-BENDIT, D. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 28.

⁵⁸ Ibid. 1981, p. 31

⁵⁹ BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Editora Boitempo, 1999, p. 128.

compreender quais determinações estão sujeitas à atividade social, determinar as urgências que a ação política deve assumir. Entretanto, o ecologismo tem limitado a importância política dos movimentos por não relacionar a crise ecológica aos fundamentos do atual modo de produção.

Particularmente, o ecologismo teórico (na verdade, ideológico) pretende explicar as interações sociais no modelo das interações ecológicas. Negando, em última análise, qualquer especificidade dos processos sociais (e, de modo mais amplo, da humanidade), pode, na melhor das hipóteses, fornecer analogias para sua explicação; mas qualquer um sabe que comparar não é suficiente. Ele é realmente incapaz de, no fundo, explicar porque as sociedades contemporâneas produzem uma crise ecológica.⁶⁰

No plano ideológico, Alain Bihr⁶¹ define o ecologismo pela operação de redução e de extração consistentes para transformar a ecologia científica em um novo modelo de pensamento para o conjunto das ciências naturais e sociais através do qual pretende explicar as interações sociais através do modelo de interações ecológicas. O que nega as especificidades das relações humanas por serem insuficientes para explicar por que as sociedades contemporâneas produzem a crise ecológica. Tal perspectiva é apresentada quando faz do produtivismo o resultado, seja da ignorância dos ensinamentos da ecologia científica, seja da perversidade intrínseca do projeto da indústria, seja, ainda, do “caráter demoníaco” da necessidade de dominar toda a humanidade. Como será visto mais adiante, pelo posicionamento da AMDA, são como se existissem bons empresários e maus empresários, críticas que se fundamentam por uma ordem moral.

O fato é que tal concepção se formula ao largo da análise crítica das relações de reprodução capitalistas e que, portanto, ignora que tal crise é própria da economia capitalista. Essa ignorância a faz incriminar a sociedade industrial e não o capitalismo enquanto tal. A tentativa de preservação de uma ordem natural, presente no discurso ecológico desconsidera as transformações históricas do trabalho sobre a natureza, em que essa ordem natural já inexiste. Ressalta este autor:

⁶⁰ Ibid., p. 131

⁶¹ Ibid., p. 131.

O problema não é preservar uma ordem natural no quadro da qual a ação humana deveria estritamente se limitar, mas de conseguir eliminar as retroações negativas sobre a humanidade de sua indispensável ação de transformação da natureza. E, por isso, controlar essa própria ação, liberando-a da influência das relações capitalistas de produção, que dela faz, atualmente, uma obra destruidora.⁶²

Escapando do ideal conservacionista e/ou a ele associado, parte do movimento ecológico enveredou pela gestão ambiental, que consiste em impor às indústrias normas e controles obrigatórios para a exploração das riquezas e ocupação do espaço, o que diminuiria os efeitos mais danosos da reprodução capitalista, porém, ao não questioná-la radicalmente, a gestão ambiental possibilitaria até abrir novos caminhos de lucratividade para o capital. Essa atuação foi assumida por movimentos ambientalistas como a AMDA, por administrações locais, e, na esfera internacional, pela interferência de decisões tomadas no âmbito de convenções, protocolos, certificados etc., mediados por organismos financiadores como o Banco Mundial. Entretanto, tais iniciativas são apenas paliativas, considerando-se que as relações de produção e reprodução continuam intocáveis, as soluções propostas acabam por perenizar os processos que denunciam. A legislação ambiental, tão reivindicada, acaba por reforçar a atuação do Estado sobre a sociedade.

⁶² Ibid., p. 132.

Figura 1: Capa do Jornal da AMDA cujo destaque é a desobediência à legislação ambiental



Fonte: AMBIENTE HOJE. Curtumes e laticínios desobedecem legislação ambiental. Belo Horizonte: AMDA, Ano XVII, N. 126. Maio/2006.

Outra consequência dessa atuação do movimento ecológico tem sido o seu isolamento perante os outros movimentos sociais, uma vez que prioriza a crise ecológica e negligencia os outros aspectos da crise atual. Dessa forma, prejudica as vantagens que poderiam ser obtidas pela atuação política tendo em vista o entendimento da raiz comum dos problemas. Em geral, o movimento ecológico se posiciona com indiferença, por exemplo, em relação ao movimento operário e aos movimentos de luta pela terra supostamente por acreditar que a crise ecológica não está diretamente relacionada às relações capitalistas de produção. Tais processos serão mais explicitados ao tratar do objeto desta pesquisa, quando se indicará mais concretamente como se dão os conflitos mediados pelo discurso ambiental. Neste momento chamo a atenção para esta tentativa de encaminhar para um plano superior os resquícios de uma natureza “natural” principalmente quando está em discussão a melhor distribuição dos recursos desta sociedade, como será indicado nas dificuldades criadas pelo movimento ambiental aos procedimentos relativos aos assentamentos de reforma agrária.

Se o meio ambiente resolvesse problema social nós não tínhamos problemas sociais neste país, nem pobreza nem nada. Não se justifica degradação de meio ambiente para resolver problemas sociais. A AMDA é uma entidade ambientalista, nós não somos entidades sociais, este não é nosso objetivo [...] se nós tivermos como tivemos no caso da Jaíba a invasão de um Parque pelo Movimento de Sem Terra, eu não tenho dúvidas nós vamos em defesa do Parque.⁶³

Quanto à posição do proletariado perante a crise ecológica, suas raízes, ainda segundo Alain Bihr, estão relacionadas à própria constituição do proletariado. Sua constituição, por sua vez, está relacionada diretamente ao desenvolvimento dos meios de produção, principalmente no período fordista. Em decorrência, consideravam que com o aumento da produtividade e, consequentemente, da dilapidação dos recursos naturais era possível também melhorar os lucros e também os salários. Assinala Bihr:

Procedendo de um economicismo radical, essa vulgata marxista reduziu a transformação do capitalismo à dialética das forças produtivas e das relações de produção, fazendo das segundas os obstáculos fundamentais ao desenvolvimento das primeiras. Essa vulgata compartilhava, então, com a ideologia burguesa a idéia de que o crescimento econômico só podia se chocar com obstáculos sociais, e não naturais [...] ela indicava como principal objetivo do socialismo e, consequentemente, da luta do proletariado, suprimir esse obstáculo e abrir, assim, através do poder de Estado, o caminho para um desenvolvimento sem entrave das forças produtivas, e supostamente, garantir a felicidade na abundância.⁶⁴

Nesses termos, a luta do operariado ao se reduzir à disputa pela divisão da riqueza social, como era proposto pelo movimento social-democrata, acaba por não influenciar no uso e na direção das forças produtivas com vistas ao desenvolvimento de uma lógica alternativa ao modo de produção capitalista. A luta do movimento operário centrada na conquista do poder de Estado não se traduz em alternativas de organização soberanas.

A reprodução do capital necessita de elementos que extrapolam o processo cíclico de acumulação, impondo uma (re)configuração da prática social em seu

⁶³ Entrevista RICAS, Maria Dalce, concedida a autora em 17 de maio de 2007.

⁶⁴ Ibid., p. 136.

conjunto. Essa prática não é encaminhada por uma fração de capital particular. Sua função é assumida pelo Estado através de seus vários aparelhos. Segundo Alain Bühr⁶⁵, através do conjunto dessas formas e aparelhos, cuja síntese e coerência o Estado garante, o processo de reprodução do capital procura apropriar-se da práxis social, produzindo sociabilidade, um modo de vida em sociedade a ele apropriado, por ser precisamente de acordo com as exigências de sua reprodução. Mas semelhante apropriação é um processo fundamentalmente contraditório, que tropeça em limites essenciais dos quais se originam crises e conflitos.

Assim sendo, o processo de socialização experimentado na sociedade capitalista também provoca a dessocialização e/ou homogeneização e fragmentação em virtude das relações estarem submetidas às relações capitalistas, que são fragmentadas em trabalhos, funções, instituições etc., provocando o enfraquecimento do vínculo social, enfim, a concretização limitada da sociedade civil.

Se considerarmos o caso que mobilizou esta pesquisa, a atuação da AMDA comumente se choca com os interesses de pequenos capitais (garimpeiros), com os interesses de comunidades locais. Incluem-se nesse caso os moradores de áreas com plantação de eucaliptos; comunidades atingidas por barragens; moradores pobres que ocupam áreas com remanescentes de florestas (motivo pelo qual questiona alguns loteamentos por atraírem este tipo de morador para a ocupação de remanescentes de floresta, defendendo a constituição de áreas de proteção sem a presença de moradores). No entanto, a AMDA vai ao encontro dos interesses do grande capital, como no caso da mineradora MBR, por exemplo, a qual obteve apoio nos processos relativos à mina de Capão Xavier e das grandes empresas monocultoras. Essa atuação formal não chega à crítica da política, à crítica do direito, à crítica da sociedade de classes. Aliás, na atuação da entidade é como se estas não existissem. A atuação da entidade é restrita a uma práxis utilitária, correspondendo apenas aos aspectos fenomênicos da realidade. Como nos adverte Karel Kosik:

Os homens usam o dinheiro e com ele fazem as transações mais complicadas, sem ao menos saber, nem ser obrigados a saber, o que é o dinheiro. Por isso a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas

⁶⁵ Ibid., p. 145.

manejadas, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade. Por este motivo Marx pôde escrever que aqueles que efetivamente determinam as condições sociais se sentem à vontade, qual peixe n`água, no mundo das formas fenomênicas desligadas da sua conexão interna e absolutamente incompreensíveis em tal isolamento. Naquilo que é intimamente contraditório, nada vêm de misterioso; e seu julgamento não se escandaliza nem um pouco diante da inversão do racional e irracional. A práxis de que se trata neste contexto é historicamente determinada e unilateral, é a práxis fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue.⁶⁶

Em fins dos anos de 1960, a despeito das críticas feitas tanto pela ecologia política quanto pelas lutas ligadas às relações de trabalho, este regime de acumulação fordista começava a apresentar, em alguns países como os Estados Unidos, sinais de crise, processo que foi reforçado pela crise do petróleo em 1973. Tal acontecimento atingia um dos pilares deste modelo de produção, quando a oferta e o controle desta fonte de energia tão relevante para este padrão começam a colocar limites ao processo de reprodução do capital. A partir de então se produz também uma tentativa de diminuir a dependência do petróleo, sobretudo na busca de fluxos de energia alternativos direcionados novamente para a produção de biomassa⁶⁷. Este processo é extremamente complexo e lento, mas permeia a institucionalização da questão ambiental dentro de organismos internacionais como a ONU e o Banco Mundial e pode ser mais bem compreendido a partir da Eco 92, quando as energias renováveis foram apontadas como alternativa à problemática global do efeito estufa, o que converge com os interesses de representantes de grandes capitais para alcançar uma saída para eliminar a dependência de energias fósseis ao mesmo tempo em que abre campo para atuação destes capitais em outros setores ligados a estas novas fontes, como por exemplo: as indústrias de painéis solares; os capitais interessados em garantir rentabilidade através do financiamento de projetos ditos “ecológicos”(como bancos e organismos internacionais) e os empreendimentos que receberam os financiamentos ligados a este novo circuito de valorização, como a Plantar S. A. Reflorestamentos. Tal

⁶⁶ KOSIK, Karel. Dialética do concreto. p. 10.

⁶⁷ Observe-se que esta fonte energética sempre foi utilizada e até a Revolução Industrial continuava sendo a principal. Após o uso intensivo das fontes fósseis do ponto de vista dominante tenta se reconstruir a biomassa como a fonte a ser legitimada.

processo, é claro, não se dá sem entrar em conflito com frações do próprio capital como aquele ligado à extração e comercialização do petróleo.

Voltando à crise do fordismo, este processo amplo apresenta outros fatores ligados à produção e a circulação de mercadorias. Alain Bihr aponta os fatores de maior relevância para o enfraquecimento do fordismo. Houve diminuição dos ganhos de produtividade que ele explica pelos limites tanto técnicos quantos sociais. A fase de maiores ganhos de produtividade do fordismo foi conseguida através da ampliação dos métodos e técnicas fordistas a muitos setores, processo que não pode prosseguir indefinidamente, inclusive se tornando contraprodutivos nos setores em que estes métodos já haviam sido aplicados em virtude da multiplicação do trabalho morto, prolongamento do tempo de circulação dos produtos. Além disso, esse aprofundamento levou à retomada das lutas proletárias, desorganizando a produção capitalista e fazendo baixar a produtividade. A tendência à elevação na composição orgânica do capital foi combatida pela desvalorização dos elementos do capital constante através de uma obsolescência acelerada e planificada, e do trabalho por turno aumentando a rotação do capital fixo, diminuindo a composição orgânica do capital. Porém, esse combate perdia força a partir do momento em que os ganhos de produtividade diminuíam e pela resistência operária cada vez mais forte. O processo de regulação do fordismo implicava no consumo privado de certos bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos. Entretanto, o mercado desses bens começa a saturar entre as décadas de 1960 e 1970 diminuindo as perspectivas de vendas transformando-se em mercados flutuantes. Por outro lado, os custos dos serviços coletivos vão crescer neste período, sobretudo os decorrentes da extensão da assistência social, com infra-estrutura etc., que escapavam em grande medida aos métodos de produção fordista. Por último, o desenvolvimento do trabalho improdutivo como aqueles relativos aos gastos militares necessários para a manutenção capitalista.

Por outro lado, é a partir daí que se intensifica a transferência de capitais para a América Latina e países asiáticos iniciado nos anos de 1950, consubstanciando um elevado grau de internacionalização da produção e dos mercados. Esse processo de internacionalização do capital abrigava-se sob o poder hegemônico dos Estados Unidos, baseado no poder militar e no acordo de Bretton Woods, de 1944, que transformou o

dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal, monetária e militar norte-americana.⁶⁸

Sobre esse processo de mundialização do capital citado anteriormente, vale destacar que se deu no Brasil. Com efeito, a partir das consequências desse processo, aqui, também, emergiram movimentos chamados, nos anos 1940, de conservacionistas. Tais movimentos faziam restrições aos processos de degradação, os quais foram referências nacionais para a criação, anos depois, do Centro para Conservação da Natureza (CCN), em Minas Gerais e, em seguida, a AMDA e outros movimentos.

Naquele momento, segundo Francisco de Oliveira⁶⁹, as forças que comandavam o Brasil propunham a *modernização brasileira* e o caminho escolhido foi o crescimento por meio da expansão industrial. Nesse sentido, o governo procurou implantar infra-estrutura para a instalação ou a expansão de grandes empresas, sobretudo as estrangeiras. Esse processo foi referenciado pelo modelo de desenvolvimento político-econômico cujo tripé de sustentação política foi Capital Privado, Capital Estatal e Capital Estrangeiro. O fortalecimento das últimas bases do tripé favoreceu o controle monopolístico da economia, dando novos saltos na acumulação. Assim, o percurso foi atravessado pelo capital estrangeiro, que se voltou para as atividades produtivas de bem de consumo duráveis. Para Francisco de Oliveira, o capital estrangeiro teve a capacidade de transformar, de potenciar o trabalho e a própria acumulação, mediante a utilização de trabalho morto, acumulado, vale dizer, de uma tecnologia em processos, máquinas e equipamentos.⁷⁰

Portanto, o padrão de organização do espaço que dominou nossa formação socioespacial de 1930 a 1980 baseou-se num processo conhecido como *industrialização substitutiva de importações*.⁷¹ Essa organização caracterizava-se, inicialmente, por forte

⁶⁸ HARVEY, D. Obra citada. 2006, p.132

⁶⁹ OLIVEIRA, Francisco de. *Economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 117.

⁷⁰ Esta discussão sobre a industrialização brasileira também foi feita através da obra “crítica razão dualista”, do mesmo autor.

⁷¹ Essa interpretação de arranque industrial que se deu pós-anos de 1930, segundo Francisco de Oliveira, tem sido reduzida exageradamente à chamada “substituição de importações” _ a crise cambial encarece os bens até então importados e a não disponibilidade de divisas e a Segunda Guerra Mundial impedem, o acesso aos bens importados, o que dá lugar a uma demanda contida ou insatisfeita, que será horizonte de mercado estável e seguro para os empresários industriais que, sem ameaça de competição, podem produzir e vender produtos de qualidade mais baixa que os importados e a preços mais elevados. Esta descrição, de fato, corresponde, sinteticamente, à forma do processo. Nesta interpretação, do modelo cepalino estaria a raiz da formação de dois pólos, o “atrasado” e o “moderno”, e a imposição de formas de consumo sofisticadas que debilitariam a propensão para poupar de um lado, e de outro, por serem demandas quantitativamente pouco volumosas, obrigaram a indústria a superdimensionar suas unidades,

capacidade de investimentos do Estado e pela criação de um mercado interno direcionado para bens não duráveis, mesmo excluindo parcelas significativas da população pela desigualdade na distribuição de renda.

Numa segunda etapa, por volta de 1955, o processo dirigiu-se à produção dos bens de consumo duráveis, intermediários e de capital. Esta orientação também decorreu mais das necessidades da produção (na verdade, da própria acumulação) que do consumo. Neste processo os preços altos não foram repassados à reprodução da força de trabalho para não ameaçar a acumulação através da expansão do setor terciário, através do crescimento do setor de serviços, do comércio e da autoconstrução de habitações. Já os preços dos produtos dos ramos chamados dinâmicos podiam ser mais altos comparativamente aos importados, porque a realização da acumulação que dependia deles se realiza interna e não externamente. Essa expansão do capitalismo de forma desigual foi produto, antes de tudo, de uma base capitalista de acumulação pobre, do que da existência de setores atrasados e modernos. Essa desigualdade é comum no processo de desenvolvimento capitalista; o que há de original é que a expansão do capitalismo no Brasil se deu introduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado para os fins de expansão do próprio novo

adotar técnicas de capital intensivo diminuindo o multiplicador do emprego, trabalhar com capacidade ociosa e deprimir a relação produto/capital, o que, a longo prazo, redundaria numa deterioração da taxa de lucro e da taxa de inversão e consequentemente, da taxa de crescimento. Parece, assim, que a industrialização substitutiva de importações funda-se numa necessidade do consumo e não numa necessidade da produção, da acumulação; além disso, as formas de consumo impostas de fora para dentro parecem não ter nada a ver com a estrutura de classes, com a forma da distribuição da renda, e são impostas em abstrato. Começa a se produzir bens sofisticados de consumo, e essa produção é que cria as novas classes, é que conforma o padrão de distribuição da renda. No Brasil, começou a se produzir internamente os bens de consumo não-duráveis destinados ao consumo das classes populares e não o inverso como normalmente se pensa. O fato de que o processo tenha desembocado num modelo concentracionista, que numa segunda etapa de expansão deslocou o eixo produtivo para a fabricação de bens de consumo duráveis deve-se à redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do exército industrial de reserva, ao aumento da taxa de exploração. As velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade reforçaram a acumulação. Assim, foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização. A “substituição de importações” é apenas a forma dada pela crise cambial, a condição necessária, porém insuficiente. OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. O Ornintorrinco. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003, p. 48.

numa economia de transição de dependência da acumulação externa para a acumulação interna.⁷²

A substituição das classes proprietárias rurais na cúpula da pirâmide do poder pelas novas classes burguesas empresárias industriais se deu através do estabelecimento do populismo e da fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho. A legislação trabalhista criou as fontes internas de acumulação, ao mesmo tempo em que a nascente burguesia industrial usou o apoio das classes trabalhadoras urbanas para limitar politicamente as antigas classes proprietárias rurais. Assim, houve políticas que ao mesmo tempo em que penalizavam a produção para exportação, procuravam manter a capacidade de importação, uma vez que eram as produções agropecuárias geradoras de divisas, fundamentais para financiar a empresa industrial. Como consequência, a legislação trabalhista não afetou as relações de produção agrária, permitindo um modo de acumulação primitiva extremamente conveniente para a expansão capitalista. A implantação das novas relações de produção no setor estratégico da economia tende a perpetuar as relações não-capitalistas na agricultura e a criar um padrão de reprodução e apropriação do excedente no setor de serviços. O caso brasileiro consistiria em reproduzir e criar uma larga periferia como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos⁷³ nitidamente capitalistas, que foram em longo prazo, a garantia das estruturas de dominação e reprodução desta expansão.⁷⁴

Paralelamente a esse processo de expansão para os países de Terceiro Mundo, o ciclo *fordista* do Pós-Segunda Guerra Mundial possibilitado pela atuação do Estado de Bem-estar-social já vinha sendo colocado em xeque também pela elite econômica que se sente prejudicada com o aumento das deduções destinadas a mantê-lo. A propósito, Pierre Rosanvallon⁷⁵, como já citado, estudou este processo de crescimento das despesas públicas e aponta os dados do Estado francês.

⁷² OLIVEIRA, Francisco de. Obra citada. 2003, p.48-60.

⁷³ No governo Kubitschek ocorreu a implantação dos ramos automobilístico, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose e indústria siderúrgica encaminhou um vasto programa de construção e melhoramento da infra-estrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem e silos, avanços da fronteira agrícola, etc. Cf. Oliveira, F.Obra citada, 2003, 60.

⁷⁴ Ibid., 2003, p. 61-68.

⁷⁵ ROSANVALLON, Pierre. *A crise do Estado-providência*. Trad. Joel Pimentel de Ulhoa.Goiânia: Editora da UFG; Brasília: Editora da UnB, 1997, p. 13.

O ritmo de crescimento das despesas públicas ligadas às políticas sociais e aos mecanismos de redistribuição tem sido muito mais rápido que o da produção nacional. Disso resultou, ainda segundo Rosanvallon, o crescimento dos “descontos obrigatórios” no produto nacional. Entretanto, é preciso considerar que essa abordagem da crise do padrão de acumulação fordista centrado na crise fiscal deixa de considerar o que tal determinação econômica exprime, ou seja (e considerando especificamente o caso brasileiro), trata-se também de uma crise política, na medida em que o combate aos custos necessários à manutenção e/ou ampliação das chamadas políticas públicas (expansão dos direitos de cidadania, em suma), pressupõe a desimportância, ou a superfluidade, não do Estado (na medida em que os capitais oligopolistas buscam “abocanhar” as parcelas antes destinadas às políticas públicas), mas do fundo público, das possibilidades de constituição da política tais como descortinadas no e pelo chamado *Welfare State*. Rosanvallon aponta que as razões do distanciamento entre crescimento econômico e crescimento social são associadas à crise pela estagnação econômica a partir de 1974. A produção diminuiu bruscamente enquanto as despesas sociais continuavam a aumentar normalmente e até se aceleravam em virtude da crise econômica, para cobrir seguro-desempregos.⁷⁶

Além disso, nem todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo, havendo sinais de insatisfação mesmo no auge deste. A negociação fordista de salários estava confinada a certos setores da economia e a certos países. Setores de produção que tendiam para o lucro médio ainda dependiam de baixos salários e de fraca garantia de emprego e mesmo setores de alta tecnologia podiam recorrer à subcontratação. As desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos “excluídos”, tais como aqueles instituídos em torno de raça, gênero e a origem étnica. Tais desigualdades eram difíceis de ser mantidas diante do aumento das expectativas alimentadas pelos artifícios aplicados à criação de necessidades. Os sindicatos passaram cada vez mais a ser atacados por estes grupos de “excluídos”. À medida que os sindicatos serviam a interesses estreitos de seus membros e

⁷⁶ Dessa forma, de 1970 a 1990, os descontos obrigatórios passaram de 35% a 45% do produto interno bruto. De 1959 a 1970, esses descontos tinham evoluído quase no mesmo ritmo que o crescimento econômico, representando 32,8% do PIB, em 1959. São as cotizações sociais que explicam, no essencial, esse crescimento relativo. Elas representam 9,7% do PIB em 1959; 12,7% em 1970; 20% em 1990, enquanto a pressão fiscal permanecia quase estável no período: 23,1% do PIB em 1959, 23,3% em 1970, 25% em 1990. É justamente nesses dados que diversos grupos vão se embasar para diminuir as despesas públicas e, mais particularmente, as despesas sociais.

abandonavam preocupações socialistas mais amplas e radicais, os sindicatos corriam os riscos de serem reduzidos a grupos de interesse fragmentados que buscavam servir a si mesmos, e não a objetivos gerais.⁷⁷

A legitimação do poder do Estado dependia cada vez mais da capacidade de expandir os chamados benefícios sociais do fordismo. A condição desta expansão, por sua vez, dependia da contínua aceleração da produtividade do trabalho para tornar o Estado de bem estar fiscalmente viável. Paralelamente a esta pressão dos “excluídos” havia também uma crítica ao consumo de massa e ao gerencialismo estatal que articulava todo um conjunto de insatisfações culturais, justamente quando o fordismo parecia estar no seu auge. A hegemonia americana era colocada em questão num momento em que a Europa e o Japão e outros países recém-industrializados passavam a competir com os Estados Unidos, fazendo cair o acordo de Bretton Woods e a desvalorização do dólar. Diante da crise muitas empresas viram-se com capacidade ociosa, o que levou à reestruturação produtiva e intensificação do controle sobre o trabalho. A mudança tecnológica, a dispersão para regiões onde houvesse um controle da exploração do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para aumentar o giro do capital passaram a fazer parte das estratégias de sobrevivência das empresas, o que pôs em crise o pacto fordista.⁷⁸ A mudança para o padrão de acumulação flexível estabelecendo novas condições para o trabalho faz parte das estratégias deste modo de regulação pós-fordista.

Essa profunda revolução tecnológica, visando à reprodução das relações sociais, coaduna com as críticas à totalidade social feitas pelas classes sociais detentoras de menor parte da riqueza social, bem como com a necessidade de colocar em novas bases a reprodutibilidade do capital, processo que foi impulsionado pela atuação do movimento ambiental.

Observa-se que, até a década de 1960, a questão ambiental pouco ou nada era considerada nos debates acerca dos limites e contradições dos processos produtivos, ou melhor, da reprodução do padrão fordista de acumulação do capital. Entretanto, nos anos de 1970, acompanhando as mudanças ocorridas na produção, a questão ambiental começa a ser considerada como limite para a reprodução do capital, entrando para a

⁷⁷ HARVEY, D. Obra citada. 2006, p. 132

⁷⁸ Ibid., 2006, p. 133.

pauta de discussões da ONU e, em seguida, passando a ser contabilizada nos processos de reprodução do capital.⁷⁹

I.2 Os debates e descaminhos do ambientalismo: o ambientalismo no Brasil

Aponta Gonçalves⁸⁰ que a ecologia tem interessado aos mais diferentes segmentos da sociedade, apesar de nem todos partirem da mesma motivação política e ideológica. No Brasil, o movimento ecológico emergiu na década de 70, no contexto da ditadura militar. Diferentemente de outros movimentos, o ecológico “não apresenta”, claramente, uma base objetiva como a defesa de interesses de classe. Porém, como temos observado, tal movimento faz parte de uma totalidade que na atualidade se faz ver fragmentada, descolada de processos sociais mais amplos, em que as questões referidas às lutas de classes têm sido colocadas em plano inferior, processo que não é desprovido de intenções, uma vez que os membros destes movimentos fazendo parte desta sociedade também comportam interesses de classes, não portando a tão propalada neutralidade de classe. Pelo contrário, esta ilusão de desaparecimento das classes está relacionada à complexidade das relações no capitalismo contemporâneo.

Francisco de Oliveira explicita este processo:

A opacidade da divisão e das relações entre as classes é contemporaneamente de tal densidade que o trabalho teórico de dar-lhes transparência caminha no sentido inverso do movimento da história do capitalismo contemporâneo. No sentido de que, enquanto o sistema capitalista se afirma sistematicamente enquanto tal, borrando ou anulando ou ainda subordinando as formas que o precederam, sendo, portanto mais transparente o caráter do sistema em si mesmo, o movimento das classes vai ao sentido inverso, isto é, torna-se mais complexo e mais difícil re-

⁷⁹ Em 1968, os problemas do meio ambiente são apresentados pela primeira vez na ONU, durante a Conferência Intergovernamental de Peritos. São esclarecidas, nessa ocasião, as bases científicas da utilização racional e da conservação dos recursos da biosfera, organizada em Paris, pela Unesco. A noção de ecossistema mundial aparece com força nessa conferência. O termo Nave espacial Terra é difundido a partir daí. O conceito de conservação da natureza pela instalação de santuários é posto em xeque e uma nova concepção surge (a idéia de gestão). “uma política de conservação deveria visar, em definitivo, à organização do meio externo, de tal forma que ele contribuisse para a saúde física e mental do homem e para o desenvolvimento da civilização [...] das condições que permitem o desabrochar das melhores qualidades do homem”. ACOAT, P. Obra citada. 1990, p. 167

⁸⁰ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 5. ed., São Paulo: Contexto, 1996, p. 12.

conhecer, enfim, o perfil das classes sociais [...] enfim, é uma ideologia que navega sobre uma multiplicidade de determinações que ela não consegue desembrulhar e, por isso, anuncia o fim da sociedade de classes na história [...] do capitalismo!⁸¹

Conforme já apontado, a emergência de tal movimento está associada a um momento de questionamento ao chamado pacto fordista, como contraponto ao estreitamento das lutas relacionadas ao trabalho encaminhadas pelo movimento sindical à época, que não considerava, em grande medida, os conflitos que não estivessem intimamente ligadas às relações trabalhistas.

De acordo com Agripa Faria Alexandre⁸², a origem histórica da problemática socioambiental é extremamente recente, como tema político, se comparada às discussões que, por longa data, foram travadas em torno do liberalismo (século XVII); do conservadorismo (século XVIII); da social-democracia (século XIX) e; do comunismo (século XIX e XX). Segundo a autora, todas essas lutas políticas apresentaram dificuldades de responder aos problemas qualitativamente novos do fim do século passado. A questão ambiental, em pouco tempo entrou para o imaginário social, contrariando as opiniões dos primeiros analistas de que as propostas dos ambientalistas não passavam de ações táticas e setoriais como: uma usina nuclear, uma espécie selvagem ameaçada de extinção, uma indústria poluente. Jamais pensaram que isso haveria de constituir programas de governo de forma organizada, como criação de agências; partidos “verdes” e partidos com “propostas verdes”; e no mercado e na sociedade civil, crescem os seguidores da ideologia de defesa da natureza, embora mais no discurso do que na prática, ou melhor, tais discursos foram decididamente incorporadas na e pelas diferentes práticas através das quais se processa a reprodução social e os fundamentos desta forma de sociedade.⁸³.

Layrargues (1998)⁸⁴ afirma que o momento de percepção da problemática ambiental com absorção do ideário ambientalista pelos diferentes setores sociais ocorreu em tempos variados. A cada década, a partir de 1950, corresponderia à

⁸¹ OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 17.

⁸² ALEXANDRE, Agripa Faria. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento*. Blumenau/Florianópolis: Edifurb/Editora da UFSC, 2000, p. 77.

⁸³ Cf. Pádua, 1987; Pádua, 1992 utilizados pela autora referida.

⁸⁴ LAYRARGUES, Pomier Philippe. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Ed. ANNABLUME, 1998, p. 92. Cf. LEIS (1992) utilizado pelo autor referido.

entrada de um novo grupo social influenciado por diferentes fatores. Assim, a década de 1950 correspondeu ao ecologismo dos cientistas; os anos de 1960 ao das Organizações Não-Governamentais, a década de 70 ao ecologismo dos políticos; a década de 80 aos setores ligados ao sistema econômico e a década de 90 à “classe” médica, que abraçou a questão ambiental através da medicina alternativa com a acupuntura, florais, ervas, homeopatia, aromaterapia, ioga, tai chi chuan, na busca de rearmonizar o indivíduo com o meio, fazendo com que recupere o equilíbrio interno.

O ecologismo de cientistas ganhou força nos anos de 1950. Em suas pesquisas biológicas com animais em campo, cientistas perceberam o acentuado ritmo de extinção de espécies da vida selvagem. Criaram assim inúmeras organizações de proteção da vida selvagem, como a União Internacional para a Proteção da Natureza, criada em 1948, vinculada à ONU, a qual muda de nome em 1956 para União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais.

No movimento de contracultura da década de 1960 estavam presentes os *hippies*, os quais pregavam a saída de um modo de vida consumista e o retorno à natureza e a valorização de saberes pouco considerados pela cultura ocidental. Neste momento, também outros movimentos questionam o modo de produção capitalista.

O ideário ambientalista aumentou a sua penetração na sociedade a partir do livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, publicado em 1962, nos Estados Unidos. Tratava dos efeitos nocivos da má utilização dos pesticidas e inseticidas sintéticos, sobretudo o DDT, e ganhou grande visibilidade pela linguagem acessível e aterrorizante. Como consequência, muitos estados americanos proibiram o uso de DDT em suas terras.

Ocorre, portanto, uma mudança no enfoque da questão ambiental na passagem da década de 1950 para 1960. Enquanto em 1950 o enfoque dado era pela preservação da natureza de forma isolada, em 1960, a despeito do livro *Primavera Silenciosa* e diversos desastres ambientais (como a contaminação da baía de Minamata no Japão, naufrágio de navios petroleiros, testes nucleares, dentre outros), a questão ambiental se ampliou deixando de contemplar apenas a natureza enquanto valor estético a ser preservado, para aquela em que as catástrofes ambientais só seriam evitadas através de mudanças nos valores e instituições das sociedades industriais.⁸⁵

⁸⁵ Ibid., 1998, p. 94.

O economista Kenneth Boulding, em 1966, publica *The economics of coming spaceship earth*, no qual utiliza a metáfora “nave espacial” para o planeta Terra como se esse estivesse navegando pelo universo, cuja tripulação seria a própria humanidade, traduzindo assim a idéia de finitude do planeta. Tal metáfora será apropriada por diversas correntes do movimento ambientalista como argumento de sensibilização social. Neste trabalho o autor aponta que os suprimentos para a viagem já estariam a bordo e seriam constituídos pelo ar e pelo solo já existente, não havendo como abastecer a nave com novas provisões. Suas observações também retomam a natureza como princípio organizativo da sociedade, sendo a natureza o verdadeiro estoque de capital. Neste mesmo ano, o satélite *Lunar Orbiter* forneceu as primeiras fotografias da Terra observada do espaço, o que reforçou esta imagem de planeta único e finito vagando pelo espaço.⁸⁶

Os grandes debates ecológicos foram direcionados para a questão populacional e sua relação com a finitude do planeta. A publicação do livro “A tragédia dos comuns”, em 1967, por Garret Hardim ativa o debate. Este autor afirmava que não haveria soluções para o crescimento populacional. A tragédia estaria na fatalidade da destruição dos recursos de propriedade comum, o que fugiria a qualquer tipo de regulamentação. Por conseguinte, haveria a exploração ilimitada dos recursos até seu esgotamento, em busca do benefício individual. Hardim utilizou a metáfora do pasto aberto para vários pastores que há muito tempo levavam seu gado para pastar. Tradicionalmente, havia um equilíbrio entre o número de vacas e a quantidade de capim, mas em um determinado momento, um pastor resolve obter mais lucros e acrescenta mais uma vaca ao pasto. O resultado é a tragédia comum, pois o pasto se deteriora a ponto de não fornecer mais alimento para nenhuma vaca, evidenciando a idéia de que o interesse individual não é benéfico para o trato das áreas comuns.⁸⁷ Vislumbram-se daí duas soluções: ou se trabalha coletivamente, onde a área comum seria de responsabilidade coletiva, e/ou privatizam-se todas as áreas que forem possíveis, sendo esta última opção levada adiante.⁸⁸

Ainda com relação à questão populacional, Paul Ehrlich, biólogo, no livro *The population boom*, em 1968, a pedido do Diretor do *Sierra Club*, retoma as idéias de

⁸⁶ Ibid., op cit.

⁸⁷ Ibid., 1998, p. 95.

⁸⁸ Ibid., 1998, p. 96.

Malthus⁸⁹ publicada em 1803 no *Essay on population*. Numa discussão neomalthusiana, Ehrlich acreditava que a solução para a problemática ambiental só seria possível com controle da natalidade, pois as tentativas de produzir mais alimentos, a partir de um determinado limite, só produziriam consequências desastrosas para a *capacidade de suporte*⁹⁰ das terras agricultáveis, como envenenamento de solos e cursos d'água, processos erosivos, exaustão de lençóis freáticos etc.

Outro biólogo, Barry Commoner, inicialmente preocupado com as questões nucleares (mas que assume o debate populacional com o livro *The closing circle*, publicado em 1971), constata que, apesar do crescimento populacional e do consumismo desenfreado, nenhum dos dois fatores explica os enormes aumentos de poluição. O problema estaria no fato de a sociedade ter assumido uma “tecnologia defeituosa”. Acreditava que o crescimento populacional naturalmente diminuiria à medida que as sociedades se tornassem ricas e industrializadas, o que, no entanto, não aconteceria em relação à poluição e ao esgotamento dos recursos minerais. A partir deste momento, inicia-se o processo de rompimento com a concepção predominante de associar a finitude do planeta apenas à explosão demográfica. A partir daí está posta a discussão, que atualmente ainda é polêmica entre ambientalistas, a respeito do que

⁸⁹ Malthus Ensaio sobre a população, obra essa referente à economia política, fortemente influenciada pelo naturalismo clerical. Conforme Malthus: “Um homem que nasce num mundo já possuído, se não conseguir obter o sustento com os seus pais ou com alguém de justo direito, e se a sociedade não quiser o trabalho dele, não tem direito à ínfima porção de alimento e, com efeito, não tem nada de estar onde está. Não há vaga para ele no lauto banquete da natureza. Ela lhe diz para ir-se embora, e vai rapidamente executar as suas próprias ordens, se ele não se valer da compaixão de algum dos convivas. Se estes convivas se levantarem e abrirem espaço para ele, outros intrusos aparecerão imediatamente demandando o mesmo favor... A ordem e harmonia do banquete são perturbadas, a abundância que reinava até então se transforma em escassez... Os convidados percebem o seu erro tarde demais, ao aplicar a todos os intrusos essas ordens estritas, emitidas pela grande anfitriã do banquete, que, desejando que todos os seus convidados tenham abundância, e sabendo não poder prover números ilimitados, humanamente se recusou a admitir os que continuam a chegar quando ela já está com a mesa lotada”. MALTHUS, second essay, v. 02, p. 127-28 apud FOSTER, 2005, p. 144.

Esse debate influenciou/influencia os debates acerca do ambiente após a década de 1950. Um dos pontos retomados de Malthus concerne ao controle populacional empreendido em diversos países sob o álibi de que o excesso populacional era responsável pela pobreza e causava subdesenvolvimento. Também nesta linha, o conceito de capacidade de suporte foi desenvolvido com o objetivo de definir a quantidade de habitantes seria suportável, de forma sustentável, em determinado território.

⁹⁰ A capacidade de suporte vincula o número de habitantes que seriam suportados em uma determinada porção de terra, com sustentabilidade. Esta discussão é feita inicialmente na biologia, associada ao conceito de ecossistema e utilizada atualmente nas questões demográficas. Conceito delicado para ser utilizado uma vez que na sociedade moderna fica extremamente complicado delimitar um território em que não haja um intenso fluxo de matéria de energia de diferentes partes do planeta, mesmo em ambientes considerados mais isolados.

seria mais relevante para a degradação ambiental: o crescimento exacerbado ou o consumismo exagerado.⁹¹

Enfim, observa-se que o debate apresentado nestas publicações não aponta para as relações fundamentais desta sociedade, de subsunção da natureza e do homem à lógica de acumulação do capital, como mostrado por Alain Bihl. O debate se centra nas instituições industriais e/ou na questão populacional, não colocando a totalidade social em questão.

A questão dos limites se acentua a partir de 1972, quando é publicado *Os limites do crescimento* pelo *Massachusetts Institute of Technology*, no qual, além do debate populacional, discutiu-se o paradigma tecnológico que acarretava a aceleração da aproximação dos limites. Esta publicação resultou da reunião de 30 cientistas, em abril de 1968, na *Accademia dei Lincei*, em Roma, para debater os dilemas da humanidade no presente e para o futuro. Desse encontro originou-se o Clube de Roma, responsável pelo relatório final d'*Os limites do crescimento*. Dirigida por Dennis Meadows, esta equipe examinou cinco fatores básicos que determinariam e limitariam o crescimento: população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição utilizando um modelo matemático informatizado baseado em trabalhos em Dinâmica de Sistemas, de Forester (1971), para criação de modelos gráficos.⁹² A constatação inicial foi a de que esses cinco elementos possuem um padrão comportamental com curva de crescimento do tipo exponencial, isto é, uma progressão geométrica. Essa curva estaria comprometida com o ciclo de realimentação positiva, que por sua vez caracteriza o “circulo vicioso”, o que foi colocado pelo grupo como profundamente assustador, pois o mecanismo de retroalimentação positiva tem a capacidade de produzir números muito altos. O grupo afirmou então que, diante da magnitude dos números tratados pela curva exponencial, tornava-se evidente pensar em termos de tempo de duplicação, e exemplifica com o caso do crescimento populacional humano. O período de duplicação da população mundial, que era de quase 250 antes de 1650, passa para 33 anos em 1970. Além disso, metade das terras agricultáveis já estava sendo utilizada. Logo, se os sete bilhões de habitantes projetados para o ano 2000 tivessem PNB *per capita* semelhante ao dos EUA em 1972, a carga de poluição do meio ambiente seria cerca de 10 vezes maior. A pretensão do Clube de Roma era associar a

⁹¹ Ibid., 1998, p. 96.

⁹² Ibid., 1998, p. 97.

caracterísitca do crescimento exponencial com a finitude da natureza “natural” do planeta, reforçando a população e não o modo de produção social como responsáveis pelos processos de degradação ambiental. A principal preocupação do relatório⁹³ era responder às questões sobre os modos de comportamento voltado para a educação ambiental, e não para fazer previsões exatas. Além disso, buscava alterar a visão dos grupos sociais que segundo estes só se preocupavam com questões mais imediatas e não consideravam o global.⁹⁴ Apontavam, ainda, que a tecnologia moderna apresenta um reforço do mito tecnológico como solução dos problemas da humanidade.

Conforme texto do clube de Roma:

A tecnologia pode aliviar os sintomas de um problema, sem afetar as causas fundamentais. A fé na tecnologia, como uma solução final para todos os problemas, pode desviar nossa atenção do problema mais fundamental – do crescimento em um sistema finito – e impedir-nos de tomar medidas efetivas para resolvê-lo.⁹⁵

A urgência da publicação deste relatório se referiu, sobretudo, pela existência em 1972, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia. Esta conferência sofreu influência deste relatório a qual enfatizou os aspectos políticos e econômicos⁹⁶ da questão ambiental e não os técnico-científicos. O representante da ONU na conferência disse que esperava que as nações em

⁹³ As conclusões estabelecidas no relatório são as seguintes: I- Se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição dos recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento deste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial. 2- É possível modificar essas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual. 3- Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito. MEADOWS, et all p. 20 apud LAYRARGUES, 1998, p. 102.

⁹⁴ Ibid., 1998, 98-99.

⁹⁵ MEADOWS et al. p. 151, apud LAYRARGUES, 1998, p. 101.

⁹⁶ O Clube de Roma propôs a imposição de restrições deliberadas ao crescimento, o que implicaria um estado de equilíbrio. Dentro destas considerações discorreu sobre a necessidade dos países de Terceiro Mundo não seguirem o mesmo rumo tecnológico das nações industrializadas, afirmado que é fundamental ocorrer uma transferência de recursos dos países ricos para os pobres. Mesmo assim, as posições contrárias às idéias do Clube de Roma foram fortes. Dentre elas a afirmação de que o crescimento zero poderia produzir uma recessão industrial no Primeiro Mundo e colocaria um freio no desenvolvimento do Terceiro Mundo, o qual ficaria eternamente dependente e subdesenvolvido. Ficaram conhecidos como zeristas, no sentido de propagarem a idéia de crescimento zero para todos os países do mundo. Entretanto, esta idéia não foi colocada explicitamente neste relatório.

desenvolvimento não repetissem os mesmos erros das nações industrializadas, principalmente em relação à poluição atmosférica, insistindo na necessidade de criação de alternativas. No entanto, a leitura que o Terceiro Mundo fez a partir de tal expectativa era que justamente as restrições ambientais impostas pelas nações ricas acabariam por retardar ou mesmo paralisar o desenvolvimento do Terceiro Mundo. A posição do representante brasileiro na conferência, assim como os dos demais países do Terceiro Mundo, foi reativa a todos os princípios, pois neste momento ambiente e desenvolvimento eram considerados antagônicos. Mesmo que o desenvolvimento capitalista fosse prejudicial ao meio ambiente este deveria ocorrer incondicionalmente, para que o Terceiro Mundo pudesse sair da condição de pobreza e em seguida resolver os problemas relativos a ele.⁹⁷

Observa-se que de um lado e de outro as argumentações são respaldadas por questões referidas aos aspectos populacionais. Do lado dos conferencistas o crescimento populacional, sobretudo dos países pobres, era considerado uma ameaça à finitude do planeta e, do lado dos países ditos de Terceiro Mundo, esgrimia-se a defesa do desenvolvimento para melhorar as condições da população pobre.

Apesar deste posicionamento contrário às determinações da Conferência, pois os objetivos do Estado brasileiro era o incentivo à implantação de indústrias do Primeiro Mundo em nosso território, o que seria dificultado se houvesse restrições ambientais, em 1973 surge a reação para atenuar a imagem negativa do Brasil diante da opinião pública internacional com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA).

Em virtude destas divergências de posicionamentos foi possível que algumas questões exclusivas do Terceiro Mundo fossem consideradas na conferência, tais como o desmatamento, a erosão e a desertificação. Nesta negociação estava em jogo a liberação de recursos para o controle da poluição. Como consequência, foi criado o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e elaborada a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano. Destaca-se, entretanto, que nesta declaração o tom desenvolvimentista era forte, reforçando que os processos de degradação são maiores no Terceiro Mundo, justamente pela falta de desenvolvimento. Apesar deste desfecho aparentemente contraditório, há que se considerar que os países do Primeiro Mundo

⁹⁷ LAYRARGUES, obra citada, 1998,103-106.

vislumbravam as perspectivas de novos mercados oriundos dos processos de transferência de recursos e tecnologias para os países do Terceiro Mundo. Introduz também a necessidade de considerar a variável ambiental nos projetos de desenvolvimento. O desenvolvimento e o meio ambiente despontam como compatíveis. As soluções são apontadas como técnicas e científicas e aspectos culturais, psicossociais são tratados com irrelevância.⁹⁸

É neste contexto que as discussões acerca do ambiente chegam ao Brasil. Tais discussões integram práticas instituídas (internamente as discussões se deram principalmente por dentro da burocracia estatal, instituindo regras para a reprodução social do espaço) a partir de processos já instituídos (já havia uma definição no âmbito do poder instituído quanto às prioridades a serem enfrentadas). Ora, as discussões acerca da degradação da natureza não estão contempladas apenas nos vieses oficiais. Sabe-se que no Brasil e em outros países do mundo a luta política pela não destruição de meios de vida é bem anterior ao ambientalismo orientado pelas ONGs. Porém, tais lutas não eram e não são assim denominadas, pois estas lutas vão além do que se convencionou chamar de ambientalismo, comportando em grande medida uma perspectiva revolucionária porque contrapõe seu modo de organização da vida ao que é intrínseco ao modo de produção capitalista. A estas lutas e conflitos ecológicos não apresentados na linguagem “ambiental” (e que os próprios envolvidos não consideram a si mesmos como ambientalista) Joan Martinez – Alier⁹⁹ denomina “ambientalismo dos pobres”.

A outra vertente do ambientalismo, denominada de tese pós-materialista, explica os movimentos ambientais não em termos de uma preocupação com a crescente degradação dos recursos materiais e com o aumento da poluição, mas, pelo contrário, em termos de uma mudança nos valores culturais voltados para temas relativos à “qualidade de vida” fora do âmbito material, o que contribuiria para maior sensibilidade para as questões ambientais. Os envolvidos em tais movimentos estariam associados a estratos sociais em que a problemática material estaria supostamente resolvida, possibilitando reivindicar outras questões relacionadas às melhorias ambientais.

⁹⁸ Ibid., 1998, 109-110.

⁹⁹ MARTINEZ-ALIER, Joan. Justiça Ambiental (local e global). In: Clóvis Cavalcanti (org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 199, p. 219.

Esta vertente deve ser avaliada, uma vez que esta parece não considerar que o crescimento econômico avança paralelamente à degradação, uma vez que tais questões estão voltadas para valores subjetivos de proteção da natureza. Esse viés “ambientalista” não associa tais processos ao modo de produção atual, e acredita ser possível reduzir a degradação ambiental enquadrando os processos produtivos sem considerar o modo de produção em sua totalidade. Ao mesmo tempo em que valoriza a natureza, contribui para que aspectos relativos a esta carência relativa a uma natureza “natural” sejam difundidos socialmente passando a fazer parte do valor das mercadorias, ou seja, aspectos que em tese simbolizem a natureza são elementos das novas raridades, já que enquanto eram abundantes não seriam passíveis de fazer parte do processo de acumulação.

No Brasil a discussão em torno da ecologia já apresentava fatores comuns aos países ricos, tais como: a relevância dos problemas socioambientais, o surgimento de nova classe média nas décadas de 60 e 70 e o surgimento dos novos movimentos sociais. Estes últimos, segundo Pádua, impulsionaram o nascimento da “política verde” no Brasil, tanto institucional, quanto informal. Aponta esse autor, os seguintes fatores externos que interferiram no encaminhamento da problemática ambiental brasileira: a atividade de J. Lutzenberger¹⁰⁰ como assessor de empresa agroquímica européia; o impacto negativo da posição brasileira na Conferência sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972; a globalização da mídia; a crescente erosão da esquerda marxista; a volta de ativistas políticos exilados. Entre os fatores endógenos estão: a intensificação da devastação ambiental, resultante do “milagre” econômico brasileiro; a formação de nova classe média com disposição para exigir melhor qualidade de vida; a

¹⁰⁰ Idealizador e fundador da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAM), uma das primeiras entidades ambientalistas brasileiras. Difundiu no Brasil as idéias do livro *Gaia*, publicado em 1979, por J. E. Lovelock através de um estudo sobre o assunto. Encantado com as novas perspectivas trazidas neste livro, J. Lutzenberger não parte das considerações sobre a atmosfera como o livro *Gaia* e sim indaga se poderíamos ter no planeta apenas as plantas, vivendo sem a existência de animais, e o inverso, apenas os animais, sem a presença de plantas. Pela análise do autor, os dois casos seriam impossíveis, pois plantas e animais participam de uma mesma unidade funcional, órgãos de um organismo maior. Ao comparar a imagem da Terra como uma nave espacial (1966) as idéias desenvolvidas no livro *Gaia*, apontam que na primeira a Terra seria o substrato da vida e a vida seria a tripulação, na segunda, considera não haver nem tripulação nem passageiros. Esta comparação teve suas consequências. No momento de embate entre o Norte e o Sul a respeito das responsabilidades da crise ambiental, a imagem de que não haveria passageiros nem tripulação induz à percepção de que toda a humanidade é responsável pela degradação do planeta. Nas definições de Lutzemberger, não há critério que defina um grau de comprometimento ou participação maior ou menor entre os sujeitos sociais que tecem relações com a vida no planeta. Deste modo, permite-nos visualizar a imagem ideológica do “homem genérico” pulverizando a responsabilidade seja para o nível do indivíduo ou da humanidade. Ibid., 1998,120-122.

crise da representatividade política tradicional, agravada pela ausência de liberdade política e de organização e manifestação fazendo surgir novos movimentos sociais; a liberalização política lentamente iniciada em 1974; o malogro da luta armada da esquerda; a ambivalente retórica das riquezas naturais e a pilhagem dos recursos naturais.

Viola & Vieira¹⁰¹ apontam explicações semelhantes às anteriores para a expansão do movimento ambientalista brasileiro acrescentado como positivo para isso o fato do movimento ambientalista brasileiro ter se tornado complexo e multisectorial. Para eles, a ampla divulgação do relatório *Nosso Futuro Comum* entre os ambientalistas, a partir de 1988, aliada à pressão sofrida pelo governo brasileiro pelas agências internacionais de financiamento, bem como o fomento do governo em ser anfitrião da UNCED 92, despertou interesse da população brasileira para a problemática socioambiental.

Na perspectiva de Agripa Faria Alexandre¹⁰², a descrição da evolução do movimento ambientalista em termos de redes complexas e multisectoriais, associado ao processo de institucionalização, desenvolvida por Viola, impede de observar que o ativismo ambientalista perdeu sua razão de ser, pois a multisectorização alcançada não ampliou verdadeiramente os espaços políticos de contracultura. O radicalismo do movimento por si só já fora solapado desde a entrada, no Brasil, dos primeiros movimentos ecológicos na década de 70, cujos ideais já eram imbuídos de um caráter instituído, em grande medida comandado pelo Estado.

Conforme se verá mais adiante, o processo indicado por Agripa Faria Alexandre foi ancorado em ONGs ambientalistas que também apostavam na diminuição dos processos de degradação através da constituição de parâmetros técnico-legais a serem seguidos. Logo, não apresentavam realmente caráter de radicalidade. Porém, pela literatura indicada anteriormente e que era representativa do debate à época, esta suposta radicalidade perdida já na entrada do movimento ambientalista no Brasil também já não era predominante no âmbito internacional, ao menos sob a denominação ambientalista.

¹⁰¹ VIOLA, E. & VIEIRA P. F. Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista brasileiro. *Revista Administração Pública*. São Paulo: out/dez 1992.

¹⁰² ALEXANDRE, Agripa Faria. Obra citada, 2000, p. 80.

Naquela época, a esquerda brasileira mais forte empunhava como bandeira, o postulado da equidade social, embora sem questionamento da base economicista. O não questionamento da base economicista foi seguida por grande parte das ONGs ambientalistas que se instituíram. Porém, acrescenta-se que estes grupos que se organizaram não tinham, genericamente falando, preocupação com as questões referidas à equidade social. Dentro das concepções predominantes de natureza estava, sim, uma natureza abstrata, misto de valorização estética com preservação de fragmentos de “natureza”, muito próximo do conservacionismo, porém já podendo utilizar de técnicas modernas de gestão. A mediação necessária entre esta degradação e a constituição de alternativas, embora pudesse existir, não foram incorporadas como práticas instituintes.

Acompanhando este processo, hoje a publicidade das ações empreendidas isoladamente na área ambiental, quer pelo mercado, quer pelo Estado, contribui para que se pense que os problemas socioambientais sejam passíveis de solução sem se alterar, drasticamente, o modo de produção. Em grande medida, soluções neste nível são até apresentadas como parte das alternativas de melhor distribuição da riqueza social.

Muitos dos impasses colocados pela poluição e pela escassez de recursos para a produção passaram a ser incorporados como “variáveis ambientais” consideradas legítimas na discussão da sociedade industrial através da crença nas soluções tecnológicas para as chamadas “externalidades” do processo produtivo. Tal processo inseriu-se num contexto de transformações em escala global, como o declínio do socialismo real e a globalização econômica. As referências se deslocaram entre inúmeros lugares sociais, constituindo uma variedade de ambientalismos e o fortalecimento, a partir dos anos de 1990¹⁰³, do termo “desenvolvimento sustentável”, como um campo de reconhecimento da “crise ambiental” em escala planetária e como proposição para o consenso entre crítica ambiental e sociedade industrial. Neste

¹⁰³ Em 1992 foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesta conferência foram encaminhadas propostas de soluções de problemas específicos de âmbito global, tais como as que resultaram das Convenções sobre a Mudança Climática e sobre a Diversidade Biológica. “Este relatório, Nosso Futuro Comum, não é uma previsão de decadência, pobreza e dificuldades ambientais cada vez maiores num mundo cada vez mais poluído e com recursos cada vez menores. Vemos, ao contrário, a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem de se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais. E acreditamos que tal crescimento é absolutamente essencial para mitigar a grande pobreza que se vem intensificando na maior parte do mundo em desenvolvimento.” (BRUNDTLAND, p. I apud LAYRARGUES, p. 146.)

desenrolar, o potencial transformador apresentado pela crítica da ecologia política cedeu lugar ao “ambientalismo de resultados”, ancorado como projeto reformador no bojo da perspectiva economicista hegemônica. O mercado global desponta como regulador das políticas ambientais e sociais, sobretudo, a partir da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995.¹⁰⁴ As discussões acerca desta regulação entraram em choque com a tendência mundial de “livre comércio” desenvolvida pela OMC. Neste embate entre a OMC e o projeto ambiental das Nações Unidas, somente os instrumentos compatíveis com a ideologia da “auto-regulação pelo mercado”, tais como a certificação de produtos “ecologicamente corretos” e o “comércio de créditos de carbono”, passaram a ter relevância.¹⁰⁵

Daí a importância das ONGs ambientalistas para avaliar projetos empresariais que passem por certificação ambiental, favorecendo o marketing ambiental. Por outro lado, como as ONGs vêm se tornando parceiras do Estado, estas ganham assento em espaços decisórios, nos quais podem estar em debate projetos empresariais.

I.3 As Organizações Não-governamentais e o Estado

Nesse ambiente de mudanças nas estratégias de reprodutibilidade do capital, nos espaços de atuação política em torno da produção espacial, é cada vez mais comum a presença das ONGs como mediadores da sociedade civil. A tendência que se observa é de aproximação cada vez maior delas com os setores empresariais e com o Estado. O referencial metodológico da prática das ONGs, baseado na divisão do espaço em esferas de atuação como ambiental, social, econômica etc. permite considerar, apenas, certos aspectos, não possibilitando avaliar as contradições da produção do espaço.

Posto isso, é necessário compreender o panorama de crise dos movimentos sociais tradicionais e a atuação e emergência dos *novos movimentos sociais* e as chamadas *práticas alternativas* que se organizaram no cenário brasileiro no processo de

¹⁰⁴ Zhouri et al. Obra citada, 2005, p. 14.

¹⁰⁵ Ibid., 2005, p. 15. Diante da Terceira Conferência das Partes, Convenção Quadro das Nações sobre Mudanças do Clima, Quioto (COP – 3), no Japão, em 1997, 36 países industrializados comprometeram-se a reduzir, até 2012, suas emissões de gases de efeito estufa em 5,2% em relação aos níveis de 1990. Nesse contexto, foi criado o “mercado de carbono”, que permite a comercialização do direito de emitir certas quantidades de CO₂ em troca de investimentos em projetos para implantar técnicas “limpas” de redução de tais emissões. O protocolo de Quioto entrou em vigor no dia 16 de Fevereiro de 2005.

transição para o governo democrático. As ONGs se fortalecem neste ambiente como intermediários de movimentos locais com cooperação internacional e, mais adiante, como mediadores da relação sociedade-Estado.

As Organizações Não-governamentais (ONGs) não possuem um caráter representativo de classe. Diferentemente dos sindicatos ou mesmo dos movimentos sociais, elas não podem falar ou agir em nome de terceiros, não tendo que se reportar diretamente a um grupo. Seu principal instrumento de atuação é o “projeto”. Financiamentos se fazem por projetos e consequentemente pesquisadores e ativistas sociais tiveram de aprender a definir a sua atuação em termos compatíveis com um cronograma. Sobretudo projetos traduzíveis em um orçamento que quantificasse o valor dos meios necessários para obtenção dos fins desejados e uma prestação de contas confiável. Esta prática do que se configurou como ONGs teve que assimilar, mesmo que contra a vontade, a lógica pragmática.¹⁰⁶

Os movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980 desenvolveram-se à margem das fontes de recursos locais. Evitavam relações com o Estado e não eram parceiros das empresas privadas. Seus recursos vinham da cooperação internacional. O caráter “não-governamental” das agências financeiras foi decisivo, assim como o caráter “não-lucrativo”. Este financiamento, muitas vezes foi feito de forma sigilosa, o que proporcionou o contato destes movimentos com esta forma institucional de organização. É desta relação que surgiram as ONGs na América Latina. As agências de cooperação necessitavam de parceiros locais que fossem capazes de formular projetos, acompanharem sua execução e prestar contas. Não tinham como chegar diretamente e regularmente aos movimentos sociais, pois estes careciam de estabilidade institucional. Assim surgiram as ONGs latino-americanas, como parcerias da cooperação internacional no apoio às ações de grupos locais e aos movimentos de promoção social. Por outro lado, lidando muitas vezes com entidades de formação recente e preocupada em atingir os fins da cooperação, as agências preferiam projetos específicos aos apoios institucionais. Em lugar de apoiar as ONGs como tais, apoiavam projetos, reforçando a lógica pragmática no interior destas novas entidades.¹⁰⁷

¹⁰⁶ FERNANDES, R. C. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 79.

¹⁰⁷ Ibid., 1994, p. 80.

O caráter não-governamental associava-se a um outro, pois, muitas vezes, a despeito da diversidade, refletiam a variedade das tradições civis em seus países de origem, como, por exemplo, as fundações privadas americanas apoiadas numa cultura de filantropia empresarial, como a Ford, Rockefeller, Kellogg, McCarthur, muito ativas na América Latina, ao lado da Fundação Interamericana, por ser entidade vinculada ao congresso americano. Da Europa, por outro lado, chegavam as “organizações não-governamentais”, cujas linhas estruturantes refletiam a sociedade civil européia. Caritas, por exemplo, articulava uma rede internacional de apoio a projetos de iniciativa da Igreja Católica; e o Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra, articulava uma variedade de denominações protestantes. Além dessas grandes divisões, havia uma série de ONGs de apoio a vítimas de catástrofes ou de refugiados, a crianças carentes, mulheres, assuntos ecológicos, direitos humanos, prevenção à Aids, que se reproduziam por diversos países.¹⁰⁸

Diante da diversidade de organizações de cooperação, as ONGs latino-americanas acostumaram-se ao relacionamento com múltiplos parceiros internacionais. Especializaram-se em temas de interesse mútuo. Porém, acostumou-se a interagir em meio à competição que prevalece entre os projetos e as parcerias. A característica múltipla dos movimentos sociais encontrou correspondência na forma segmentada da cooperação internacional, gerando um campo aberto de alianças e disputas que se prolongavam do plano local às mais distantes e diversas conexões internacionais. A atuação desta cooperação interessou-se mais pelos projetos e temas em que havia uma menor atuação do Estado e do mercado.¹⁰⁹

No Brasil, as Organizações Não-Governamentais se institucionalizaram nas décadas de 80 e 90. Sherrer-Warren¹¹⁰ classifica o campo de atuação das ONGs no âmbito da filantropia, cidadania e desenvolvimento.

Autores como Avritzer e Damasceno, fundamentados na teoria da Ação Comunicativa de Habermas¹¹¹, consideram as ONGs organizações da sociedade civil

¹⁰⁸ Ibid., 1994, p. 81.

¹⁰⁹ Ibid., 1994, p. 82.

¹¹⁰ SCHERRER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 45.

¹¹¹ Para Habermas, as sociedades modernas se estruturam através de dois princípios: a lógica estratégica dos sistemas que organizam o Mercado e o Estado e a lógica da racionalidade comunicativa que leva à organização da solidariedade e da identidade no interior do mundo da vida. Para este autor existe uma

importantes no equilíbrio de forças entre os subsistemas Estado e Mercado. “Afirmar que as ONGs são organizações da sociedade civil implica em conferir a elas a tarefa de ‘generalização’ de interesses. É neste sentido, que as ONGs se apresentam como organizações capazes de proteger o ‘mundo da vida’ dos processos de ‘colonização’ empreendidos tanto pelo subsistema econômico como pelo administrativo”.¹¹²

Penso, porém, que essa teoria deve ser avaliada com cautela, dada a diversidade de ONGs e, particularmente, como se verá, pela própria atuação da AMDA. Nesse ponto, quero frisar que a emergência desses novos sujeitos sociais, nas décadas de 80 e 90, se deu pelo “vácuo político” de representação deixado pela crise de formas políticas tradicionais que canalizara, para si, políticas visando diminuir os conflitos provocados pelo desenvolvimento no processo de produção do espaço.

Segundo Gohn¹¹³, esse processo de dissolução de formas políticas tradicionais, no decorrer dos anos 80, resultou de vários fatores, a saber: alterações nas políticas públicas¹¹⁴ e na composição dos agentes que participam de sua implementação, gestão e avaliação; consenso, a generalização e o posterior desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social; crescimento do associativismo, absorvendo grande parcela dos desempregados do setor produtivo privado; surgimento de grandes centrais sindicais e de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares. Essas alterações vão desembocar na perda da capacidade de mobilização e do esforço voluntarista que se observava na sociedade civil nos anos de 1970.

Neste sentido, cabe esclarecer que a expressão “sociedade civil” começou a penetrar no vocabulário dos ativistas sociais latino-americanos ao final dos anos de 1970 e, uma década mais tarde, ela predominava como uma das principais categorias do discurso político trazendo seu uso com uma transformação semântica. Diferentemente de seu sentido anterior, que indicava a sociedade civil como a fragmentação de interesses, o seu uso pelos movimentos sociais adotava um horizonte universalista,

disputa entre estes sistemas e a sociedade. HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.

¹¹²DAMASCENO, Gilberto José Barros. *As ONGs como modelo organizacional da sociedade civil: os novos espaços de ação política*. Dissertação Mestrado. FAFICH - UFMG, 1997, p.12.

¹¹³GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997, p.28-30.

¹¹⁴Gohn (2002) esclarece que estas alterações se referem às bases sociais e às mediações políticas postas em prática para a implementação dos ajustes estruturais em nossa economia. Estes ajustes têm sido apresentados pelos governantes como único meio de assegurar a superação da crise, a retomada do desenvolvimento e uma certa proteção social aos grupos sociais extremamente vulneráveis à situação econômica. GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002, p. 295.

considerando cada movimento como parte de um conjunto maior. O qualitativo “civil” fazia na época contraste com o “militar”, opondo o regime das leis ao comando pela força. Esse uso tem uma nítida conotação jurídica. Na “sociedade civil”, os indivíduos e os grupos particulares relacionam-se entre si segundo direitos adquiridos que são inscritos nas leis. E esta referência às leis torna-se constitutiva do modo de pensar a própria vida em sociedade. Assim, embora o conceito não negue a existência dos “movimentos sociais” ou “populares”, interfere significativamente no seu significado, inserindo-os nos marcos englobadores de uma sociedade legalmente constituída. Para que tenham existência legítima, é preciso que, eles também, e qualquer que seja o valor dos seus pleitos, comportem-se com os mecanismos pelos quais as idéias se transformam em lei. A adoção do conceito de sociedade civil e de cidadão se intensifica com o desejo de participação política. Os processos eleitorais vão sendo retomados na América Latina, trazendo para a cena a presença participativa de indivíduos cidadãos. A partir daí, para falar em coisa pública era necessário aprender a linguagem própria para se comunicar e deveria aproximar-se dos meios de comunicação de massa, capazes de estabelecer com os indivíduos uma relação comunicativa permanente na escala numérica.¹¹⁵

A dissolução das ditaduras militares na América Latina se deu num momento de estagnação econômica e as expectativas depositadas nas instituições não se concretizaram, o que reforçou os circuitos de poder paralelos, reforçando o valor de iniciativas civis, como das ONGs.

Sabe-se que a luta sindical na América Latina ocorreu diferentemente do padrão europeu, no qual a luta sindical fez um longo percurso, desde embates nas fábricas até a conquista do voto universal e depois a presença efetiva nos parlamentos. Aqui eles foram rapidamente integrados nas políticas de Estado e por este meio ganharam maior visibilidade social. Lideranças populistas conquistaram o apoio popular adiantando medidas de proteção social e integrando sindicatos nos aparelhos de suporte do Estado. Quando perdiam sua autonomia, ganhavam acesso às instâncias máximas de poder. Através dos sindicatos uma série de serviços públicos gratuitos foi estruturada. Estas conquistas vêm sendo perdidas nas últimas décadas e os sindicatos diminuíram suas forças, o que teve reflexos sobre a condição dos trabalhadores. Houve

¹¹⁵ FERNANDES, Rubem César. Obra citada. 1994, p. 87-90.

diminuição do emprego formal e cresceram as alternativas sem proteções legais.¹¹⁶ Este declínio do poder sindical acontece no momento de profissionalização dos movimentos e da proliferação das ONGs no Brasil.

Paralelamente, a profissionalização¹¹⁷ criou uma camada de dirigentes que, cada vez mais, se distanciou da base dos movimentos. As ONGs passaram a elaborar e executar pautas e agendas de encontros e seminários nacionais e internacionais, como a Eco 92, Encontro Mundial das Mulheres em Pequim, em 1995, Habitat-96 etc. Além dessas agendas, outra prioridade das ONGs passou a ser as eleições. Ao final dos anos 80, quando o Partido dos Trabalhadores ascende ao poder nas prefeituras de capitais importantes, elas redefinem sua postura passando a preocupar-se, principalmente, com a capacitação técnica das lideranças populares para atuarem como co-partícipes das ações desenvolvidas pelo Estado nessas localidades.

O resultado das novas políticas adotadas por essas ONGs tem sido a ênfase no mercado informal de trabalho e a redefinição de seu papel no conjunto do processo de desenvolvimento social. Aliás, o setor informal é, hoje, considerado fonte de riqueza, potencial pouco explorado de empregos e rendas, estratégia de desenvolvimento das capacidades humanas, desde que as ações a ele relacionadas tenham como objetivo a elevação da produtividade. As políticas para o setor informal tentam remediar a perda de legitimidade do Estado, que, ao normatizar esse setor, faz com que situações informais de trabalho ou de habitação sejam redefinidas e não mais consideradas excludentes e negadoras do direito de cidadania.¹¹⁸

Ainda segundo Gohn, nos anos 90 redefine-se o cenário das lutas sociais, em cuja agenda só há lugar para a participação e para processos de descentralização. Tal descentralização é construída no interior da sociedade “política”, por iniciativa de dirigentes, segundo critérios estabelecidos pelo Estado. As políticas são formuladas para segmentos sociais, dentro de um recorte que privilegia os atores sociais que serão parceiros, e não mais os segmentos sociais segundo a classe. Desse modo, os movimentos sociais populares perdem sua força mobilizadora e ganham importância as ONGs por meio de políticas de parceria estruturadas com o poder público, que é, em grande parte, avalista dos recursos econômicos dessas entidades.

¹¹⁶ Ibid., 1994, p. 102.

¹¹⁷ Refere-se à atuação especializada, deixando de ser uma participação voluntária para se tornar fonte de recursos para a sobrevivência.

¹¹⁸ GOHN, Maria da Glória. Obra citada, 2002, p. 295-296.

Com efeito, nesse movimento, o processo de desenvolvimento enfatizado tanto pelo Estado quanto pelo mercado resulta em grandes transformações espaciais e territoriais passando pela prática política da sociedade. Na década de 90, esse processo é dificultado nos países de Terceiro Mundo em consequência do endividamento externo¹¹⁹. Gohn¹²⁰ afirma que, no contexto internacional, há outras problemáticas envolvidas que afetam nosso cenário. Na ordem político-econômica, por exemplo, a reformulação trazida pela globalização levou às novas formas de gerir o sistema socioeconômico internacional. Assim, a primazia do processo de valorização de capitais sobre o Estado foi reforçada. Mas não se trata do mesmo mercado do ideário da economia liberal, e sim de um mercado oligopolista, gerenciado por regras estatais que operam à escala mundial, estimulando e/ou retraindo a economia formal ou informal, segundo os interesses e os objetivos de maior lucratividade. A propósito, atualmente, grande parte do parque industrial necessita de poucos trabalhadores, mas especializados. Assim, nesse contexto globalizado, o trabalhador deve entender diferentes códigos para montagem do produto, daí a ênfase atual dada à educação, assim considerada.

Essa centralidade dada à participação das ONGs é também resultado das lutas sociais empreendidas por movimentos e organizações nas décadas anteriores que reivindicaram direitos e espaços de participação social. Desse modo, as formas de participação direta foram se institucionalizando, e as novas formas colegiadas de participação têm acontecido por iniciativa dos dirigentes. Com isso, a base de estruturação dos colegiados deixou de ser o critério de representatividade institucional, após processo de debate e consulta, e passou a processos pessoais, individuais, de

¹¹⁹ O que aconteceu no Brasil é similar a outros países de Terceiro Mundo que baseavam sua industrialização em créditos externos e na exportação das matérias-primas, que se apresentava com tendência de aumento na década de 70, para cobrir os serviços da dívida. Não mais como na década de 1930, que se baseou na substituição de importações. Segundo Elmar Altvater, de 1970 a 1980 as dívidas externas da América Latina cresceram de 16 para 130 bilhões de dólares; as da África Setentrional e do Oriente passaram de 4 a 56 bilhões de dólares. Na África ao sul do Saara, o endividamento externo passou de 5 a 41 bilhões de dólares e na Europa Oriental de 3 para 47 bilhões de dólares. Na década de 80, em muitas regiões do globo a dívida é dobrada, entretanto, neste momento a maior parte do endividamento se destina ao serviço da antiga dívida. Na década de 90, os preços das matérias-primas e dos produtos agrícolas caem, enquanto aumenta o preço dos produtos industrializados. Este círculo vicioso de dívidas, serviços de dívidas e preços tem dificultado o desenvolvimento dos países de Terceiro Mundo. Uma das estratégias utilizadas atualmente liquidar as grandes estruturas públicas sob a alegação que esse processo geraria novas forças e que estas seriam propulsoras do desenvolvimento. ALTVATER, Elmar. O preço da riqueza. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 13.

¹²⁰ GOHN, Maria da Glória. Obra citada, 2002, p. 298-299.

indicação, baseados nas qualidades de uma pessoa em determinada área de atuação, como é o caso da participação da sociedade civil no COPAM, e no qual a AMDA participa desde 1983 do plenário e de diversas câmaras temáticas, como será tratado mais adiante. Vale lembrar que, anos 90, as ONGs que permaneceram no cenário, ou que foram criadas, tornaram-se mais qualificadas. As ações passaram a ser, prioritariamente, de organização da população e menos de pressão, voltadas para algum programa efetivo. Esses programas são financiadas por outras ONGs, por programas governamentais ou pela própria sociedade. E a continuidade deles depende da sua eficiência, logo não há tempo para mobilizações. E, assim, a movimentação da rede social passou a ser feita pelas mesmas regras da produção.

Logo, embora, em princípio, uma Organização Não-Governamental não poderia pensar e agir como uma agência estatal, tampouco falar a mesma língua, não é o que acontece. O que se observa é que tais requisitos já não são mais obedecidos, uma vez que às vezes as autoridades governamentais falam como se ONGs fossem e, estas, como se fossem Estado. E com esta postura em relevância estão inseridos os movimentos ambientalistas ou ONGs ambientalistas. Tais movimentos, embora possuam raízes na década de 70 do século passado (como a AMDA), só se configuram, com maior relevância, nos anos de 1990, impulsionados pelo *Fórum de ONGs e Movimentos Sociais Rio/92*, evento ocorrido paralelamente à Eco 92.¹²¹ Estes movimentos/ONGs apresentam uma relação muito próxima do Estado e do mercado a partir dos anos 90, quando são chamados a participar dos processos decisórios sobre a produção do espaço, que, na verdade, são expressões da extensão da luta de classes à (re)produção do espaço, como representantes da Sociedade Civil. Busca-se o fortalecimento da “sociedade civil”: abrir e construir “espaços”, nos quais “interagem” “atores” que trocam juras de compromisso e envolvimento mútuos, irrigados de canais e interlocução, através dos quais o governo e a supracitada sociedade civil aprendem a pensar e agir juntos constrói plataformas para futuras parcerias e novas interações, conferem visibilidade a iniciativas emergentes, promovem a cidadania ativa.¹²²

Esta interlocução pode ser vista em diversas parcerias feitas pela entidade em estudo e o Estado. Um destes eventos pode ser indicado pelo panfleto abaixo, numa

¹²¹ Esse fórum teve continuidade através do *Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*.

¹²² ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ONGs. In: _____. Zero à esquerda. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004, p. 165.

parceria entre a AMDA, a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Sustentável e algumas empresas atuantes em Minas Gerais.

Figura 2: Panfleto do evento “Seminário Internacional: Indicadores Ambientais”



Fonte: Distribuído aos participantes do evento.

Nesse processo de massificação do discurso ambiental propiciado pela ONGs, posso afirmar que tanto o discurso ambiental tem sido absorvido pelo setor empresarial¹²³, quanto o técnico-empresarial tem sido absorvido pelo movimento ambiental¹²⁴. O discurso ambiental, com ênfase na questão tecnológica e seu desvincilhamento da crítica econômica, política e social, tem comprometido a atuação

¹²³ Paulo Arantes afirma que as empresas, por uma espécie de esquizofrenia programada, principiaram a se comportar em público como se fossem de verdade organizações não-lucrativas! Ibid., 2004, p. 167.

¹²⁴ Ibid., p. 168.

do movimento ambiental embora participe na definição dos rumos desse processo de desenvolvimento, da gestão do espaço.

Paulo Arantes afirma que “a mais estrita observância da cláusula sem-fins-lucrativos não é uma barreira à entrada no mundo dos negócios, podendo até representar uma senha privilegiada de ingresso [...] o que conta mesmo num tal retorno cidadão é a sua “eficácia simbólica”, devidamente realçada por um aparato retórico condizente com o atual estágio da reprodução social”. Sobre este ingresso privilegiado, observa-se que ele está sendo utilizado pelas ONGs ambientalistas para terem acesso a recursos do Estado, como pode ser demonstrado com a articulação em torno da defesa do Imposto de Renda Ecológico e com sua posterior aprovação. Em defesa deste imposto, organizou-se um grupo em julho de 2005 formado por ambientalistas, empresas e voluntários com o objetivo de “adoção de uma lei que crie estímulos fiscais para projetos de ONGs ligadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável” conforme indicado no texto a seguir.

Figura 3: Divulgação de evento de articulação de Imposto de Renda Ecológico com a presença da AMDA.

IR Ecológico será debatido nesta quarta em BH

Representantes do Grupo de Trabalho □ GT Ação pelo IR Ecológico, □ A natureza merece esse estímulo□, estarão em Belo Horizonte nesta quarta-feira, dia 13 de setembro, para debater o projeto com a sociedade civil mineira. O encontro, realizado em parceria pela Conservação Internacional □ CI-Brasil e Fundação Biodiversitas, é aberto a todos os interessados, principalmente empresas e ONGs locais. A superintendente da Amda, Maria Dalce Ricas, estará presente para os debates.

Na palestra na capital mineira, as informações serão apresentadas por Mário Mantovani, Diretor da Fundação SOS Mata Atlântica, e Eduardo Pannunzio, Coordenador do Projeto Marco Legal e de Políticas Públicas do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas □ Gife.

Criado em julho de 2005, o grupo, formado por ONGs ambientalistas, empresas e voluntários, defende a adoção de uma lei que crie estímulos fiscais para projetos de ONGs ligados à conservação e ao desenvolvimento sustentável. Esse evento integra um ciclo itinerante de palestras que irão disseminar a proposta do IR Ecológico em aproximadamente dezesseis cidades brasileiras. Brasília, São Paulo, Vitória, Salvador, Curitiba, Recife e Manaus já foram visitadas.

A idéia da itinerância é disseminar a iniciativa e enfatizar a importância da criação no país de mecanismos que estimulem o investimento em projetos ambientais. "Apesar de o Brasil ser um dos países com maior diversidade biológica do mundo e das ameaças enfrentadas, o investimento hoje é limitado", lembra a assessora jurídica do WWF-Brasil e coordenadora do grupo, Geórgia Pessoa. Além de incentivos fiscais para o meio ambiente, o encontro também irá tratar de direito e responsabilidade ambiental, abordando a legislação relativa à coleta, armazenamento e descarte de resíduos sólidos.

O GT Ação pelo IR Ecológico celebra desde julho a aprovação do substitutivo ao projeto de lei 5974/05 e seu apenso o PLS 5162/05 - que dispõe sobre estímulos fiscais para projetos ambientais pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Ele prevê que pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do imposto de renda devido, respectivamente, até 80% dos valores doados e até 40% dos valores para patrocínio efetivamente destinados a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos de conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Agora, o projeto segue os trâmites normais da Casa, e antes de chegar à Plenária, passa pela Comissão de Finanças Tributação e pela de Constituição, Justiça e Cidadania. Se aprovado em todas as instâncias, voltará ao Senado Federal, onde já foi previamente aprovado.

O projeto prevê também incentivos para doações ao Fundo Nacional do Meio Ambiente □ FNMA. A proposta abre a possibilidade de benefício para outros fundos públicos ambientais habilitados pelo governo federal para tal fim.

O gerente de economia de conservação da CI-Brasil, Alexandre Prado, ressalta que essa iniciativa vem complementar as deficiências no orçamento da união para as ações de conservação. "A nossa expectativa é a de que haja um maior apoio das grandes empresas nos projetos ambientais, uma vez que elas detêm melhores condições de patrocinar e doar para essa causa tão importante, da qual depende a qualidade de vida desta e de futuras gerações no planeta", afirma.

O GT IR Ecológico é composto pelas seguintes ONGs e empresas: WWF-Brasil, The Nature Conservancy □ TNC, Conservação Internacional, Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Socioambiental □ ISA, Instituto de Pesquisas Ecológicas □ Ipê, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Fundação Biodiversitas, Instituto Bioatlântica, Pinheiro Neto Advogados, PATRI e Gife.

O evento desta quarta-feira, em Belo Horizonte, acontece no Quality Hotel, às 19h.

Fonte: Ecopress (com informações adicionais da Assessoria de Imprensa da Amda).

Fonte: Correspondência de e-mail do Fórum de Ongs e Órgãos Públicos – Secretaria Executiva AMDA.

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou no dia 20/06/2007 o substitutivo do projeto de Lei 5974/05, do Senado, que cria o chamado Imposto de Renda Ecológico, permitindo pessoas físicas e jurídicas deduzir parte das doações destinadas a projetos voltados à conservação dos recursos naturais. De acordo com este documento, as pessoas físicas poderão deduzir “até 80% das doações e 60% dos patrocínios a entidades sem fins lucrativos ou de fins não econômicos em favor de projetos destinados a promover o uso sustentável dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente e a recuperação de áreas degradadas, ou a financiar a redução da emissão de gases de efeito estufa. Para as pessoas jurídicas, os percentuais são de 40% e 30%, respectivamente.”¹²⁵

¹²⁵ Fonte – Agência Câmara, 25/06/2007.

2. A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO EM MINAS GERAIS E A PRÁTICA “POLÍTICA” DA AMDA.

2.1 A atuação da AMDA e as bases frágeis do ambientalismo.

A AMDA¹²⁶ foi criada em agosto de 1978, a partir da iniciativa de um grupo de estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) e do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A entidade ambientalista mais conhecida em Minas Gerais, naquele momento, era o Centro para Conservação da Natureza (CCN)¹²⁷. Discordavam do modelo de intervenção conservacionista do CCN, sobretudo porque os integrantes da AMDA acreditavam que era possível conciliar desenvolvimento com preservação ambiental¹²⁸.

O CCN tinha já uma prática consolidada e um perfil definido. Logo, era melhor fundar uma outra entidade que agisse dentro de uma proposta por nós definida e deixássemos de lado o CCN e o considerássemos como fazemos até hoje, um aliado potencial: quando possível, trabalhamos juntos, quando não é possível, cada um segue seu caminho e sem, nenhuma combinação formal, taticamente a gente nunca critica o Centro e ele nunca critica a AMDA. De uma forma geral os membros da AMDA são amadurecidos em virtude da experiência do movimento estudantil.¹²⁹

Nós já começamos a ver a questão ecológica por uma ótica política. O Centro, apesar de hoje ter mudado um pouco, ainda não vê assim [...] no início do movimento ecológico, a briga era

¹²⁶A AMDA se autodefine como uma entidade ambientalista não-governamental, reconhecida de utilidade pública por leis municipal e estadual. AMBIENTE HOJE. Especial 25 anos de luta. Belo Horizonte, setembro de 2003. Edição Especial. p. 2.

¹²⁷ Formado por membros de estratos de classe média urbana, com escolaridade superior, o que supostamente facilitava o acesso às discussões ambientalistas que ocorriam internacionalmente. Também possuem padrões de renda e de consumo que permitem atender suas necessidades básicas, fazendo-os pouco propensos à atuação de movimentos de base mais popular e inclinando-os ao engajamento em ações que estão além da preocupação imediata com as condições materiais de vida. CARNEIRO, Eder Jurandir. O movimento ecológico de Belo Horizonte. (Dissertação Mestrado em Sociologia). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH – UFMG, 1990, p. 98.

¹²⁸ A diferença de atuação entre a AMDA e o CCN é ressaltada no Jornal Ambiente Hoje Especial e no Relatório do Primeiro Encontro de sociojurídicos com a AMDA ocorrido na Mina de Águas Claras, município de Nova Lima em 14/07/1994.

¹²⁹ Entrevista, DALCE, 01/12/1987 apud CARNEIRO, 1990, I 12.

um conservacionismo puro, que é uma luta importante, mas dissociada da realidade político-econômica que vivemos [...] é um modelo econômico, é uma forma de ação política, que levou a tudo isto. Então nós começamos a batalhar nesta direção. Isto, esta visão politizada, tem a ver com a formação das pessoas que começaram a AMDA, na maioria ex-militantes do movimento estudantil que, portanto, já tinham uma consciência política, já entendiam o jogo das forças que movem a sociedade [...] a própria experiência da Dalce foi muito dolorosa [referindo-se à sua prisão quando membro do Diretório Central de Estudantes (DCE) - entrevista Dalce Ricas, 17/04/2007].¹³⁰

Desde sua fundação, estabeleceu como meta a educação ambiental e o estímulo à formação de grupos e entidades ambientalistas. A ação catalisadora que a AMDA exerceu sobre o processo de formação do GVI e, posteriormente, da própria ACELN faz parte de uma política de atuação definida pela própria AMDA.¹³¹

Na ocasião de criação da AMDA já se pressentia os movimentos políticos de democratização do país, pela organização da sociedade civil e pela reorganização partidária. Em 1978, vários movimentos eclodiram, aconteceram greves e a organização de movimentos clandestinos. Trata-se de um momento de crise do marxismo que se tornou ideologia de um “socialismo de Estado” e das diferentes organizações e práticas contestatórias nele inspiradas. Questionava-se o caráter repressivo do socialismo real, levando ao desencanto com os regimes sociais até então inspiradores da esquerda socialista ocidental. Esse desgaste pode ser percebido na entrevista de Dalce:

[...] era um pessoal que, de forma geral, pelo menos este núcleo central de fundação da entidade, todos, se não tinham, como eu tive, um passado claro de militância no movimento estudantil, pelo menos tinham uma visão política. E tinham um ponto em comum, eu creio: todos nós buscávamos uma alternativa de participação no processo de transformação social. Todos nós até certo ponto, estávamos desenganados, talvez vacinados contra a confusão ideológica que a esquerda estudantil, mesmo a esquerda fora da universidade, manifestava, e procurávamos uma alternativa que não nos alijasse do processo de transformação social, mas, ao mesmo tempo, que nos situasse fora desta prática,

¹³⁰ Entrevista, MENHEIN, 01/12/1987 apud CARNEIRO, 1990, 112.

¹³¹ CARNEIRO, Eder Jurandir. Obra citada. 1990, p. 135.

da prática do movimento estudantil, do movimento inclusive partidário.¹³²

Também neste sentido segue o posicionamento de Leonardo Fares Menhein, outro integrante fundador da AMDA.

Os demais movimentos e partidos têm uma visão reducionista, preocupando-se apenas com a distribuição da riqueza e do mando e perdem de vista a visão global, do todo [...] a questão ambiental não tinha o ranço, o desgaste das outras [...] o movimento ecológico é, por natureza, descentralizado, um arco-íris ideológico.¹³³

Apesar de sua atuação ter se iniciado no governo militar, não sofreu as mesmas represálias a que estiveram sujeitos os movimentos sociais de modo geral, como afirma:

Mesmo num cenário político-institucional marcado pelo autoritarismo, o movimento ecológico pôde, dentro de certos limites, expressar-se sem ser molestado diretamente pela repressão política. Se o regime militar exercia uma forte repressão sobre as movimentações que ambicionavam transformações econômicas e políticas (movimento sindical, movimento pela anistia etc), os movimentos de defesa da natureza quase não foram atingidos pelos aparatos repressivos do governo. A questão ecológica era vista pelas forças políticas relevantes, tanto de direita quanto de esquerda, como problema secundário, de pouca relevância e destituído de significação política. O próprio movimento ecológico não havia ainda colocado de forma explícita a vinculação entre a questão ambiental e as estruturas político-econômicas e, menos ainda, apresentava estratégias para alterá-las.¹³⁴

As duas entrevistas anteriores apontam que a entidade apresenta uma postura que não se vincula a partidos políticos e é isto que a entidade tenta reforçar ainda hoje. Esta postura reproduz no imaginário social a idéia de neutralidade política e mesmo defesa de um direito coletivo ao meio ambiente. Conforme já indicado anteriormente, no aparecer social a entidade não existe em defesa de uma classe em particular, e sim do meio ambiente como bem coletivo. Porém, existe discordância desta postura por

¹³² Entrevista, DALCE, 01/12/1987 apud CARNEIRO, 1990, p. 108.

¹³³ Entrevista, MENHEIN, 01/12/1987 apud CARNEIRO, 1990, 110.

¹³⁴ CARNEIRO, Eder Jurandir. 1990,116.

parte de pessoas que acompanham a atuação da AMDA. Através da entrevista a seguir é possível observar que o aparecer social (aparência) não corresponde ao ser social (essência) da entidade, pois é possível vislumbrar a defesa de interesses ligados a uma “classe” que se desenvolveu no interior do Estado, por meio do ambientalismo – a tecnoburocracia ambiental.

Naquela época, 1999-2000, tinha como governador Itamar Franco e como Secretário de Estado de Meio Ambiente Tilden Santiago [...] cresceu no interior do governo, é bom que se diga inclusive estimulado por alguns setores econômicos por razões e motivações distintas [...] a idéia de que a AMDA era uma entidade hegemônica. Isso é importante. Hoje não é mais hegemônica. Influente, mas não hegemônica. A AMDA tem historicamente uma vinculação política e partidária, só que ela não é assumida. A AMDA, alguns membros dela, estiveram ligados a um restrito grupo de pioneiros na formulação do sistema estadual de gestão ambiental e a história deste centro vem do CETEC, uma elite de intelectuais que concebia a gestão ambiental a partir de uma base tecnicista. Então, a participação social e a participação dos outros setores da sociedade que não eram especialistas, na visão deste grupo, não tinham o domínio técnico da gestão ambiental, seria nocivo, seria um prejuízo à boa administração pública e à boa gestão pública. Isso vem desde o CETEC, com Israel Vargas e com outros atores que estão até hoje no Sistema Estadual de Meio Ambiente, e que foram fundadores da AMDA. Então, a AMDA era da cozinha deste processo. Ela era ao mesmo tempo sociedade civil e ao mesmo tempo Estado, governo. Então, a AMDA ela sempre nomeou os presidentes da FEAM, como agora [José Carlos Carvalho], ligado à AMDA, o anterior, os presidentes da Fundação Estadual de Meio Ambiente, o órgão responsável pela agenda marron, pelo licenciamento das empresas. Normalmente, nos governos do PSDB, pela AMDA e até no governo Itamar, ela teve grande influência também. Então, a AMDA desde o seu nascedouro tinha um grupo pequeno, um grupo competente sob vários aspectos que se embrenhou na estrutura política e de governo. Então, tem expoentes que têm um ótimo trânsito com setores do PSDB e até do PFL, por causa da vinculação histórica do PFL com os setores de Minas e Energia. Doutrina de segurança nacional, Escola Superior de Guerra, o controle dos recursos minerais e energéticos sempre foi considerado estratégico durante o governo militar, o princípio era o contrário, a gestão é sigilosa, ela não pode ser participativa. Com a Constituição de 1988 é que isso mudou, passou a ser parte daquele universo da gestão

participativa e da transparência pública. Então, voltando, a AMDA então tinha esta prerrogativa.¹³⁵

A entrevista também é indicadora das razões para não haver maiores represálias ao movimento, mesmo no governo militar, pois aponta a possibilidade de vinculação com grupos que estavam no poder à época.

Inicialmente, a atuação da entidade foi bastante combativa, participou de diversas campanhas, dentre elas, uma pela preservação da Floresta Amazônica e outra para impedir a construção do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, localizado no município de Confins.

A atuação pela defesa da Amazônia iniciou-se no final da década de 1970, quando o governo federal tentava aprovar, no Congresso Nacional, um projeto de lei que estabelecia contratos de risco para a exploração de madeira na Região Amazônica. Baseada no slogan *Assim será nossa Amazônia se você não entrar na luta*, a campanha ganhou as ruas de Belo Horizonte e de várias capitais. Em Minas, houve passeata e os ambientalistas saíram vitoriosos, já que o projeto foi engavetado pelo governo federal.

Figura I: Protesto contra a destruição da Amazônia organizado pela AMDA.



Fonte: AMBIENTE HOJE. Amda 25 anos de luta. Belo Horizonte: AMDA, setembro de 2003, p. 16.

¹³⁵ Entrevista VILELA, René em 16 de março de 2007.

Foi praticamente ao mesmo tempo em que a AMDA se lançou na campanha contra a construção do Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Aliada ao Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), ela desta vez não conseguiu impedir a implantação do projeto¹³⁶.

Dentre suas ações mais incisivas, destacam-se as constantes denúncias contra o Projeto Jaíba, chegando a impetrar uma ação cautelar em 1994 para impedir a derrubada de quatro mil hectares de mata seca.¹³⁷

Atuou também em favor da criação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em 1995, e da constituição da Legislação Ambiental em Minas Gerais¹³⁸.

2.1. IA Lista Suja

A iniciativa de maior repercussão da AMDA, a partir da qual alcançou reconhecimento público, foi a *Lista Suja*, iniciada em 1982, cujo objetivo era enumerar as empresas públicas ou privadas consideradas *inimigas do meio ambiente*. Essas listas são divulgadas em outdoors, cartazes e, desde 1995, na internet.

Figura 2: Página da AMDA, acesso em 19/07/2007.



Fonte: <http://www.amda.org.br>

¹³⁶ AMBIENTE HOJE. Especial, p. 13.

¹³⁷ Ibid., p. 13.

¹³⁸ No momento de criação da SEMAD, a AMDA já estava formalmente articulada com as empresas através da aceitação do sociojurídico.

Muitas empresas de grande porte já foram para a Lista Suja por vários anos consecutivos. Atualmente, os órgãos estatais são os mais presentes em tal lista. Inclusive, este sempre foi um dos mecanismos para exigir do Estado posicionamentos sobre sua própria atuação acerca do meio ambiente e na cobrança pelo enquadramento legal de todos os empreendimentos. A seguir alguns componentes das listas:

Figura 3: Fragmento publicitário da lista suja 2004.

LISTA SUJA 2004

DESCASO AMBIENTAL - DESMATAMENTO - POLUIÇÃO - ASSOREAMENTO - CONTAMINAÇÃO

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
Descaso ambiental ao longo das rodovias federais no estado de Minas Gerais, representado pelas centenas de áreas de empréstimo e taludes não reabilitados, que são fontes constantes de erosão, poluição de corpos d'água e riscos aos usuários das rodovias.
É a sétima vez que o DNIT (ex DNER) integra a Lista Suja da Amda.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Incentivo à devastação da Mata Atlântica, por meio de omissão, tolerância e legitimação de áreas invadidas.
A Fazenda Barriguda, em Arinos, é um grave exemplo. Os invasores derrubaram grande parte da vegetação ciliar e da Reserva Legal da propriedade e o INCRA legitimou essa ação. O órgão federal integrou a Lista Suja da Amda nos anos de 1993, 1994, 1996, 1998 e 1999.

INDÚSTRIA FRIGORÍFICA NORTE DE MINAS LTDA
Poluição hídrica decorrente do lançamento de efluentes líquidos industrial e doméstico, sem tratamento, no Rio Mucuri, em desacordo com a DN 010/86, do Copam/MG. Disposição inadequada de resíduos sólidos industriais, provocando contaminação de solos, águas superficiais e subterrâneas, lançamento na atmosfera de gases procedentes da caldeira, com emissão de material particulado (óxido de enxofre, óxidos de nitrogênio, hidrocarbonetos e monóxido de carbono). O Frigorífico está localizado em Carlos Chagas, nordeste de Minas Gerais.

CURTUMES
Poluição hídrica e contaminação do solo por emissão de efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, em desacordo com os padrões definidos pelo Copam/MG. Os resíduos e efluentes líquidos apresentam alto índice de DQO (Demanda Química de Oxigênio) o que provoca absorção do oxigênio contido na água, matando toda forma de vida, além de conter o metal pesado cromo, que se mantém na cadeia alimentar. Desde 1990, os órgãos ambientais tentam regularizar os curtumes no Estado, sem sucesso. Até hoje, boa parte dos empreendimentos do setor opera sem licença ambiental.

GRUPO SÉCULUS/SORTE IMÓVEIS
Destruição da Mata Atlântica e degradação de recursos hídricos por poluição e assoreamento, como exemplos de loteamentos em Brumadinho, localidades de Piedade do Paraopeba e Casa Branca, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os empreendimentos Recanto do Lazer, Quintas do Retiro e a intervenção na Fazenda Riacho Fundo são irregulares, pois não têm licença ambiental exigida por lei. Esta última sofreu desmatamento, sem autorização do IEF e o empreendimento foi paralisado por decisão judicial, em ação proposta pela Amda.

A DIVULGAÇÃO DO SEXTO INTEGRANTE DA LISTA SUJA 2004 AGUARDA DECISÃO JUDICIAL.

Amda 25 anos www.amda.org.br

Pelo Meio Ambiente. Pela Vida.

Fonte: AMBIENTE HOJE. Amda apresenta os sujões. Belo Horizonte: AMDA, Ano XII, N. 107, junho/2004.

Figura 4: Lista Suja 2005

Lista Suja 2005 destaca Governo Fed

Este ano são sete integrantes da lista e pela segunda vez Amda omite

ista Suja da Amda foi unho em uma manifestação de um outdoor Belo Horizonte e ações que chamaram a assou pelo passeio da ena.

de empresas e instituições degradação e outras aente inclui o Governo gorífico Norte de Minas, Agrosun/Fazenda ecuária Maratá], estas riângulo Mineiro. E mantém ainda seu tiso judicial que impe nome de uma empresa localizada no norte de imo nome Baesa S.A., nsável pela Usina Hirandar, no rio Pelotas, arina e Rio Grande do ors concours.

Governo Lula

O desmatamento recorde de 26 mil Km na maior floresta tropical do mundo, entre 2003 e 2004, e a imposição do projeto de transposição das águas do rio São Francisco, em desrespeito às regras de licenciamento ambiental, direito de participação da sociedade, inclusive às decisões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHFS) foram os motivos da inclusão do Governo Federal.

A presença do governo Lula na lista foi considerada pelo secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, uma injusti-

ça. De acordo com ele, nos últimos dois anos 8,3 milhões de unidades de conservação foram criadas pelo Governo Federal na Floresta Amazônica. João Capobianco informou ainda que aumentou em 80% o número de autuações, além de monitoramento on-line da floresta. O secretário disse que é lamentável os 26 mil quilômetros de desmatamento descobertos recentemente, mas ressaltou a prisão da quadrilha que vinha atuando em autorizações ilegais de desmatamento.

Frigorífico

O Frigorífico Norte de Minas, localizado em Carlos Chagas, no Vale do Jequitinhonha, integra a Lista Suja pela segunda vez consecutiva e pelo mesmo motivo: descumprimento da legislação ambiental em relação ao lançamento de efluentes industrial e doméstico sem tratamento no rio Mucuri, disposição inadequada de resíduos sólidos industriais, que contamina solo e águas subterrâneas e superficiais. No momento o frigorífico está desativado.

Os telefones da empresa, tanto em Carlos Chagas, como em Belo Horizonte encontram-se desligados e segundo o presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Carlos Chagas e funcionário do Instituto Estadual de Florestas, Paulo César Tomich Taroni, nos últimos quatro anos a empresa trocou de razão social três vezes, sem ter cumprido seus compromissos ambientais e trabalhistas. Tomich informou ainda que a empresa fechou as portas no dia 26 de dezembro de 2004, com dívidas trabalhistas e com fornecedores de gado da região.

tratamento de esgotos e trata apenas 32% do esgoto coletado nos municípios onde tem concessão. Além disso, é omisa e incentiva a canalização de córregos. A Copasa financiou 75% dos recursos usados pelos municípios para canalizar córregos, medida ambientalmente incorreta, e abandonada nos países com avançada gestão ambiental, pois a prática exclui os córregos da paisagem urbana, degradando-os mais ainda.

Durante o processo de formação da Lista Suja, como é de praxe, todos os denunciados são convidados a prestar informações e se defender, caso saiam da rou-

Preservar o meio ambiente
faz parte do nosso CRESCIMENTO.



Fonte: AMBIENTE HOJE. Amda lança lista suja 2005. Belo Horizonte: AMDA, Ano XIII,n.º 117. junho/2005, p. 6-7.

Figura 5: Fragmento de publicidade dos integrantes da Lista Suja 2006.

Integrantes da Lista Suja 2006

Agropecuária

A supressão de vegetação nativa (Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Mata Seca e Campos Graminosos) para plantio de pasto, cana de açúcar, café, florestas industriais, soja e outras culturas é uma prática ainda constante no estado. Segundo dados do Instituto Estadual de Florestas – IEF, divulgados em abril, Minas Gerais tem apenas 17% de sua cobertura vegetal nativa.

O desmatamento é o mais grave impacto ambiental provocado pelos seres humanos, com reflexos diretos no solo, água, biodiversidade, paisagem, qualidade do ar e é um dos fatores do Efeito Estufa que ameaça o planeta. A atividade agropecuária é ainda responsável pelo lançamento de quantidades excessivas de agrotóxicos no solo e cursos d'água.

Mineração e Garimpo

A ausência de precaução ambiental na extração de areia, pedras ornamentais, brita, calcário, ferro, manganês e metais raros é comum no setor. A entidade reconhece que há empreendimentos que atendem à legislação e apresentam preocupação com o meio ambiente, mas poucos são os bons exemplos, frente aos milhares de empreendimentos que provocam danos ambientais ao solo, à biodiversidade e aos recursos hídricos.

As estimativas do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, indicam a existência de 18.087 alvarás de pesquisa, 1.729 concessões de lavra (Decreto/Portarias de Lavra, Manifestos de Minas, Grupamentos Mineiros, Consórcios de Mineração), 1.716 Registros de Licenciamento, 12 Registros de Extração e 78 Permissões de Lavra Garimpeira.

Ferro Gusa e Curtumes

O maior impacto causado pelas indústrias de ferro gusa é representado pelo consumo de carvão vegetal fabricado com florestas nativas, a maior

Geração de energia

A matriz energética brasileira, e também a mineira, baseia-se na energia hidráulica, que exige a construção de barragens em rios. Desde sua concepção, a construção de barragens prioriza o potencial dos rios e relega sua importância ambiental. Espécies aquáticas e outros organismos dependentes dos ambientes de água corrente têm sido afetadas e muitas estão em situação de ameaça de extinção. O licenciamento dessas usinas tem sido analisado sem considerar o efeito cumulativo de vários empreendimentos sucessivos.

Com alto percentual, na matriz energética de Minas Gerais, aparece o consumo de biomassa vegetal. Ao primeiro olhar é um dado promissor, desde que a origem fosse floresta plantada de forma ambientalmente correta, mas não é essa a realidade. A produção de energia, a partir de biomassa, baseia-se ainda prioritariamente na utilização de vegetação nativa.

Ausência b

Os indicadores pela Semad apo esgotos domésticos como uma das gres negativos de bacias hidrográficas contram contam. A questão do coss do governo ma Minas Sem prazos para mun tarem aterros sata ameaças ao se feração de vetore ção das águas e Apesar de 355 ser disposto ade damente 100 m porcentagem. As quaram, mas out duos em "lixões próximos a cursos inadequados geo

Fonte: AMBIENTE HOJE. Amda aponta atividades que degradam o meio ambiente. Belo Horizonte: AMDA, Ano XVII, n.º 127, junho/2006.

Em 2006 houve alteração no formato da lista. A divulgação foi feita por setores produtivos, não listando nomes de empresas. A justificativa apresentada para tal mudança é que a lista está desgastada, não cumprindo mais o seu papel. O fim da Lista Suja foi anunciado no dia 5 de junho de 2007 e, segundo informações do site da

entidade, isso “se deve ao fato de que as grandes corporações industriais e minerárias, que eram grandes responsáveis por problemas ambientais no Estado, adequaram-se às leis ambientais. A entidade reafirma que ainda há muita poluição industrial, mas praticada por milhares de pequenas e médias empresas”.¹³⁹

É possível indicar o significado desta lista através das posições do empresariado à época. Conforme Fídias de Miranda, gerente corporativo de Meio Ambiente do Grupo Belgo-Mineira, já presente na *Lista Suja*, essa lista somente foi percebida pela direção da empresa a partir de 1987. A empresa figurou nela por seis anos seguidos, entre 1984 e 1988, e, depois, em 1991. Segundo Fídias de Miranda, a decisão de tentar inverter o jogo se deu somente no final de 1989, quando o vice-presidente do grupo foi taxativo: “Não quero saber da Belgo na *Lista Suja*”.¹⁴⁰

A Magnesita também figurou na *Lista Suja* nos anos de 1982, 1986, 1987, 1988 e 1990. Em 1988, Shelley Carneiro¹⁴¹ era responsável pelos projetos ambientais da empresa. Um dos maiores problemas da Magnesita era a fumaça de dolomita, que resultava numa poeira preta. Havia, segundo ele, na metade dos anos 80, uma grande aversão à *Lista Suja*, que era considerada por eles como intromissão em assunto interno da empresa. “Mas no fundo as empresas sabiam que não era bom ter seu nome lá. A própria Magnesita tentou se adaptar aos novos tempos. Trouxe técnicos de vários países para solucionar o problema da poeira de dolomita”.¹⁴²

Em 1985 e 1986, as usinas de álcool foram as grandes vilãs da *Lista Suja* e objeto de discussões constantes no COPAM, devido ao lançamento de vinhoto¹⁴³ sem tratamento nos cursos d’água. Em 1985, a AMDA participou de um debate em Santa Maria do Itabira, na zona metalúrgica, sobre os efeitos nocivos do vinhoto no meio ambiente. Essa iniciativa, aliada à passeata na cidade com a presença dos grandes veículos de comunicação, contribuiu para o fechamento da empresa local que contaminava o Rio Jirau¹⁴⁴.

¹³⁹Lista Suja, disponível em: <<http://www.amda.org.br>> acessado em 19/07/2007.

¹⁴⁰ AMBIENTE HOJE Especial, 2003 p. 16.

¹⁴¹ Atual secretário adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

¹⁴² AMBIENTE HOJE Especial, 2003, p. 16.

¹⁴³ Um subproduto da produção de álcool que lançado sem tratamento nos rios provoca mortandade de peixes porque seu processo de decomposição aumenta a quantidade de microorganismos que consomem o oxigênio da água.

¹⁴⁴ AMBIENTE HOJE Especial, 2003, p.16.

Também em Araxá (MG) ocorreu um episódio que conferiu às empresas o “direito” de participar da *Lista Suja*. Assim, causou grande repercussão na opinião pública a degradação de uma fonte de água mineral de destaque em Minas: a Dona Beja. A denúncia foi feita pela AMDA em 1984, a partir de informações de ambientalistas de Araxá. Duas empresas ameaçavam as fontes. Uma era a Arafértil, que atualmente compõe o grupo Bunge. A outra era a Companhia Brasileira de Mineração (CBMM). A Arafértil era colocada como responsável pela redução da vazão da fonte. A CBMM pela contaminação por bário, um subproduto resultante do beneficiamento de pirocloro. O risco de comprometimento da vazão levou a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) a proibir que a Bunge operasse sua mina abaixo da cota altimétrica de 1.000 metros.¹⁴⁵ Entretanto, a implantação de um “anel verde” e a construção de duas barragens elevaram a vazão da mina. Com isso, a empresa ganhou da FEAM o direito de minerar abaixo da cota de 1.000 metros. O acordo final com os moradores locais foi firmado em 1989. Para sustar a contaminação pelo bário, a CBMM construiu, em um curso d’água que passa próximo à fonte, uma série de barragens que drenam o bário em excesso para outra direção¹⁴⁶.

A propaganda a seguir indica a importância desta lista para o marketing ecológico das empresas¹⁴⁷:

¹⁴⁵ Em 29 de dezembro de 1987, o governo estadual pela lei n. 9525/87 autoriza a criação da FEAM e transforma a Comissão de Política Ambiental em Conselho de Política Ambiental

¹⁴⁶ AMBIENTE HOJE Especial, p. 18.

¹⁴⁷ Anúncio feito no Jornal ESTADO de MINAS em 21/0592.

Figura 6: Fragmento publicitário cujo destaque é não fazer parte da Lista Suja da AMDA



Fonte: Fragmento publicitário publicado no Estado de Minas em 21/05/1992, arquivo da AMDA.

2.1.2 A AMDA na *lista suja*?

Um debate interessante sobre a *Lista Suja* ocorreu quando o engenheiro agrônomo Carlos Eduardo Mazzeto (Mazan), com uma longa experiência junto aos trabalhadores do campo através da atuação no Centro de Agricultura Alternativa do Norte Minas (CAA) e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entrou no site da AMDA em 2003 e indicou a própria AMDA para compor os integrantes da *Lista Suja*. Nesta ocasião foram feitas trocas de correspondências¹⁴⁸ entre a Superintendente da AMDA, Maria Dalce Ricas e o próprio Mazan. Dentre os argumentos iniciais de Mazan para justificar esta indicação estavam os fatos da AMDA

¹⁴⁸ Acesso a estas através da lista de e-mail da Rede Alerta Contra o Deserto Verde.

defender a monocultura de eucalipto e as dificuldades criadas pela entidade para o licenciamento de assentamentos para reforma agrária. Ao receber a informação desta indicação a entidade questionou:

Queremos deixar claro: A AMDA apóia o plantio de florestas de rápido crescimento, assim como apóia os demais cultivos, desde que intercalados com florestas nativas e com todos os cuidados com a proteção do solo, água e biodiversidade. Além disso, julgamos saber, temos sido contra qualquer substituição de vegetação nativa por florestas de produção, ainda mais pelo fato do Estado ter grandes extensões de terra degradadas, por exploração inadequada. Para nós, é inadmissível substituir florestas nativas e cerrados por florestas homogêneas.

Queremos ainda reafirmar nossa crença na necessidade de revisarmos nossos padrões de consumo. Está claro que o planeta não aguenta se continuarmos nessa trajetória. Entretanto, julgamos que essas mudanças se fazem gradualmente e com muito trabalho. Não podemos, porém, esperar por essas mudanças e ficarmos simplesmente contra o processo de produção de bens, muitos dos quais precisamos no dia a dia. Cabe lembrar aqui que o papel e o computador que usa na defesa de suas idéias podem vir, em parte, de florestas plantadas ou de florestas nativas. Na segunda hipótese, a matéria prima para a produção desses bens é quase sempre oriunda de empresas resistentes ao cumprimento das leis ambientais, e ao consumi-los você estará ajudando ainda mais a destruir florestas nativas. Nessa ótica, achamos que as idéias que defende só beneficiam ao grupo das empresas degradadoras.

Temos de continuar a insistir na mudança de comportamento, mas ao mesmo tempo, intervir para que o processo produtivo seja feito dentro dos princípios básicos da sustentabilidade e da proteção da biodiversidade.

Quanto à sua afirmação de que a AMDA dificulta o processo de licenciamento de projetos de reforma agrária, queremos esclarecer:

Devemos aqui lembrar que a Resolução Conama 237/97 e DN Copam 01/90 estabelecem que empreendimentos agrícolas são passíveis de licenciamento, mediante diretrizes diversas. Assim como fazemos nas áreas industrial, mineral, parcelamento do solo e outras, continuaremos a lutar para que nessa atividade, os licenciamentos sejam feitos de forma correta. No que se refere aos assentamentos agrícolas, bem sabe que o licenciamento ambiental pode ser um importante instrumento de cobrança dos trabalhadores sem terra para a correta implantação desses projetos e para que a infra-estrutura necessária não fique

apenas no papel. Portanto nossa posição é bem diferente da sua afirmação, de que dificultamos os licenciamentos desses empreendimentos. Essa linguagem utilizada por você, aliás, não é novidade para nós: nesses 25 anos de luta, sempre ouvimos isso de pessoas e setores empresariais que não têm compromisso com o uso correto e responsável dos recursos naturais.

Vale destacar os seguintes trechos de correspondências enviadas por Mazan em resposta à AMDA:

A área de eucalipto no Norte de Minas chegou a 8,5% do total da região [...] mais de um milhão de hectares. Municípios como Buritizeiros e Rio Pardo de Minas chegaram a ter mais de 50% de sua superfície cobertas com essa monocultura. É um arraso – em torno da monocultura, as comunidades ficaram encerraladas e inviabilizadas –, haja favela. Vocês devem ir lá, visitem uma comunidade rural cercada de monocultura de eucalipto, se coloquem no lugar e na perspectiva deles, não fiquem só com o olhar e os interesses do setor empresarial, fabricado para amenizar os impactos que causam. Estamos lançando agora um livro da Rede Cerrados de ONGs em Montes Claros. Tem um artigo meu nesse livro que ajuda a explicar porque, na condição dos cerrados mineiros, as monoculturas de eucalipto diminuem o nível do lençol freático e, por consequência, secam ou fazem diminuir a vazão de fontes e cursos d’água. Não caiam nessa conversa mole de pseudo-cientistas positivistas e reducionistas, a serviço do setor “reflorestador”/siderúrgico. Ou a AMDA também tem compromisso com esse setor? Eu tenho com os camponeses e com uma sociedade mais justa e sustentável.

Não adianta dizer que a AMDA é contra qualquer monocultura. Toda a divulgação do Seminário de Produção Florestal e todas as entrevistas que li da Dalce falando do tema são claramente no sentido de fortalecer a estratégia de implantação de monoculturas de eucalipto. Ah, como é que chama mesmo? “Florestas de crescimento rápido”. Florestas? O que é isso gente? Um conjunto de árvores iguais não constitui uma floresta. Uma floresta é um ecossistema biodiverso com plantas (arbóreas, herbáceas, arbustivas,...), animais, pássaros, fungos, bactérias, insetos, dinâmicas hídricas e atmosféricas próprias e gente. Todas as florestas do mundo se desenvolveram com populações habitando, interagindo e vivendo da floresta. É claro que não eram empresários da mineração, do “reforestamento” e da siderurgia – esses não convivem, devoram. Eram, e são, populações indígenas e camponesas.

Ao ter esse tipo de atitude, a AMDA enfraquece uma outra luta, que nós (diversas entidades e movimentos, entre eles

os que participam da Articulação do Agroextrativismo da Rede Cerrados de ONGs) temos tentado travar – recuperar as terras devolutas que a Ruralminas entregou para as empresas, devolvê-las para as comunidades locais e explorá-las com base no manejo agroextrativista-pastoril do cerrado. Se conseguirmos isso, vamos regenerar grandes áreas de cerrado em enormes e vastas chapadas – as verdadeiras caixas d’água (áreas de recarga) desse bioma generoso e maltratado. Com isso, regeneraremos também as águas do sertão – será um verdadeiro renascimento (a vida do cerrado no lugar da morte do eucalipto). Sem isso, amigos, não há política de recursos hídricos que funcione no sertão mineiro; não adiantam comitês, agências, cobranças, outorgas, etc. É possível incluir socialmente e recuperar/preservar ecologicamente ao mesmo tempo. Essas são as verdadeiras soluções, as que realmente transformam.

Bom, e o setor siderúrgico? Problema privado deles, não é o Estado que deve ficar socorrendo-o e enchendo-o de privilégios. Tudo isso, vai provocando o debate e as ações da mudança do modelo de produção e consumo que sonhamos. Hoje, consumo papel oriundo dessa crueldade e dessa porcaria toda. Não porque eu quero, mas porque é isso que me está disponível. Mas não dependo disso pra viver, podemos consumir menos, reutilizar e reciclar mais, encontrar outros meios e outras formas de satisfazer essa necessidade. A humanidade vai ter que mudar muito se quiser sobreviver, nós sabemos disso. Mas, nada disso será possível um dia, se o conflito não acontecer aqui e agora [...]

Mas, como falei, esse é um debate comprido, devemos fazê-lo. Só para vocês terem uma idéia: existem hoje 12.000 famílias acampadas debaixo de lona lutando e esperando por terra em MG. Algumas estão na lona há mais de 5 anos. Fiquem apenas 2 dias debaixo de lona para ver como é agradável. O que a AMDA acha que deve ser feito com esse povo? Cestas básicas, esmolas, mais favela? Temos que ter bom senso, equilíbrio – ponderar a responsabilidade ambiental com a social. Se o processo de licenciamento ambiental não contemplar esse equilíbrio vai acabar se tornando mais um inimigo da reforma agrária. Se consolidará um confronto sério entre a questão ambiental e agrária, entre ambientalismo e luta pela terra. Esse confronto me parece que só faz a sociedade perder, e manter os privilegiados intactos. Eu venho tentando colaborar para uma aliança entre esses dois setores, e nisso a AMDA não ajuda nada.

Não é a reforma agrária e os camponeses que ameaçam os ecossistemas mineiros!!!

Vamos focar em quem realmente destrói e em larga escala.

Os equívocos ecológicos dos movimentos sociais que lutam pela terra, podem ser melhor trabalhados se fizermos essa

aliança e tivermos uma perspectiva includente e educativa - a disposição de construir e não simplesmente negar (o *não* é o que esse povo vem ouvindo desde que existe Brasil). Um pouquinho de generosidade irmãos.

Existem questões macro sim que devem ser mexidas – legislação agrária e legislação ambiental tem que ter coerência e articulação uma com a outra. Procurem conhecer a lei agrária, ela tem a chave para mexer, positivamente, na questão ambiental – o pré-requisito do uso *racional* e *adequado* dos recursos naturais como elemento de análise do cumprimento da função social. Só que isso não está regulamentado porque não interessa à bancada ruralista!! Enquanto isso, aonde dá pra fazer assentamento? Em latifúndios improdutivos - em geral constituídos de terras piores e, em alguns casos, com níveis expressivos de vegetação. Os latifúndios produtivos – os das monoculturas predatórias, sem Reserva Legal, sem proteção das APPs, etc. (vejam o Triângulo Mineiro) – estão imunes, simplesmente por serem produtivos, apesar de serem latifúndios – o produtivismo está na frente da justiça.

Este debate expressa claramente concepções de sociedade e de espaço distintas e os conflitos que vêm sendo encaminhados entre o ambientalismo e as propostas alternativas de uso do espaço¹⁴⁹. Chamo atenção, na correspondência da Superintendente da AMDA, sobre um ponto que é muito recorrente em suas apresentações, que é a defesa da produção sob o álibi do consumo, necessidade de atender a demanda por produtos e energia, mesma defesa feita pelo setor empresarial:

[...] é uma utopia imaginar que o agroextrativismo alimentará a cidade. Ele alimentará o povo do campo, que pode e quer viver assim. Defendo-o com unhas e dentes, para que haja reforma agrária. Estamos aqui para traçar rumos. O mais importante é a descentralização, a fim de que pequenas e médias propriedades rurais abasteçam as indústrias. Para isso é necessário garantir a produção. Não vejo políticas públicas para que o pequeno e o médio produtores garantam o abastecimento. Reafirmo: somos 85% de cidadãos na cidade e necessitamos de alta produtividade. Enquanto não houver condições de produção para os pequenos e médios, teremos de nos valer dos modelos vigentes, caso contrário não sobreviveremos para fazer essa divisão.¹⁵⁰

¹⁴⁹ Voltarei a este debate no capítulo 3, ao tratar de tentativas de recuperação de áreas de eucalipto.

¹⁵⁰ Sr. José Batuíra de Assis, Secretário Executivo da Associação Mineira de Silvicultura (AMS), fez este comentário no “Ciclo de debates Eucalipto” realizado na ALMG nos dias 24 e 25 de maio de 2004. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>> acessado em 10 de junho de 2004.

[...] Devido à falta de financiamento adequado, o setor florestal mineiro já enfrenta certa escassez de madeira, que tende a se tornar dramática em futuro próximo. Já se tem notícia de empresas mineiras procurando madeira em vizinhos países do MERCOSUL. Ainda que em quantidades menores do que as necessárias, as plantações florestais em Minas destinam-se ao suprimento de um parque industrial já tradicional e plenamente estabelecido. Apenas para a manutenção desse parque industrial, há necessidade de aumento em pelo menos 50% da área plantada atual. Os benefícios sociais, econômicos e ambientais do setor florestal são bem conhecidos e o apoio dos governos e da sociedade organizada será imprescindível para seu continuado sucesso.¹⁵¹

Figura 7: Fragmento publicitário da Celulose Nipo-Brasileira S. A. (CENIBRA) ressaltando a necessidade do eucalipto



Eucalipto, uma necessidade

O desenvolvimento da humanidade está intimamente relacionado ao uso das florestas. Até pouco tempo, a necessidade de madeira era suprida quase que exclusivamente por meio das florestas nativas, cuja destruição tem provocado, muitas vezes, danos irreversíveis a alguns ecossistemas. A situação é alarmante.

É nesse contexto que entra o eucalipto, uma árvore da maior importância para o mundo, em virtude de seu rápido crescimento, produtividade, grande capacidade de adaptação e por ter inúmeras aplicações em diferentes setores. Esta planta está presente nos cinco continentes e em todos os Estados brasileiros, segundo informações da Sociedade Brasileira de Silvicultura.

O plantio de eucalipto é, portanto, uma solução para diminuir a pressão sobre as florestas nativas, viabilizando a produção de madeira para atender às necessidades da sociedade em bases sustentáveis.

- Um hectare de floresta plantada de eucalipto produz a mesma quantidade de madeira que 30 hectares de florestas tropicais nativas.
- No Brasil, dos 300 milhões de metros cúbicos de madeira consumidos por ano, somente 100 milhões provêm de plantios florestais.

Fonte: CENIBRA, 2005.

¹⁵¹ Posicionamento da Associação Mineira de Silvicultura (José Batuíra de Assis) feito para o resumo “Ciclo de Debates Eucalipto”, já citado.

O consumo é apresentado como autônomo e os processos de produção e distribuição são apresentados como consequência inevitável do ato de consumir. Para entender a complexidade da relação entre produção, consumo e distribuição recorro a Marx¹⁵², que dialeticamente explicita a relação existente entre estes três momentos:

A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção. Cada qual é imediatamente seu contrário. Mas, ao mesmo tempo, opera-se um movimento mediador entre ambos. A produção é mediadora do consumo, cujos materiais criam e sem os quais não teria objeto. Mas o consumo é também mediador da produção ao criar para os produtos o sujeito, para o qual são produtos. O produto recebe seu acabamento final no consumo.

O consumo escreveu Marx¹⁵³, produz de dupla maneira, a produção. Ou porque o produto não se torna produto efetivo senão no consumo, ou porque o consumo cria a necessidade de nova produção - o fundamento ideal que é sua pressuposição. Já a produção fornece os materiais que consubstanciarão o objeto sem o qual não há consumo. Assim, a produção cria o consumo nesse sentido. A produção não produz unicamente o objeto de consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não só objetiva, mas subjetivamente. A produção não fornece apenas um objeto material à necessidade, fornece, ainda, a necessidade ao objeto material. A necessidade que se sente deste objeto é criada pela percepção dele, criando, assim, não só um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. A produção é geradora do consumo fornecendo-lhe o material, determinando o modo de consumo, gerando, no consumidor, a necessidade dos produtos. De igual modo, o consumo engendra a disposição do produtor, solicitando-lhe a finalidade da produção sob a forma de uma necessidade determinante. Marx salienta que, apesar dos economistas políticos apresentarem o consumo e a produção como idênticos, é a produção o ponto de partida efetivo. O consumo, como carência e necessidade, é, ele mesmo, um momento interno da atividade produtiva, mas esta última é o ponto de partida da realização e,

¹⁵² MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*: Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. Trad. Edgard Malagodi, Leandro Konder, José Arthur Giannotti, Walter Rehfeld. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986, pág. 08.

¹⁵³ Ibid. 1986, p. 09-10.

portanto, seu momento preponderante, o ato que desenrola, de novo, todo o processo. O indivíduo produz um objeto e, ao consumi-lo, retorna a si mesmo, mas como indivíduo produtor e que se reproduz a si mesmo.

Ademais, o advento de uma economia baseada no dinheiro dissolve as relações que compõem as comunidades tradicionais, passando da relação de dependência das relações pessoais para a de dependência de relações impessoais e objetivas. A preocupação com o dinheiro e a troca no mercado mascara as relações sociais reais, configurando a definição de Marx de fetichismo da mercadoria. Embora o dinheiro seja o significante do trabalho social, tornando-se nivelador de todas as formas de distinção social, é ele mesmo uma forma de poder social que pode ser apropriada como o *poder social de pessoas privadas*.

As preocupações da sociedade atual, reproduzidas pela AMDA com o significante e não com o significado, com o meio e não com a mensagem, sugerem um reforço, e não uma transformação da forma mercadoria, descrito por Marx.¹⁵⁴ Nesse sentido, a busca pelo dinheiro faz com que os produtores incentivem e possibilitem a criação de novas necessidades, o que fragiliza os argumentos utilizados pela AMDA para justificar determinadas produções sociais.

O segundo problema que temos de enfrentar é como vamos produzir energia para atender às demandas vitais mínimas da população humana. Seguramente, não podemos continuar usando o combustível fóssil, porque o Planeta não agüenta mais. Então, para onde vamos? Não tenho dúvidas de que temos de encontrar solução multifacetada, e nessa solução a biomassa estará presente, tanto pelas florestas energéticas, quanto pelo "biodiesel" ou por outras formas que ainda temos de descobrir. A energia eólica tem contribuição muito pequena diante da demanda. Se não tomarmos atitude muito responsável e séria diante do problema da matriz energética e da discussão do uso da biomassa, em alguns anos - não muitos - discutiremos o funcionamento das usinas nucleares. Esse é o dilema em que nos encontramos.¹⁵⁵

Observe no depoimento anterior, feita por um representante da AMDA, que a problemática ambiental se volta para a questão energética como salvaguarda coletiva.

¹⁵⁴ HARVEY, D. Obra citada, 2006, p. 99.

¹⁵⁵ FARES, Leonardo. Ciclo de Debates: eucalipto. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 24 e 25 de maio de 2004.

Ora, este modo de produção se encaminhou até agora sem maiores problemas justamente porque havia uma reserva secular de combustíveis fósseis. Realmente, para a manutenção da produção vai ser necessário encontrar novas fontes de energia, porém, para a reprodução da vida é necessário muito mais que isso, reinventar outro modo de produção.

Este enfoque é desviado, pois as finalidades de tais produções não são colocadas em questão, já que a necessidade é colocada como um processo natural e não construída socialmente, conforme salienta Harvey, neste trecho:

Na qualidade de produtores de mercadorias em busca de dinheiro, dependemos das necessidades e da capacidade de compra dos outros. Em consequência, os produtores têm um permanente interesse em cultivar “o excesso e a intemperança” nos outros, em alimentar “apetites imaginários” a ponto de as idéias sobre o que constitui a necessidade social serem substituídas pela “fantasia, pelo capricho e pelo impulso”. O produtor capitalista tem cada vez mais “o papel de alcoviteiro” entre os consumidores e seu sentido de necessidade, excitando neles “apetites mórbidos, à espreita de cada uma de suas fraquezas [...] O prazer, o lazer, a sedução e a vida erótica são trazidos para o âmbito do poder do dinheiro e da produção de mercadorias”. Portanto, o capitalismo “produz, de um lado, a sofisticação das necessidades e dos seus meios, e, de outro, uma bestial barbarização, uma completa, brutal e abstrata simplificação da necessidade”.¹⁵⁶

Pelo exposto até aqui, a AMDA, seguindo o mesmo caminho do processo de valorização do capital, utiliza-se da necessidade do consumo como álibi para não discutir e revelar as relações sociais reais, como indica o seu posicionamento sobre a monocultura de árvores.

Paralelamente à divulgação da lista suja, a atuação da AMDA se ampliou com a sua atuação através da participação no Plenário do COPAM a partir de 1982 e do fortalecimento de sua estrutura organizacional.

Ao contrário do Centro [para Conservação da Natureza] que não tem sede, apesar de existir a mais tempo que a AMDA, nós, mesmo de forma incipiente, definimos que precisávamos ter uma estrutura mínima de organização [...] então, fizemos todo sacrifício para conseguir esta sede. Mas acho que a situação era

¹⁵⁶MARX, 1964, 148, apud HARVEY, 2006, 99.

muito diferente. Nós éramos estudantes, não tínhamos responsabilidades familiares, não tínhamos compromissos empregatícios [...] Naquela época a gente dava sangue, suor e alma pela AMDA. A gente se reunia domingo, sábado à noite [...] era o que pintasse. E tinha um grupinho que estava mesmo disposto a carregar a AMDA.¹⁵⁷

2.1.3 Representação da sociedade civil organizada por meio da AMDA, retorno à representação liberal clássica

*A dicotomia cartesiana entre homem e natureza ainda continua a impregnar o conceito de meio ambiente com a sua redução à dimensão naturalista, isto é, a fauna, flora, terra, ar e água ou simplesmente quando confundimos a problemática ambiental com poluição.*¹⁵⁸

A AMDA já participou de diversas Câmaras especializadas do COPAM, dentre elas, Câmara de Mineração, Câmara de Atividades Agrosilvipastoris, Câmara de Atividades Industriais e Câmara de Política Ambiental. Além disso, é Membro Titular do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), Titular no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e da Comissão Especial criada na Agenda 21 Minas para discussão do Protocolo de Quioto.

Sobre esta representação da entidade é importante ressaltar sua defesa de que as entidades ambientalistas estariam mais bem preparadas para deliberar sobre as questões de meio ambiente. Em vários momentos a defesa de nichos de representação tem sido colocada pela entidade. Um destes momentos se refere à primeira eleição para o COPAM, quando a entidade utilizou-se deste argumento para tentar impedir a posse de uma entidade que não era exclusivamente ambiental, conforme indica o relato de um dos membros eleito.

Elá foi pioneira numa determinada área. Elá tinha um núcleo coeso e consistente que participou da constituição do sistema, das instituições que fazem a gestão ambiental da FEAM, do IEF e do IGAM depois. Já tinha inserção no CETEC, em algumas universidades e a partir disso a AMDA, para eles, era quase um

¹⁵⁷ Entrevista, DALCE, 01/12/1987 apud CARNEIRO, 1990, 195.

¹⁵⁸ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Extensão universitária e meio ambiente: a difícil relação entre o saber e o fazer. In: Textos Básicos do IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente. Florianópolis: Editora da UFSC, 187-204, 1990, p.189.

processo natural, como não tinha outras instituições reconhecidas, tão pouco que concorresse, era natural que a AMDA indicasse todos os representantes do COPAM, o órgão, que é bom que se diga que tem a atribuição de legitimar o que é ambientalmente sustentável ou não. O detalhe é que existia uma lei que dizia o contrário. Então, por exemplo, eu fui suplente da AMDA, eu era professor de uma universidade em Nova Lima e desenvolvi um projeto de extensão universitária, de gestão participativa de recursos hídricos em Macacos, Nova Lima, e aí é que me envolvi com tudo isso, conseguimos recursos do Ministério de Meio Ambiente. Então a Superintendente da AMDA, vendo que o meu trabalho estava sendo destacado, algumas pessoas me convidaram para assumir a suplência da Câmara de atividades industriais. Mas nunca me chegou uma convocação para reunião, nunca em nenhum tema considerado relevante para os atores parceiros, nunca tivemos direito a voz. A percepção que passamos a ter é que paralelamente então nós começamos a identificar que a AMDA criou a figura do sociojurídico. Mas na época da eleição a reação foi totalmente negativa. Primeiro lugar havia uma intenção no interior do governo de quebrar a hegemonia da AMDA. A AMDA por um lado tinha adquirido muito poder, ela incomodava muito. Mas incomodava num jogo que não era muito claro, muito transparente. Sempre foi destacada por alguns gestores públicos da época como sendo uma entidade que privilegiava algumas empresas em detrimento de outras. É como se o Estado dispensasse um tratamento distinto para empresas de acordo com a relação que elas tivessem com este núcleo da AMDA. Segundo, alguns empresários, também, a AMDA incomodava e ainda incomoda alguns interesses privados, mas o detalhe é que ela instituiu. Alguns empresários, dois especificamente declararam que se sentiam extorquidos e segundo que era o melhor investimento em meio ambiente, bastava pagar uma mensalidade que havia uma acomodação natural, que não havia mais crítica. A lista suja era muito vista na época como denúncia, mas denúncia interessada. A AMDA ao mesmo tempo pressionava para que houvesse algum avanço nos controles de poluição, controle ambiental, mas também ela investia no sentido de captar recursos das empresas. Alguns gestores privados interpretavam como sendo uma política de cooptação, de aliciamento até. Porque, porque se não contribuísse teriam problemas no COPAM. Naquele momento, eles apostaram na eleição como forma de eliminar alguns destes problemas, inclusive o setor privado, o Ministério de Minas e Energia apoiaram a eleição. Só que eles não sabiam quem viria para o lugar [...] Nós fizemos um debate, concorremos à eleição e ganhamos no voto, inclusive da superintendente da AMDA, por uma ampla maioria. Nosso debate foi pautado por uma crítica à

entidade [...] e a AMDA havia abdicado de seu papel histórico [...] elegemos a grande maioria dos conselheiros e, na seqüência, a AMDA tinha inserção dentro das instituições, na área jurídica da FEAM, do presidente da FEAM, o marido da Dalce era gerente da APA Sul, o diretor de biodiversidade, era da AMDA, do IEF e aqueles que não aceitavam se subordinar à hegemonia era objeto de críticas e de tentativa de exclusão, o que aconteceu conosco. Então após eleitos a AMDA entrou com recurso e quase a nossa posse quase não se deu, porque houve um abaixo assinado e aí a AMDA tem capilaridade, inclusive dentro do PT, assinado por deputados, mandou um abaixo assinado para o secretário Tilden Santiago, que ficou reticente quanto a nos dar a posse ou não. Nós só tomamos posse porque fomos ágeis. Eu liguei para o secretário e falei que ele podia deixar um marco na história de gestão pública ambiental em Minas, pois seria a primeira eleição, foram 96 entidades que participaram. Havia uma pressão política e há dentro da casa uma interpretação favorável à AMDA porque a grande questão da AMDA era que as entidades não eram essencialmente ambientalistas, porque o enfoque era sócio ambiental [...]. Como conseguimos a posse? Fomos à cerimônia e foi dando a posse de todos os membros. Quando chegou na sociedade civil organizada foi dito o seguinte, com o assessor jurídico do lado, seu Joaquim, o secretário disse que como houve um recurso contra a eleição da sociedade civil, sem demérito para os eleitos, nós não estaremos empossando, ficaremos aguardando o parecer conclusivo da SEMAD que não deverá tardar. Então o que eu fiz, lá de trás eu levantei a minha mão. Secretário, um esclarecimento. Você foi o primeiro secretário a promover uma eleição direta para a sociedade civil, e pode transformar isto em um marco da sua gestão. Por outro lado você é o primeiro secretário que não nomeia todos os conselhos e compromete, portanto, o princípio de paridade. Portanto, qualquer decisão que este conselho tome sem a participação da sociedade civil não terá sustentação jurídica, social, legal. Então, como o senhor pretende tratar deste assunto? Eu tenho convicção de que este processo será resolvido rapidamente. Mas o senhor assume tomar decisões, tampouco *ad referendum*. Chegou-se em um acordo de nos dar posse de um ano. Em um ano tomamos vista de todos os processos objeto de estudo. Nós trabalhamos muito, fazímos vaquinha [...] Minerações... Ficamos um período. A minha opção foi de não tentar eleição novamente e depois a AMDA restabeleceu algumas áreas de influência.¹⁵⁹

Outro momento em que esta visão fragmentada do social aparece claramente foi por ocasião das eleições do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA),

¹⁵⁹ Entrevista, VILELA, René Mendes, concedida à autora em 16 de março de 2007.

quando do pronunciamento do diretor do CONAMA, Nilo Diniz, pelo Ambiente Brasil em 26/05/2006, sobre cadastramento de ONGs no CONAMA, no qual defende a abertura do CNEA (Cadastramento Nacional de Entidades Ambientalistas), afirmando que as normas do cadastramento podem ser revistas, pois “somente serão registradas entidades que têm como objetivo principal “a defesa do meio ambiente”, deixou muitas entidades culturais, de etnias, moradores ou até sócio-ambientais de fora”. Diante deste pronunciamento a superintendente da AMDA divulgou nota à imprensa se contrapondo:

Sem dúvida, não se pode considerar a proteção do meio ambiente natural, de forma isolada de outros fatores que também interferem na sociedade. Dessa forma, as entidades mencionadas pelo diretor do CONAMA, têm ou deveriam ter interesse pela causa ambiental sem dúvida, deveriam estar representadas no CONAMA.

No entanto, deve-se tomar cuidado com esta “mistura”, pois a questão ambiental no Brasil foi construída e continua assim, sob a ótica antropocentrista, em que atividades econômicas e seres humanos são prioritários frente ao respeito e proteção de outras espécies e ao ambiente natural [...] Já ouvi muita gente dizer que o “ambiental” está no “social”. Porém acredito que muitos ambientalistas também, o contrário do social e econômico, estão no ambiental, pelo simples fato de que a geração de riqueza se faz sim com trabalho, mas ele não existe sem recursos naturais [...] nesse cenário é que as entidades ambientalistas devem ter a necessidade de manter seu nicho de representação no CONAMA, a princípio, elas é que estão atentas aos problemas acima mencionados.¹⁶⁰

Como se pode avaliar a partir destes posicionamentos, a entidade concebe esta sociedade como fragmentada e os processos de participação como “reserva de campo de atuação”. Por isso pode-se depreender que, apesar de apresentar um discurso de integração da sociedade com a natureza, sua prática “política” é contraditória, uma vez que define os competentes para tratar das questões relativas à natureza (considerada estritamente como recurso), como se estas não fossem também questões sociais e políticas. Além disso, tal posicionamento reforça a fragmentação social presente na sociedade atual.

¹⁶⁰ Disponível em: <<http://www.amda.org.br>> acesso em 26/05/2006.

Diante do exposto, considero que a questão ambiental não pode ser reduzida, como quer a AMDA, ao contexto natural ou técnico. A esse respeito, a discussão de ambiente feita por Gonçalves¹⁶¹ ajuda na compreensão da idéia de ambiente que tento resgatar nesta pesquisa. Para esse autor, o meio ambiente, a rigor, não pode ser tratado nos parâmetros da tradição científica e filosófica que herdamos. A dicotomia cartesiana entre homem e natureza ainda continua a impregnar o conceito de meio ambiente com sua redução à dimensão naturalista, isto é, à fauna, à flora, à terra, o ar e água.

Seguindo a sua inserção nos processos de representação, a entidade é membro do Conselho Fiscal da Rede de ONGs Mata Atlântica (Suplente) e membro do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Rola Moça(suplente) e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (titular)¹⁶².

Funciona como Secretaria Executiva do Fórum de ONGs Ambientalistas e Órgãos Públicos. O Fórum eletrônico foi criado em 01/12/2003¹⁶³. Segundo informativo da entidade, as reuniões presenciais ocorrem bimestralmente e permitem “o diálogo entre sociedade e governo, possibilitando diálogo informal com órgãos governamentais”. Analisando os relatos das reuniões, observa-se que o Fórum se constituiu numa instância a mais para as discussões ambientais envolvendo ONGs e Estado, uma vez que estão sempre presentes representantes do Estado, inclusive com a presença constante do atual Secretário de Estado de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho. Nestas reuniões a pauta se dá em torno de demandas e problemáticas encaminhadas pelo Estado. Questões como a monocultura de eucalipto, hoje considerada um dos focos de desenvolvimento da Minas Gerais, foram apresentadas pelo secretário José Carlos Carvalho nos seguintes termos: “sobre o eucalipto, expressou seu espanto com o nível de sectarismo que a discussão sobre o assunto tem gerado que não permite considerar os diversos aspectos que ele envolve”. Também o posicionamento de Célio Valle, do Instituto Estadual de Florestas (IEF) reforçou a manutenção de resquícios de “natureza” para o futuro, apenas em cumprimento da legislação: “o grande sonho do país é virar um pólo exportador, com base nas grandes

¹⁶¹ GONÇALVES, citado por BRÜGGER, Paula. Obra citada, p. 38.

¹⁶² Entrevista, LINO, Elizabete. Concedida à autora em 06 de fevereiro de 2006.

¹⁶³ Seu objetivo é “facilitar a comunicação e compartilhamento de informações, devido à distância geográfica entre as entidades”. Atualmente conta com 175 associados, sendo ONGs, Órgãos públicos e alguns estudantes de cursos universitários com ênfase em meio ambiente. As reuniões presenciais, bimestrais, contam com aproximadamente 30 pessoas.

monoculturas e a Reserva Legal é um importante instrumento de preservação da biodiversidade”.

O Fórum de ONGs e Órgãos Públicos constitui-se, portanto, num meio de legitimação política dos atos da AMDA e do Estado, pois através dele proposições sobre questões referidas aos interesses de seus integrantes são defendidas e os processos relativos às representações nos diversos comitês e câmaras são divulgados para um grupo restrito de entidades, inclusive as pautas de eleições de candidatos são divulgados por este Fórum.¹⁶⁴

Feitas essas considerações, para compreender a representação da sociedade civil junto ao Estado praticada pela AMDA, bem como a legitimidade para tal representação, desenvolve-se o conceito de representação e sua relação com a “democracia” no mundo ocidental.

Segundo Marilena Chauí¹⁶⁵, o conceito de representação pressupõe duas determinações: a de isomorfismo e a de equivalência. Melhor dizendo: que o representante deve possuir a mesma forma que o representado, ainda que não seja materialmente idêntico a ele; ou o representante deve possuir o mesmo valor que o representado, desde que se possa estabelecer um padrão ou uma medida comum que permita relacioná-los. No primeiro caso, costuma-se dizer que a representação é descritiva e, no segundo, que é simbólica. Em sua origem, o conceito de representação não pertence ao contexto político e refere-se ao ato de apresentar-se em pessoa perante um tribunal, ou apresentar-se através de um procurador; esse sentido jurídico é definido no contexto da prática do direito em Roma, refere-se, também, à presentificação mental do que está ausente, uma presença em imagem ou uma representação; refere-se, ainda, à presentificação intelectual das coisas exteriores pelo entendimento, através da idéia da coisa externa, sendo uma presença em idéia ou a representação do dado exterior no intelecto, graças a operações realizadas no próprio intelecto e também à atuação dos atores na apresentação de uma peça teatral. A não ser no caso da apresentação em tribunal, em todos os outros casos, representação significa *estar no lugar de*. Justamente essa passagem da coisa em pessoa à sua presença em imagem ou em idéia tornou-se um dos pontos intermináveis da discussão filosófica

¹⁶⁴ Análise feita a partir de leitura de relatos do Fórum de ONGs, disponibilizada via comunicação eletrônica do Fórum de Ongs.

¹⁶⁵ CHAUÍ, Marilena de Sousa. Participação e Representação. Obra citada, p. 285-287.

moderna acerca do valor objetivo das representações, da adequação da representação ao real representado, dos critérios para garantir a verdade da representação. A exterioridade da coisa e o ato de conhecer são heterogêneos, cabendo determinar o que permite passar de um ao outro. Essa heterogeneidade levará à crítica da representação como forma de conhecimento, pois, sendo extrínseca ao conhecido, tende a apanhá-lo abstratamente ou a construí-lo exclusivamente por meio das operações do sujeito do conhecimento que se torna, assim, sob a aparência de apenas presentificar o já existente, isto é, o autor da própria coisa em idéia. No primeiro caso, o da abstração, critica-se a imobilidade das representações, incapazes de alcançar o movimento de produção do real e de si mesmas; no segundo caso, o sujeito, como produtor da idéia ou da significação conceitual, critica o subjetivismo que faz dele aquele que dá ao real sentido verdadeiro. Segundo Marilena Chauí, baseando-se nos estudos da obra de Marx, a representação é apanhada como prática social que se dissimula a si mesma como prática, na qual o *estar no lugar de* é o aparecer social que encobre o ser social e o fazer social.

Aqui se faz um paralelo com a AMDA, sobre o imaginário social do que é a entidade e sua real atuação. Construiu-se um ideário acerca do movimento ambiental na década de 1970, sobretudo ligado ao embate destes movimentos perante a problemática ambiental provocada pela atuação do capital. Este ideário não acompanhou as mudanças acontecidas *a posteriori*. Ou seja, a representação não se configura com a realidade. Como se observará mais adiante, a entidade recorre constantemente ao imaginário de sua atuação na década de 1980, construído sob base minimamente contestatória, para afirmar a reprodução social do espaço, preservando a ordem estabelecida.

Sobre o imaginário social, Lefebvre¹⁶⁶, discutindo a ideologia a partir do pensamento de Marx, destaca algumas de suas características, a saber: a ideologia se encarrega de uma parte da realidade, a parte da fraqueza humana: a morte, o sofrimento, a impotência; ela retém as interpretações dessa parte cuja consciência, isolada e sobre carregada, se opõe a toda criação, a todo avanço; mantendo um elo com o real interpretado e transposto, a ideologia pode voltar-se para esse real e impor regras e limites aos homens. Em outros termos, ela pode entrar no vivido, embora de

¹⁶⁶ LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro – São Paulo: Companhia Editora Forense, 1968, p. 57-58.

modo irreal e formal, de modo parcial em relação à realidade humana tomada em sua totalidade. Ela possibilita um modo de ver o mundo e uma maneira de viver, isto é, até certo ponto, uma práxis, ao mesmo tempo ilusória e eficaz, fictícia e real. Porém, a ideologia pode ter uma problemática, entretanto, não a elabora considerando as mediações da realidade social. Esta pode ser rearrumada, modificando-se os detalhes, porém, sem tocar no essencial.

Os historiadores datam o século XVII como a entrada do conceito de representação no conhecimento filosófico, científico e político. A partir de Hobbes¹⁶⁷, em *O Leviatã*, “uma pessoa é o mesmo que um ator, e personificar é representar, seja a si mesmo ou ao outro; e daquele que representa outro se diz que é o portador de sua pessoa ou que age em seu nome.” Assim, que por autoridade, se entende sempre o direito de praticar alguma ação e feito por autoridade significa sempre feito por comissão ou licença daquele a quem pertence o direito. Uma multidão de homens é transformada em uma pessoa quando é representada por um só homem ou pessoa de tal maneira que isso seja feito com o consentimento de cada um dos que constituem essa multidão. Assim, representar é estar no lugar de, falar por e agir por. O essencial para Hobbes é que a autorização parte do consentimento dos indivíduos de alienar, para a Pessoa Artificial, isto é, para o Estado, o direito de fazer e promulgar leis, usar a força, governar, declarar guerra e paz. Esse direito, uma vez cedido ou alienado, não pode retornar aos representados. A autorização cria, no soberano, o representante da multidão por consentimento voluntário e, a não ser quando o direito à vida dos súditos é ameaçado, essa autoridade é revogável. Na verdade, a teoria hobbesiana de representação é uma reformulação em face da teologia política medieval anterior, mas surgiram outras teorias.¹⁶⁸

A concepção de representação da idade média baseada na teologia-política era dotada de duas faces complementares. Representar significa ser autorizado a ter poder recebendo-o da fonte originária de todo poder, isto é, de Deus. A teologia cristã agostiniana considera que homem algum tem direito ao poder, pois a queda separou o homem de Deus e tornou-o perverso e despojado de direitos. Ao mesmo tempo, afirma que todo poder vem do alto. Somente Deus tem o poder e se algum homem o possui foi porque nele investiu-se Deus por graça ou favor. O representante encarna o

¹⁶⁷ Cf. Chauí, Marilena de Sousa. Obra citada, 1997, p. 288 a 296.

¹⁶⁸ Ibid. 1997, p.288 a 296.

poder recebido de forma que representa quem governa, ao contrário da concepção hobbesiana em que governa quem representa, nesse caso, o representante está no lugar de Deus. Como a representação exige o isomorfismo e a equivalência, o ocupante do poder será dotado de símbolos que lhe confiram a mesma forma e o mesmo valor que o poder por ele representado. Sendo o detentor do poder um ser humano dotado de corpo mortal, a única via para torná-lo representante do divino imortal será a duplicação do corpo do rei. Há o corpo natural do rei, semelhante aos dos demais homens, e o corpo político do rei, imortal, invisível, imperecível, místico. Esse corpo é constituído pela Coroa (cabeça), pelo parlamento (os membros superiores) e pelo fisco (membros inferiores).¹⁶⁹

Já a concepção liberal de representação combina elementos da representação medieval com a representação hobbesiana para produzir o conceito de governo representativo, de *representação livre*. Nesta última, o representante não está obrigado, por instrução alguma, senão às representações de sua consciência, embora tenha sido eleito para o cargo. Na representação liberal clássica, o representante não representa seus eleitores, mas representa a razão universal, a vontade geral, a verdade e o bem comum, de forma que sua ação não diz respeito aos particulares, mas à realização do racional, do verdadeiro e do comum para a sociedade. A idéia de representação liberal não tem qualquer vínculo com a idéia de democracia. Para muitos liberais, a representação tem a finalidade de impedir a democracia política a um regime, como é o caso de Burke, para quem a representação se resume na capacidade de uma elite a captar os sentimentos populares como indícios de interesses objetivos perfeitamente determináveis e cujo atendimento é feito pelos especialistas da administração.¹⁷⁰

Em conclusão, mesmo não podendo associar a idéia de representação à de democracia, o governante encarna e simboliza a comunidade em vez de agir em nome das exigências da sociedade. Desloca-se o poder que outrora vinha de Deus ou da Natureza e transfere-o para a sociedade. A idéia liberal de representação desenvolve a teoria dos partidos. Considerado um mal necessário, o partido é uma modificação que se baseia na idéia de que o representante não representa a razão, a verdade e o interesse geral, mas grupos e classes e representar não é estar no lugar de, mas é agir em nome de. Essa modificação não nasceu do pensamento e das práticas liberais,

¹⁶⁹ Ibid. 1997, p.288 a 296.

¹⁷⁰ Ibid. 1997, p.288 a 296.

embora tenha sido por elas apropriado, mas da prática dos movimentos operários e populares do século XIX e com a organização partidária da classe trabalhadora.¹⁷¹

A partir dessa concepção socialista da representação, isto é, a concepção desenvolvida após a experiência da Comuna de Paris, é que se desenvolveu a representação como delegação e mandato imperativo, rotativa e revogável de tal modo que o representante não representa um poder geral, nem uma vontade, nem razão geral, mas reivindica direitos concretos de classes e de grupos. Nesse sentido, a representação significa expressão política universalizada como direito de decidir e controlar a coisa pública, ou seja, a concepção partidária de representação, isto é, a idéia de que a representação deve exprimir o específico e o particular por meio de canais institucionais reconhecidos de tal modo que os parlamentos sejam os representantes da nação. Por fim, a representação torna-se necessariamente indireta, os partidos são mediadores entre a sociedade e o poder de Estado.¹⁷²

A análise dos vários formatos de representação remete-me ao conceito de democracia e à análise da contribuição de uma entidade como a AMDA para reforçar práticas democráticas. Aliás, o apelo à participação na decisão dos processos socioespaciais tem ganhado força a partir dos anos 80, sobretudo a partir da queda de vários regimes ditoriais, pelo mundo, buscando reforçar os regimes democráticos. O tipo de democracia divulgada pelo mundo ocidental – a democracia representativa – é, entretanto, apenas uma das possibilidades. Outra possibilidade de atuação democrática é a democracia direta, já experimentada em situações diversas nos últimos séculos.

Apesar de ter predominado no último século processos de representação através dos partidos, observa-se que a “abertura à participação”, difundida nas últimas décadas, tem um caráter muito peculiar, não é “qualquer um que deve participar”, são aqueles que apresentam os códigos para apreender um determinado vocabulário, ter os pré-requisitos dominados por um determinado campo de poder, capaz de estabelecer, dentro do jogo “político”, os acordos necessários à anulação do conflito. Neste sentido, a representação através de pessoas que se autonomeiam ambientalistas é indicativa de um retorno à representação clássica, aquela que “age em nome de uma razão”, não tendo que prestar contas aos supostos representados.

¹⁷¹ Ibid. 1997, p.288 a 296.

¹⁷² Ibid. 1997, p.288 a 296.

2.2 As bases da gestão ambiental em Minas Gerais

2.2.1 O conservacionismo e a tecnoburocracia ambiental

“O chamado sistema consensual é a conjunção de um regime determinado da opinião com um regime determinado do direito, colocados um e outro como regimes de identidade a si, sem resto, da comunidade”.¹⁷³

A citação acima expressa bem o que tem sido o processo de reprodução do espaço em Minas Gerais e a gestão ambiental que aí se desenvolve a partir dos anos de 1970. Neste sentido, tanto a reprodução do espaço como os instrumentos utilizados para minimizar sua problemática se dão como se este espaço já não comportasse uma produção¹⁷⁴ e como se apenas parte da sociedade existente fosse dotada dos atributos necessários para deliberarem sobre tais processos. A reprodução social do espaço instituído desenvolveu instrumentos para tentar anular os grupos sociais dispostos a realizar a política, já que tais instrumentos foram concebidos como estratégias de consenso, como se analisará a seguir.

A estrutura produtiva de Minas Gerais, na década de 70, alterou significativamente - de base notadamente extrativa para a diversificação de seu parque industrial, caracterizando-se pela expansão da atividade mineradora e aumento da participação da indústria de bens intermediários como papel, celulose, químicos e derivados do petróleo, borracha, minerais não-metálicos e metalurgia. A estrutura produtiva, então ligada a segmentos industriais altamente poluidores, intensificou a degradação das condições ambientais. Ao mesmo tempo que ocorria esta degradação em Minas Gerais, os processos produtivos de degradação que provocavam tal degradação eram questionados, nos países de Primeiro Mundo. Apesar do posicionamento contrário do governo brasileiro aos encaminhamentos da Conferência de Estocolmo em 1972, em virtude das fortes pressões por parte da imprensa mundial e pelas organizações de financiamento como Banco Mundial e FMI, encaminhou-se a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA, em 1973.

¹⁷³ RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. 1.^a ed. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 105.

¹⁷⁴ Não apenas produção de coisas, mas de modos de viver.

Neste mesmo ano de 1973, como já citado, foi criado o Centro para Conservação da Natureza (CCN), originado dos quadros da Universidade Federal de Minas Gerais, também foi influenciado pelas idéias divulgadas nesta conferência. A atuação do CCN caracterizava-se, nesse período, pela denúncia de ações agressivas e predatórias à natureza, dentro de uma abordagem essencialmente conservacionista do meio ambiente. A atuação do grupo voltava-se, especificamente, para garantir a preservação de certos espaços naturais, especialmente matas, parques e áreas verdes urbanas.¹⁷⁵ Sua atuação se pautou por uma linha de entendimento com a “classe política” estatal. Mobilizaram pela defesa do Parque do Rio Doce, ameaçado pela construção de uma estrada; o Parque das Mangabeiras, alvo de um loteamento da prefeitura municipal; a defesa da Mata do Jambreiro das sucessivas investidas da MBR; a Estação Ecológica de Tripuí; e o Parque Estadual da Serra do Cipó, transformado, posteriormente, em Parque Nacional.¹⁷⁶ Antes de 1973, já existia a Sociedade Ornitológica Mineira (SOM), que reunia alguns dos intelectuais interessados na defesa da natureza. Dentre eles, destacam-se Hugo Werneck e Mário Viegas, fundadores do CCN.

O grupo fundador do CCN constituía-se de uma elite de intelectuais que possuíam grande prestígio no mundo acadêmico-científico e entre as “elites políticas” mineiras¹⁷⁷. Os membros do CCN se valiam do prestígio que tinham como cientistas para levar suas demandas e denúncias à imprensa. A linha de atuação preferida era a do “entendimento”, realizando contatos diretos e persuasivos com ocupantes de cargos públicos com os quais mantinham relações pessoais, como o ex-governador Aureliano Chaves. A atuação do conservacionismo como o do CCN influenciou no crescimento significativo do número de unidades de conservação criadas em Minas Gerais, a partir de 1970, o que ocorreu, entretanto, mediante um processo progressivo de destruição das florestas nativas, evidenciando que a política conservacionista é plenamente

¹⁷⁵ MINAS GERAIS. Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Obra citada. p. 64,65

¹⁷⁶ Entrevista, MACHADO, 1997, apud MINAS GERAIS. Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Obra citada, p. 65.

¹⁷⁷ Dentre eles: Hugo Heiras Furquim Werneck (odontólogo), Eduardo Osório Cisalpino (ex-reitor da UFMG), José Rabelo de Freitas (professor), João Paulo Campello de Castro (advogado), Amílcar Vianna Martins (médico), Hiram Firmino (jornalista), Ângelo Barbosa Monteiro Machado (zoólogo e professor da UFMG) e Célio Murilo do Valle (ex-jesuíta e biólogo). CARNEIRO, Eder Jurandir. Obra citada, 2003, p. 177.

compatível com o uso generalizado das condições naturais para a produção de mercadorias. O conservacionismo do CCN apoiava-se numa visão “biocêntrica”¹⁷⁸.

Tal concepção de conservacionismo biocêntrico originou-se no final do século XVIII, na Inglaterra. Até então, predominava uma concepção que dava grande apreço às terras limpas e imputava às matas intocadas como sem valor prático, vistas como desperdício, morada de “bestas perigosas” e “povos selvagens”. A partir de fins do século XVIII, inicia-se a inversão das concepções até então hegemônicas em reação à primeira industrialização como reação romântica e certa nostalgia de um mundo idealizado e pré-moderno de harmonia com a natureza. À medida que se formavam as grandes cidades industriais, intensificaram-se os problemas relativos à poluição e emergiram representações de natureza como a ordem do belo, do bem, da natureza espiritual, de integração do Cosmos, de solidariedade entre as criaturas, o que ocorria, em geral, apenas nas classes mais abastadas. Esta nova concepção imprimiu uma série de práticas a ela associadas, como: o vegetarianismo, as excursões ao campo para lazer, as escaladas. Estas práticas se combinaram, com o tempo, com práticas amadoras de zoologia, com a coleta de exemplares de plantas e animais, para estudo e catalogação. Desenvolveu-se, assim, a idéia de que todo ser vivo merece respeito por si próprio, independente de sua utilidade ao homem, pois cada ser vivo é compreendido como um elo de uma “cadeia divina”. Essa noção ganhou fundamento científico através da noção de cadeia ecológica. Desta proximidade entre o interesse científico e o sentimento de adoração da natureza surgiram os primeiros movimentos preservacionistas.¹⁷⁹

A emergência do conservacionismo no Brasil também se deu a partir de rupturas provocadas pelo processo de modernização, porém, já contavam com a existência prévia de organizações preservacionistas nos países industrializados e que, como no caso do CCN, em virtude mesmo de suas relações profissionais, estiveram sempre em contato com referências do Primeiro Mundo, possibilitando assim uma possibilidade de interlocução, aprendizagem e apoio inexistente para aqueles que atuaram no século XVIII.¹⁸⁰

¹⁷⁸ Chamam de biocêntricas as concepções que postulam que a natureza deve ser preservada por seu suposto valor intrínseco, e não pelo que ela representa para os seres humanos.

¹⁷⁹ CARNEIRO, 2003, p. 183.

¹⁸⁰ Conforme entrevista abaixo: Tinha havido a Conferência de Estocolmo (I Conferência da ONU sobre o meio ambiente), em 1972. Nós acompanhávamos atentamente [...] a burrice do ministro Costa Cavalcanti (representante do governo brasileiro na conferência) [...] havia um livro que era muito famoso naquela ocasião, que se chamava “A primavera silenciosa” (de Rachel Carson) [...] era um livro de

Conforme já assinalado, o espaço de Minas Gerais passava por grandes alterações no sentido de consubstanciar o seu processo de modernização. Na ausência de uma burguesia mineira forte, este processo, no âmbito do Estado era definido pelos administradores de perfil técnico. Esta atuação técnica no interior do Estado tem relação com a afirmação da Engenharia como campo profissional definido e, desde o início, se apresentou como núcleo de um projeto modernizante. A forte presença de uma tecnocracia regional administrativa, dotada de certa autonomia em relação às elites políticas, foi condição essencial para garantir o processo de modernização em Minas Gerais, possibilitando a manutenção das mesmas estratégias modernizantes ao longo de diferentes governos. Ressalta-se que este ideal modernizante em Minas Gerais remonta ao final do século XIX, pela forte influência da Escola de Minas de Ouro Preto, fundada pelo francês Claude Henri Gorceix que, na contramão do ensino memorizante que predominava no Brasil, implantou nesta escola um método voltado para a investigação empírica nas áreas de geologia e mineralogia. Apoiado por D. Pedro II, Gorceix conseguiu levar seu projeto adiante. Como inicialmente não havia demanda de trabalho para aqueles que se formavam na escola, se direcionavam aos serviços públicos. Este direcionamento dos alunos respaldava a concepção da escola que era desde o princípio associar o conhecimento com o desenvolvimento econômico.¹⁸¹

A influência de professores e alunos na política mineral do governo provincial ou estadual e do governo federal se fez sentir desde o início. Antes da criação da escola era praticamente nula a atenção que o governo provincial dava às explorações minerais. A partir de então, o governo inicia um processo de discussão de implantação de siderúrgicas através de empresas particulares, como a de João Monlevade em 1879.

cabeceira para nós. Nós lhamos um livro que nasceu no Congresso de Estocolmo “Os limites do crescimento”, um libelo contra o modelo econômico. Entrevista, WERNCK, 1989, apud CARNEIRO, 2003, p. 184.

¹⁸¹ Conforme pronunciamento de Gorceix na fundação da escola - “Será, espero, um dos títulos de glória dos engenheiros da escola dar nova vida a essa indústria [do ferro]”- indicando que a sua preocupação não era apenas formar engenheiros, mas influir profundamente no conhecimento e no desenvolvimento das riquezas naturais de Minas e do país. Uma destas riquezas, apontada por Gorceix era a exploração do ferro. O objetivo colocado por ele para instituição era: “fornecer administradores para a exploração das minas e para as empresas metalúrgicas e engenheiros empregados pelo Estado nas diversas províncias do Império para se encarregarem das explorações geológicas e da fiscalização dos trabalhos de mineração”. CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 117.

Djalma Guimarães destaca o domínio do conhecimento científico e tecnológico dos políticos formados na Escola em relação os bacharéis e literatos.¹⁸²

A presença destes engenheiros na burocracia do Estado, utilizando pela primeira vez no Brasil independente o domínio do conhecimento técnico como recurso político, pioneiros do estrato burocrático superior que iriam povoar as comissões técnicas, principais centros de formação da política econômica da década de 1930. A penetração desses técnicos no interior do Estado, durante a Primeira República, foi muito facilitada pelo fato de alguns deles terem também ocupado cargos eletivos. Não tinham “nenhuma organização ou partido”, para apoiar suas idéias. Por isso, em vez da contestação aberta, o caminho mais utilizado por eles era a infiltração pacífica no aparato estatal. Após 1930, quando o Exército chega ao centro do poder, os engenheiros e militares se unem na defesa da exploração dos recursos naturais, iniciando a construção da ponte entre militares e a incipiente tecnoburocracia.¹⁸³ Esta mesma observação foi feita por René Vilela ao tratar da modernização conservadora.

A economia de Minas Gerais ainda é baseada na exportação de produtos *commodity*. Mas esta modernização econômica e a modernização do Estado em minha opinião se deram de forma conservadora. Quando ela é feita, modernizando as bases tecnológicas. Ela até incorpora novos atores, mas atores da elite econômica. Não se orienta pelo princípio da República, pelo direito à informação [...] Este processo ainda está muito forte. Pelo fato de termos em Minas algumas famílias de base oligárquica que estão diretamente vinculadas ao surgimento da Escola de Minas. Então estas famílias oligárquicas formavam também os gerentes modernos, conservadores, mas modernos da nova indústria brasileira, mineração e siderurgia. Mineração de ferro, manganês, siderurgia. E isto reestruturou não só Minas Gerais, mas o Brasil. Depois o governo Vargas alavancou a CSN dentre outras a partir do projeto estruturante da Escola de Minas.¹⁸⁴

¹⁸² É provável que os ex-alunos da Escola de Minas tenham exercido influência de vulto nos dois primeiros decênios deste século, dentro de um ambiente político não preparado para o debate de assuntos que exigiam conhecimentos científicos e tecnológicos. Calógeras, Pires do Rio, Francisco de Sá e outros eminentes ex-alunos desta Escola ingressaram no cenário político do país armados de conhecimentos objetivos dos recursos naturais e condições de meio físico de um continente que estava sendo vasculhado por outros técnicos saídos dos bancos escolares do mesmo instituto de ensino superior. Ibid., 2002, p. 132.

¹⁸³ Ibid., 2002, p. 123.

¹⁸⁴ Entrevista, VILELA, René Mendes, concedida à autora em 16 de março de 2007.

A história da Escola de Minas e a entrevista indicam que já existia uma atuação relevante da tecnoburocracia em Minas Gerais e parte dos integrantes desta tecnoburocracia, como já indicado, se sensibilizava com ideais voltados para a gestão ambiental. Por outro lado, os interesses defendidos por esta tecnocracia, voltados para a mineração, confrontavam com interesses de setores ligados à agropecuária, processo que foi inclusive alvo de disputa no momento da decisão do local para a nova capital mineira no final do século XIX.

A “tecnoburocracia ambiental” se estrutura em Minas Gerais, em meados dos anos de 1970, também formada por engenheiros com fortes vínculos com membros da política local. Eder Carneiro¹⁸⁵ afirma que o discurso que unifica essa nova tecnoburocracia centra-se na afirmação da necessidade da constituição de um núcleo institucional capaz de planejar e gerir o desenvolvimento econômico por meio do aproveitamento racional dos “recursos naturais” mineiros. Havia, assim, uma oposição da tecnoburocracia ambiental em relação à burocracia desenvolvimentista tradicional, pois a tecnoburocracia ambiental considerava a desenvolvimentista tradicional como fomentadora de um crescimento econômico que dilapidava irracionalmente os recursos ambientais e provocava a degradação das condições naturais. A tecnoburocracia ambiental tentava redirecionar os processos modernizantes tentando incluir nas políticas públicas o tratamento técnico da questão ambiental. A tecnoburocracia ambiental também se diferenciava dos conservacionistas biocêntricos tomando-os como amadores, românticos e consideravam a problemática como a necessidade de compatibilização entre a apropriação capitalista das condições naturais e os múltiplos significados e interesses sociais em relação a estas condições - tratava-se do gerenciamento destas.

Os engenheiros constituintes da tecnoburocracia ambiental se empenharam por universalizar a questão ambiental como técnica, através do estabelecimento de parâmetros, normas e procedimentos técnicos para monitoramento da “qualidade ambiental” e de desenvolvimento de tecnologias que permitissem o aproveitamento “racional” das condições naturais e dos resíduos poluentes. Este predomínio da área de engenharia na questão ambiental em Minas Gerais explicita o fato da institucionalização

¹⁸⁵CARNEIRO, Eder. Obra citada. 2003, p. 185-186.

da política ambiental ter se desenvolvido a partir da área de ciência e tecnologia, diferentemente de outros estados.¹⁸⁶

Na formação da tecnoburocracia ambiental mineira destacam-se dois membros da elite mineira: Aureliano Chaves e José Israel Vargas. Aureliano Chaves construiu extensa carreira na política partidária atuando sempre na área de energias, envolvendo-se nos debates acerca de energia nuclear, acabando por ser nomeado governador de Minas Gerais pelo general Ernesto Geisel, 1975. Sua área de atuação era estratégica no esforço de modernização de Minas e seu posicionamento “político” facilitava levar adiante esta concepção que também se ajustava aos interesses da tecnoburocracia ambiental Israel Vargas também trabalhou na área de minas e energia e foi nomeado por Aureliano Chaves como responsável pelo Sistema de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, por relações pessoais.

Na concepção de José Israel Vargas, a história da humanidade é a história do avanço da tecnologia, entendida como a capacidade de realizar trabalho pela utilização mais eficiente de energia. No momento atual este desenvolvimento teria colocado os homens frente a um dilema. Por um lado, a técnica moderna permite alcançar níveis de produtividade, de saúde, de conhecimento; de outro lado, essa mesma técnica ameaça de morte a própria humanidade, pela destruição das condições naturais. Para Vargas, a solução para esta questão só poderia ser obtida através do avanço científico e o consequente desenvolvimento de opções tecnológicas que permitissem a compatibilização entre o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a preservação e utilização racional do meio ambiente. Esta concepção é similar à

¹⁸⁶ Conforme um dos membros da tecnoburocracia ambiental: O fato do Meio Ambiente em Minas Gerais ter nascido dentro da Ciência e Tecnologia é um dos grandes diferenciais de Minas Gerais. “A análise que eu faço hoje é que a questão do meio ambiente, estando dentro do sistema de ciência e tecnologia, ela sempre teve que discutir a partir do desenvolvimento tecnológico. A gente teve muita oportunidade de conviver com esse setor e fazer parte dele. Em Minas sempre se partiu da premissa de que a questão do meio ambiente era uma questão de ciência e tecnologia [...] o próprio professor Vargas há vinte anos já dizia que a empresa que polui é burra, porque ela está desperdiçando. Hoje é uma coisa muito evidente, mas naquela época [...] ele já partia dessa premissa. Então a questão do controle ambiental passava mais pelo desenvolvimento tecnológico da empresa [...] a gente aqui em Minas, desde aquela época, bate muito nesta tecla. A questão não é colocar cada vez mais equipamentos nas indústrias para controlar as emissões de poluentes na atmosfera, a questão é cada vez você soltar menos emissões, modificando o seu processo tecnológico. É mais economia para a empresa, é menos gasto com investimentos no sistema de controle. É menos passivo ambiental. Entrevista, JUNQUEIRA RIBEIRO, 1996 apud CARNEIRO, Eder, 2003, p. 187.

formulação de desenvolvimento sustentável, difundida a posteriori.¹⁸⁷ Conforme Eder Carneiro:

Nessa concepção, a especificidade da estrutura de relações de produção, bem como sua lógica, são abstratas e “neutralizadas” na visão do “homem” genérico em sua saga de apropriação da natureza mediante o desenvolvimento científico-tecnológico; os conflitos em torno da destinação social das condições naturais, estruturalmente postos, são dissolvidos na ficção de uma decisão racional da “sociedade”, tomada ‘à luz da ciência, a respeito de tecnologias e usos da natureza; os fins últimos e a estrutura do moderno sistema produtor de mercadorias são naturalizados, tomados como pressupostos.¹⁸⁸

Nessa perspectiva, José Israel Vargas procurava, em meados dos anos de 1970, reunir técnicos da área de meio ambiente do Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), vinculado à Fundação João Pinheiro da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), com o intuito de organizar um “sistema de Tecnologia e Meio Ambiente” no estado. A concepção inicial de Vargas era que o sistema fosse ligado diretamente à SEPLAN, refletindo sua visão de que desenvolvimento econômico e meio ambiente deveria ser impulsionado pela pesquisa tecnológica e geridos pelo planejamento global. Previa também que o Grupo Executivo de Ciência e Tecnologia (GECT) fosse assessorado por dois conselhos consultivos: um Conselho Estadual de Pesquisa e um Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). A proposta de criação destes conselhos encarna o ideal da produção e execução de políticas públicas pela via da “negociação”, do “diálogo” e do “entendimento” entre agentes com interesses diferentes em oposição a enfrentamentos mais radicais.¹⁸⁹

Eu, no passado, já ouvi muitas críticas dizendo que o COPAM devia ser um conselho só de ambientalistas e hoje eu tenho certeza que não. Acho que o grande sucesso do COPAM é a questão dos contrários. Foi fundamental ao COPAM ter, desde o seu nascedouro, a FIEMG, a Associação Comercial, ter o setor produtivo lá dentro, porque o desenvolvimento do COPAM foi feito com o setor produtivo lá dentro. Eu não conheço outro conselho funcionando como o COPAM. Conheço um pouco a

¹⁸⁷ Ibid., 2003, p. 194.

¹⁸⁸ Ibid., 2003, p.195.

¹⁸⁹ Ibid., 2003, p. 198.

realidade dos outros estados. Quando o COPAM foi criado, foi um órgão de vanguarda mesmo. O COPAM se inspirou no CECA – Conselho Estadual de Controle Ambiental – do Rio de Janeiro, mas muito mais avançado [...] o CECA era um Conselho da FEEEMA e com mais algumas pessoas da administração do Estado. Então é um Conselho estritamente governamental, sete pessoas só. E consultivo. O COPAM é deliberativo e tem a sociedade civil e foi aumentando cada vez mais [...] talvez seja o grande diferencial de Minas [...] é porque as coisas já começaram sendo compactuadas. Começaram na época [no final dos anos de 1970] a se fazerem pactos, que eu acho que é o grande segredo da política ambiental no estado. Foi esse “jeitão” que depois foi institucionalizado no próprio COPAM, a lei incorporou essas práticas. Isso foi muito importante [...] você tecia acordos com os diversos atores.¹⁹⁰

O COPAM passou a ser o espaço privilegiado para debater as questões ambientais. Inicialmente com posições polarizadas em seguida via consensos.

2.2.1.1 A afirmação da tecnoburocracia através da técnica

Através da normatização técnica a tecnoburocracia ambiental impõe um conjunto de definições à realidade constituindo uma linguagem específica, um arcabouço conceitual através do qual os agentes se comunicam.

Quando se fala de água poluída, no Brasil, ninguém sabe, ao certo, o que é [...] a norma descreve conhecimentos científicos [...] é um sistema técnico e científico complexo de como avaliar resultados. Dada a deficiência de normas, no Brasil, surge a dificuldade da fiscalização e repressão de abusos, que são avaliados pura e simplesmente pelos órgãos de sentidos [...] se a água nos parece suja, então dizemos que está poluída. Se algo nos parece malcheiroso, está poluído. Essas avaliações são [podem ser] quantificáveis e determinadas mediante normas. O que é poluído para uma certa atividade não o é para outra. Naturalmente a água que se destina ao consumo humano deve ter características diferentes da água destinada à indústria. Se é indústria do setor biológico, mineral, a água é outra. Precisamos de normas. Até hoje temos duas mil normas apenas para todos os assuntos ligados ao meio ambiente. Enquanto não tivermos normas, não saberemos o que é poluído e o que não é. Existe uma experiência mundial sobre normas. Existe um grupo que

¹⁹⁰ Entrevista, JUNQUEIRA RIBEIRO, 1996, apud CARNEIRO, p. 198, grifos do autor.

começa a trabalhar, no sentido de traduzir e adaptar essas normas à situação local [...] nossa atividade praticamente iniciou-se há dois ou três meses.¹⁹¹

A imposição da normatização técnica como linguagem universal, como condição de comunicação e representação do mundo constitui barreiras ao ingresso de agentes e concepções que representem em outra linguagem suas demandas sobre o destino das condições naturais. A burguesia industrial mineira, os conservacionistas “biocêntricos” e a tecnoburocracia ambiental juntavam-se objetivamente na demanda pela criação de instituições capazes de processar os conflitos relativos à destinação social das condições naturais. A criação do COPAM pode ser entendida como uma resposta a essa demanda e a tentativa de conciliar interesses distintos. O projeto de Vargas foi alterado em 1976 através da criação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT), assumida por Israel Vargas, e em 1977 cria-se dentro desta secretaria a Comissão de Política Ambiental, que passa a ter no CETEC (transformado em Fundação Centro Tecnológico e transferido para a SECT) sua agência executiva. Neste novo modelo, as políticas de ciência e tecnologia, até então vinculadas à área de planejamento, são deslocadas para a SECT, recém criada, diferentemente das intenções iniciais de Vargas, afastadas do núcleo estatal de formulação de projetos de desenvolvimento econômico. Apesar de seu caráter deliberativo, o COPAM, assumiu, desde o seu início, funções de mitigação “setorial” dos impactos das atividades econômicas sobre as condições ambientais como:

formular normas técnicas de proteção ao meio ambiente [...] compatibilizar os planos, programas, projetos e atividades de proteção ambiental com as normas estabelecidas; [...] estabelecer os mecanismos de fiscalização ambiental; [...] como condição de obtenção de estímulos ou incentivos a projetos de desenvolvimento econômico-social.¹⁹²

Sabe-se que o prestígio da técnica moderna em detrimento de outras formas de conhecimento ganhou impulso a partir dos escritos de Francis Bacon, seguido por Descartes, Galileu Galilei etc. Estes pensadores buscavam fortalecer um novo método

¹⁹¹ VARGAS, 1975: 103;117-118, apud CARNEIRO, 2003,p. 203.

¹⁹² Artigo 2º do Decreto nº. 18.662 apud CARNEIRO, 2003, p. 209.

de conhecimento do mundo e tinham como objetivo colocá-lo a serviço do homem, libertá-lo das supertições, de ligações religiosas extremadas.

Até que este método se desenvolvesse existiram (como, obviamente, continuam existindo) outras concepções de conhecimento. A predominante, até a Idade Média, por exemplo, concebia este conhecimento técnico como inferior (*téchne*). Já a capacidade de falar sobre o conhecido é que era o verdadeiro ato de conhecer (*episteme*).

No desenrolar dos séculos XVII e XVIII estes objetivos vão sendo atendidos, ou seja, o ato de conhecer se direcionou para o fortalecimento das forças produtivas. O conhecimento como busca dos fins, do sentido tão enfatizado pelos antigos, dá lugar à sociedade unidimensional referida por Marcuse:

Em face das particularidades totalitárias dessa sociedade, a noção tradicional de “neutralidade” da tecnologia não mais pode ser sustentada. A tecnologia não pode, como tal, ser isolada do uso que lhe é dado; a sociedade tecnológica é um sistema de dominação que já opera no conceito e na elaboração das técnicas.¹⁹³

Para Aristóteles, a distinção entre *episteme* e *téchne* é clara. Embora ambas sejam disposições para o exercício do pensamento discursivo, *téchne* se dirige para a produção de algo, enquanto *episteme* é responsável por gerar somente um discurso racional demonstrativo, o qual serve para comunicar o conhecimento. *Episteme*, neste sentido, se destaca e se sobrepõe à *téchne*, primeiro porque deve poder exprimir-se numa linguagem e ser comunicável ao ensino. Para Aristóteles, possuir o entendimento de algo é principalmente caracterizar a forma que o entendimento toma quando é comunicado a outros, e não a atividade pela qual o entendimento é alcançado. Como disposição ou capacidade humana, o entendimento é realizado não no trabalho de produção de algo, nem mesmo no esforço de se criar ou revelar novas explicações, mas na contemplação das explicações que nos foram trazidas à mente. O verdadeiro conhecimento é especular e se dá pela contemplação das razões.¹⁹⁴ A *episteme* não tem outros propósitos, pois alcançá-la é, de acordo com esta perspectiva, um fim em si

¹⁹³ MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p. 19.

¹⁹⁴ Cf OLIVEIRA, B. J. de. Obra citada. p. 23.

mesmo. Seu valor e significados independem dos usos e das intenções. A *téchne*, embora seja um conhecimento instrumental que possibilita que os homens se dediquem a esta realização, não é nem garante tal realização. Ela representa o trabalho de grande parte da humanidade privada do acesso à contemplação, mas também uma condição da sabedoria de alguns, e, portanto uma das tarefas subordinadas a esta tarefa suprema (*episteme*).¹⁹⁵

Segundo Robert Lenoble, um princípio aceitável desde Cícero é que nenhuma arte humana pode imitar a originalidade da natureza, pois não existe nenhuma medida comum entre ciência e as artes. Arquimedes, por exemplo, nunca dignou-se a deixar por escrito nenhuma obra sobre a maneira de construir as máquinas, pois rejeitava toda essa ciência e em geral toda a arte que tem qualquer préstimo. Este estado de espírito persiste até o Renascimento. Descartes escreveu em suas memórias, que as matemáticas lhe agradavam, mas não havia visto ainda a sua verdadeira utilidade. Em 1632, a estrutura da natureza, e, por conseguinte, a estrutura da sociedade, sofreu uma remodelação completa, pois os engenheiros são incumbidos por Galileu de descobrir o verdadeiro sistema do mundo. O engenheiro conquista um novo espaço, a arte de fabricar tornou-se o protótipo da ciência, o que comporta uma nova definição de conhecimento, que já não é contemplação, mas utilização. Descartes, Galileu e Gassendi e seus discípulos colocam em evidência que conhecer é fabricar e que a natureza nada faz do que realizar em ponto grande o que nós podemos obter por escala menor graça ao nosso engenho de técnicos. Longe de desprezar as experiências de laboratórios, querem agora multiplicá-las. Vão multiplicar os princípios de nossa física, pois a verdade sobre a natureza reside nessas experiências e não nos raciocínios sobre as essências. O temor da cólera divina permanece, porém acredita-se que e Deus deu a missão de trabalhar a sua imagem, de construir o mundo no nosso pensamento como ele criou no seu, fornecendo as suas leis. O físico da Idade Média eleva-se a Deus descobrindo as intenções, as finalidades da natureza, o físico mecanicista eleva-se a Deus penetrando o próprio segredo do Engenheiro divino, colocando-se no seu lugar para compreender com ele a forma como o mundo foi criado. Este princípio de dedução do mundo é encontrado no Discurso do Método de Descartes, em 1644. Neste olhar sobre a natureza, a natureza perdia a finalidade que os filósofos antigos

¹⁹⁵ Cf OLIVEIRA, B. J. de. Obra citada. p. 25.

julgavam encontrar nela, era preciso que ela fosse simplesmente máquina. Galileu que tinha por mestre Demócrito e Arquimedes escreveu que “o grande livro da natureza está escrito em linguagem matemática” e Descartes descobre a verdadeira utilização das matemáticas: já que a natureza é matemática, as matemáticas são o esqueleto certo e sólido da física. O matemático deixa de ser o auxiliar vergonhoso do artesão, para tornar-se juntamente com o engenheiro, o depositário do segredo divino. Durante séculos, sábios e filósofos, pertencentes a qualquer escola, discípulos de Platão, de Aristóteles, de Epicuro ou dos Estóicos procuraram os princípios que crêem encontrar na natureza numa especulação desinteressada, buscando escutar a natureza, não servir a ela. A partir de 1620, sábios e filósofos, independentemente da sua inclinação de espírito, a despeito de todas as divergências de escola, concordam em afirmar que “a natureza é uma máquina e que a ciência é a técnica de exploração desta máquina. Todas as perspectivas do conhecimento se acham modificadas, já não se contempla, interroga-se. Em lugar de ser o centro do mundo aceita-se que a natureza tenha os seus próprios mecanismos e as suas leis próprias, sem qualquer relação com os nossos desejos afetivos. Não se pode explicar uma coisa, a sua finalidade, a sua existência e o seu mecanismo sem recorrer às suas leis, independentes do homem. A política, segundo estes filósofos era assunto de prudência, pressupõe o conhecimento das paixões da alma, tal assunto, que dizia respeito à ética, não era ciência por extensão.¹⁹⁶

Voltando à opção metodológica indicada para validar os procedimentos ambientais, observa-se que, apesar de serem utilizados com um suposto propósito da objetividade e neutralidade ela não existe, pois todo procedimento científico é mediado pela subjetividade e todo objeto também é sujeito. Também os procedimentos científicos naturalizados são partes da história e podem também deixar de ser os dominantes. Michael Löwy nos ajuda a compreender as contradições inerentes a este quadro metodológico:

O axioma da neutralidade valorativa das ciências sociais conduz, logicamente, logicamente, o positivismo, a negar _ ou melhor, a ignorar _ o condicionamento histórico-social do conhecimento. A própria questão da relação histórico-social do conhecimento. A própria questão da relação entre conhecimento científico e classes sociais geralmente não é colocada: é uma problemática que escapa ao campo conceitual e teórico do positivismo. Ele só analisa os fundamentos sociais do pensamento pré-científico:

¹⁹⁶ LENOBLE, Robert. *História da idéia de natureza.* p. 259-264

pensamento mágico etc.; as a própria ciência social nele aparece soberanamente livre de vínculos sociais.¹⁹⁷

2.2.2 A composição do COPAM

As dificuldades para criar o sistema público de meio ambiente associada à secretaria de planejamento se refere às pressões exercidas pelos empresários articulados na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e na Associação Comercial de Minas (ACM).¹⁹⁸

Além disso, é de se supor que as pressões contrárias à constituição de um sistema público do meio ambiente tenham partido não apenas de empresários temerosos de verem prejudicados seus negócios em Minas, mas também das elites técnicas e burocráticas desenvolvimentistas que, abrigadas em órgãos e entidades públicos, haviam orquestrado a arrancada mineira para a modernização pela via da especialização industrial em bens intermediários. Nesse sentido, a tecnoburocracia ambiental mineira opunha-se à tecnoburocracia desenvolvimentista, procurando espaço dentro do aparelho de Estado.¹⁹⁹

A presença de representantes do capital dentro do COPAM foi assegurada pelo Decreto nº 18.466, que incorporou ao Plenário do COPAM representantes da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo (SEICT), da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), do Departamento de Águas e Energias (DAE), da Associação Comercial de Minas Gerais (ACM) e da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG). Por outro lado, a atuação dos conservacionistas ganhou espaço dentro da COPAM através do mesmo Decreto :

Representantes de entidades para proteção e conservação da natureza, no estado e mais quatro cientistas, tecnólogos, pesquisadores ou pessoas de notório saber, dedicados à atividade de preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida... de livre escolha do Governador do Estado.²⁰⁰

¹⁹⁷ LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998, p. 18.

¹⁹⁸ CARNEIRO, Eder Jurandir. Obra citada. 2003, p. 209.

¹⁹⁹ Ibid., 2003, p. 211.

²⁰⁰ Artigo 3º do Decreto nº. 18. 466 apud CARNEIRO, 2003, p. 213.

A representação do capital contribui para a legitimação da COPAM e da construção de uma auto-imagem de que a COPAM é um fórum democrático de diálogo e entendimento entre os atores relevantes da questão ambiental: a tecnoburocracia ambiental, os conservacionistas e o empresariado. CARNEIRO esclarece este processo:

Após o ingresso desses pioneiros, a entrada de novos segmentos no COPAM realizava-se, pelo menos até o final de dos anos de 1980, da seguinte forma: um dos conselheiros apresentava e defendia junto a uma determinada Câmara Especializada o pedido de ingresso da entidade ou segmento interessado. Uma vez aceita, a solicitação era encaminhada ao Plenário, onde geralmente era deferida, passando o interessado a integrar a Câmara em questão, inicialmente como “membro convidado”, isto é, com direito a voz e sem direito a voto. Após um período de “experiência”, o novato era incorporado como membro efetivo. Mais uma vez, a condição para a entrada no COPAM era a posse de algum capital de representação, aliada à mobilização de um capital social, representado pelo aval de um membro efetivo do Conselho. Essa sistemática de recrutamento de novas entidades ou segmentos, já de si bastante excludente, foi abolida quando [...] vários decretos fixaram o número máximo de membros e a composição de cada Câmara, o que praticamente congelou as possibilidades de ampliação e diversificação da representação no COPAM.²⁰¹

A eleição para entrada no COPAM se inicia no final da década de 1980, quando um grupo de interessados não conseguindo entrar pela via tradicional começa a exigir a eleição, processo já explicado anteriormente. Até então predominava um processo denominado por CARNEIRO²⁰² de “oligarquização da política ambiental”. Neste processo, a entrada no COPAM se dava através de alguns atributos: cultural (caso dos tecnólogos que se tornariam gerentes do sistema público do meio ambiente em Minas

²⁰¹ Seguem os seguintes exemplos para ilustrar o processo para se tornar membro do COPAM: na reunião da Câmara de Defesa de Ecossistemas (CDE), de 23/09/87, a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) é aceita como membro convidado; na reunião da Câmara de Mineração e Bacias Hidrográficas(CMBH), de 05/08/83, Mário R. Andrade, do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), propõe e aprova a aceitação do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) como membro convidado; na reunião da CMBH, de 21/12/84, sugere-se que a Secretaria de Estado Minas e Energia (SEME) seja aceita como membro convidado do Plenário e a METAMIG (Metais Minas Gerais S. A.) é aceita como membro convidado da CMBH; na reunião da CMBH, de 06/08/86, José Carlos Borges, da Companhia de Distritos Industriais (CDI), pede providências para que a SEME passe a ser membro efetivo do Plenário; na reunião da CMBH, de 22/08/84, Maria Dalce Ricas (AMDA) solicita ingresso para a AMDA como membro convidado; na reunião da CMBH de 18/09/84, a AMDA é aceita como membro convidado. (CARNEIRO, 2005, p. 70)

²⁰² CARNEIRO, 2005, p. 69.

Gerais); cultural relacionado à representação (caso dos militantes do conservacionismo e dos diretores de órgãos estatais que articulam interesses de frações do capital); ora posse do capital econômico combinado com a representação (como os empresários diretores da Associação Comercial e da Federação das Indústrias de Minas Gerais), ou até relações de parentesco com elites políticas fundadoras do COPAM. Após a entrada destes pioneiros, o ingresso se fazia quando um conselheiro apresentava e defendia junto ao plenário ou determinada câmara especializada o pedido de ingresso de uma entidade ou segmento interessado.

José Israel Vargas nomeou como Secretário da COPAM o engenheiro de Minas Octávio Elísio Alves de Brito (e, como assessor deste, o engenheiro sanitário José Cláudio Junqueira Ribeiro) para produzir um conjunto de parâmetros, definições técnicas, normas e rotinas para a constituição de uma sistemática institucionalizada de tratamento de casos e conflitos, buscando criar condições para que a gestão institucional da questão ambiental ganhasse legitimidade frente aos grupos e associações da sociedade civil e também dentro do Estado.

O grande desafio que tivemos foi o de montar uma estrutura que tivesse credibilidade técnica e, portanto, política, porque, como era um assunto extremamente conflitante, a atuação do Estado tinha que se fazer de tal modo que o órgão tivesse credibilidade [...] que decidisse de acordo com pareceres técnicos [...] a empresa tinha que confiar que o órgão estivesse decidindo com base em informações técnicas.²⁰³

A promulgação da Lei 7.772 de setembro de 1980, que “dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente”, regulamentada pelo Decreto nº 21.228, de março de 1981, representou um passo decisivo na consolidação do campo da política ambiental. Até então, as medidas de fiscalização e controle eram feitas através de acordos informais, denominados Termos de Compromisso, entre a COPAM e os agentes causadores dos impactos “ambientais”. A lei foi feita de forma bastante genérica para evitar resistências dos setores produtivos à sua aprovação e toda a normatização específica desta ficou a cargo de Decretos do Executivo Estadual e de Deliberações Normativas internas da COPAM.²⁰⁴

²⁰³ Entrevista BRITO, 1996 citada por CARNEIRO, p. 219.

²⁰⁴ O Decreto 21.228 já foi modificado umas cinco vezes. “Esse Decreto, sim, pra nós ele é um instrumento importantíssimo, toda a questão do licenciamento está dentro dele. O que a gente acertar dentro do COPAM, mandamos pro governador e ele promulga. É o COPAM que delibera e faz publicar

O COPAM é formado atualmente pelo Plenário, pela Câmara de Política Ambiental (CPA) e por seis câmaras especializadas, são elas: Câmara de Atividades Industriais (CID); Câmara de Atividades Minerárias (CMI); Câmara de Atividades de Infra-estrutura (CIF); Câmara de Proteção à Biodiversidade (CPB); Câmara de Atividades Agrossilvopastoris (CAP); Câmara de Recursos Hídricos – CRH. O plenário é composto por membros das câmaras especializadas e da Câmara de Política Ambiental e uma de suas atribuições é a resolução de processos polêmicos em função de recursos interpostos das câmaras especializadas.

As câmaras especializadas são responsáveis pelo conhecimento setorial e pela formulação de parâmetros e normas relativas a cada área, bem como pela decisão quanto ao licenciamento e a penalização pelo descumprimento da legislação ambiental e a concessão de licença ambiental. Apresenta caráter “paritário” de representação. Através desta estratégia ocorre um incremento de espaço da tecnoburocracia ambiental considerável na política do Estado. Conforme CARNEIRO²⁰⁵,

nesse processo de juridificação, ao converter em universal o ponto de vista particular, a tecnoburocracia ambiental transforma o referencial cognitivo e valorativo a partir do qual os agentes do campo desenvolvem suas interações, as quais, por sua vez, resultam, dentre outras coisas, em mudanças efetivas no espaço. Dessa forma, o poder simbólico se torna também poder de intervenção efetiva no mundo através da implantação de determinadas políticas ambientais.²⁰⁶

A caracterização desta fase inicial da atuação do Estado nas temáticas ambientais ajuda a esclarecer o fortalecimento da AMDA no debate ambiental, uma vez que (como apresentado na introdução deste trabalho e no desenrolar desta pesquisa)

no Minas Gerais. Porque a Lei remete ao Decreto, que remete às Deliberações. Então, nós temos uma dinâmica muito interessante porque eu mudo os padrões, modifício políticas, só no âmbito do Plenário do COPAM, não precisa ir ao Executivo nem à Assembléia Legislativa. A Lei dá diretrizes gerais, o Decreto delimita mais e, depois, remete tudo pras Deliberações Normativas que têm força de lei. Por isso que é bom uma lei muito genérica. Ao contrário dos outros estados, a lei de Minas está em vigor até hoje, nunca foi mexida. Quando a gente sente necessidade, discutimos o Decreto e propomos as mudanças e o Executivo faz. As duas grandes mudanças que houve no Decreto foram em 86 e 91. Em 91 preparamos uma proposta de mudança substantiva e levamos ao COPAM, evidentemente com todo um trabalho político pra fazer passar, de ir atrás de conselheiro, explicar porque que a gente estava querendo modificar, as vantagens, e passou tranquilo.” (Entrevista, JUNQUEIRA RIBEIRO, 1996, apud CARNEIRO, 222)

²⁰⁵ CARNEIRO, Eder Jurandir. Obra citada, 2003, p. 222.

²⁰⁶ CARNEIRO, Eder Jurandir. Obra citada. 2003, p. 223.

percebe-se a aproximação e até fusão de posições da AMDA e da tecnoburocracia ambiental, sobretudo no que diz respeito à relevância dada por ambos à normatização técnica da problemática ambiental.

Também ajuda a compreender a negação das contradições envolvidas na produção social que movimentam a sociedade, determinando que raramente existe política no sentido do conflito, no sentido do litígio. Também raramente existe democracia, já que esta é instituição da “política”:

A democracia não é um regime parlamentar ou um Estado de direito [...] não é um regime ou um modo de vida social. É a instituição da própria política, o sistema das formas de subjetivação pelas quais se questiona, se entrega à sua contingência toda ordem da distribuição dos corpos em funções que correspondam à sua entrega à sua natureza e lugares que correspondam a suas funções.²⁰⁷

A prática consensual do COPAM, a representação setorial segundo os dispositivos do Estado, conformando os possíveis conflitos em acordos, é o apagamento das formas do agir democrático, é a prática governamental e a legitimação conceitual de uma democracia sem o *demos*, de uma democracia redutível ao jogo único dos dispositivos do Estado e das composições de energias e interesses sociais. É uma não-democracia, um modo de identificação entre os dispositivos institucionais e a disposição das partes e parcelas da sociedade apta a fazer desaparecer o conflito, fazer desaparecer a aparência perturbadora do povo, dos sem parcela.²⁰⁸

Em lugar do todo (representado pelo povo), a ciência passa a representar o todo e a opinião de cada um. As representações privilegiam a função social e o status científico e não o todo representado pelo povo. Por outro lado, a ciência se legitima no imaginário social através da ideologia.

Ela é a ciência que se realiza imediatamente como opinião, a ciência que só tem sentido no processo de especularização em que uma opinião se vê no espelho que a ciência lhe apresenta de sua identidade a si. A unidade sem resto do povo soberano, da população empírica e da população cientificamente conhecida, é

²⁰⁷ RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Lopes. São Paulo: E. 34, 1996, p. 104.

²⁰⁸ Ibid. 1996, p. 107.

também identidade da opinião com sua velha inimiga platônica, a ciência.²⁰⁹

Como será demonstrado, a crença na ciência e no direito marca a atuação dos diversos membros do COPAM, e da AMDA em particular, pela atuação da entidade desde a sua origem, pela sua atuação no COPAM e em outras instâncias sociais.

Todo litígio passa a ser visto como um problema, relativo ao simples atraso dos meios técnicos como poderá ser observado no caso da Mina de Capão Xavier.

A atuação da AMDA no COPAM se deu além do Plenário através das Câmaras especializadas.

O COPAM acabou sendo uma escola permanente [...] de educação ambiental, de educação para a cidadania, de educação para a paz, porque se no início havia uma oposição muito polarizada entre empresários e ambientalistas, a maneira de lidar com os conflitos foi ficando mais sofisticada. Gestão ambiental é gestão de conflitos, procurar chegar a consensos, soluções que compatibilizem a necessidade de preservar os recursos naturais com as necessidades econômicas e sociais. O COPAM teve um desenho inicial muito lúcido. Talvez por isso ele tenha conseguido, ao longo do tempo, ir se adaptando, captando as transformações da sociedade, diferentemente de outros conselhos, em outros estados brasileiros, que não souberam ter essas qualidades. Eu tenho a impressão de que o COPAM é a experiência mais bem sucedida no Brasil. É deliberativo, representativo, tem credibilidade, o que o Conselho decide dificilmente é contestado, tem operacionalidade [...] a gente vê, tanto em outros estados quanto em Minas, conselhos que não foram criados com essa engenharia e que estão desativados ou ineficientes, na educação, na saúde. O COPAM é um modelo de engenharia de funcionamento de um sistema colegiado.²¹⁰

Esta polarização entre entidades ambientalistas e setor empresarial é observada, sobretudo pela atuação da AMDA, tida como mais radical dentre os conservacionistas em seus primeiros anos de atuação no COPAM.

A gente tinha muita certeza da nossa causa e éramos emotivos [...] naquele tempo, nós éramos agressivos mesmos; no que a denúncia chegava, já partíamos pra briga mesmo [...] quando a gente fundou a AMDA, para falar a verdade, a gente nem

²⁰⁹ Ibid. 1996, p. 108.

²¹⁰ Entrevista, ANDRÉS RIBEIRO, 1996, grifos do autor apud CARNEIRO, 2003, p. 200.

conhecia a organização institucional do Estado no que se refere à questão ambiental [...] a gente já surgiu como uma entidade marginal ao sistema [...] nossa postura com relação a qualquer coisa que emanasse do Estado era extremamente crítica.²¹¹

Para Otávio Elísio²¹², que foi o primeiro secretário executivo do COPAM, o pensamento do setor empresarial em relação ao meio ambiente começou a mudar a partir de meados dos anos 80, quando passaram a perceber que o custo-benefício da mudança também ser-lhes-ia favorável. Diz o secretário:

Num primeiro momento, pensar a questão ambiental era pensar investimentos em filtros, barragens. De repente, eles começaram a sentir que a questão ambiental era desperdício, era perda de material. A não-poluição, com freqüência representava a possibilidade de recuperação de coisas que antes não eram reaproveitadas.²¹³

A partir de 1991, “de um lado, representantes do empresariado adotam a estratégia de apertar as grandes indústrias, principalmente as do setor mínero-metalúrgico. De outro, os conservacionistas assumem posturas cada vez mais dialógicas e “propositivas”, voltando-se à apresentação de sugestões da maior prudência e seriedade”. De fato, a partir de 1990, contudo, várias dessas empresas (ALCAN, ACESITA, CENIBRA, USIMINAS, MBR etc.) passam a preocupar-se com a imagem de poluidoras que projetam e procuram adotar medidas mitigadoras numa relação de cooperação com os conservacionistas, o que ocorre paralelo às imposições de “barreiras ecológicas” impondo a universalização de padrões de mitigação ambiental protegendo as grandes indústrias que dispõem de tecnologia para a obtenção de “selo verde”, passando a pressionar o COPAM a cobrar as mesmas medidas de seus concorrentes.²¹⁴

Esta relação custo-benefício, indicada por Otávio Elísio em trecho anterior, não revela a situação de queda de preços em que as commodities eram encontradas no mercado internacional. Em virtude da concorrência internacional as restrições

²¹¹ Entrevista RICAS, 1987, apud CARNEIRO, 2003, p.306.

²¹² Otávio Elísio foi deputado constituinte em 1988, quando, pela primeira vez na história do Brasil, meio ambiente passou a contar com um capítulo à parte na Constituição Federal.

²¹³ AMBIENTEHOJE Especial, p.16.

²¹⁴ CARNEIRO, Eder Jurandir. 2003, p. 309.

apresentadas pela competição e pelo mercado internacional incluíam cada vez mais componentes ambientais, forçando a que as empresas mineiras participantes deste mercado começassem a se enquadrar nas mitigações ambientais exigidas pelo COPAM. À medida que as empresas de maior porte se enquadravam nestas mitigações, pressionavam tal órgão no sentido de exigir que os demais empreendimentos também se enquadrassem.

Esta mudança de atuação ocorreu a partir da divulgação da noção de desenvolvimento sustentável, sinteticamente formulado pelo relatório Brundtland, a partir de 1987, como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.”. Como já foi discutido anteriormente, o ideário presente em tal noção já era difundido pelos iniciantes da política ambiental mineira, sobretudo por Israel Vargas.

As grandes empresas promoveram algumas adequações ambientais exigidas nos processos de licenciamento e a partir de então se aproximam de ONGs, como a AMDA, para conduzirem programas de educação ambiental em parceria, como será discutido mais adiante.

2.3 AMDA e empresas: uma simbiose contraditória?

2.3.1 A AMDA e os sociosjurídicos

No terreno prático, algumas melhorias puderam ser sentidas nos anos 80. A AMDA, conforme publicado no Jornal AmbienteHoje²¹⁵, caracteriza a década de 80 como a do conflito aberto entre ambientalistas e destruidores do meio ambiente, e a de 90 como a do diálogo.

²¹⁵ AMBIENTEHOJE. Especial, p.24.

Figura 8: Destaque para o período que “não havia ONGs ambientalistas”.

O PRÉ-AMBIENTALISMO

Na era das CHAMINÉS

Em julho de 1975, a menina Paula Azevedo Alves de Araújo escreveu uma carta aos padres da região da Cidade Industrial de Contagem. Na carta, ela fazia um apelo desesperado para que alguém pusesse fim à poluição causada pela fábrica de cimento Itaú e perguntava se algum dos padres possuía um “fermento mágico” que fosse capaz de manter sempre branquinhas as blusas de uniforme das crianças. “Nós saímos de casa limpas e, quando chegamos, encontramos as carteiras sujas, porque não podemos dar conta de mantê-las limpas, a não ser que as limpemos de cinco em cinco minutos”, dizia Paula Araújo na carta aos religiosos.

Seu pedido era como o grito de alguém que carregava um pesado fardo e há muito não o suportava mais. Sobre as costas da pequena Paula Araújo estavam as centenas de anos de um lento, porém progressivo, processo de destruição dos recursos naturais do Estado, que se iniciou quando a mineração de ouro, no século 17, derrubou extensas áreas de mata nativa para expor o minério. Os grossos madeirames que sustentam os casarios coloniais de Ouro Preto, por exemplo, foram extraídos de árvores da Mata Atlântica.

Ao sudeste do Estado, a Zona da Mata Mineira é como uma pele cheia de feridas. Suas chagas são as áreas de erosão que continuam a avançar sobre o que resta de vegetação nativa, quase dois séculos depois que a implantação da cafeicultura, no século 19, sem a menor preocupação ambiental, também destruiu milhares de hectares da exuberante Mata Atlântica que cobria a região. A cafeicultura gerou empregos, criou cidades, movimentou a economia da região, mas acabou se transformando em um grande crime ambiental.

Mais recentemente, já no século 20, a implantação dos primeiros altos-fornos da nascente siderurgia local contribuiu para a modernização da indústria mineira, àquela época, ainda fortemente dependente da agricultura, particularmente do café e da pecuária. Mas, novamente, na disputa com o progresso, os recursos naturais levaram a pior. Dessa vez, milhares de hectares de mata nativa viraram carvão da noite para o dia. Sem que nenhuma voz se levantasse contra.

O que a cafeicultura não destruiu, os altos-fornos consumiram. Durante muito tempo, o aço que saiu de Minas Gerais foi produzido à base de jacarandás, braúnas, cedros e outras espécies hoje raras ou em ameaça de extinção. Sobrou praticamente o que hoje é o Parque do Rio Doce, atualmente ameaçado pela expansão urbana de Timóteo, que sucedeu ao desmatamento para a fabricação de carvão.

Para mostrar o quanto as costas de Paula Araújo deveriam estar doloridas quando ela se dirigiu aos padres da Cidade Industrial em busca de socorro, não é preciso ir muito longe. Nem no tempo, nem na distância. Em 1963, as frondosas árvores existentes na avenida Afonso Pena, principal artéria que corta o centro de Belo Horizonte, foram decepadas. Sem dó. E com a cumplicidade de uma população que acreditava no progresso e via nas árvores um empecilho à livre circulação dos automóveis.

TERRA DE NINGUÉM

Nos anos 60, poluir era permitido. A própria Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) tinha uma fumegante chaminé como símbolo até bem pouco tempo atrás. Em 1941, quando o governador de Minas, Benedito Valadares, decidiu implantar a Cidade Industrial, em Contagem, nem de longe alguém imaginava que lançar toneladas e toneladas de pó no ar poderia causar mal à saúde humana. Ou se imaginava, também preferiu o silêncio. Tudo em nome do progresso.

Por isso, nos anos 60, quem viajasse para o Triângulo Mineiro à tardinha avisava o sol como uma imensa auréola de fogo. A imagem, aparentemente bela, era o retrato de uma tragédia há muito anunciada. A poluição do ar era tanta que os raios do sol mal conseguiam atravessar a espessa nuvem de poeira. Quem vinha do Rio de Janeiro tinha como uma de suas primeiras visões ao cruzar os contrafortes da Serra do Curril a imensa mancha de poeira vermelha proveniente dos altos-fornos da Mannesmann. Era esta a certeza de que a Capital estava próxima e que a viagem estava chegando ao fim.

A viagem para a praia, tão familiar aos mineiros, também tinha seus tristes sinais. A primeira indicação de que o caminho estava correto era o céu de Monlevade colorido pela fumaça proveniente das chaminés da Belgo e, mais à frente, o Vale do Aço, pela Usiminas e Acesita.

Até aquela época, o Brasil era uma verdadeira “terra de ninguém” quando o assunto era proteção ambiental. Não existiam as ONGs ambientalistas, que só começaram a surgir a partir de meados da década de 70. Se degradar os recursos naturais não era crime, querer que o Brasil tivesse, àquela época, uma legislação capaz de conter os abusos era demais.

Mesmo assim, alguns pequenos passos foram dados. O Código Florestal, de 1934, foi um deles. Reformulado em 1965, ele passou a incorporar o conceito de área de preservação permanente, como são co-

AmbienteHoje

Fonte: AMBIENTE HOJE. Amda 25 anos de luta. Obra citada, p. 04.

Figura 9: Destaque para a década de 90, quando ocorre o “diálogo entre as ONGs ambientalistas e as empresas”.



Se a década de 80 se caracterizou pelo conflito aberto entre ambientalistas e degradadores do meio ambiente, a de 90 foi a do diálogo, cujos primeiros passos começaram a ser dados já na segunda metade dos anos 80. Ao lado das denúncias, a busca do entendimento constituiu outra importante estratégia de atuação da Amda. Naquela época, a Lista Suja já era uma pedra no sapato de muitas empresas, que, sem outra alternativa, deram início a um diálogo que rendeu muitos frutos.

A sede da Amda na rua Viçosa, bairro São Pedro, foi o palco de reuniões históricas, que se sucederam entre representantes de empresas que estavam na Lista Suja e a entidade, além de técnicos dos órgãos estaduais de meio ambiente, sindicato de trabalhadores e prefeituras.

Um destes encontros colocou lado a lado dirigentes da Usiminas, representantes da prefeitura de Ipatinga e técnicos da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam).

Era o ano de 1993. Na Lista Suja desde 1984, a Usiminas figurava na pré-lista também daquele ano. Após receber carta comunicando sua inclusão nesta relação, a empresa procurou a Amda para discutir o assunto. Para ampliar o debate, a Amda convidou todos os segmentos envolvidos com o assunto para uma reunião na sede da entidade. O encontro selou um acordo entre a empresa, a prefeitura e os órgãos ambientais. Desta forma, a Usiminas saiu da Lista Suja.

Este mesmo tipo de entendimento ocorreu em relação à Belgo-Mineira, que também figurou por vários anos, entre 1984 e

1989, além de 1991, na Lista Suja. Para não entrar na relação dos sujões de 1992, a empresa levou para a reunião na sede da Amda o vice-presidente do grupo Belgo-Mineira, José Polanczyk, e o então prefeito de João Monlevade, também do PT, que serviu para afiançar a disposição da empresa em realmente cumprir os compromissos assumidos na área ambiental. A partir daquele ano, a Belgo não mais retornou à Lista Suja.

A Refinaria Gabriel Passos (Regap), da Petrobrás, manteve com a Amda um contencioso de quase dez anos. Por degradar o ar na região de Betim, a Regap figurou na Lista Suja durante oito anos. Ao longo de praticamente toda a década de 80, a empresa manteve com a Amda uma relação de extrema prepotência, que somente foi modificada com a indicação de Caio Múcio Barbosa Pimenta como superintendente da refinaria. Foi ele quem abriu o diálogo com a Amda. Várias vezes, junto com o corpo técnico da empresa e o Sindicato dos Petroleiros de Betim, participou de reuniões na sede da entidade.

Outro exemplo de diálogo foi travado entre a Amda e a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). O principal ponto de discordia eram as áreas de reserva legal que a empresa havia reservado como compensação ambiental para a usina que estava em construção no Triângulo Mineiro nas décadas de 80 (Miranda e Nova Ponte).

O entendimento se deu ao longo de 91 e início de 92. O jornalista Francisco Steling, que na época era o superintendente de Comunicação da estatal, afirma

que logo após a divulgação da Lista Suja de 91, na qual a Cemig foi incluída, ele entrou em contato com a Amda a fim de tomar conhecimento das críticas da entidade. Fez o mesmo em relação ao pessoal de meio ambiente da Cemig. "Notei que havia pre-disposição de um lado contra o outro, inclusive do nosso pessoal de meio ambiente, que era meio cabeça-dura".

Segundo ele, a partir do momento em que a Cemig passou a entender melhor quais eram as preocupações da Amda, o entendimento se fez sem grandes sobressaltos. O resultado dessa aproximação foi em que em 1992, a Cemig não figurou na Lista Suja. Para marcar o fato, a Cemig espalhou pelas ruas de Belo Horizonte dezenas de *out-doors* com a seguinte inscrição: "Ser ecológico é... sair da Lista Suja da Amda".

Não foi apenas a Amda quem testemunhou a mudança de postura das grandes empresas em relação à questão ambiental. O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) também foi palco de grandes debates em relação ao assunto. O engenheiro sanitário José Cláudio Junqueira, ex-presidente da Feam e atualmente assessor da presidência da instituição, afirma que a história do conflito entre as grandes empresas e os ambientalistas pode ser dividido em dois momentos distintos.

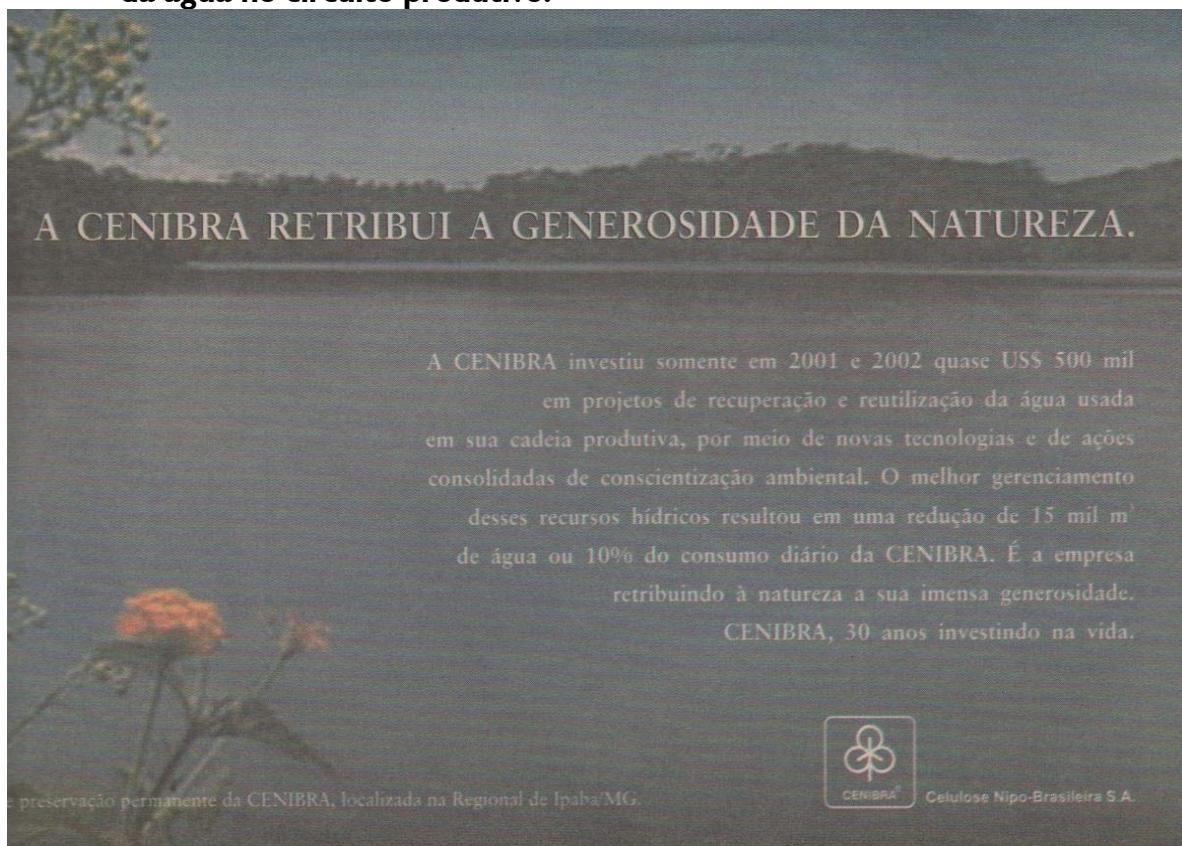
Apesar desse passado combativo, a AMDA tem sido questionada atualmente por diversos movimentos sociais sobre sua postura mais moderada em relação às implicações ambientais envolvidas em diversos empreendimentos produtivos, conforme já indicado em trechos anteriores. Os respaldos para tais questionamentos estão relacionados à criação, em 1991, da categoria de sociojurídicos. A AMDA possui quatorze grandes empresas na categoria sócio especial e outras empresas na categoria sócio parceiro. A diferenciação decorre dos valores pagos pelas empresas e da contrapartida da AMDA. Elas contribuem financeiramente para a manutenção da entidade. Em troca, a título de promover a interação entre a AMDA e as empresas, a entidade organiza em média dois encontros por ano e fornece informações, palestras e dinâmicas, além de disponibilizar alguns exemplares do Jornal Ambiente Hoje, sua principal publicação a 18 anos. As empresas, sócias ou não, também fazem publicações divulgando seus projetos na área de meio ambiente e fazem anúncios, tornando este jornal autofinanciável.

Em alguns seminários promovidos ela também abre espaço para a divulgação das empresas, bem como facilita dados de participantes de seminários para empresas envolvidas.²¹⁶

Além desta publicação a entidade também disponibiliza uma página na internet, onde também as empresas pagam para divulgar seus projetos, sendo fonte de recursos para a entidade.

²¹⁶ Após o seminário Eucalipto: uma visão global realizado em 2003 foi enviada carta aos participantes de tal evento para prestar esclarecimentos sobre as denúncias feitas por um participante do seminário acerca de uma determinada empresa. Como eu havia me inscrito neste também recebi esta carta. Esta empresa é uma das sócias da entidade, tendo acesso ao banco de dados dos participantes do evento pode enviar duas correspondências aos seus participantes.

Figura 10: Ênfase nos recursos tecnológicos utilizados para reutilização da água no circuito produtivo.



Fonte: AMBIENTE HOJE. Consumo Consciente evita desperdício. Belo Horizonte: AMDA, Ano XIII, n.º 99, Agosto/2003, p. 10.

Os anúncios feitos tanto no jornal da AMDA quanto no seu site procuram associar a empresa a uma “boa imagem ambiental”, ressaltando o que tem feito para “melhorar” o meio ambiente. De modo geral, apresentam uma postura de “sensibilizar” a sociedade da necessidade de preservação e de não poluição, encaminhando a responsabilidade para “o dia a dia” das pessoas.

Figura 11: Fragmento publicitário que associa preservação ambiental e cotidiano.



Fonte: AMBIENTE HOJE. Consumo Consciente evita desperdício. Obra citada. p. 3.

Figura 12: Ressalta a associação entre tecnologia e a melhoria do ambiente.



Fonte: AMBIENTE HOJE. Consumo Consciente evita desperdício. Obra citada. p. 11.

Figura 13: Anúncio cujo enfoque é parceria com a AMDA e o investimento em tecnologia para preservar a existência.

INFORME PUBLICITÁRIO

AMDA – Trajetória Ambiental da MBR

Desde o início de suas operações, a trajetória da Minerações Brasileiras Reunidas S/A – MBR na gestão de meio ambiente se relaciona com o próprio avanço da discussão ambiental no mundo.

Criada em 1965, foi num contexto ímpar da história, na efervescência dos debates de questões sociais, políticas e econômicas da década de 70, que a MBR desenvolvia suas atividades em Minas Gerais. Mas esse período foi também marcante por outra razão que, muitas vezes, passa despercebida para muitas pessoas. Era o início da discussão ambiental no planeta.

E foi exatamente na década de 70 que a empresa criou um departamento inovador e, até mesmo, surpreendente para a época: a assessoria de meio ambiente – que hoje cresceu, viu gerência e abriga diferentes especialistas

da área, que estão desenvolvendo técnicas e gerando conhecimento, fundamentais para a efetiva preservação ambiental.

Assim, toda a trajetória da empresa aconteceu intercalada com as principais conferências mundiais sobre meio ambiente, da Convenção de Estocolmo, em 1972, até a RIO + 10, em 2002, passando ainda pela Comissão Brundtland e pela ECO – 92. E é justamente o objetivo de ser uma referência na área ambiental que norteia o caminho de desenvolvimento sustentável traçado pela empresa, ao longo desses anos de operação. Indispensável dizer que a convivência com a AMDA foi fundamental neste processo.

MBR 
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.

Fonte: AMBIENTE HOJE. Amda 25 anos de luta. Obra citada, p. 5.

Figura 14: Fragmento publicitário da Bunge Fertilizantes cujo enfoque é a parceria com a AMDA.

INFORME PUBLICITÁRIO

TRIBUTO AOS 25 ANOS DA AMDA

A BUNGE Fertilizantes acredita que a melhor forma de desenvolvimento é através do estabelecimento de relacionamentos saudáveis. Foi em decorrência desta postura que, em 1989, a empresa se aproximou da AMDA. O que de início era apenas um reconhecimento às lutas e às conquistas dessa entidade, logo se transformou em um relacionamento que, além do respeito, incorporava a cooperação e a amizade. Foi com esse espírito que a BUNGE se tornou a primeira empresa a ser admitida como sócia jurídica da AMDA, em 1990.

Em 2003, quando a AMDA completa 25 anos de vida, a BUNGE se orgulha de fazer parte desta história, participando da construção de uma entidade forte, séria e, sobretudo, ética. Uma entidade que tem um papel fundamental na evolução da questão ambiental em Minas Gerais, tanto no aspecto institucional, quanto na formação e ampliação da consciência ambiental da sociedade e das empresas.

Nesse momento de recontar os desafios e as conquistas, prestamos aqui nosso tributo a todos aqueles que construíram a história da AMDA. Orgulhamo-nos muito de termos parceiros nessa jornada de responsabilidade e transformação. Entendemos essa relação como parte das nossas responsabilidades sócio-ambientais e estamos convictos que assim ajudamos a construir um futuro mais equilibrado, harmônico e saudável.

BUNGE
FERTILIZANTES

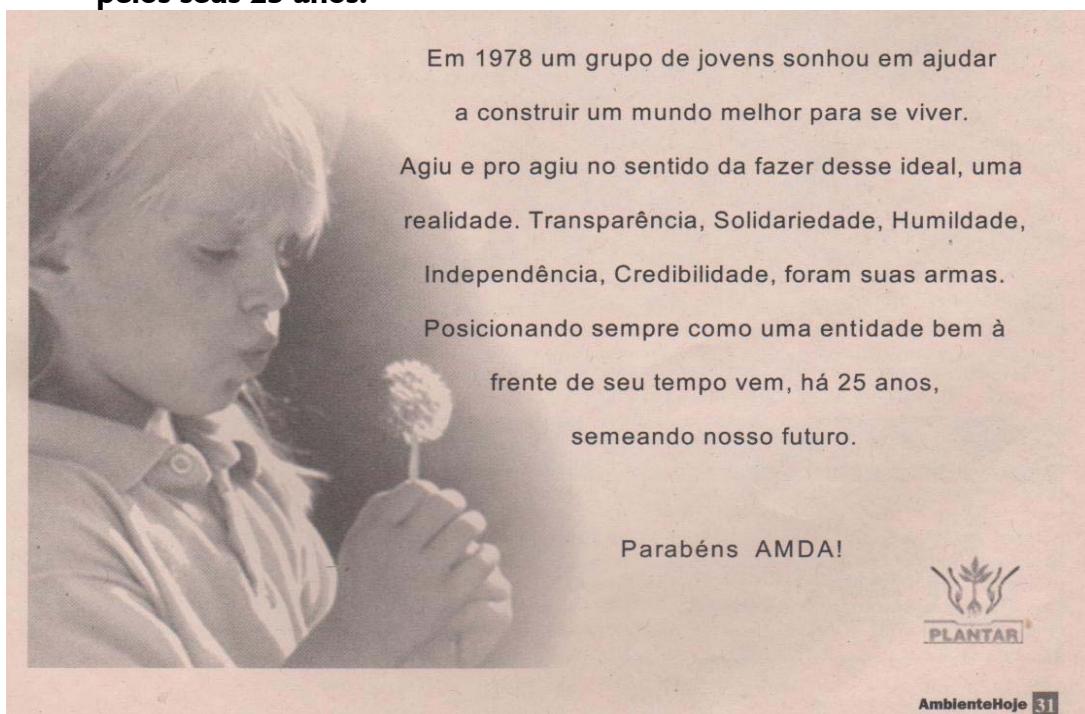
Fonte: AMBIENTE HOJE. Amda 25 anos de luta. Obra citada, p. 10.

Figura 15: Fragmento publicitário da Samarco associando a sua imagem à da AMDA.



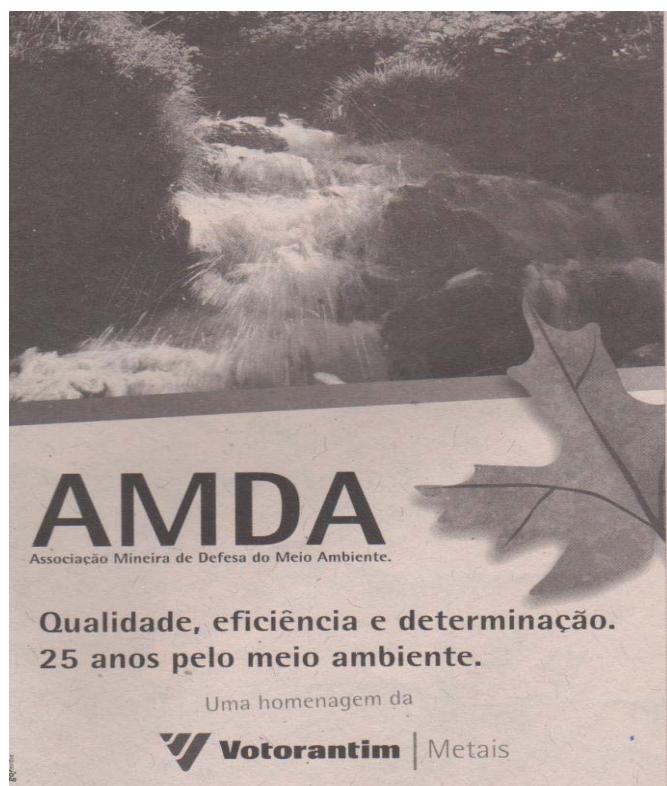
Fonte: AMBIENTE HOJE. Amda 25 anos de luta. Obra citada, p. 26.

Figura 16: Fragmento publicitário da Plantar parabenizando a AMDA pelos seus 25 anos.



Fonte: AMBIENTE HOJE. Amda 25 anos de luta. Obra citada, p. 31.

Figura 17: Fragmento publicitário da Votorantim Metais.



Fonte: AMBIENTE HOJE. Amda 25 anos de luta. Obra citada, p. 35.

Figura 18: Fragmento publicitário da Acesita onde sua imagem aparece associada à da AMDA.



Fonte: AMBIENTE HOJE. Amda 25 anos de luta. Obra citada, p. 31.

Analizando o demonstrativo financeiro da entidade do ano de 2002²¹⁷ verifiquei que a maior parte de seus recursos financeiros vêm dos sociojurídicos e dos projetos desenvolvidos em parceria com as empresas, sendo apenas uma parcela reduzida originada de sócio pessoa física. Os dados da tabela abaixo trazem estas informações:

Tabela I:

Demonstrativo Financeiro da AMDA do Exercício de 2002

Tipo de receita	Acumulado do ano
Contribuições de sociojurídicos	R\$ 131.349,54
Contribuições de Associados Pessoa Física	R\$ 11.940,46
Rede de ONGs Mata Atlântica	R\$ 17.216,70
Taxas de administração de projetos	R\$ 28.035,50
Veiculação de propaganda – Jornal Ambiente Hoje	R\$ 43.287,50
Projeto CEA/MBR	R\$ 83.918,27
Projeto Verde Catas Altas	R\$ 32.985,51
Projeto Preservar Catas Altas	R\$ 28.029,98
Total das receitas: R\$ 414.764,00	

Fonte: Demonstração Financeira da AMDA Exercício de 2002 disponível em: <<http://www.amda.org.br>> acesso em setembro de 2004.

Os demonstrativos financeiros referentes aos anos de 2005, 2006 e 2007 apresentam os dados compactados. Porém, mesmo assim é possível verificar que os projetos externos e institucionais contabilizam um valor significativo no montante da receita da entidade.²¹⁸ No mês de dezembro de 2005, por exemplo, o somatório da contribuição de sócios foi de R\$ 29.977,71 e os projetos externos e institucionais contabilizam R\$ 36.153,37, o que demonstra a importância da prestação de serviços para a manutenção desta entidade.

Essa alternativa limitou a autonomia de denúncia da AMDA em relação à atuação das empresas, reduzindo a capacidade de mobilizar a sociedade²¹⁹.

²¹⁷ Dos demonstrativos disponíveis no momento da minha consulta ao site apenas o de 2002 apresentava os dados de contribuição de sociojurídico e sócio pessoa física separado. Os demonstrativos dos anos de 2005, 2006 e 2007 os dados disponíveis apenas dados compactados como sócios da entidade.

²¹⁸ Fonte dos dados: Prestação de contas disponível em: <<http://www.amda.org.br>> acesso em 19/07/2007.

²¹⁹ Um exemplo de uma postura questionada inclusive por outros movimentos ecológicos, conforme Eliano de Souza Martins Freitas (2004), diz respeito à criação da Área de Proteção Ambiental Sul da

Com referência à composição dessa categoria, a AMDA formulou sete princípios para selecionar os seus sociojurídicos: 1) no ato da filiação, a empresa declarar estar em dia com a legislação ambiental vigente; 2) a empresa deve reconhecer a Gestão Ambiental como fator determinante de desenvolvimento baseado na solidariedade com as gerações presentes e futuras; 3) os produtos e/ou serviços produzidos pela empresa devem obedecer, rigidamente, às normas de segurança para uso humano ou animal e para o meio ambiente de forma geral; 4) a racionalização do consumo de energia, a reciclagem de materiais, a qualidade do ambiente de trabalho e a segurança pessoal devem ser metas constantes da empresa; 5) a empresa, no desenvolvimento de suas atividades, devem ter consciência da importância da definição de políticas públicas e de iniciativas educacionais que valorizem a consciência e a proteção do meio ambiente; 6) a empresa deve ter, como norma de conduta, o diálogo com seus empregados e com a comunidade, visando à conscientização, informação e participação nos programas de proteção ao meio ambiente; 7) a empresa deve reconhecer que a filiação à AMDA não implica aval dela (AMDA) a qualquer atividade degradadora do meio ambiente, pela qual a empresa possa vir a ser responsável²²⁰.

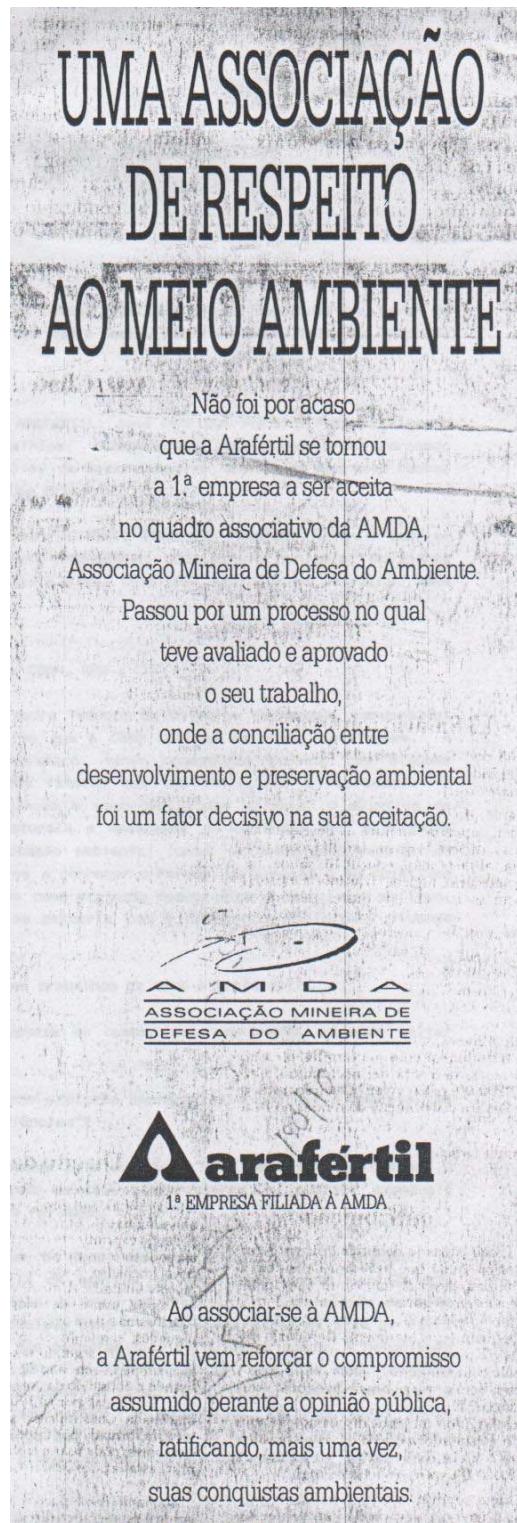
A primeira empresa a tornar-se sócia da AMDA foi a Arafértil S. A., em junho de 1991, conforme marketing da empresa mostrado abaixo:

Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA Sul) anterior ou posteriormente à elaboração do Zoneamento Ecológico–Econômico da APA Sul. De um lado, a FEAM e diversas entidades ambientalistas defendiam a criação da APA imediatamente, ao passo que o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), a maioria dos prefeitos e a AMDA defenderam a realização do zoneamento antes da criação da Unidade de Conservação. O primeiro desdobramento dessas discussões foi o rompimento das entidades ambientalistas com a AMDA, “que teve uma posição que as outras ONGs acharam que não era representativa do conjunto das ONGs ambientalistas”. FREITAS, Eliano Souza Martins. A reprodução social da metrópole: APA Sul RMBH, mapeando novas raridades. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. (Dissertação de mestrado em Geografia).

332p

²²⁰ Carta de Princípios para Sócios Jurídicos – Elaborada pela AMDA em 1991. Arquivo da Associação Mineira de Defesa do Ambiente 1989-1995.

Figura 19: Fragmento de anúncio cujo enfoque é a associação da empresa com a AMDA.



Fonte: Fragmento publicitário divulgado no Estado de Minas em 21/05/1992 disponível no arquivo da AMDA.

E, em outubro de 1993, a AMDA enviou convite às seguintes empresas, no intuito de que se tornassem suas sócias: Cia. Siderúrgica Belgo Mineira, Magnesita,

Samitri, Samarco, Fiat, Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração, Cia. Mineira de Metais, Minerações Brasileiras Reunidas, Cia. Paraibuna de Metais, Mineração Rio Novo, Cenibra, Ferteco Mineração, Carrefour, Cia. Vale do Rio Doce e ALCOA²²¹. O convite foi feito às empresas que a AMDA considerava exemplares em termos de compatibilizar suas atividades com a proteção do meio ambiente, e não constassem da sua Lista Suja mais recentemente publicada. Nesse convite, a AMDA reforçou suas linhas de atuação:

1. Interferir em políticas públicas, visando à compatibilização da empresa com a preservação e proteção do meio ambiente.
2. Promover projetos de educação ambiental, com o objetivo de mostrar à sociedade que o desenvolvimento econômico não é incompatível com a preservação do meio ambiente.
3. Receber, enviar e acompanhar, junto aos órgãos públicos responsáveis pela proteção do meio ambiente, denúncias da sociedade de agressões ao mesmo.

²²¹ Carta Convite à Cia. Siderúrgica Belgo Mineira em 06 de outubro de 1993. Esta carta mencionava as empresas que também estavam sendo convidadas a se tornarem sócias da AMDA. Consta do Arquivo da AMDA 1989-1995.

Tabela 2:**Atuais sócios jurídicos da AMDA e sua inclusão na “Lista Suja”.**

Sociojurídico	Ano de inclusão
ACESITA ²²²	1984, 1985, 1988 a 1990
ALCAN Alumínio do Brasil	1982 a 1987
Bunge Fertilizantes	
CENIBRA ²²³	1986 a 1987
Cia. Brasileira Metal. de Mineração (CBMM)	
Companhia Mineira de Metais (CMM) ²²⁴	1982, 1984, 1985 e 1992
Companhia Paraibuna de Metais	1982, 1984 a 1989, 1991
Companhia Siderúrgica Belgo Mineira ²²⁵	1982, 1986 a 1988, 1990
Magnesita S. A.	
Mineração Rio Novo Ltda.	1982
Minerações Brasileiras Reunidas (MBR)	
Plantar S. A.	
Rio Paracatu Mineração	
Samarco Mineração	

Fonte: CARNEIRO, Eder Jurandir.²²⁶ Fonte das notas: CPI das Carvoarias, 2001.

Já na primeira reunião²²⁷ da AMDA com os sociojurídicos foram apresentadas algumas demandas das empresas à entidade. Dentre elas, a solicitação de reuniões junto à AMDA para discutirem a criação de *selo verde*²²⁸ e atuação da associação em projetos de educação ambiental. Nesta reunião a entidade afirma que:

²²² Empresa alvo da CPI das Carvoarias, a partir de diversas denúncias contra a Acesita Energética sob acusação de violação de direitos de trabalho.

²²³ Citada pela CPI por realizar terceirização ilegal.

²²⁴ Caso relevante envolvendo a exploração infantil foi constatado pela Delegacia Regional do Trabalho e citado na CPI das Carvoarias de 2001: Foram encontrados dois adolescentes trabalhando em atividades de carvoejamento na Companhia Mineira de Metais – CMM, empresa sócia da AMDA e que faz propaganda no jornal da AMDA como mostrado anteriormente..

²²⁵ Citada pela CPI das Carvoarias por realizar terceirização ilegal.

²²⁶ CARNEIRO, Eder j. A oligarquização da “política ambiental” Mineira. In: ZHOURI, A., LASCHEFSKI, k., PEREIRA, D. B.(Org). *A insustentável leveza da política ambiental*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005. Atualização. Disponível em: <<http://www.amda.org.br>>. Acesso em: 10 de dez. de 2006.

²²⁷ Relatório da 1.^a Reunião da AMDA com sócios jurídicos. Nova Lima, 14 de julho de 1994. As informações que seguem são também retiradas deste relatório.

²²⁸ A CBMM reforçou a importância da interação entre as entidades ambientalistas e as empresas e a necessidade de discutir assuntos específicos de interesse das empresas, como a questão do selo verde. A CENIBRA informou que disporia a fazer as palestras sobre o assunto, pois conta com especialistas.

a nova postura da AMDA está relacionada com o amadurecimento e a gradual independência entre os atores sociais-governo, iniciativa privada e entidades representantes da sociedade civil no Brasil. A AMDA foi criada há 17 anos com uma visão político-econômica que se contrapunha à visão apenas conservacionista de outras entidades ambientalistas existentes. Desde sua fundação, foi se consolidando como uma de suas prioridades a interferência em políticas públicas. O atrelamento e a falta de independência entre governo e iniciativa privada dificultava o diálogo com as empresas.

Desse modo, a AMDA assumiu em anos subsequentes projetos em parceria com as empresas, ligados à educação ambiental, como o Centro de Educação Ambiental Jambreiro, em parceria com a MBR, e o Projeto Verde Catas Altas, em parceria com a prefeitura de Catas Altas e Preservar Catas Altas com a Companhia Vale do Rio Doce. Este último visa à preservação e valorização dos acervos ecológicos do município, tendo em conta os princípios do *desenvolvimento sustentável*.²²⁹

A AMDA foi questionada por uma empresa sobre o processo decisório para admissão das empresas no quadro de associados da entidade. Por sua vez, esta informou que a decisão foi votada com a presença de 40 associados.

A aproximação da entidade com algumas empresas foi reforçada nas discussões no âmbito do próprio COPAM, em casos de inoperância da FEAM, contrapondo-se às empresas que tinham reais interesse em resolver suas pendências ambientais. O conhecimento gerado por este contato foi decisivo para o amadurecimento da idéia, que foi exaustivamente debatida em nível interno e com os filiados. Até hoje, entidades e pessoas manifestam desconfiança quanto à capacidade da AMDA manter seu caráter de autonomia e independência em relação às empresas filiadas. “A AMDA só vai convencê-los disso se tiver que excluir um de seus sócios, se isso for necessário”.

As empresas sugeriram que a AMDA poderia funcionar como um banco de dados e um canal de intercâmbio de técnicas e informações entre as empresas, em relação às inovações e soluções encontradas em cada uma delas para os variados tipos de problemas ambientais. A experiência acumulada pela AMDA poderia servir como orientação para uma empresa que estivesse passando por situações semelhantes. Uma

²²⁹ AMBIENTE HOJE. Belo Horizonte, n. 109, Agosto de 2004, p. 10.

das prioridades da AMDA deveria ser na linha de educação ambiental e acompanhamento de políticas públicas.

Em mais de um momento a experiência da APA Sul foi realçada pelas empresas. Foi colocado que a palavra cooperação é fundamental para caracterizar o tipo de relacionamento que deveria se estabelecer entre a AMDA e as empresas. Além disso, o reforço da técnica foi feito por uma das empresas: “Antes isso parecia difícil porque as entidades ambientalistas não contavam com pessoas com capacidade técnica para criticar”. Um representante do setor empresarial colocou que a AMDA poderia ter os associados jurídicos e manter sua identidade, funcionando até mesmo como uma auditoria ambiental, processo que de fato passou a acontecer em seguida.

A discussão acerca da criação da atual SEMAD foi levantada e a representante da AMDA afirmou que apóia sua criação, mas que este debate deveria ser feito com a sociedade para que a secretaria não se tornasse uma “soma de incompetências”.

A postura dos órgãos ambientais, na relação com as empresas que já desenvolvem uma política ambiental séria, também é questionável. Talvez fosse o caso da FEAM e o IEF, diante de tantos problemas ambientais que enfrenta o Estado, não deveriam manter com as mesmas uma relação mais esporádica e de confiança, priorizando as inadimplentes?²³⁰

É instigante visualizar a atuação contraditória nas instâncias do Estado, sobretudo com relação às alterações na dinâmica legal dos empreendimentos, haja vista que a entidade defende o relaxamento do processo de licenciamento ambiental para empresas de grande porte, mantendo-o apenas para as empresas de pequeno porte. Justifica essa postura afirmando que as grandes empresas já apresentam um aparato técnico condizente com a legislação, o que dispensaria esse processo, uma reprodução do discurso competente²³¹. Defende a fiscalização por amostragem. Este posicionamento da entidade pode ser demonstrado em diversas reuniões e publicações, como a seguir:

²³⁰ Exposição da Superintendente Executiva da AMDA na 1ª Reunião da AMDA com sociojurídicos.

²³¹ “Trata-se de um discurso instituído ou da ciência institucionalizada e não de um saber instituinte e inaugural e que, como conhecimento instituído, tem o papel de dissimular sob a capa da científicidade a existência real da dominação”. CHAUÍ, M. S. Obra citada, 1997, p. 11.

Esta “segregação tecnológica” reforçada pela AMDA e pelo movimento ambiental faz alusão ao estudo de Toffler sobre a chamada civilização de Terceira Onda e o significado geopolítico que este discurso vem reforçando:

A Terceira Onda afeta todo o mundo. “Desafia todas as velhas relações de poderes, os privilégios e prerrogativas das elites atuais em perigo e proporciona o telão de fundo contra o qual se efetuarão as lutas básicas de amanhã pelo poder”.²³² “Violentas batalhas políticas se travarão em muitas nações, não apenas por causa de quem se beneficiará com o que sobrou da sociedade industrial, mas por causa de quem tomará parte e finalmente, controlará sua sucessora”.²³³

Outro ponto que merece destaque na atuação da AMDA é a mudança de seu enfoque. Inicialmente, combatia a poluição industrial, e, nos últimos anos, tem se dedicado à preservação da biodiversidade (mais na área rural por ser onde predominam remanescentes a serem protegidos). Tal atitude indica a acomodação da AMDA em relação ao aparato tecnoburocrático já constituído pela indústria.

A exposição desses fatos permite dizer que os projetos da AMDA voltados para a proteção buscam enfatizar a degradação ambiental de pequenos produtores, a degradação difusa deles e o seu despreparo técnico. Por outro lado, reforça o produtivismo quando defende as grandes empresas argumentando a necessidade de consumo. Não questiona o *produzir por produzir*. Nesse sentido, sua argumentação é similar à da economia política, que discorre sobre os elementos dessa sociedade de forma separada impossibilitando dar visibilidade à cegueira do homem diante de si mesmo e da natureza. Como já demonstrado, a defesa do meio ambiente, às vezes, é usada pelo setor produtivo como forma de eliminar competidores pela desigualdade de condições para o estabelecimento de normas rígidas de controle.

2.3.2 Parcerias entre AMDA e empresas

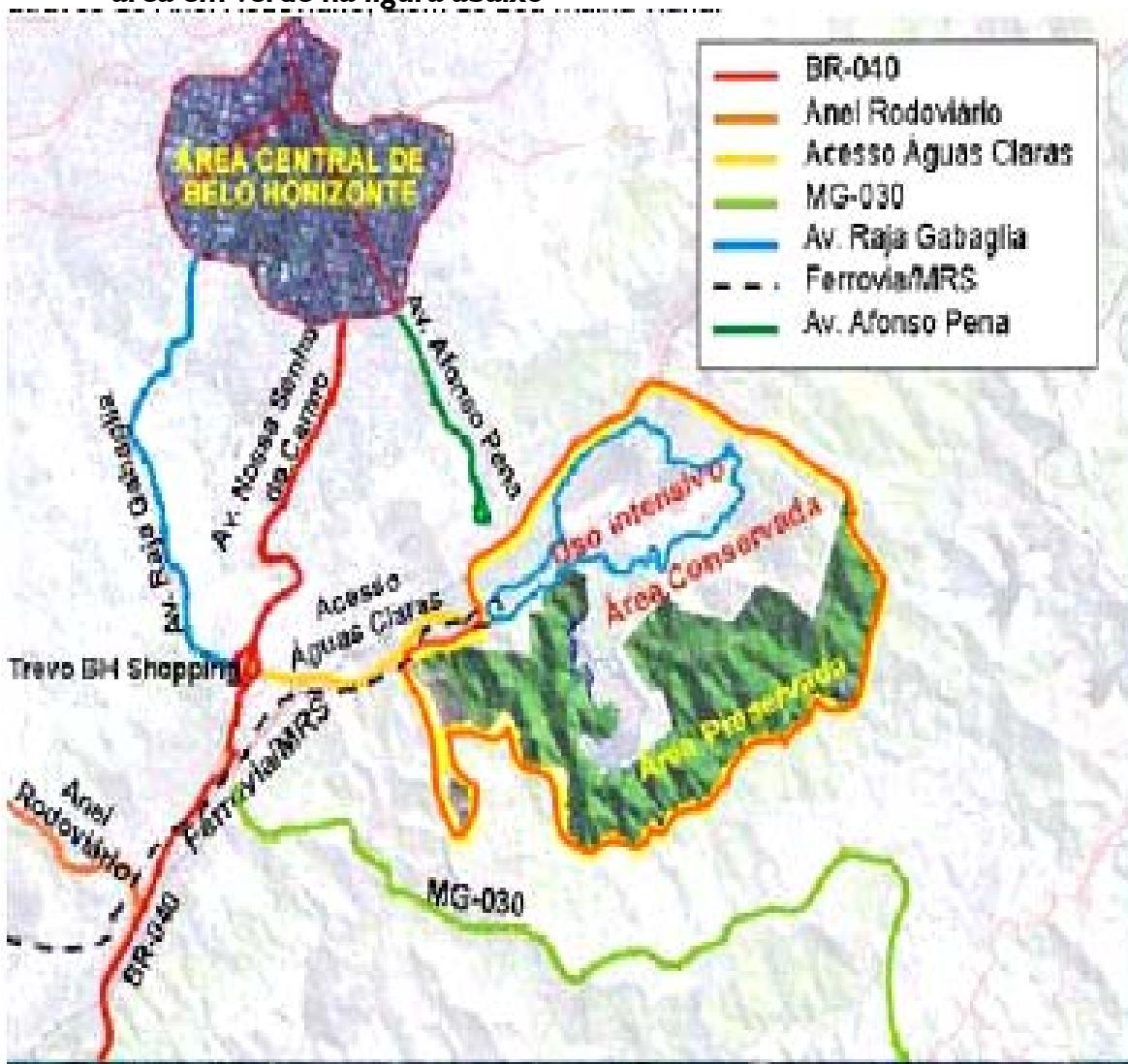
²³² TOFFLER, citado por BRÜGGER, Paula. Obra citada, p.26.

²³³ TOFFLER, citado por BRÜGGER, Paula. Ibid. Loc. Cit.

Atendendo à demanda das empresas, a AMDA atua em convênio com a prefeitura de Catas Altas e com a Companhia Vale do Rio Doce e com a MBR através da coordenação de Projetos de Educação Ambiental.

A parceria com a MBR se dá pela coordenação do Programa de Educação Ambiental da Mata do Jambreiro. Segundo as informações disponíveis no site da AMDA, a missão do projeto é “despertar, através da conscientização ecológica, o senso de cidadania e proporcionar uma atitude de mudança em relação à preservação e utilização sustentável dos recursos naturais”. O principal objetivo deste projeto, também segundo as informações do site é “promover uma visão holística do meio ambiente tendo a Mata do Jambreiro como ponto de partida na compreensão direta da fauna, flora e córregos e das atividades ao seu redor”. Localizado no interior da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Jambreiro, em Nova Lima, de propriedade da MBR, possui 912 hectares que originou de uma parceria entre a Associação Mineira de Defesa Ambiental (AMDA) com a MBR.

Figura 20: Croqui sem escala A RPPN do Jambreiro corresponde à área em verde na figura abaixo



Fonte: FREITAS, Eliano de Souza Martins, 2004, p. 216.

O Centro de Educação Ambiental Jambreiro, funciona desde 1997 como espaço destinado à “sensibilização, informação e capacitação de agentes para trabalhar as questões ambientais, além de proporcionar contatos diretos com a natureza, com dicas sobre sua devida preservação”. Consiste nas visitas, que duram em torno de 4 horas e têm como programação palestra, caminhada e oficinas. São atendidos alunos dos ensinos médio e fundamental das escolas públicas municipais e estaduais e escolas particulares de Nova Lima. Durante esse período foram atendidas todas as escolas estaduais e municipais de Nova Lima. Foram atendidas também as escolas particulares de Nova Lima: Colégio Liceu, Colégio Santa Terezinha e Escola do Sebrae. Ao

acompanhar uma trilha ecológica feita por alunos da quarta série de uma escola de Nova Lima observei que os aspectos “naturais” prevalecentes na mata são reforçados e os alunos são chamados a contemplar a “natureza”. Os problemas socioambientais existentes em decorrência da mineração não são colocados em questão, sequer foram abordados.

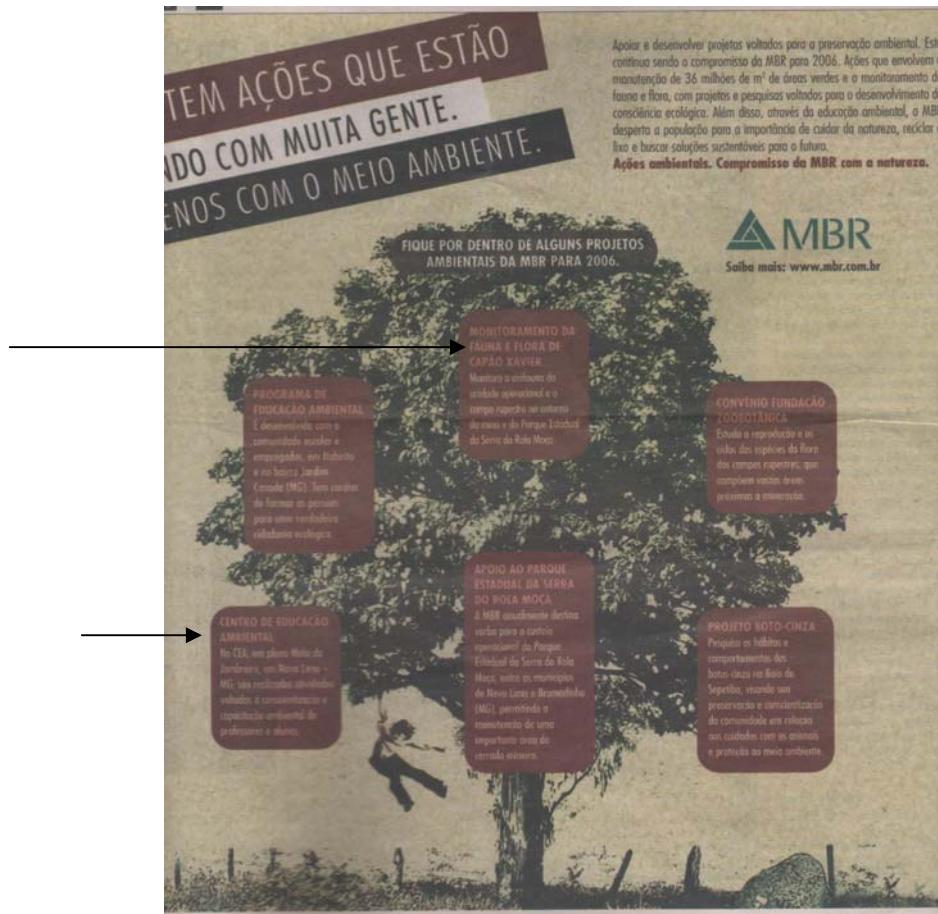
Foto I: Alunos percorrendo uma trilha ecológica na mata do Jambreiro.



Foto: Maria Diana de Oliveira, junho de 2006.

E ainda se aproveita para divulgar a “preservação ambiental” promovida pela empresa.

Figura 21: Destaque para o CEA Jambreiro e monitoramento da fauna da mina de Capão Xavier



Fonte: AMBIENTE HOJE. Meio ambiente: as propostas dos candidatos a governador. Belo Horizonte: AMDA, Ano XVII, n.º 129, Agosto/2006, p. 10.

Outro projeto ligado à educação ambiental é o Projeto Verde Catas Altas, uma parceria entre a AMDA e a Prefeitura de Catas Altas²³⁴ iniciada em maio de 1998. Sob a perspectiva de conciliação das atividades produtivas necessárias ao bem estar humano com a proteção do mesmo, o objetivo inicial era promover a participação da comunidade na gestão do município. Além da AMDA a prefeitura de Catas Altas fez parceria com o Departamento de Engenharia e Saneamento da UFMG (DESA), para a constituição do aterro sanitário e com o Unicentro Newton Paiva, para fazer um diagnóstico turístico do município, buscando alternativas econômicas à mineração, predominante. Segundo diagnóstico feito pelo Centro de Documentação e Informação Turística (CEDITUR), Catas Altas “apresenta um conjunto de fatores que a tornam

²³⁴ Catas Altas está localizada na porção oriental do “Quadrilátero Ferrífero”, Minas Gerais, a 118 km de Belo Horizonte entre os municípios de Santa Bárbara e Mariana, fazendo parte do roteiro ecoturístico da Estrada Real.

bastante interessante do ponto de vista turístico, tais como: as construções coloniais, as belezas naturais do seu entorno ao longo da extensão da Serra do Espinhaço, a tranqüilidade e a hospitalidade de seu povo, as manifestações artístico-culturais e religiosas, o artesanato, os licores, os vinhos e os doces".²³⁵

A busca por desenvolver atividades turísticas tem sido uma das metas das últimas administrações do município de Catas Altas. Através do slogan "Catás Altas, cidade histórica e ecológica", a prefeitura tenta atrair turistas para o município resgatando festas típicas da região como a festa do vinho e a cavalgada.

Foto 2: Slogan de Catas Altas “Cidade Histórica e Ecológica” registrado em um ônibus de transporte escolar



Foto: Maria Diana de Oliveira, julho de 2006.

Neste sentido, o centro antigo da cidade foi restaurado através de financiamento da prefeitura visando atrair novos negócios e turistas para a cidade. A utilização da "memória" como estratégia turística foi reforçada pelo projeto do governo de Minas de utilizar a Estrada Real para atrair turistas, uma vez que esta passa por lá. Este recurso à memória pode ser observado por ocasião de um evento do Projeto Verde Catas Altas organizado pelo Unicentro Newton Paiva em julho de 2006. Neste evento houve a exposição de imagens que buscam resgatar a memória do lugar, recorrendo às atividades típicas de outrora, associando ao percurso da Estrada Real.

²³⁵ PAIVA NEWTON, Centro Universitário. Projeto Verde Catas Altas: Comissão de Turismo. 2001, p. 6. (Manuscrito).

Foto 3: Marco indicativo da Estrada Real.



Foto: Maria Diana de Oliveira, agosto de 2006.

Figura 22: Seqüência de três fotos apresentando cartazes que recobram elementos característicos da história do lugar.



Fotos: Maria Diana de Oliveira, julho de 2006.

Foto 4: Centro de Catas Altas, vista da Serra.



Foto: Maria Diana de Oliveira, julho de 2006.

Diante da administração do cotidiano e sua fragmentação expandem as possibilidades de se apropriar mais ainda do tempo através da constituição dos lugares de lazer. Aqui o espaço adquire um outro status, pois os produtos oferecidos (hotéis, caminhadas, trilhas ecológicas) incluem a escassez do espaço, resquícios de uma suposta natureza natural, ou sua representação, entram na composição da valorização de determinados circuitos de capital. O espaço é, então, produzido, ou melhor, reproduzido através dos interesses que consubstanciam a chamada indústria do turismo e do lazer.

Através dos lazeres foram conquistados o mar, as montanhas e até os desertos. A indústria dos lazeres se conjuga com a da construção para prolongar as cidades e a urbanização ao longo das costas e das regiões montanhosas.²³⁶

²³⁶ LEFEBVRE, H. Espaço e política. p. 3.

Dentre as atividades específicas da AMDA se destacam o Projeto Estrada Parque, através da arborização da rodovia que liga Catas Altas a Santa Bárbara, palestras, reuniões “produzindo um espaço de uma natureza outra” para ser objeto de valorização.

O conteúdo destas palestras, além de tratar destas festas locais, da preservação ambiental, também tratava das “florestas de produção” como importante na manutenção da mata nativa. Vale destacar que em torno de 40% do município possui plantios de eucalipto da CENIBRA, empresa sócia da AMDA.

A AMDA também fez parceria com a Fundação Companhia Vale do Rio Doce, baseada em oficinas, palestras, etc. em um projeto de educação ambiental para atender uma das condicionantes de uma licença de exploração de minério no município. Entrevistei uma ex-integrante da AMDA que participou da execução deste projeto. Segundo ela, eram desenvolvidas atividades interessantes, como teatro e outras voltadas para a “sensibilização dos habitantes para as temáticas ambientais, mas esta saiu porque não havia autonomia para desenvolver os trabalhos, já que a empresa interferia muito”.

Nos dois projetos a entidade atua como se fosse uma consultoria, pois tanto a prefeitura quanto as empresas pagam pelos serviços prestados, semelhante à proposição indicada pelo setor empresarial na reunião de sociojurídicos.

Como podemos inferir, a atuação da entidade no COPAM, requerendo práticas de mitigação ambiental, pode se constituir em uma reserva de campo de atuação, uma vez que a entidade votando pela execução de projetos de educação ambiental dentro do COPAM, pode garantir também projetos de consultoria no mercado ambiental.

Foto 5: Área minerada X proteção ambiental

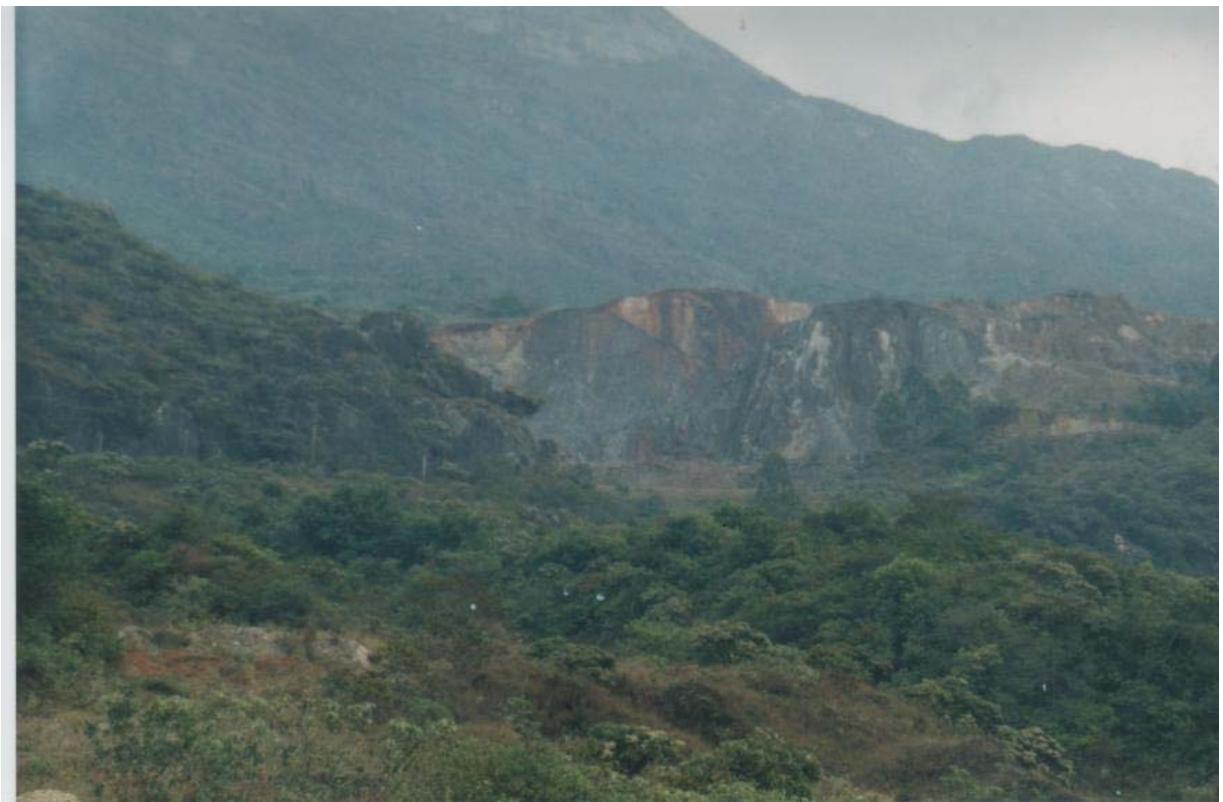


Foto: Maria Diana de Oliveira, agosto de 2006.

Na perspectiva indicada pela foto acima, integrantes de grupos preservacionistas ou daqueles interessados em projetos turísticos²³⁷ também entram em conflito com os empreendimentos minerais, uma vez que, devido ao impacto (sobretudo visual), a mineração diminui as possibilidades de auferir lucros aos capitais empregados ou a ser empregados no circuito do turismo e do lazer.

A expansão da indústria do turismo e dos lazeres, utilizando os meios de comunicação, produz necessidades novas apropriando-se do discurso sobre a escassez da natureza. Como ajuda a esclarecer Lefebvre, o valor de troca limita os vínculos, as relações de pertencimento. Ocorre a obsolescência não só dos produtos, mas também nas relações ao criar novas necessidades, havendo, portanto, uma produção não só do produto, mas também do consumidor. Apela-se para a transitoriedade, para o retorno

²³⁷ Refiro-me aos interessados em levar adiante projetos turísticos apoiados no Centro de Apoio ao Turista, que também recebeu apoio financeiro da Companhia Vale o Rio Doce para sua instalação.

ao passado, busca de consumo do exótico e do inusitado.²³⁸ Portanto, a problemática relativa à natureza é parcial:

Assim se determina a problemática parcial relativa à “natureza”. Teoricamente, a natureza distancia-se, mas os signos da natureza e do natural se multiplicam, substituindo e suplantando a “natureza” real. Tais signos são produzidos e vendidos em massa. Uma árvore, uma flor, um ramo, um perfume, uma presença. Ao mesmo tempo, a naturalização ideológica obceca. Na publicidade, a dos produtos alimentares ou têxteis, como a da moradia ou das férias, a referência à natureza é constante. Todos os “significantes flutuantes” que a retórica utiliza se agarram à sua re-presentação para encontrar um sentido e um conteúdo (ilusórios). O que não tem mais sentido procura reencontrar um sentido pela mediação do fetiche “natureza”.²³⁹

Os projetos de educação ambiental, de modo geral e nos casos da Mata do Jambreiro e Catas Altas, têm apresentado uma perspectiva de relação sociedade-natureza partindo da idéia de mudança de comportamento dos indivíduos perante o consumo de recursos naturais e/ou projetos voltados para uma mera contemplação da natureza, como no caso da Mata do Jambreiro. Tal perspectiva transfere para os indivíduos, numa perspectiva malthusiana, a responsabilidade sobre os processos de degradação, tentando influir na “diminuição” de determinado consumo do cotidiano, ou melhor, busca-se direcionar os indivíduos para um “consumo consciente”.

²³⁸ Aqui me valho amplamente das discussões do grupo de estudos e pesquisas “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” coordenado por Sérgio Martins no qual ocorre o esforço de compreensão da produção do espaço através de uma teoria geral, mas que inclui estudos que refletem sobre as diversas materialidades através das quais o espaço é produzido por esta totalidade.

²³⁹ LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 36.

Figura 23: “Consumo consciente é a única saída para o século XXI: estudos indicam que se o nível de consumo continuar crescendo o esgotamento do planeta virá antes do fim do século”.

Consumo consciente é a única saída para o século XXI

Estudos indicam que se o nível de consumo continuar crescendo o esgotamento do planeta virá antes do fim do século”.

Água

Outro fator preocupante é a água. “Atualmente, 70% de toda a água doce utilizada no planeta vai para a agricultura” revela Brown. Ele explica que os hábitos de consumo de cada pessoa de um país têm relação direta com o futuro de seus recursos naturais. No Brasil, o consumo médio de grãos por pessoa em um ano é de 277 kg. Para isso, são necessários 277 mil litros de água por habitante, só para a produção de grãos.

De acordo com o Conselho Mundial das Águas, são necessários 150 litros de

sustentável 2,5 bilhões de estadunidenses, ou 10 bilhões de Indianos. Existem, atualmente, 800 milhões de famintos no mundo.

Você Sabia?

De acordo com o Conselho Mundial da Água-CMA, para serem produzidos os produtos requerem os seguintes volumes d’água:

- 1 Kg de pão = 150 litros.

Fonte: AMBIENTE HOJE. Consumo consciente evita desperdício. Obra citada, p. 6-7.

No caso específico da AMDA, ao mesmo tempo em que reforça o Estado, traz para si a responsabilidade de desenvolver atividades que caberiam a ele²⁴⁰. Entretanto, sua atuação se assemelha à do Estado, ou melhor, sua atuação é parte dele. Ela considera que o Estado cresceu muito e, portanto, apresenta lacunas que podem ser preenchidas pelas ONGs. Nesse sentido, tem encaminhado ações de educação ambiental juntamente com o setor privado. Dessa forma, desenvolve programas para que práticas institucionalizadas possam se firmar como parte do cotidiano e deslocar disputas por hegemonias²⁴¹ de modelos de gestão do espaço. Uma dessas práticas refere-se à educação ambiental assumida por diversas ONGs e pela AMDA, como

²⁴⁰ Para se legitimar, o Estado tem apresentado várias facetas. No período pós-guerra, por exemplo, assumiu uma postura de tutela perante a sociedade com a expansão, sobretudo, do sistema educacional. Apesar de reforçarem que a educação ainda é uma função do Estado, a AMDA tem entrado na chamada educação informal desenvolvendo práticas de educação ambiental.

²⁴¹ Paula Brügger afirma que é possível traduzir a crise ambiental em termos de disputa entre o que Toffler chamou de Segunda Onda e de Terceira Onda. A civilização de Terceira Onda baseia-se em novas tecnologias como a eletrônica, a informática e a biotecnologia, no uso de recursos naturais renováveis, indústrias de baixa demanda energética, operações no espaço e no fundo do mar. A Terceira Onda promete ainda energias limpas, uma profunda reestruturação das relações sociais. A crise ambiental seria a crise de civilização de Segunda Onda, o colapso de um modo de produção baseado no uso intensivo de recursos não-renováveis, altamente sorvedora de energia e com grande fé no progresso a ser atingido pelo avanço da tecnologia. BRÜGGER, Paula. p.25-26.

apontado anteriormente. Nesse ponto, parece-me importante lembrar, aqui, a discussão feita por Lefebvre sobre a importância da linguagem e das ideologias na modelagem das consciências. Tal discussão pode ser utilizada para compreensão do papel da educação ambiental desenvolvida pela AMDA e outras ONGs. Argumenta o autor:

É pela e através da linguagem que a ideologia entra nas consciências e as modela [...] o paradoxo da situação atual é que a crise das antigas ideologias acarreta uma desideologização aparente. A desideologização significa apenas a dissolução dos referenciais ideológicos: religiões, códigos morais, humanismo. Ora, esta crise permite a introdução de novos mitos e de novas ideologias, entre outros os mitos e ideologias do consumo sob a capa de não ideologia (de rigor, de ciência, de realidade positiva e observável etc).²⁴²

Ao mesmo tempo em que a entidade questiona o consumo, o reforça, pois as questões referidas à produção são intocadas por tais projetos, até porque estes vêm sendo financiados pelas empresas, como já mostrado. Por outro lado, a educação ambiental se torna um marketing ecológico, como indicado abaixo:

Foto 6: Placa presente no CEA Jambreiro.



Foto: Maria Diana de Oliveira, junho de 2006.

²⁴² LEFEBVRE, Henri. Obra citada, 1969, p. 95.

Um aspecto sempre presente nos projetos de educação ambiental e da AMDA em particular é um enfoque liberal, humanista e filosófico. Segundo Brügger²⁴³, nessa perspectiva a educação muda a sociedade além ser também uma forma de ascensão social. Dentro dessa visão o mal é fruto da ignorância, então, conhecer o “meio ambiente” é uma solução para defendê-lo, o que é uma verdade parcial, pois se ignoram com isso outras relações, sobretudo as econômicas.

Exemplo dessa perspectiva pode ser melhor exemplificada através de um evento realizado pela AMDA, no dia 05 de junho de 2007, Dia Mundial do Meio Ambiente, na Praça da Savassi, em Belo Horizonte. Neste evento a entidade “alertou a população da cidade para a necessidade da diminuição da emissão de gases de efeito estufa”. Além de “esclarecer” sobre o efeito estufa, ofereceu dicas de como enfrentar esta questão:

O efeito estufa colocou a humanidade frente com seu destino. Podemos escolher entre mudar nosso comportamento frente ao uso dos recursos naturais ou caminhara em direção à nossa provável extinção. Em primeiro lugar, temos que entender que, como consumidores, somos responsáveis pelo Efeito Estufa, pois quanto mais consumimos energia, água, gasolina ou mais compramos roupas, alimentos, carros, jóias, eletrodomésticos etc., maior será a produção dos mesmos e consequentemente a pressão sobre o meio ambiente e lançamento dos gases responsáveis pelas mudanças climáticas. O que podemos fazer em casa, escritório, escola e outros ambientes? 1. Economize energia, utilizando lâmpadas fluorescentes, e não as deixe acesas, nem qualquer aparelho ligado inutilmente. Sempre que possível utilize escadas ao invés de elevador. Se utilizar chuveiro elétrico, diminua o tempo de banho. Também economize água não deixando torneiras abertas mais do que o estritamente necessário. Reutilize a água se possível; 2. Economize gasolina andando a pé, de bicicleta, dando carona ou utilizando transporte coletivo; 3. Utilize energia solar para aquecer água; 4. Use papel branco somente para documentos. Procure utilizar os dois lados do papel; 5. Reduza o máximo possível o uso dos descartáveis e embalagens desnecessárias. Recuse, por exemplo, sacolas plásticas que não for utilizar. Quando descartamos esses produtos, jogamos fora energia e outros recursos naturais; 6. Faça o que estiver ao seu alcance para convencer outros a mudarem também a sua conduta: no escritório, escola, restaurantes, condomínios etc; 7. Plante árvores, denuncie desmatamentos e denuncie incêndios e queimadas; 8. Filie-se e apóie o trabalho de organizações não governamentais. Sua ação

²⁴³ BRÜGGER, P. Obra citada. p. 78.

tem sido fundamental para conter a degradação ambiental do planeta.²⁴⁴

Figura 24: Exposição de informações da AMDA sobre o aquecimento global e sugestões para diminuí-lo.



Fonte: Ações contra o aquecimento global disponível em: <<http://www.amda.org.br>> acesso em 19 de julho de 2007.

Enfim, a crítica restrita ao consumo produz nova escassez, constitui novas raridades. Como ocorre neste debate acerca da questão ambiental, acaba por viabilizar novos processos de valorização a ela associados, como os relacionados ao efeito estufa e que serão discutidos no último capítulo. Faz-se necessário uma crítica da “educação ambiental”, uma vez que esta reproduz as dimensões fragmentárias da economia política e promove práticas que não contribuem para a política, pois estas não têm sido postas incentivando o enfrentamento do conflito e o questionamento da(s) contradição(ões) e sim a construção de consensos.

²⁴⁴ Ações contra o aquecimento global. Disponível em: <<http://www.amda.org.br>> acesso em 20/07/2007.

[...] se houvesse abundância de bens, não haveria economia política. Pretendendo-se estudo objetivo do consumo, ou das necessidades, até da produção, a economia política não é nunca análise da produção, pois isto levaria os economistas a conceber as condições da abundância em uma outra sociedade. De acordo com Marx, eles são os homens da penúria, eles estudam raridades (relativas, é claro), os bens. Eles contribuem para a repartição dessa penúria, sua pseudociência recobre um conhecimento concreto, que se assenta nos bens raros, momentânea ou duravelmente, trata-se do conhecimento mal elaborado, mas útil das insuficiências da produção, de seus limites. A economia é política neste sentido: ela permite aos homens de Estado repartir as penúrias de modo que essa “distribuição” se realize sob máscaras de justiça, igualdade, liberdade e fraternidade.²⁴⁵

Por que isto acontece? Porque não há um questionamento do pensamento e da práxis hegemônica. Enfim, a chamada educação ambiental tem encaminhado práticas que possibilitam a difusão de determinada visão de mundo, que têm contribuído para a reprodução da atual conjuntura de classes e não para a dissolução das mesmas, logo, tem se pautado pela reprodução da penúria no espaço como um todo.

2.4 A questão ambiental mediada pela troca: a mina de Capão Xavier

2.4.1 A mineração de ferro: a criação da MBR

A Indústria Siderúrgica é quase que, por unanimidade, o maior consumidor de matéria-prima de minério de ferro no contexto mundial, o que significa que o perfil de consumo de minério de ferro é uma função intimamente relacionada ao complexo industrial siderúrgico.

A partir dos anos de 1950, especialmente no governo JK, “começou a se esboçar uma geopolítica dos minérios que visava transformar os principais recursos minerais em importante moeda de troca para promover o crescimento industrial brasileiro”.²⁴⁶ Essa promessa de desenvolvimento acabou por aprofundar a dependência da economia brasileira dos interesses dos grandes capitais externos, o que se confirma

²⁴⁵ LEFEBVRE, H. Espaço e Política. Obra citada, p. 64.

²⁴⁶ FREITAS, Eliano de Souza Martins, 2004, p. 50.

pelo crescente aumento da produção mineral brasileira, centrada no minério de ferro, estreitamente ligada ao crescimento da indústria siderúrgica mundial:

A produção mineral brasileira passa de uma média anual de 1.926.469 toneladas, no quinquênio 1935-1939, para 18.250.256 toneladas, no quinquênio de 1960-1964, representando um crescimento de cerca de 847%.[...] A evolução do volume produzido nesses 30 anos baseia-se fortemente na produção do minério de ferro, que atinge, em 1964, cerca de 72% do total produzido com 16.972.276 toneladas. [...] Os minerais metálicos e seus concentrados, durante todo o período, são os principais produtos minerais de exportação destacando-se nesse subgrupo os minérios de ferro e manganês.²⁴⁷

Por outro lado, no decorrer dos anos de 1950 e 1960 observou-se uma ampliação da inserção do capital estrangeiro na mineração brasileira, sobretudo estadunidense, com uma participação de 63% do total de capitais aplicados no Brasil.²⁴⁸

O capital americano participa da mineração brasileira pelos investimentos diretos na produção e também por meio de financiamentos bancários. [...] atuam na mineração brasileira, em 1960, 38 empresas com participação de capital direto americano. Em termos numéricos, destacam-se os grupos M. A., Hanna Company e Kaiser Aluminium Internacional Inc. Uma análise do perfil desse grupo de empresas, que perfazem 90% do capital com participação norte-americana, mostra uma atuação concentrada nos minérios de manganês [...] nos minérios de ferro [...] e nos minérios de tungstênio e nióbio. Chama a atenção [...] as datas de fundação das diversas empresas que são da década de 1950, concentrando-se em sua segunda metade. Entre esse período coincide com o mandato do governo Juscelino Kubitscheck. [...] Outra informação importante é a das empresas de mineração com participação americana que se utilizaram dos benefícios da Instrução 113 da SUMOC [Superintendência da Moeda e do Crédito], de 17 de janeiro de 1955, que permitia a importação de equipamentos sem cobertura cambial.²⁴⁹

A produção mineral contou com o aprofundamento dos estudos sobre geologia do Brasil, através do convênio entre o Departamento Nacional de Pesquisa

²⁴⁷ ALMEIDA, 1992 apud FREITAS, 2004, p. 50.

²⁴⁸ FREITAS, Eliano de Souza Martins, 2004, p. 49.

²⁴⁹ ALMEIDA, 1992 apud FREITAS 2004, p. 49.

Mineral (DNPM) e o United States Geological Service (USGS), possibilitando o mapeamento do subsolo brasileiro.²⁵⁰

Os incentivos à mineração continuaram durante a ditadura militar. O minério de ferro, que já era o principal produto mineral de exportação, recebeu 70,13 % do total de incentivos entre os anos de 1969 e 1985.²⁵¹

É neste contexto que a Hanna Mining Company começa a atuar no Brasil, se tornando a maior empresa de mineração com atuação no Brasil, especialmente a partir dos anos de 1970, na extração de minério de diversas minas no “Quadrilátero Ferrífero”, quando se une a outra empresa de mineração. Até a década de 1950, na produção mineral no Brasil era predominante o capital inglês, voltado principalmente para extração de minerais não ferrosos, principalmente o ouro. A crise de produtividade e de comercialização do ouro e a necessidade de modernização tecnológica contribuíram para o declínio do capital inglês neste setor. A St. John D’el Rey, empresa de capital inglês que atuava na extração de ouro no quadrilátero ferrífero, utilizou sua influência junto ao governo federal para prorrogar a isenção de impostos que expiraria em 1954, em vigor a 20 anos. A tal prolongamento foram acrescidos os auxílios do governo estadual que, além de perdoar as dívidas previdenciárias da empresa, socorreu-a financeiramente para que sanasse seus prejuízos. Além disso, a St. John utilizou o dinheiro da venda de terras localizadas próximo à BR 040, para fazer investimentos na modernização tecnológica, uma vez que a empresa já tinha um mapeamento das terras potencialmente ricas em minério de ferro, a qual procurou manter sob sua propriedade. Por outro lado, a empresa procurava se capitalizar através de empréstimos junto ao EXIMBANK para promover esta modernização tecnológica, processo que não aconteceu devido à compra de vultoso lote de ações pelo banco que culminou no enfraquecimento da administração inglesa e no fortalecimento do projeto americano de dominar as propriedades da Saint John D’el Rey Mining Company. A Hanna Mining Company contou com a colaboração de diretor do EXIMBANK que, possuindo os relatórios da St. John D’el Rey, comprou ações da empresa e repassou-as posteriormente a esta mineradora. Em 1958, a St. John D’el Rey, à beira da falência, vendeu suas ações na bolsa de valores de Londres, as quais foram adquiridas pela Hanna Mining Company, que também assumiu parte das propriedades da mineradora inglesa

²⁵⁰ FREITAS, Eliano de Souza Martins. Obra citada. p. 50.

²⁵¹ SCLiar, Cláudio. *Geopolítica das minas do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1996, p.116.

situadas ao sul de Belo Horizonte, no “Quadrilátero Ferrífero”.²⁵²

Em 1960, a Hanna criou a Mineração Morro Velho, que ficou responsável pela exploração de ouro, ficando esta com participação acionária minoritária. No decorrer desta década consolidou a sua entrada na exploração mineral contando com a Consultec – empresa de advocacia administrativa e consultoria, organizada por funcionários da administração federal e que ocuparam importantes cargos públicos durante o primeiro governo da ditadura militar. O capital da Hanna posteriormente juntou-se à Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI), que já explorava a mina do Pico (em Itabirito), transformando-se na Minerações Brasileiras Reunidas (MBR). Nas décadas subseqüentes aumentou-se a extração de minério de ferro e sua exportação era feita através de seu terminal marítimo privativo na Ilha Guáiba, Rio de Janeiro. Na década de 1990 exportou mais de 20 milhões de toneladas/ano das minas de Águas Claras, Mutuca, Pico e Tamanduá abastecendo juntamente com outras empresas do setor os mercados da Europa Ocidental e da Ásia.

No contexto internacional, a partir da segunda Guerra Mundial houve expansão do consumo de minério de ferro tanto pela expansão da siderurgia mundial, quanto pela necessidade de aço na reconstrução das indústrias.²⁵³ Em função do crescimento econômico este consumo intensivo permaneceu até 1975, quando países como os EUA, Reino Unido e União Soviética perdiham competitividade no setor siderúrgico pela competição de outros países.

A partir de 1975 as mudanças estruturais ocorridas no período de 1975 a 1996 os valores de balizamento da produção de aço passaram a ser a qualidade. O aumento da capacidade de produção e a queda do consumo de aço nos países desenvolvidos, juntamente com as mudanças estruturais em andamento, provocaram profundos reflexos na indústria.

A partir de 1977, o desenrolar da crise econômica mundial demonstrou que não se poderia esperar mais crescimento da produção de aço com as mesmas altas taxas que vinham sendo projetadas pelas instituições internacionais especializadas. Isto porque não ocorreu simplesmente uma queda conjuntural da produção do aço, mas o começo de uma profunda mudança estrutural na indústria siderúrgica. Foram

²⁵² FREITAS. Eliano de Souza Martins. Obra citada, p. 51-53.

²⁵³SCHNEIDER, Gilberto. *A dinâmica do mercado transoceânico de minério de ferro*. Campinas: UNICAMP, 1991, p.26.

deflagrados processos de substituição de aço e redução de custos na siderurgia que afetaram a demanda de aço.

Este panorama competitivo internacional colocou novas restrições de ordem ambiental no mercado global de minérios. As empresas ligadas a este setor tiveram que se adaptar à legislação ambiental para manter ou inserir seus produtos no mercado. Porém, esta adaptação, apesar de provocar alguns constrangimentos ao setor, não chegou a colocar em xeque a produção, sobretudo, de produtores de larga escala, como é o caso da MBR.

Figura 25: Croqui sem escala, propriedades da MBR na APASUL

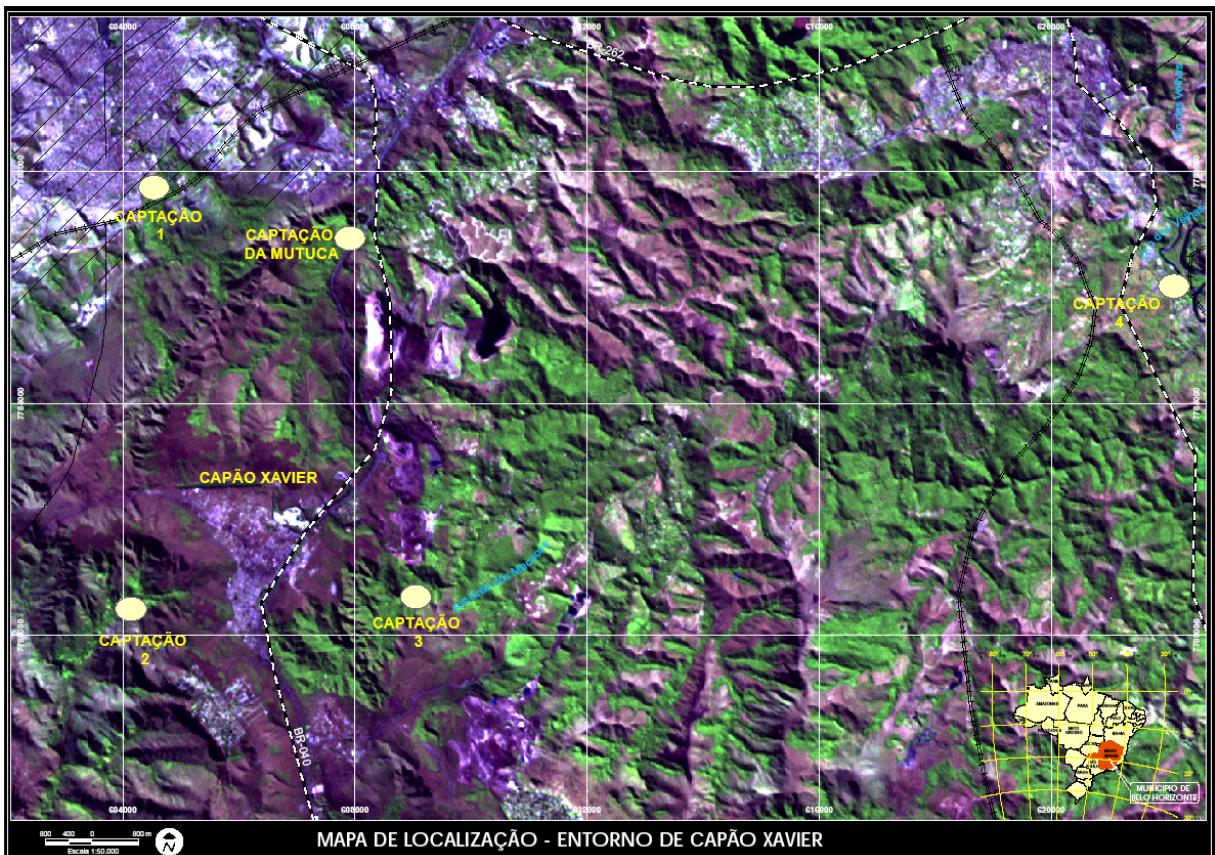


Fonte: FREITAS, Eliano de Sousa Martins.

2.4.2 A Mina de Capão Xavier

A Mina de Capão Xavier, empreendimento da MBR, localiza-se na porção norte do Quadrilátero Ferrífero, a cerca de 15 km ao sul da cidade de Belo Horizonte. Trata-se de uma mina a céu aberto, que apresenta reserva lavrável da ordem de 173 milhões de toneladas de minério de ferro, dos quais cerca de 70% estão abaixo do nível da água.

Figura 26: Localização da mina de Capão Xavier



Captação 1: Captação de água da Copasa, Barreiro; Captação 2: Captação de água da Copasa, ribeirão de Fechos. Captação 3: Captação de água da Copasa, ribeirão Catarina. Tangenciando a área da mina de Capão Xavier, a sul encontra-se o bairro Jardim Canadá.

Avaliar a resistência à implantação da mina de Capão Xavier apresenta grande relevância, pois através dela é possível entender a atuação do Estado – AMDA, frente aos procedimentos para implantação da mina e a atuação contrária a esta implantação promovida pelo Movimento Capão Xavier Vivo.

Segundo os dados do Parecer técnico da DIMIM-FEAM n.º127/2003 para a Licença de Instalação, as reservas do empreendimento mineral Capão Xavier somam 175,6 Mt de minério de ferro com teor médio de 66%. Planeja-se lavrar 142 Mt até o final da vida útil do empreendimento, que acontecerá em torno de 20 anos. Nesse período serão gerados 124 Mt de estéril e 118 Mt de produto beneficiado. O empreendimento comprehende lavra a céu aberto e o transporte do minério bruto até as instalações de beneficiamento da mina de Mutuca, outro empreendimento da MBR,

o que demandou a construção de uma estrada particular de 1300 metros, paralela à BR 040, que liga os dois empreendimentos e por onde é feito o transporte do estéril e do minério até a implantação do britador na própria Mina de Capão Xavier. Após alguns anos de atividade, a cava atingirá o nível d' água, que sofrerá rebaixamento. O estéril gerado será disposto, primeiramente, em pilhas próximas à cava e, posteriormente, na cava exaurida da mina da Mutuca.

O projeto da cava de Capão Xavier prevê a remoção de vegetação de campos rupestres em áreas de topo de morro, consideradas como Áreas de Preservação Permanente²⁵⁴. Além da intervenção nestas áreas, as matas ciliares ou de galeria também serão afetadas, através do desvio e de um barramento projetado para o Córrego Seco e da construção da correia transportadora.

Apesar da denominação Áreas de Preservação Permanente (APP), “consolidou-se o entendimento” segundo o qual estes “espaços ambientais podem ser excepcionalmente suprimidos e utilizados com finalidades econômicas, hipótese que, conforme recentes modificações introduzidas na legislação florestal devem restringir-se aos casos de utilidade pública ou interesse social, quando não houver alternativa técnica e locacional à atividade proposta, e à vista da apresentação de medidas mitigadoras e compensatórias adequadas”.²⁵⁵ Segundo esta legislação a mineração não está listada como atividade de interesse público. (artigo 4.º do código Florestal, com redação dada pela Medida Provisória n.º 2.166-67/2001).

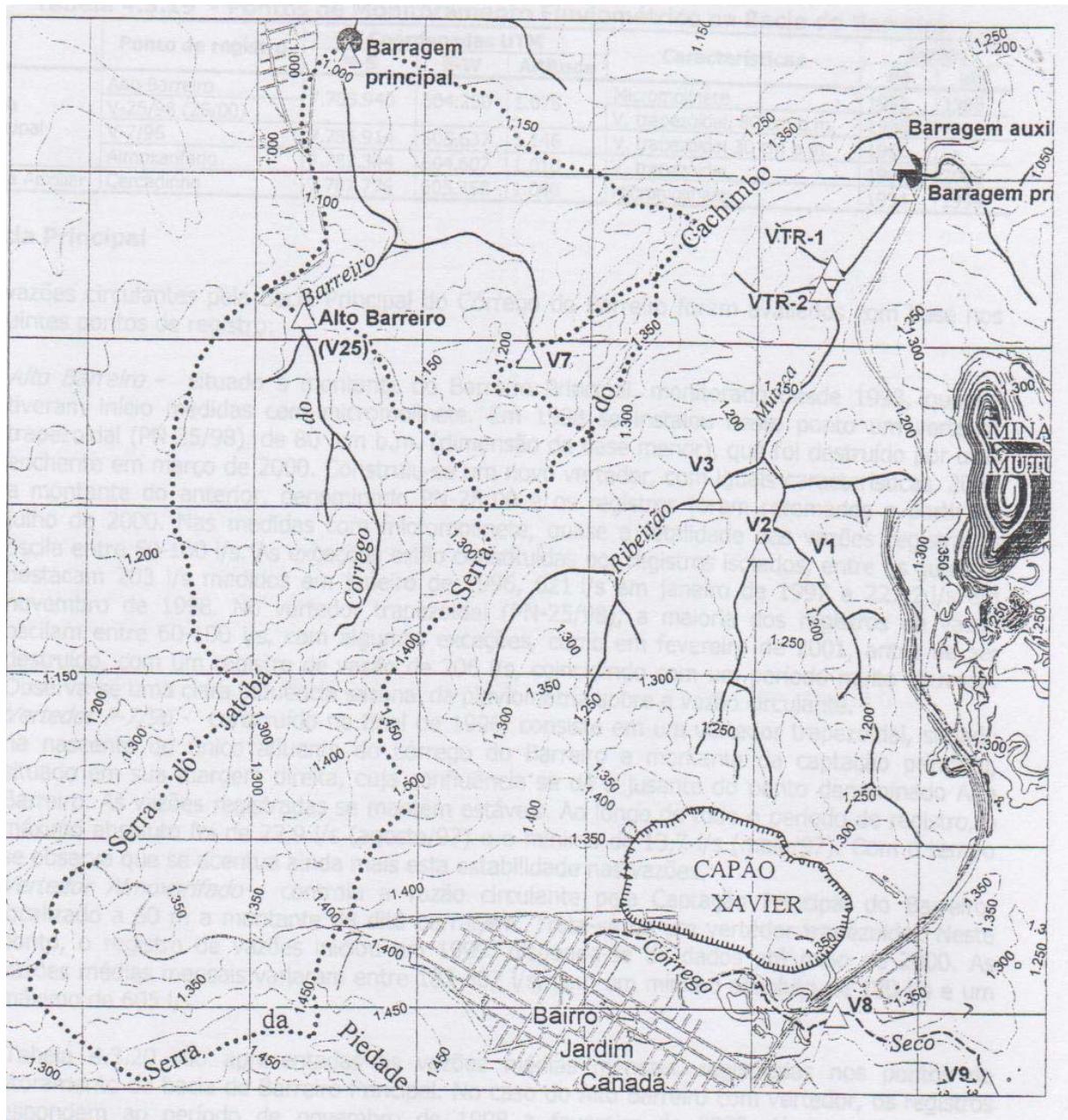
As APEs são Áreas de Proteção Especial para fins de preservação de mananciais (APEs). No biênio de 1981/1982, o Governo Estadual editou decretos definindo diversas áreas de proteção especial para fins de preservação de mananciais, dentre as quais se incluíram as APEs de Mutuca, Fechos, Catarina e Barreiro, situadas no entorno da jazida de Capão Xavier. A APE Mutuca será diretamente afetada pela cava da mina em aproximadamente 20 hectares. As demais interferências

²⁵⁴ Áreas de Preservação Permanente (APP) são espaços ambientais públicos ou privados, cobertos ou não por vegetação nativa, especialmente protegidos por lei, em razão da importância da conservação de sua vegetação natural, como forma de garantir o equilíbrio dos ecossistemas nos quais estão inseridas, o que faz, fundamentalmente, através da proteção dos recursos hídricos, da paisagem, da estabilidade geológica, do solo, da biodiversidade, do fluxo gênico da fauna e flora, e do resguardo ao bem-estar das populações humanas. (artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II do Código Florestal, com redação pela Medida Provisória n.º 2.166-67/2001).

²⁵⁵ Processo de Licenciamento FEAM: 00095/1998/001/1998. Documento: 018175/2003. Consultoria Ambiental ECOLAB Meio Ambiente. Anexo 04. Hidrogeologia.

correspondem a uma pequena área para construção de uma estrada para escoamento e uma faixa para instalação de um sistema de transportadores de correia já citadas.

Figura 27: Croqui sem escala, destaque para a localização do ribeirão da Mutuca

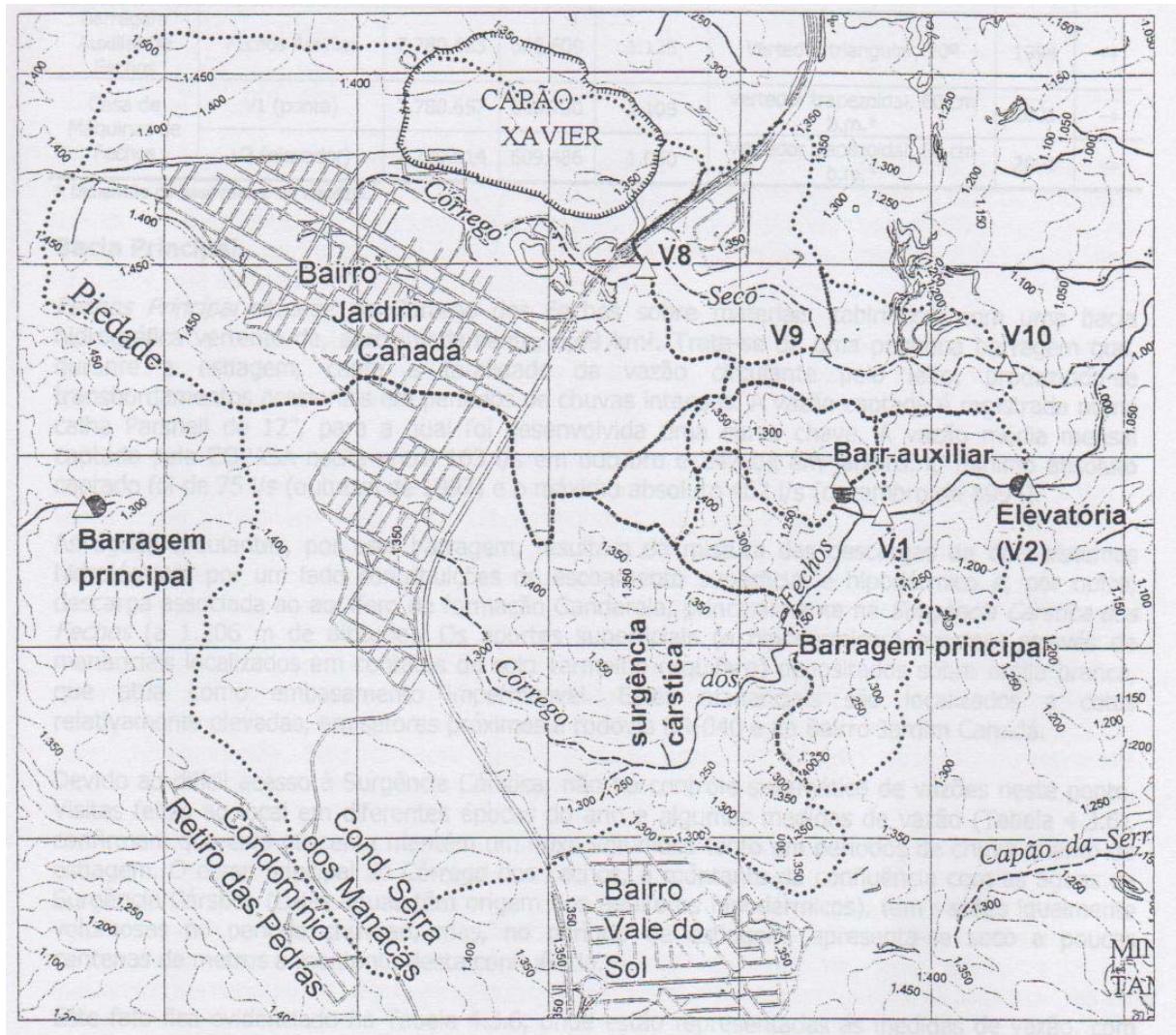


Fonte: Processo de Licenciamento da empresa: 00096/1998/001/1998, já citado.

O Projeto Capão Xavier situa-se fora da bacia hidrográfica na qual se insere a Estação Ecológica de Fechos, não interferindo diretamente nesta unidade de conservação. Entretanto, a interferência do Projeto será referente ao rebaixamento do

lençol freático na área de cava da mina, que provocará modificação no sistema de vazões do ribeirão de Fechos.

Figura 28: Croqui sem escala, destaque para a localização do ribeirão de Fechos



Fonte: Processo de Licenciamento da empresa: 00096/1998/001/1998, já citado.

O Projeto Capão Xavier está inserido dentro da APA Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A APA foi criada com o “objetivo de proteger e conservar os sistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos necessários ao abastecimento da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte e áreas adjacentes, com vista à melhoria da qualidade de vida da população local, à proteção dos ecossistemas e ao desenvolvimento sustentável”.

Quanto à flora, foram verificadas quatro espécies ameaçadas de extinção, conforme dados do processo de licenciamento. Algumas foram transplantadas para a

área do Parque do Rola Moça. Quanto à avifauna, foi verificada a presença de sete espécies ameaçadas de extinção e endêmicas, 2 raras regionalmente e 5 migratórias. Quanto à mato fauna foram verificadas 8 espécies ameaçadas de extinção e 1 espécie rara. O monitoramento das espécies ameaçadas, endêmicas e raras estava previsto a partir da implantação do empreendimento.

A área de implantação apresentava uma lagoa de caráter temporário. Esta lâmina d'água foi apontada, há mais de 20 anos, como sendo local de ocorrência de microcrustáceos. Estes organismos seriam realocados fora do limite da futura cava da mina.

O córrego Seco, curso d'água intermitente, foi desviado e canalizado na parte sul da área de mineração, a partir da construção de um barramento para contenção de sedimentos e para a formação do reservatório de água para abastecimento do empreendimento, visto que seu leito natural está na região em que se projeta a construção de acessos, da pilha de estéril, escavação de canais periféricos de drenagem e canaletas. A intervenção atinge um pequeno trecho do córrego.

Este efeito se caracterizará pelo lançamento de águas de diferentes naturezas, provenientes da drenagem da mina e do dique de sedimentação dos escoamentos da drenagem pluvial, o que alterará as características físico-químicas da água das bacias do córrego Seco, Fechos e ribeirão Mutuca.

A água subterrânea na área de cava será drenada através do rebaixamento do nível d'água, provocando um cone de depressão que se estende e pode afetar outros fatores ambientais e captações de terceiros. A vazão estimada para promover o rebaixamento do nível piezométrico é 157 l/s.

Também segundo consta do processo de licenciamento, o modelo desenvolvido é de caráter preliminar e “somente a partir da realização de um teste de bombeamento prolongado e, principalmente, do início do rebaixamento propriamente dito, com a realimentação do modelo com dados reais, o mesmo irá se tornando mais preciso, podendo quantificar os impactos nos poços para efeito do planejamento das medidas mitigadoras”.

Quanto aos poços rasos (cisterna) do bairro Jardim Canadá, embora os mesmos captem águas do sistema hipodérmico (superficial) e dependam do

comportamento hidrodinâmico do horizonte de alteração da camada de dolomito, há hipóteses de que venham a ser impactados.

As águas captadas na Barragem Principal da Captação do Mutuca e a maior parte das captadas no córrego Barreiro são alimentadas por aquífero de circulação rasa, que não apresentam conexão com os aquíferos profundos e não estão sujeitas a sofrer impactos do rebaixamento.

As águas captadas na Barragem Auxiliar do Mutuca, bem como as circulantes na nascente leste do córrego do Barreiro, têm origem no aquífero profundo Cauê, mas com propriedades hidroquímicas diferentes comparados ao nível piezométrico do local onde se localiza a jazida de Capão Xavier.

Já as águas captadas na Barragem Principal de Fechos têm origem no Sistema Hipodérmico onde provavelmente irão ocorrer impactos quando do rebaixamento do nível d'água em Capão Xavier.

Considerando-se todos os mananciais do entorno, “espera-se a ocorrência de impactos na Barragem Principal de Fechos, talvez na Galeria de Fechos e possivelmente nas águas circulantes pelo vertedor I da Estação Elevatória de Fechos”. Nos demais pontos de descarga de aquíferos profundos do Núcleo Sinclinal da Moeda e Homoclinal da Serra do Curral, os impactos podem vir a existir e, finalmente, nos aquíferos cutâneos de circulação rasa, Mutuca Principal e Barreiro, bem como nos aquíferos profundos da Faixa Tamanduá-Mutuca, a probabilidade de impactos significativos é praticamente inexistente.

Haverá um incremento das vazões no ribeirão Mutuca e no córrego Seco, e provavelmente no córrego Fechos, dependendo do balanço hídrico entre a redução das vazões provocadas pelo empreendimento nas referidas captações e o lançamento de água nestas bacias.

A ação para que este impacto ocorra é a construção de um sistema de drenagem superficial com direcionamento para o córrego Seco e o lançamento de água subterrânea nas bacias do entorno, ou seja, haverá um aporte de água subterrânea para a rede superficial.

Dada a necessidade de rebaixamento do nível d'água, o lago a ser formado após a exaustão da mina deverá “cumprir a função de complementar o sistema de abastecimento de água da COPASA-MG”.

2.4.2.1 Análise das informações do processo de licenciamento

Apesar dos relatórios do processo de licenciamento apresentar um cenário para o lago de que a água será muito boa, o mesmo indica que em virtude da profundidade do lago e das condições anaeróbicas haverá a formação de gás sulfídrico (H_2S), provocando mau cheiro. Além disso, a reação de Fe com O produzirá o sulfeto ferroso, um composto altamente insolúvel.

Este relatório conclui que: “Acredita-se que seja prematura a estruturação detalhada de um plano de amostragem que só será implementado daqui a algumas décadas. Os avanços no conhecimento da ecologia aquática e as crescentes demandas de caráter ambiental podem levar à configuração de um programa futuro de amostragem um pouco diferente daquele que seria idealizado agora. No entanto, o aspecto mais significativo é que a empresa já disporá nessa época de toda a experiência acumulada com o programa de enchimento da cava da Mina de Águas Claras. As eventuais dúvidas, ajustes e correções estarão todos disponibilizados e muito bem avaliados à época do enchimento da cava de Capão Xavier. Além do mais, ambos os ambientes possuem coincidentemente a mesma área 0.67 km quadrados, embora a profundidade máxima de Capão Xavier seja maior e o volume de água seja de 60 milhões de metros cúbicos. Desta maneira o plano de monitoramento proposto para a cava de Águas Claras (início da amostragem em 2001) formará a base para o programa de coletas a ser desenvolvido em Capão Xavier”.

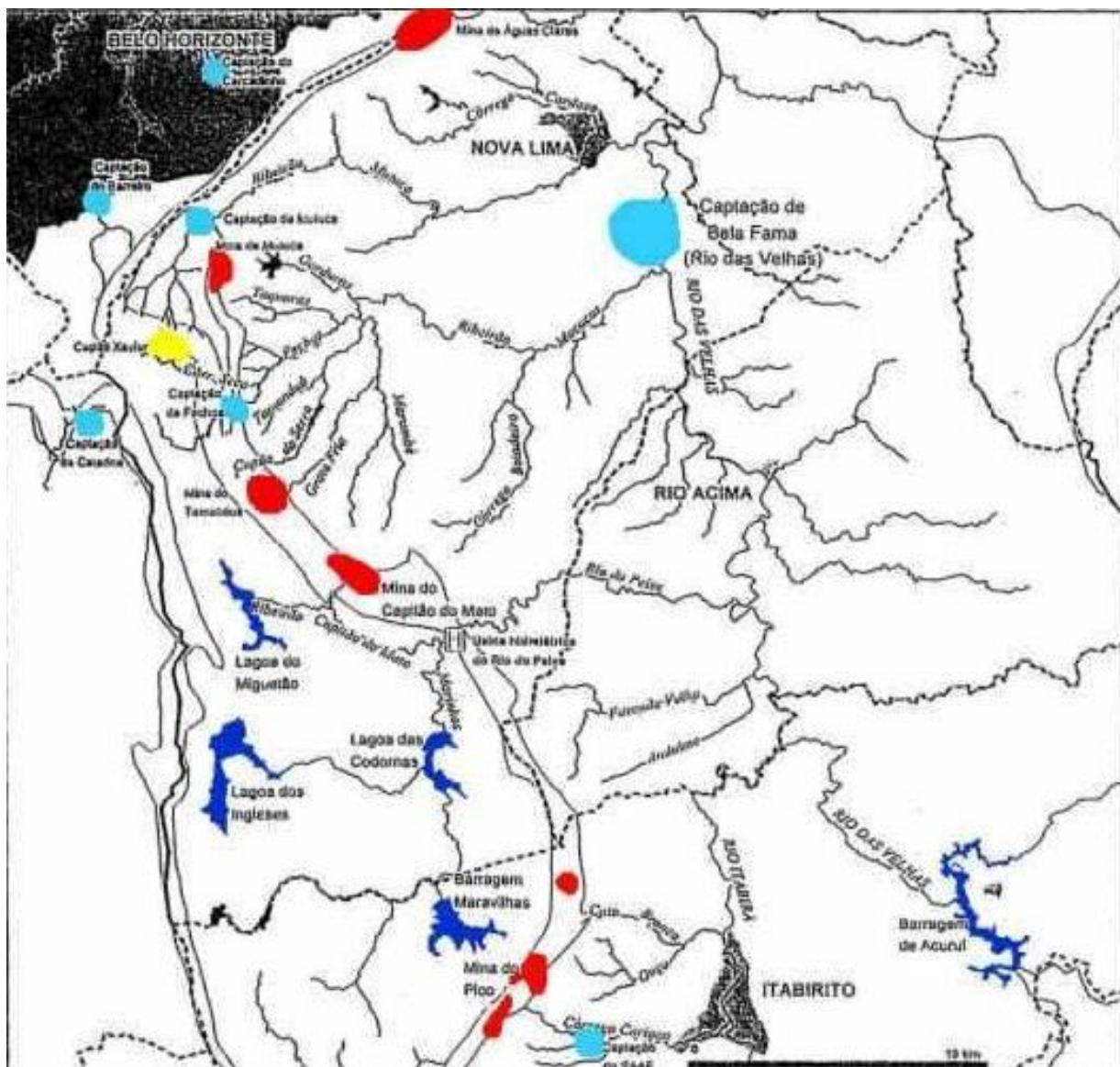
Segue figura esquemática da área do entorno:

Figura 29: Captação da Mutuca



Fonte: www.capaoxaviervivo.org

Figura 30: Áreas de minas da MBR e pontos de captação de água



Fonte: www.capaoxaviervivo.org

A FEAM deu parecer favorável para todas as licenças e a Mina já se encontra em operação desde junho de 2004. No entanto, exigiu trinta e uma condicionantes. Chamam a atenção algumas condicionantes referidas a outros órgãos relacionados à gestão ambiental:

*Apresentar anuência dos órgãos gestores do Parque Estadual da Serra do Rola Moça e Estação Ecológica de Fechos.

*Apresentar protocolo de solicitação de licença de supressão de vegetação junto ao IEF.

*Apresentar anuênciia do IEF para intervenção em APP.

*Apresentar ao IEF proposta de medida compensatória, devendo esta ser submetida à Câmara de Proteção à Biodiversidade – CPB.

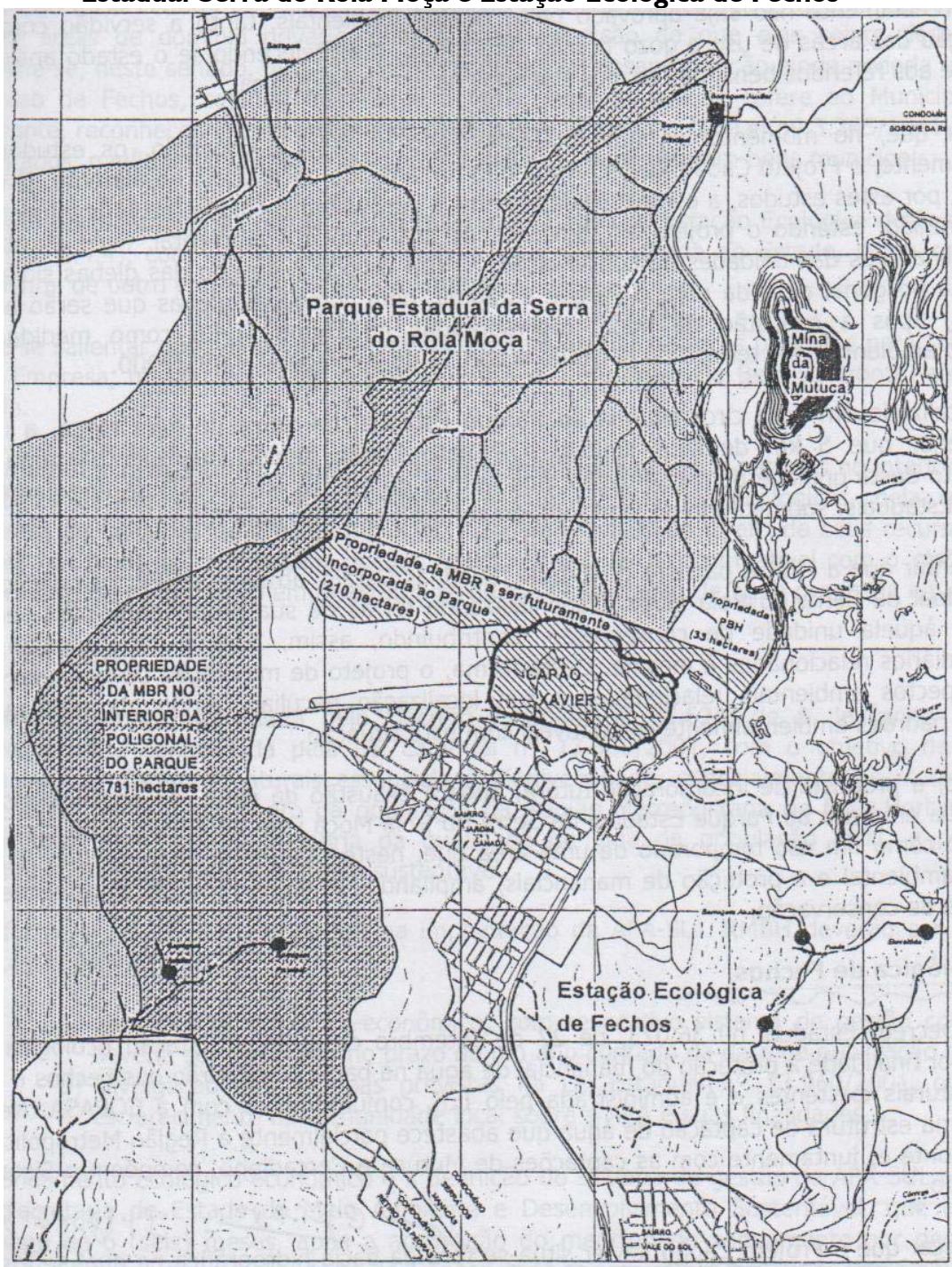
Sobre as condicionantes e as medidas compensatórias exigidas no parecer técnico, o governo de Minas Gerais, através do IEF, COPASA-MG, a MBR e o município de Belo Horizonte, firmaram (após a criação do Parque Estadual da Serra do Rola Moça e da Estação Ecológica de Fechos, em 1994) convênio, em 29 de julho de 1996, com a finalidade de viabilizar a implantação destas unidades de conservação. Através deste convênio a MBR se comprometeu a doar ao estado de Minas Gerais glebas de terras que totalizam cerca de 888 ha, dos quais 781 ha para integrarem o Parque Estadual da Serra do Rola Moça e 107 ha a Estação Ecológica de Fechos mediante as seguintes condições suspensivas:

a) ratificação, pela COPASA-MG, para efeitos de apresentação às autoridades ambientais, de sua anuênciia ao conteúdo do Relatório Estudo de Impacto Hidrológico-Mineiro/Ambiental, elaborado pela Frasa Ingenieros Consultores, de julho de 1995 e anteriormente aprovado pela COPASA-MG e pela MBR;

b) a celebração, pelo município de Belo Horizonte e pela MBR, de escritura pública de constituição das servidões indispensáveis à passagem das correias transportadoras/estradas para viabilização da lavra da Minas de Capão Xavier, ficando pendente a sua vigência e exeqüibilidade da aprovação, pelo COPAM, do EIA-RIMA sobre a viabilidade técnica-econômica das medidas a serem adotadas na execução da lavra das reservas minerais da MBR, na região de Capão Xavier;

c) a desconstituição, pelo município de Belo Horizonte, do direito de uso e gozo sobre a área cedida a este título pela antecessora da MBR, St. John D'el Rey Mining Company Limited, no local denominado Capão Xavier/Mutuca, em 31/10/1956, que se encontra atualmente sob a administração da COPASA e que está devidamente caracterizada em planta e memorial descritivo que integram o Convênio.

Figura 31: Croqui sem escala, terrenos da MBR agregados ao Parque Estadual Serra do Rola Moça e Estação Ecológica de Fechos



Fonte: Processo de licenciamento da mina de Capão Xavier, já citado.

O que temos a partir de tais proposições são acordos firmados que atendem aos interesses da mineradora, onde o debate sobre os possíveis impactos são substituídos por “troca de favores” entre a empresa e as instituições do Estado. Além

disso, as “doações” feitas para compor o Parque Estadual Serra do Rola Moça passam a fazer parte do “marketing ecológico” da empresa.

Segundo o sociólogo René Vilela, do Movimento Ecológico Livre, de Nova Lima (MEL):

(...) nós descobrimos, em 1996, um convênio, que foi assinado entre IEF, COPASA, Prefeitura de Belo Horizonte e MBR, em que na cláusula 6^a deste convênio dizia o seguinte: O IEF, como órgão gestor, assume o compromisso de adequar o Zoneamento Ecológico–Econômico desta Unidade de Conservação às necessidades (...) da MBR (...) dentro das mais modernas técnicas de exploração minerária.

(...) este convênio foi assinado (...).

A prefeitura de Belo Horizonte estava subscrevendo (...) porque a justificativa era muito interessante. Era a doação de 780 hectares, por parte da MBR, (...) para implantação do parque do Rola Moça. Em contrapartida, a prefeitura de Belo Horizonte estaria concedendo duas faixas de servidão. Uma delas para implantar uma estrada que ligaria (...) a mina de Tamanduá à mina da Mutuca, com previsão de 1500 caminhões/dia. Mas, depois, nós descobrimos que esta estrada seria ponta de lança de outros empreendimentos que a empresa pretendia abrir na cabeceira do ribeirão dos Fechos. (...) e outra faixa de servidão permitindo a implantação de Capão Xavier.²⁵⁶

²⁵⁶ Entrevista René Mendes Vilela apud FREITAS, 2004, p. 181.

Figura 32: Propaganda das áreas de proteção da empresa, incluindo a Estação Ecológica de Fechos e o Parque Estadual Serra do Rola Moça.



Fonte: AMBIENTE HOJE. Belo Horizonte: AMDA. Ano XII, n.º 102, novembro/dezembro/2003, p. 11

O movimento Capão Xavier Vivo divulgou nota se posicionando sobre este empreendimento:

Assim, a questão fundamental é: mineração ou água? O problema está na seletividade entre 173 milhões de toneladas de ferro de alto teor - 6,5 bilhões de reais – para a MBR (Vale do Rio Doce e seus acionistas) em detrimento de água para consumo humano, para a flora e fauna, bem como para abastecer as futuras gerações. Essa difícil seleção implica em fazer prevalecer: o interesse público ou o privado? Um dos piores legados que a MBR quer deixar em Capão Xavier, é um lago, apresentado como a grande solução para a preservação das águas. Hoje ali nascem águas de classe especial. As águas do futuro lago serão de classe 2.

Há a previsão do aparecimento de gás sulfídrico, de odor repugnante, algas azuis, as chamadas cianofíceas, cujo metabolismo transforma nutrientes em gazes, e, formações altamente tóxicas como o próprio cianureto letal. Fenômeno ainda mais grave que ocorrerá de forma natural, ao longo do tempo, é a eutrofização - água com superalimentação de nutrientes, que será responsável pela formação no ambiente

lacuste de cheiro e odor repugnantes, tornando o lago impróprio até mesmo para o banho. As águas de ambientes eutrofizados apresentam graves problemas para tratamento, tornando inviável o seu aproveitamento. O fato de não existir, em águas temperadas, lagos com tal propriedade torna esta proposta uma arriscada aventura.

Estudos da FRASA, apresentados à FEAM e ao COPAM, mostram que se for iniciada a mineração de Capão Xavier, as águas do manancial de Fechos terão sua vazão natural reduzida em 40% e os mananciais de Catarina e Barreiro, em torno de 20%, além de impactos irreversíveis em sua zona de proteção. Assim sendo, fere flagrantemente a Lei Estadual 10.793/92 que proíbe a instalação de atividades extractivas minerais sobre bacia de mananciais de abastecimento público. Tal atividade coloca em risco a qualidade das águas, não apenas em níveis mínimos, mas em níveis elevados.

Diante da vedação legal, a mineradora teceu uma rede de convênios, acordos e documentos para burlar as leis ambientais. No entanto, FEAM e COPAM concederam as licenças para a operação da mina, em um processo viciado, pois pessoas comprometidas com os interesses da MBR participaram da votação. Não tinham isenção para decidir sobre esse assunto. Por isso, os atos administrativos estão sendo arguidos nas justiças estadual e federal.²⁵⁷

Observa-se que tal movimento questiona a viabilidade das duas atividades como proposto pela empresa. A proposição da empresa segue ideário do desenvolvimento sustentável: desenvolvimento e preservação, situação colocada em xeque pelo movimento.

Foram estabelecidos processos mitigatórios sobre os impactos já definidos. Quanto aos futuros, como aqueles relativos à implantação do lago, são deixados a cargo do desenvolvimento científico, através de dados conseguidos através do lago da exaurida mina de Águas Claras.

Como indicado anteriormente, tais problemáticas são colocadas como escolhas maniqueístas, como, por exemplo, entre energia renovável e não renovável; entre destruição da mata nativa e a preservação de áreas como mitigação, condicionantes, etc. Todas as questões ligadas ao ambiente são postas como passíveis

²⁵⁷

de serem contabilizadas, como pudemos observar no processo de licenciamento da Mina de Capão Xavier. Isso por que

“a convergência de um progresso total com a negação total do progresso, na sociedade burguesa que criou este conceito, origina-se do princípio dessa sociedade: a troca”. Ela é a configuração racional da invariabilidade mítica. Na equivalência – igual por igual- de toda operação de troca, um ato compensa outro, e vice-versa; saldos reduzem a zero. Se a troca foi justa, nada terá ocorrido, tudo permanece como antes. Mas, ao mesmo tempo, a afirmação do progresso – antagônica em relação àquele princípio – é tão verdadeira quanto é mentira a doutrina da troca de equivalentes. Desde sempre, e não só depois que começou a apropriação capitalista da mais-valia na troca da mercadoria força de trabalho por seu custo de reprodução, o contratante socialmente mais poderoso recebe mais que o outro. Por meio desta injustiça, acontece algo de novo na troca: o processo que proclama sua própria estática torna-se dinâmico. A verdade do acréscimo nutre-se da mentira da igualdade. Os atos sociais devem suprimir-se reciprocamente no sistema global, mas não o fazem. Onde a sociedade burguesa satisfaz o conceito que ela mesma cria, não conhece progresso; onde o conhece, infringe sua lei, na qual está contido esse delito, e perpetua a injustiça com a desigualdade sobre a qual deveria elevar-se o progresso.²⁵⁸

O posicionamento da AMDA acompanha o da empresa. Em audiência pública em 2003, requerida pelos integrantes do Movimento Capão Xavier Vivo, em que o projeto estava em discussão na ALMG, a superintendente da AMDA fez a seguinte declaração, a qual reproduzo na íntegra:

Sou superintendente da AMDA, uma ONG ambientalista sem fins lucrativos. Quero agradecer o convite para participar desta reunião e cumprimentar os Deputados, o Secretário José Carlos Carvalho, as autoridades, os demais presentes, e especialmente a esta Comissão e ao Ministério Público, que nos proporcionam esse saboroso exercício da democracia.

Com certeza, este debate poderá encurtar o que entendemos ser uma verdadeira consciência ambiental no nosso País. Estamos nessa luta há 25 anos. Quando iniciamos a luta da AMDA, mal se falava em meio ambiente no Brasil. A nossa postura, assim como a de outros países, era completamente errada, pois colocava-nos como objeto das modificações

²⁵⁸ ADORNO, Teodoro W. Pogresso. In-----*Palavras e sinais: modelos críticos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 60.

ambientais e não como sujeitos, como consumidor. Consumíamos tudo que as atividades econômicas nos proporcionavam, sendo malfeitas ou bem-feitas, mas nos achávamos no direito de jogar pedra nelas indiscriminadamente. Com certeza, esta reunião não estaria acontecendo se não fosse este tablado, que provavelmente é de madeira da Amazônia. O Governo do Estado está estimulando o pólo moveleiro de Minas Gerais, que se baseia na depredação da Amazônia e da mata atlântica. Este microfone provavelmente foi feito com gusa das guserias de Minas Gerais, que estão acabando com os cerrados do nosso Estado, com o de Mato Grosso e com o de Goiás. E todos o consumimos. Fazemos parte da minoria das pessoas que consomem a maior parte dos recursos naturais. É claro que estamos muito além dos americanos. Se considerarmos a distribuição dos recursos naturais do País, apesar de não sermos a elite das elites, somos parte dessa minoria. Duvido que a maioria deste plenário esteja disposta a abrir mão do consumo supérfluo do dia-a-dia em benefício da diminuição da pressão sobre os recursos naturais e da distribuição mais eqüitativa dos recursos do planeta. É desinformação ou má-fé pensar que podemos distribuir o desperdício. Isso não existe. Se 6 bilhões de pessoas quiserem ter o mesmo padrão de vida que tenho, e que considero modesto - na minha casa só há um carro na garagem -, o planeta não agüenta. Temos de nos colocar como sujeito e não como objeto. Aí, sim, poderemos realmente adotar posturas corretas, legítimas e de boa-fé em defesa do meio ambiente.

A AMDA está presente na Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental, que concedeu a licença prévia e a licença de instalação à mina de Capão Xavier, da MBR. Continuaremos votando favoravelmente porque esse empreendimento vem sendo discutido há muitos anos. Acompanhamos a questão indiretamente desde o início, quando a COPASA exigiu muitos estudos para fazer o acordo sobre o abastecimento do manancial de Belo Horizonte.

Não sei se os senhores sabem, mas na época de seca a COPASA tira 100% da água do ribeirão de Fechos para jogar nas nossas casas, e ele seca completamente. O ribeirão recebe todo o lixo e todo esgoto do Bairro Jardim Canadá. Acompanhamos esse empreendimento até que ele entrou na fase de licenciamento. Aliás, foi a AMDA que descobriu que nessa região existe um bichinho muito raro, um crustáceo, que havia também na região do Jardim Canadá, cujos impactos ambientais talvez sejam maiores do que a própria mineração. Nós é que organizamos duas audiências públicas, das quais a MBR participou e apresentou o processo. Toda a sociedade foi convidada. Só não compareceu quem não quis.

Como escutei a palavra “vendida”, quero dizer que temos o maior orgulho de ser parceiros da MBR. O objetivo da

AMDA não é lutar contra as atividades econômicas, é lutar para que sejam feitas de acordo com as leis ambientais e com a proteção do meio ambiente. Felizmente, já ultrapassamos isso há muito tempo.

Vou dizer por que somos favoráveis a esse empreendimento. Os estudos ambientais foram feitos depois de exaustivos estudos. A COPASA o aceitou tão logo se certificou de que o abastecimento em Belo Horizonte não seria prejudicado. Entendemos que essa preocupação do poder público deve-se estender também ao parcelamento do solo e aos incêndios florestais, que hoje são as maiores ameaças aos mananciais da região Sul de Belo Horizonte.

Nessas audiências, colocamos para a MBR dois problemas. Um é que a empresa pretendia construir uma pilha de estéril que seria mais alta que o pico do Rola-Moça, ponto culminante da região. A empresa mudou a concepção, e isso não vai acontecer mais. Foram feitas denúncias sobre o tráfego dos caminhões pela BR-040. A empresa também as ouviu e solucionou a questão.

A AMDA é uma entidade pequena, não temos corpo técnico para fazer estudos de impactos ambientais nem carros para fazer a fiscalização. Ou seja, não nos julgamos competentes para chegar até a Bárbara, gerente da FEAM, e dizer que está errada. Não temos técnicos para isso. A minha referência tem de ter um limite. Nesse caso, o meu limite é a análise ambiental feita pela FEAM. Por intermédio do Dr. Maurício Boratto, geólogo, conhecido da maioria dos senhores, Assessor de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, a AMDA foi a entidade que mais participou do processo de licenciamento ambiental da atividade mineradora de Minas Gerais. Temos orgulho de dizer que ajudamos a construir isso e acreditamos que continuaremos a ajudar. Somos severos críticos daquilo que chamamos de complacência extrema do poder público e de algumas instituições representantes do setor privado sobre a tolerância de empreendimentos clandestinos. Noventa por cento das atividades de mineração no Estado ainda são clandestinas, malfeitas e degradadoras. Poucas empresas como a MBR realmente cumpre a lei. Vamos continuar a apoiar a MBR, uma empresa completamente visada, alvo de vigilância por todos, porque confiamos plenamente que os estudos ambientais da FEAM foram feitos legalmente. Chegou-se à conclusão de que o empreendimento é viável e que os impactos são, na linguagem técnica, mitigáveis e podem ser minimizados.

Para nós, não existe até o momento uma concepção mais democrática que a do Conselho Estadual de Política Ambiental - aliás, Minas é pioneira nesse sentido -, que reúne a sociedade lá, as ONGs ambientalistas, a Assembléia Legislativa, o Ministério Público, o poder público e outros setores que estão lá

representados e que concedem essas licenças. Há imperfeições, mas, no processo de licenciamento todos tiveram a oportunidade de participar. Agora, as coisas têm de ter um fim. Temos de chegar a uma conclusão. Acreditamos nos estudos técnicos, na competência com que a FEAM, o IEF e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente trataram o assunto. Falamos com tranquilidade porque o Secretário sabe que somos críticos, cobradores do poder público no que se refere às outras áreas [...]

Quero dizer mais uma vez que a AMDA é uma entidade sem fins lucrativos, não somos o poder público. Essa é a nossa posição, é a posição do conselho diretor da entidade, que estou aqui representando.

Como se vê, a AMDA, entidade que apresenta a MBR como sócia, votou favoravelmente ao empreendimento e, nesta audiência pública, na ALMG, também recorreu aos aspectos legais que, como analisado outrora, não eram legais, mas passaram a ser após uma série de acordos envolvendo a empresa e o Estado. O movimento Capão Xavier Vivo fez várias denúncias enfatizando os riscos deste empreendimento bem como a sua ilegalidade. Entretanto, os riscos à manutenção da qualidade e quantidade da água foram ignorados pelos gestores do Estado e pela AMDA.

Observa-se que na disposição de seus argumentos, a entidade recorre à sua história para legitimar a sua atuação, o que aproxima da análise de Marilena Chauí sobre a sociedade atual²⁵⁹. Chauí afirma que as noções de verdade e falsidade foram substituídas por noções de credibilidade e confiabilidade, ou seja, para que algo seja aceito como real basta que apareça como plausível ou como oferecido por alguém confiável. Também, a entidade apela para a intimidade, como suporte de representação do público. “Os códigos da vida pública passam a ser determinados pelos códigos da vida privada, abolindo a diferença entre espaço público e espaço privado”.

Em um primeiro momento, ainda nos anos de 1950, o Estado para resguardar a proteção dos mananciais de água que abastecem Belo Horizonte tomou providências para manter o direito de uso em parte destas áreas. Num segundo, na atualidade, o próprio o Estado, tendo em vista atender a determinados interesses econômicos em tal área, providencia os acordos necessários para superar a legislação estabelecida. Demonstra-se que a universalidade pretendida pelo Estado e pelo direito e defendida pela AMDA não existe, pois há o domínio do interesse privado sobre o público e daqueles que controlam a propriedade sobre os que não a têm.

²⁵⁹ CHAUÍ, Marilena de Souza. Simulacro e poder: uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 8-9.

Além dos impactos locais, a instalação da mina tem causado uma série de desconfortos aos moradores do bairro Jardim Canadá pelo barulho provocado pelo uso de explosivos e pela poeira.

Foto 7: Explosões na mina de Capão Xavier

Mina de Capão Xavier - vista do Jardim Canadá - tarde de seg - 27/09/04



Foto: <http://www.capaoxaviervivo.org>

Foto 8: Vista da mina de Capão Xavier já em operação



Foto: <http://www.capaoxaviervivo.org>, acesso 30/05/2007.

3. NOVOS CIRCUITOS DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL: A SILVICULTURA DE EUCALIPTO E A FINANCEIRIZAÇÃO ECOLÓGICA.

3.1 A implantação da silvicultura e a atuação do Estado

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e Curvelo, então, o que aqui não é sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos [...]. (Guimarães Rosa, João. Grande Sertão Veredas).

Os plantios de eucalipto²⁶⁰ em larga escala foram implantados no Brasil, na década de 70, como parte das proposições tomadas para assegurar o desenvolvimento industrial. Os empresários dos setores industriais que necessitavam desta matéria-prima tornaram-se também, salvo poucas exceções, seus produtores.

As plantações e colheitas de árvores, geralmente denominadas “reflorestamento” ou “florestamento”, é uma atividade antiga no Brasil, remontando ao início do século XX, com início e pólo especialmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, onde se concentravam os principais consumidores industriais e urbanos de madeira combustível (lenha e carvão vegetal) e para construção. À medida que as madeiras nativas usadas para essa finalidade foram “rareando” e encarecendo, já que deixaram de existir próximo às cidades e localizações industriais, a madeira plantada passou a suprir a demanda por peças serradas e aparadas para a construção civil.²⁶¹

Nos anos de 1940 e 1950, com a expansão da produção de ferro-gusa e de aço nas grandes usinas, o carvão obtido a partir do eucalipto passou a ser o principal insumo energético dos produtores destas mercadorias. Além das siderúrgicas, o plantio

²⁶⁰ Eucalipto, planta típica da Austrália, passou a ser utilizada no Brasil em escala comercial no início do Século XX, para suprir a demanda descrita acima. Seu nome científico, “eucalyptus”, é derivado das palavras gregas “eu”, que significa “bem”, e “kalyptus” que quer dizer “cubro”, em alusão ao crescimento rápido. As espécies plantadas no Brasil foram predominantemente *E. grandis*, *E. cloeziana* e *E. camaldulensis*, esta última considerada de boa adaptação para o solo do cerrado por equilibrar a deficiência hídrica através de sua baixa taxa de transpiração. Inicialmente, este foi introduzido como monocultura para suprir a demanda de combustíveis e dormentes para locomotivas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. SHIVA, Vandana. Inventário ecológico sobre o cultivo do eucalipto. Trad. Ana Lúcia da Costa Pereira/CPT. Belo Horizonte, 1991.

²⁶¹ GONÇALVES, Múcio Tosta. *Política florestal e interesses agro-industriais no Estado de Minas Gerais: um estudo do Instituto Estadual de Florestas – IEF*. Dissertação de Mestrado. FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 1990, p. 11.

de eucalipto também foi intensificado nas décadas seguintes para uso nas indústrias de papel e celulose, como é o caso da Companhia Nipo-brasilieira (CENIBRA)²⁶², atual sócia da AMDA. A CENIBRA possui uma área em torno de 200.000 ha, dos quais 60% são destinados ao plantio de eucalipto.

Sabe-se através de Marx²⁶³ que o pagamento da renda da terra à classe dos proprietários de terras é um entrave ao desenvolvimento capitalista. Neste sentido, o proprietário de terras, que não acrescenta nada ao processo produtivo, adquire renda, uma fração da riqueza socialmente produzida, através de um tributo imposto à sociedade como um todo.

Logo, a não disponibilidade de terras nas mãos dos proprietários de capital seria responsável pela manutenção de uma situação desfavorável aos capitalistas por terem que utilizar parte do que poderia ser um lucro extraordinário para pagar a renda; ou então contentarem-se com o lucro médio obtido ou mesmo de não consegui-lo quando do crescimento da renda da terra provocada por aumento da produtividade. Neste caso aumenta a renda paga ao proprietário mesmo quando os preços estão decrescentes; o mesmo pode acontecer em condições de baixa produtividade em que a pouca disponibilidade de produtos leva ao aumento da procura pela terra.

Enfim, a renda da terra constitui um fator limitante à reprodução do capital, salvo, em situações peculiares, como a brasileira em que ocorreu um “pacto” entre as duas classes - proprietários de terra e arrendatários capitalistas. Na década de 70, isto aconteceu de duas formas: tornando o arrendatário proprietário de terras ou o proprietário de terras capitalista, tendo como mediação o Estado. Neste sentido como esclarece Martins²⁶⁴ “a apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital”.

²⁶² A constituição da CENIBRA se deu num contexto de expansão de interesses comerciais externos. A Vale do Rio Doce esperava confirmar através deste contrato de produção e exportação a maior integração entre suas atividades e o mercado japonês (que já era o principal comprador dos produtos minerais explorados pela vale). A capacidade de produção inicial (1974) foi de 255 mil toneladas/ano. Neste momento, o mercado vivia uma fase de tendência de alta dos preços internacionais de celulose. A JBP, sócia japonesa, visava encontrar um fornecedor que oferecesse este produto de forma constante e a preços menores, diferenciados daqueles praticados no mercado. GONÇALVES, Múcio Tosta. *Pau que nasce certo e entorta a vida dos outros*. Belo Horizonte: Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais/Centro Mineiro de Estudos e Pesquisas sobre Ambiente e Florestas/ Pacific-Asia Resource Center, 1995. p. 20.

²⁶³ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. Livro III: O processo global da produção capitalista. Vol. VI, 1980.

²⁶⁴ MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In _____ *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 162

Vinculando o reflorestamento às necessidades de expansão das indústrias siderúrgicas e de papel/celulose, a “política florestal”²⁶⁵ dos governos militares criou uma série de instrumentos que, até metade dos anos 80 do século XX, incentivou a acumulação privada das grandes “empresas agroflorestais”.

A implantação da silvicultura de eucalipto no Brasil se deu mediante conflitos e envolvimento da sociedade civil, até como enfrentamento da chamada “degradação ambiental”. Neste sentido, destacam-se dois grupos distintos que parecem ter dado origem a uma discussão sobre o problema florestal no país, já nos anos 30. De um lado, encontrava-se um grupo não intencionalmente articulado e nem organizado de indivíduos que possuíam, dada a sua formação intelectual e posição econômica, um ideário conservacionista. A análise desse grupo partiu da observação de que o tipo de desenvolvimento praticado no Brasil desde a colonização era portador de uma elevada “irracionalidade técnica”. Concluíram que a devastação das florestas era inerente ao processo particular de crescimento implantado no país. “Defendiam um estilo de crescimento baseado na urbanização e na industrialização, únicos antídotos ao latifúndio improdutivo, ao nomadismo da pequena produção, à estreiteza de visão de longo prazo do empresário nacional e à especialização produtiva da elite econômica de base agrária”.²⁶⁶

A outra posição de interesses que marcou o debate sobre a conservação ambiental no Brasil vinculava-se à chamada “industrialização substitutiva de importações” a partir de meados da década de 40 do século XX. Se na primeira metade do século a exploração dos recursos naturais era vista como um preço a ser pago pelo atraso nacional, foi a partir da aceleração do crescimento econômico em bases não rurais que ela passou a ser vista como um preço a ser pago para se atingir o progresso.²⁶⁷ Neste sentido, se por um lado os conservacionistas denunciavam a destruição sistemática da natureza como causa e resultado do não desenvolvimento coerente das forças produtivas do país, os industriais defendiam que o desmatamento e o aproveitamento fabril da mesma natureza como sendo a outra face da moeda da modernização.

²⁶⁵ Segundo Gonçalves (1991), trata-se do conjunto de medidas e posicionamentos tomados à cerca do setor de “florestas”. A legislação não distingue florestas nativas da silvicultura. Portanto, as políticas envolvem as duas e interessa aqui aquelas que favoreceram esta última.

²⁶⁶ Pádua, 1987, apud Gonçalves. 1990, p. 12.

²⁶⁷ Pádua, 1987; apud Gonçalves, 1990, p. 14.

Durante a evolução dos debates que se estabeleceram entre esses dois pólos, entre os anos de 1940 e 1950, houve um deslocamento do eixo da questão: ela deixou de ser a preocupação exclusiva com o desmatamento e passou a residir na busca de uma alternativa de proteção florestal, cujo “princípio ativo” era a identificação de uma forma de promover a substituição das formações arbóreas nativas por outros tipos de florestas que, por sua “natureza”, permitissem um “aproveitamento organizado”.²⁶⁸

A iniciativa dos industriais “progressistas” acabou sendo a adotada para o direcionamento da formulação da “política florestal”. O desmatamento de florestas nativas continuou a ocorrer em larga escala, causando a redução da disponibilidade e o aumento do preço da madeira. Os representantes do capital ganharam um bom argumento, o de que a oferta segura do principal insumo do setor siderúrgico dependia cada vez mais do plantio de árvores destinadas à posterior transformação em combustível.²⁶⁹

A escolha do eucalipto e de várias espécies não nativas de pinheiros, como as mais aptas para atender às necessidades econômicas, deve-se ao fato de terem um ciclo curto de produção (as plantas podem ser cortadas entre 4 e 7 anos após o plantio) e de produzir uma grande quantidade de biomassa por área plantada, possibilitando menor prazo de recuperação do capital invertido e da “substituição” da mata nativa.²⁷⁰

Na década de 1960, já existiam, então, uma abordagem e uma definição claras do problema: a proteção das florestas naturais ainda restantes ocorreria mais eficientemente através da plantação de árvores (eucaliptos e pinus) com finalidades comerciais ou industriais. Essa concepção encontrou guarida nas agências estatais, que reorientaram sua concepção e forma de agir. A transformação da estrutura institucional concebida para realizar a intervenção no “setor” florestal, e a promoção de mudanças na legislação de incentivos às atividades produtoras do insumo industrial madeireiro formou as bases de uma nova fase da “política florestal” no Brasil.

A nova “política florestal” baseada na promoção do “reflorestamento” não se destinou apenas a introduzir uma modalidade de substituição da madeira para o uso

²⁶⁸ GONÇALVES. Obra citada, 1990, p. 16.

²⁶⁹ Ibid., 1990, p. 17.

²⁷⁰ Em vários casos, como no vale do Jequitinhonha, na maioria das chapadas ocupadas existia cerrado e/ou caatinga, sendo esta vegetação retirada com o intuito de plantar o eucalipto, numa clara desconsideração para com os moradores locais que dependiam das espécies nativas para a reprodução de seus modos de vida.

comercial e industrial. Ela tornou-se parte de uma estratégia de acumulação, principalmente das firmas industriais e, dentre essas, as siderúrgicas e as de celulose e papel. Por isso mesmo, a “política florestal” passou a atuar como uma atividade “modernizadora”, no sentido em que esse termo é empregado quando se analisa o processo de expansão do capitalismo no Brasil, ou seja, voltado para fora, concentrador e relativamente contrário até mesmo às perspectivas de grupos e setores capitalistas nacionais.

Para atender a tais grupos, houve a transformação de formas sociais de organização do espaço e do trabalho em áreas tradicionais de produção agrícola e, adicionalmente, a criação de um conjunto de políticas e incentivos que garantiram um salto na acumulação das empresas envolvidas, tais como:

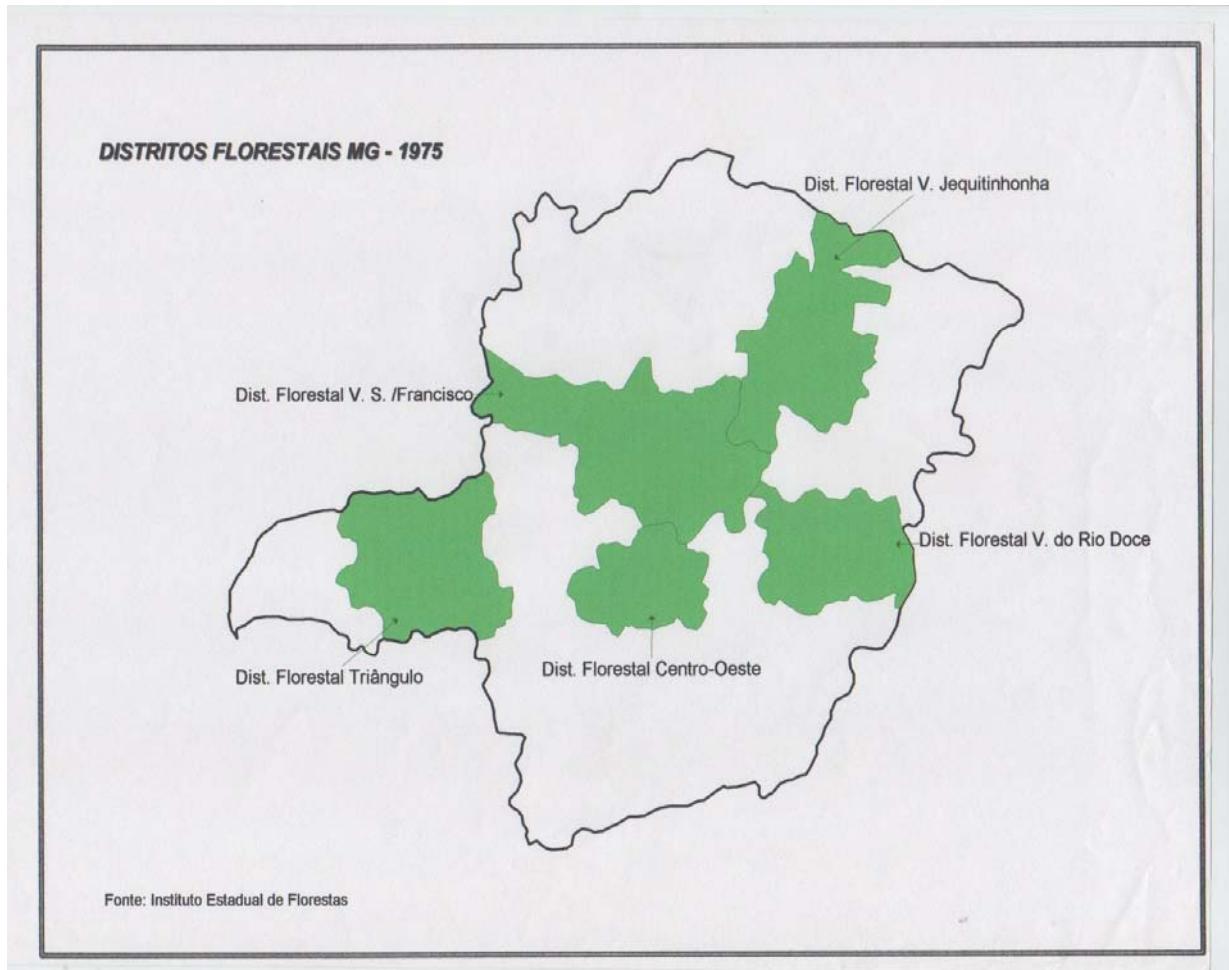
- a) promulgação de um novo Código Florestal (Lei n.º 4.771) em 1965: através dele foi introduzida a obrigação do replantio (reposição) das áreas desmatadas e concedidos incentivos fiscais para o plantio de árvores para pessoas físicas e jurídicas; imediatamente, contudo, esses mecanismos não se mostraram eficientes na atração da atenção empresarial;
- b) instituição da Lei n.º 5.106, em 1966, que estabeleceu uma nova sistemática de incentivos fiscais para o “reflorestamento”, através da qual os interessados poderiam descontar do Imposto de Renda devido (até o limite de 50%) a quantia comprovadamente aplicada em plantações florestais;
- c) criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em 1967, o “novo órgão” federal encarregado de formular, orientar e executar a política florestal no país.²⁷¹

Além das alterações já citadas, para melhorar a ação desenvolvimentista estatal, a legislação específica para o setor florestal foi complementada com a criação, em 1974, de um Fundo de Investimentos Setoriais (FISET) para os empreendimentos nos setores de Florestamento, Pesca e Turismo (Decreto Lei n.º 376). Pelo FISET foi estabelecida uma escala decrescente para os abatimentos no Imposto de Renda, da seguinte forma: 45% no ano base de 1974, 40% em 1975, 35% em 1976, 30% em 1977 e 25% em 1978. Com o FISET foi criado o Programa de “Distritos Florestais”. Em Minas, por exemplo, foram criados 5 distritos florestais, (visualizados na Figura I)

²⁷¹ Ibid., 1990, p. 38-39.

áreas que segundo o zoneamento ecológico da época apresentavam “vocação” para os plantios.²⁷² A partir destes distritos constituiu-se as áreas “reflorestadas” apresentadas no Mapa I.

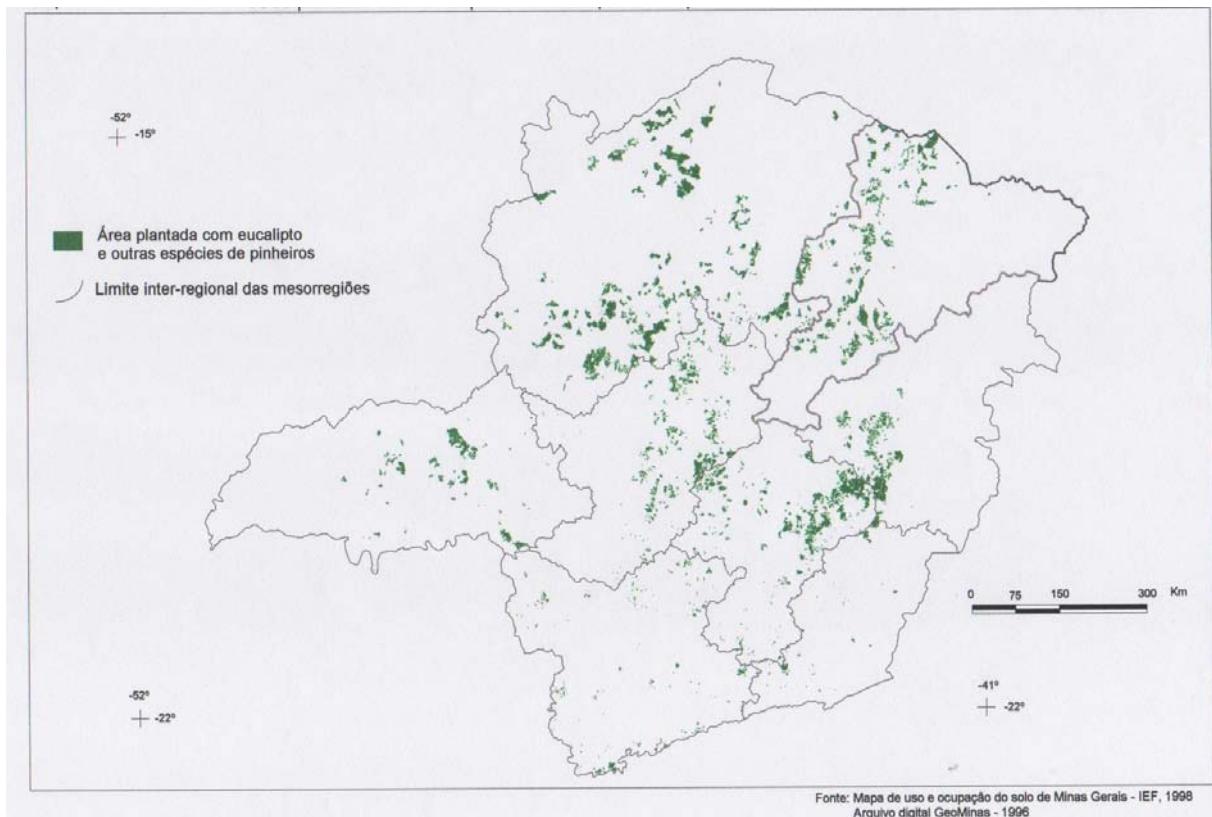
Figura I: Distritos Florestais de Minas Gerais



Fonte: Figura elaborada por OLIVEIRA, Maria Diana (2002), a partir de um Esboço esquemático do Instituto Estadual de Florestas, 1975.

²⁷² Ibid., 1990, p.20.

Mapa I: Área plantada com eucalipto e outras espécies de pinheiros em Minas Gerais²⁷³



Fonte: OLIVEIRA, Maria Diana. 2002.

O objetivo formal dessas medidas seria conciliar a oferta e a demanda de matéria-prima de origem florestal. Sugere-se também que a meta essencial seria a de ampliar e acelerar o fornecimento de recursos financeiros e políticos para atender à expansão da demanda industrial por madeira e derivados, observada a partir do “Milagre Econômico” no início da década de 70 e projetada pelo conjunto de investimentos previstos para a segunda metade da mesma.²⁷⁴

Ao tomar as providências já descritas, o Estado possibilitou que as empresas financiassem plantios muito aquém de suas condições reais e acabou por favorecer o seu estabelecimento em terras devolutas, ou, a preços simbólicos, a apropriação gratuita de terras em áreas de fronteira (o que muitas vezes resultou em expropriação

²⁷³ Em virtude dos objetivos de expansão vivenciados atualmente, áreas como o Baixo Jequitinhonha e Vale do Mucuri já apresentam extensas áreas com esta monocultura apesar de não serem visualizadas no Mapa I. Porém, nestas novas áreas tem predominado o “Fazendeiro Florestal”, ou seja, os pequenos agricultores são incentivados a plantar o eucalipto em suas terras para abastecer as empresas.

²⁷⁴ GONÇALVES. Obra citada, 1990, p16.

violenta contra os camponeses).²⁷⁵ Esta apropriação violenta caracteriza uma espécie de acumulação primitiva de capital, ou seja, trata-se do estabelecimento das condições (dentre elas a proletarização) necessárias para desenvolver aí a “reprodução capitalista do capital”. Marx, estudando o contexto inglês, nos esclarece sobre as transformações que potencializam a formação das classes fundamentais da formação capitalista. Tais transformações acontecem ainda hoje através da expansão do capital nos países periféricos.

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em seqüência diversa e em épocas históricas diferentes.²⁷⁶

Assim como outrora, aqui também o Estado, através da legislação, contribuiu para a apropriação das terras comuns (devolutas) e para a apropriação privada da riqueza socialmente produzida e direcionada ao Estado através de tributos. Assim o processo descrito por Marx para a Inglaterra do século XVIII, aqui se repete nos séculos XX e XXI.

O progresso do século XVIII consiste em ter tornado a própria lei o veículo do roubo das terras pertencentes ao povo, embora os grandes arrendatários empregassem simultânea e independentemente seus pequenos métodos particulares. O roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com

²⁷⁵ Por ocasião da minha monografia tive a oportunidade de fazer várias entrevistas que ressaltavam o aspecto violento deste processo. Uma das pessoas que entrevistei era um ex-“capanga” da empresa Suzano Papel e Celulose, que atualmente ainda possui extensa propriedade no município de Turmalina. Segundo ele, era prática comum a incorporação de terrenos de pequenos posseiros e mesmo de pequenos proprietários quando estes se recusavam a vender. Ele mesmo já havia sido responsável por várias prisões de pequenos proprietários, quando estes reagiam à retirada de suas cercas para a incorporação aos terrenos da empresa.

²⁷⁶ MARX, Karl. A acumulação primitiva do capital. In _____ *O Capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro – O processo de produção do capital. Tradu. Geraldo de Sant’Anna .Volume II. 12.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, p. 831.

que os senhores das terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular [...].²⁷⁷

Entre 1967 e 1986, a área plantada com eucalipto e pinheiros no Brasil foi superior a 6,5 milhões de hectares, dos quais aproximadamente 35% foram plantados em Minas Gerais, que se tornou o principal pólo de silvicultura de eucalipto do país que servia para abastecer de matéria-prima indústrias de papel e celulose (como a CENIBRA) e os altos-fornos das siderúrgicas de Minas Gerais.²⁷⁸

3.2 O Avanço do Eucalipto em Minas Gerais

O uso de carvão vegetal para a indústria siderúrgica, em Minas Gerais, foi iniciado ainda na década de 20 do século XX. A primeira usina siderúrgica integrada da América do Sul foi a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, inaugurada em Sabará (MG), em 1925. Em 1937, esta empresa inaugurou sua segunda usina no Brasil (à época, maior usina integrada a carvão vegetal do mundo). Em decorrência da diminuição da vegetação nativa disponível, introduziu-se o plantio do eucalipto para suprir a demanda de carvão vegetal nos altos-fornos. Ainda assim, continuou o uso de carvão de vegetação nativa.

A produção de ferro-gusa no país sofreu significativa ascensão a partir de 1957, com a implantação da indústria automobilística no Brasil, fabricando grandes quantidades de metal fundido para atender à produção de motores e outros componentes para veículos. No início da década de 70, intensificou-se a construção de altos-fornos em Minas Gerais, em função do *boom* da siderurgia mundial, momento de consolidação do setor não-integrado²⁷⁹ de produção de gusa no país. A partir de 1973, quando eclodiu a crise mundial de energia, o carvão vegetal ganhou nova dimensão como agente redutor do ferro, de fonte renovável, o que possibilitou exportações crescentes de ferro-gusa e aumento da capacidade produtiva instalada.²⁸⁰

²⁷⁷ Ibid., p. 840-841.

²⁷⁸ Ibid., 1990, p. 18.

²⁷⁹ Produz apenas o ferro gusa.

²⁸⁰ MELLO, Marcello Guimarães (org.). *Biomassa Energia dos Trópicos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: LabMídia/FAFICH, 2001. p. 153.

A produção de ferro-gusa desenvolvida em Minas Gerais – pequenos altos-fornos alimentados com eucalipto – demanda investimentos anuais de apenas US\$ 135,00 por tonelada instalada, enquanto os processos de pré-reduzidos, que utilizam gás natural como combustível e fonte de gases redutores, demandam de US\$ 180,00 a US\$ 230,00. A produção de gusa, que utiliza grandes altos-fornos acoplados a coquerias (sistema viável nas usinas integradas), exige investimentos muito maiores, da ordem de US\$ 350,00 por tonelada instalada.²⁸¹

Até 1967, aproximadamente 70% do eucalipto plantado em Minas Gerais se concentrava na sub-bacia do rio Piracicaba, pertencente à região do Vale do Rio Doce. A partir de 1974, se expandiu para outras regiões em que se destacam a região Norte, Noroeste e Jequitinhonha. As atividades embora mais afastadas possibilitaram uma acumulação de capital significativa para as empresas agroflorestais, bem como as empresas demandantes do carvão vegetal continuaram a ser abastecidas a preços baixos, propiciando-lhes “vantagens comparativas” de seus produtos no mercado internacional. Entre 1967 a 1982 houve uma diminuição do percentual de eucalipto e outras espécies no total anual plantado nas regiões mais próximas dos centros consumidores, enquanto aumentou o percentual plantado no Jequitinhonha e Noroeste. Ambas as regiões possuíam, em 1967, área plantada com eucalipto inferior a 0,2% do total do estado de Minas Gerais. A região Noroeste, que não possuía silvicultura de eucalipto e pinheiros, passou a ser a região com maior percentual plantado. O destino da madeira destas regiões é, em sua maior parte, para produção de carvão.²⁸²

²⁸¹ Ibid., 2001, p. 153.

²⁸² GUERRA, Cláudio. (Coord.). *Meio Ambiente e Trabalho no Mundo do Eucalipto*- Belo Horizonte, Associação Agência Terra; 1995.

Tabela 01:**Participação do reflorestamento no total anual plantado, em Minas Gerais, por região****Períodos: antes de 1967, 1967-1982**

Região Ano	Metalúrgica campo das vertentes	Mata	Sul	Triângulo e Alto Paranaíba	Rio Doce	Noroeste	Vale do Jequiti nhonh a	Sudoeste	Total
Antes 1967	68,4	8,3	2,8	1,0	0,9	z	0,2	18,4	100,0
1967	59,8	6,1	16,3	z	17,8	z	z	z	100,0
1968	49,2	5,2	23,9	7,9	8,2	0,4	z	5,2	100,0
1969	38,6	6,9	10,7	11,0	16,2	2,0	z	14,6	100,0
1970	28,6	3,1	10,3	27,9	18,8	2,3	0,1	8,9	100,0
1971	41,6	1,6	5,3	27,1	8,7	3,9	0,1	11,7	100,0
1972	26,4	3,1	3,5	31,2	20,1	8,6	1,3	5,8	100,0
1973	17,4	1,0	4,7	40,5	16,5	14,5	z	4,5	100,0
1974	99,8	1,9	3,7	35,8	10,3	24,2	11,1	3,2	100,0
1975	5,4	0,7	2,4	22,8	8,5	32,2	26,6	1,4	100,0
1976	2,4	0,5	0,6	16,9	12,2	35,0	28,6	3,7	100,0
1977	1,7	z	0,2	10,8	8,7	49,6	29,0	z	100,0
1978	3,6	0,1	0,4	7,6	9,9	45,5	32,9	(*)	100,0
1979	1,5	(*)	0,3	2,8	10,0	55,2	29,7	0,5	100,0
1980	2,2	0,2	0,3	1,0	6,6	58,8	30,9	z	100,0
1981	1,8	z	0,1	2,9	7,2	59,0	29,0	z	100,0
1982	3,0	z	(*)	0,5	6,3	63,9	22,5	3,8	100,0

Fonte: Gonçalves, 1990

(*) – inferior a 0,1 %

z – dado nulo

Os órgãos do Estado tiveram papel importante no processo de expansão do eucalipto em Minas Gerais (IBDF, IEF, RURALMINAS)²⁸³ por meio da delimitação de cinco (5) áreas preferenciais para o plantio de eucalipto: Distrito Florestal do Vale do São Francisco, Distrito Florestal do Triângulo, Distrito Florestal Centro Oeste, Distrito Florestal do Vale do Rio Doce, Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha (este último abrangendo uma área de 2,9 milhões de ha). A justificativa apresentada para a definição destas áreas é de que no bioma cerrado (e posteriormente também é inserida a caatinga), os solos seriam de “baixa fertilidade” para a produção agrícola dita comercial.

Apoiado no Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC), no Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal (PSNCV) e no Programa de Distritos Florestais, dentro da estratégia de desenvolvimento industrial explicitado pelo Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), o reflorestamento expandiu-se em ritmo acelerado, através da atuação do Estado, estimulando a implantação dos projetos, pela concessão de incentivos fiscais, pela constituição de infra-estrutura regional, rede de transportes e de eletrificação. Para a implantação das empresas agroflorestais nessas áreas, a RURALMINAS interveio no processo, determinando a condição legal das terras a serem utilizadas, classificando-as como terras devolutas (públicas), desocupadas e sem aptidão agrícola, distribuindo, cedendo, ou arrendando-as a preços simbólicos às empresas agroflorestais.²⁸⁴

Para realização da valorização das mercadorias produzidas a partir destas empresas foi necessária a produção do espaço²⁸⁵, e esta produção se fez através da destruição e/ou redefinição das formas anteriores. Analisando as imagens de satélite de áreas reflorestadas, observa-se que estas estão preponderantemente nos topos de chapada. Segundo entrevista com representantes das empresas do setor, as chapadas facilitam o manuseio e o transporte da carga de eucalipto, possibilitando maior fluidez material. O acesso aos fornos de carvão que também ficam próximos às plantações é facilitado por estradas, em geral bem conservadas, permitindo rapidez na produção e na circulação. A valorização implementada ao minério de ferro pela siderurgia através

²⁸³ IBDF: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal; IEF: Instituto Estadual de Florestas; RURALMINAS: Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário.

²⁸⁴ SILVA, Napoleão III de Medeiros. *Vale do Jequitinhonha - Transformações Estruturais e Intensificação do Êxodo no Pós-sessenta*. Dissertação de Mestrado – CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte, 1992, p. 56.

²⁸⁵ Espaço aqui entendido como produto, condição e meio da geração do valor

do uso de carvão vegetal é bastante alta, uma vez que 1 tonelada de minério de ferro exportado é inferior a US\$ 20,00 e o ferro-gusa superior a US\$ 100,00.

Nos últimos 15 anos, aumentaram muito as denúncias de trabalho precário, bem como de baixos salários, no interior destas empresas, conforme entrevista feita, em 2001, com o representante da Federação dos Trabalhadores da Indústria Extrativa (FTIEMG), sobretudo pela terceirização e pela quarteirização do trabalho.²⁸⁶ Algumas optaram pela modernização de todo o processo produtivo. Este é o caso da ACESITA Energética, como pode ser observado pelas fotos a seguir:

Foto 1: Corte mecanizado, substitui o trabalho de aproximadamente 70 homens



Foto: OLIVEIRA, Maria Diana (2002)

²⁸⁶ Sobre as mudanças no mundo do trabalho e as repercuções para os trabalhadores da monocultura de eucalipto consultar OLIVEIRA, M. D. (2002). Na referida pesquisa foi possível identificar tanto a precarização do trabalho identificado pelos trabalhadores principalmente nos processos de terceirização quanto uma diminuição significativa do número de trabalhadores em virtude da modernização. Daí ser uma impropriedade utilizar-se como argumento positivo a criação de empregos para justificar a expansão desta atividade.

Foto 2: Carregamento de caminhões



Foto: OLIVEIRA, Maria Diana (2002)

Foto 3: Carvoaria mecanizada



Foto: Oliveira, Maria Diana (2002)

Outras ainda mantêm a sua competitividade através de baixos salários e principalmente através da terceirização do trabalho. Uma forma encontrada pelas empresas para não terem que empregar capital em terras é o fomento florestal. Praticado inicialmente no Vale do Aço pela CENIBRA, tem sido divulgado em outras regiões de Minas Gerais, como Baixo Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Neste caso, utiliza-se da subsunção formal²⁸⁷ para sujeitar a renda da terra ao capital. Neste caso o processo de trabalho pode continuar o mesmo, porém o pequeno proprietário já não trabalha para si mesmo. O pequeno proprietário oferece a terra e o trabalho e o IEF, EMATER ou a empresa oferecem as mudas, insumos e assistência técnica.

No caso da monocultura de eucalipto, em Minas Gerais, na década de 1970, o Estado, grande proprietário de terras “devolutas”, foi o agente da subsunção real, ou seja, expulsou os camponeses da terra e possibilitou a instalação da grande propriedade capitalista. Além da terra disponibilizou também os trabalhadores assalariados, já que perderam seus meios de produção. A relação contratual das empresas com o Estado através do arrendamento de longo prazo e a concessão não foi esclarecida, tendo em

²⁸⁷ Cf MARX, Karl. Capítulo VI *Inédito de O Capital*. São Paulo: Moraes Ltda. 1969.

vista que as empresas vieram gradualmente se tornando proprietárias das terras. Ainda há casos de empresas terem terras arrendadas a preço irrisório. Este processo de expansão apresentou resistências pelas comunidades locais, entretanto, com o apoio do Estado, viabilizando a desocupação das terras, as metas de expansão foram atingidas para aquele momento.

3.3 Consensos e resistências

Em nota divulgada no site da AMDA e no “II Seminário Nacional Plantações Florestais – Uma visão global”, ocorrido em abril de 2003, a AMDA define sua posição sobre o cultivo de eucalipto, nomeado por ela de “florestas de produção”²⁸⁸. Nesta nota, “A posição da AMDA frente ao plantio de florestas de produção”, a entidade deixa claro o seu posicionamento a respeito da monocultura de eucalipto:

Freqüentemente têm sido levantadas controvérsias ambientais, sociais e econômicas quanto aos plantios de eucalipto para fins industriais e comerciais. Não raro, o nome da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) tem sido envolvido, como “apoiadora” de empresas que exercem essa atividade.

Nesta mesma nota divulgada ressalta-se que a entidade é contrária à exploração ilegal de mão de obra, bem como contrária à substituição de vegetação nativa por plantios homogêneos. Além disso, reconhece os impactos das “florestas de produção” sobre a paisagem e sobre a biodiversidade. Entretanto, não são mencionados os impactos dos plantios sobre o modo de vida dos moradores locais, nem sobre o ciclo hidrológico, aspectos normalmente apontados pelos moradores como problemas importantes em pesquisas de campo em áreas deste cultivo.

Posicionamento claramente confrontado com outras entidades²⁸⁹ que vêm lutando junto com as comunidades locais afetadas pela monocultura de eucalipto devido às diversas formas de impactos provocados por essa atividade.

²⁸⁸ Esta nota fez parte do material distribuído para os participantes do evento e em seguida publicada no site.

²⁸⁹ Centro Mineiro de Estudos e Pesquisa sobre Ambiente e Florestas (CEMEPAF), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas,

Este é o caso do município de Rio Pardo de Minas, que passa atualmente por um processo de mobilização para a reocupação das terras públicas que foram arrendadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais a empresas de reflorestamento durante as décadas de 1970 e 1980 e cujos contratos estão vencendo.

A “Proposta de Reversão Agroextrativista da Monocultura de Eucalipto para Sistemas Agrossilvipastoris” no município de Rio Pardo de Minas tem como objetivo a reocupação e utilização sustentável das terras públicas outrora arrendadas às reflorestadoras, beneficiando diretamente as famílias de geraizeiros que vivem no seu entorno, estimulando a produção, a segurança alimentar e geração de emprego agrícola e não agrícola, tendo como referência os potenciais ecossistêmicos e culturais do território e a melhoria de vida. Setores ligados às empresas, com o apoio do Estado, vêm desenvolvendo propostas de reativação da monocultura de eucalipto, o que tem preocupado os moradores locais. Como consequência de resistência a este processo de expropriação da população geraizeira (sobretudo pela devastação do cerrado), vêm sendo conduzidas experiências de uso e manejo do cerrado apoiadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o que despertou os moradores para a retomada dos territórios expropriados pelas empresas reflorestadoras. O processo de reversão se baseia nos interesses das comunidades, o que resulta em uma diversidade de propostas em que cada comunidade apresenta as peculiaridades das localidades, bem como contempla usos e manejos diversificados do solo. Uma destas propostas foi apresentada ao setor de Reforma Agrária do INCRA e está aguardando resolução.²⁹⁰

GERAIZEIROS AMEAÇADOS REAGEM CONTRA MONOCULTURA DO EUCALIPTO

Representantes de 1200 famílias de 26 comunidades rurais que foram expropriados e encerralados pela monocultura do eucalipto no município de Rio Pardo de Minas apresentaram ao Secretário Extraordinário de Assuntos da Reforma Agrária, Deputado Marcelo Gerônimo Gonçalves, ao Presidente do ITER, Dr. Luiz Chaves, e ao Presidente da FETAEMG Vilson Luiz da Silva, um documento com proposta de reversão da monocultura de eucalipto para sistemas agrossilvipastoris. O

Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minas Gerais (FITIEMG), entidades que atualmente fazem parte da Rede Alerta Contra o Deserto Verde.

²⁹⁰ PROPOSTA EM DISCUSSÃO. Reversão Agroextrativista: da monocultura do eucalipto para sistemas agrossilvipastoris. Das comunidades dos gerais de Rio Pardo de Minas aos Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal. 2003 (Manuscrito).

evento aconteceu no dia 25 de abril de 2003 na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas e contou com a participação de mais de 200 pessoas, agricultores e agricultoras familiares que vem lutando contra a monocultura do eucalipto no município. Participaram também o diretor e técnico do CAA NM que vem colaborando com o sindicato e comunidades na elaboração de uma proposta de reocupação das terras que foram arrendadas para empresas reflorestadoras nas décadas de 1970 e 1980 pelo Governo do Estado de Minas Gerais. As terras que foram arrendadas eram onde viviam milhares de Geraizeiros, uma das populações tradicionais que vivem nos cerrados do Norte de Minas - no Norte de Minas as regiões de cerrado são conhecidas como GERAIS, daí o termo Geraizeiro. Este arrendamento, além da expulsão ou do encerralamento das famílias de geraizeiros, provocou um grande impacto ambiental pelo plantio da monocultura de eucalipto. Com o término dos contratos de arrendamento das terras públicas para as empresas reflorestadoras, as empreiteiras e empresários começaram a se organizar, com o apoio da Prefeitura Municipal, para a retomada do plantio da monocultura do eucalipto. Os agricultores sentindo-se ameaçados, temendo a repetição do processo de degradação ambiental e humana que se verificou na região nas últimas décadas, começaram a se mobilizar para garantir a sobrevivência e permanência nas suas localidades. Durante os últimos quatro meses foi realizado um intenso processo de mobilização e discussão nas comunidades atingidas pela monocultura do eucalipto. Nestas reuniões avaliou-se o impacto da monocultura nos recursos naturais e na vida da comunidade e foram sendo apresentadas sugestões de como deveria ser a reocupação destas áreas. Este processo culminou na assembléia geral das comunidades atingidas pela monocultura do eucalipto realizada no dia 06 de abril na comunidade de Brejinho. Naquele momento foi apresentada, debatida e aprovada o projeto que ficou denominado: RECONVERSÃO AGROEXTRATIVISTA - da monocultura do eucalipto para sistemas agrossilvipastoris. Este projeto propõe reconverter 75.000 ha de terras do município que foram intensamente degradadas nos últimos 30 anos para sistemas agroextrativistas beneficiando diretamente 750 famílias de geraizeiros, sem terra e com pouca terra, que vivem acuadas nas grotas, veredas e brejos do município. A proposta prevê o acesso das famílias à 30.000 ha que vão ser recuperadas para plantios diversificados associados com sistemas agroflorestais e silvipastoris. Os 45.000 ha restantes serão destinados para recomposição ambiental visando o extrativismo sustentável ou como áreas de preservação ambiental. É uma proposta que pode revolucionar a produção agropecuária, gerando emprego e renda com cadeias produtivas que vão revitalizar a economia local. Durante a reunião no sindicato, o geraizeiro Dizim Manoel dos

Santos, morador da comunidade de Buracão, afirmou que "as firmas recuou eles na beira do brejo, obrigando eles a utilizarem apenas estas áreas para sobreviverem. Além disso, os brejos estão acabando com o assoreamento provocado pelas erosões e enxurradas que escorrem das terras com a monocultura". Outro morador da comunidade de Carrascão, Sr. José de Paula, falou que está sendo ameaçado de prisão pela empresa GERDAU por ter cercado a cabeceira de uma nascente que estava sendo destruída pela reflorestadora. Mais de 20 famílias dependem desta água para sua sobrevivência. Segundo o Diretor da Secretaria de Reforma Agrária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas, o geraizeiro Eliseu José de Oliveira, da comunidade de Pindaíba, "Esperamos que esta proposta possa ampliar o debate sobre a oportunidade da reincorporação das terras públicas com uma perspectiva de reativação sócio-econômica e ambiental do município de Rio Pardo de Minas. Não é uma proposta acabada. É preciso que seja aprimorada tecnicamente e que seja ainda mais debatida nas comunidades e envolvendo poder público municipal, estadual e federal.²⁹¹

Esta dissonância entre os interesses das comunidades locais e os propósitos da AMDA já fora registrado em outro momento, em que, diante de um convite da AMDA para participar de Seminário inicialmente denominado "Eucalipto: Fantasias e Realidades", que seria realizado em 1995, entidades questionaram a proposta do seminário. Como esclarece trecho de correspondência²⁹² enviada à entidade:

Não nos surpreende aqui a posição da AMDA em defesa dos maciços de eucalipto, já manifestada em outras ocasiões, embora essa nos pareça sempre conflitante com o seu objetivo de "lutar em defesa do meio ambiente", mesmo que "sob a perspectiva de conciliação das atividades econômicas necessárias ao bem estar humano com a proteção do mesmo". O que nos assusta é que essa entidade promova um seminário não para debater efetivamente a questão, como vem sendo proposto por nós, mas para realizar um convencimento da sociedade e em particular, das entidades que se mantêm como críticas da monocultura do eucalipto. Como consta de sua proposta, o evento parte do princípio que "a sociedade tem que reconhecer que é

²⁹¹ Notícia recebida pela lista de e-mail do Centro de Agricultura Alternativa do Norte Minas (CAA).

²⁹² Assinam esta correspondência, de 03 de maio de 1995 o Centro Mineiro de Estudos e Pesquisa sobre Ambiente e Florestas (CEMEPAF), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minas Gerais (FITIEMG), entidades que atualmente fazem parte da Rede Alerta Contra o Deserto Verde.

inquestionável a necessidade dessa cultura para suprir as diversas demandas, que, aliás, crescem e se diversificam cada vez mais, principalmente diante da crescente pressão e clamor da sociedade pela proteção de nossos remanescentes florestais nativos e pelas crescentes necessidades de madeira.” Não nos parece ser um bom começo iniciarmos uma discussão ou justificarmos a realização de um seminário com argumentos “inquestionáveis”, ou também, considerar que as polêmicas sobre a questão do eucalipto possam ser simplesmente “amenizadas ou mesmo se tornar desnecessárias”, frente à gravidade dos problemas colocados acima.

[...] solicitamos que a AMDA e demais entidades promotoras do seminário, revejam a sua proposta e principalmente o seu caráter, na direção de que ele se torne efetivamente um espaço para o debate dos diversos aspectos e pontos de vista frente à questão da implantação das “florestas homogêneas” de eucalipto e não apenas um evento que tem por objetivo legitimar pura e simplesmente essa atividade frente à sociedade [...] caso não seja possível atender nossas solicitações, adiantamos que não participaremos do mesmo devido ao caráter que possui e continuaremos nossas lutas em torno da questão da monocultura, no entanto decepcionados com a AMDA, como entidade que realmente tenha compromissos com a defesa do meio ambiente.

Conforme já indicado, a entidade costuma afirmar que os plantios de eucalipto não são responsáveis por todas as mazelas sociais. De fato, não são os únicos responsáveis. Todavia, a reprodução do capital comporta a destruição dos modos de vida baseados no uso, pois onde são implantados, privatizam e desorganizam os ecossistemas locais, “tão defendidos pela AMDA”. Segue posição da entidade sobre a relação da monocultura e os problemas sociais:

Por outro lado, no entanto, é importante frisar que os plantios de eucalipto ocupam apenas 2,5% do território mineiro. Não há como, portanto, culpá-los por todas as mazelas sociais, econômicas e ambientais no Estado. O intenso desmatamento para fins de abertura de pastagens e ampliação da fronteira agrícola (também incentivados de maneira irresponsável, por vários governos), a cafeicultura, o plantio de cana, representaram para o país desastres ambientais e sociais nunca dimensionados.
[...]

A partir dessa análise histórica da evolução da agropecuária brasileira, a AMDA considera que os ambientalistas, ao invés de estarem condenando essa ou aquela cultura, devem cerrar fileiras

no sentido de que o plantio de florestas de produção seja desenvolvido de maneira ecologicamente sustentáveis, através de práticas de conservação e de recuperação do solo.

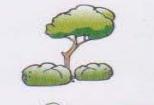
Sobre as práticas sustentáveis a respeito das quais a entidade conclama os ambientalistas a cerrar fileiras é importante que se diga que a agricultura camponesa e familiar são bem mais sustentáveis, e a entidade não tem convocado os ambientalistas para cerrarem fileiras para defendê-las. Sabe que a expansão desta atividade segue na contramão daquelas. Além disso, tal sustentabilidade indicada com os plantios de eucalipto não é viável em virtude das próprias características do bioma do cerrado. Segundo Carlos Eduardo Mazzeto Silva, a produtividade biológica nos cerrados/savanas (10 a 20 ton/ha) se coloca de forma diferente, já que a restrição hídrica de 6 meses causa aí um certo repouso na seca, diminui a transpiração – cascas grossas das árvores, economia de nutrientes, as raízes são profundas para que as plantas se mantenham na seca e busquem nutrientes. É isso que mantém as nascentes e a abundância de água nos cerrados, economia essa que não existe na Amazônia. Logo, o impacto da monocultura nos cerrados ocorre principalmente sobre o ciclo hidrológico, porque a fisiologia econômica em água dos cerrados das chapadas dá lugar a culturas de alto consumo de água²⁹³.

²⁹³ SILVA, Carlos Eduardo Mazzeto apud GONÇALVES, Carlos Walter Porto, 2006, p. 256.

Figura 2: Fragmento publicitário cuja centralidade é veicular a idéia de que o eucalipto consome menos água do que outras plantas.

Você sabia?

Que as plantas necessitam de água para crescer e que o eucalipto consome menos água que muitas delas?

Planta	Quanto gasta de água
	1 kg de batata / 2000 litros de água
	1 kg de milho / 1000 litros de água
	1 kg de açúcar / 500 litros de água
	1 kg de madeira / 2500 litros de água
	1 kg de madeira / 350 litros de água

A CENIBRA planta mais de 10 milhões de árvores de eucalipto por ano e mantém 90 mil hectares de áreas de reserva legal e preservação permanente, protegendo as reservas de Mata Atlântica que se encontram entre as plantações de eucalipto.

Fonte: Universidade Federal de Viçosa - UFV

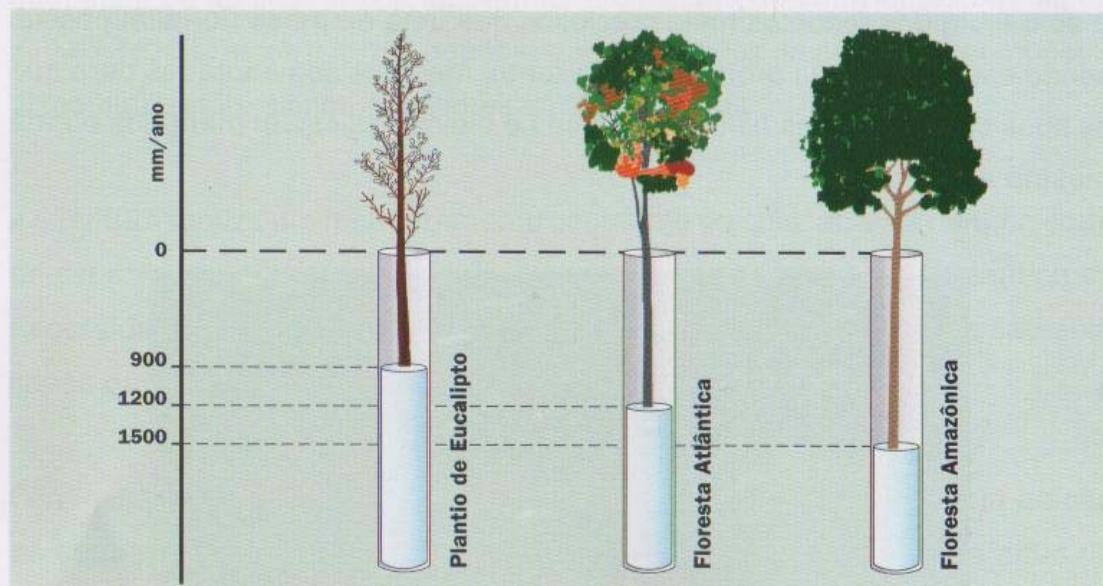

 CENIBRA® Celulose Nipo-Brasileira S.A.

www.cenibra.com.br
 Sede Fábrica: Rodovia BR 381 • km 172 • Distrito de Perpétuo Socorro
 CEP 35196-000 • Belo Oriente • Minas Gerais • Brasil
 Tel: (31) 3829.5010 • Fax: (31) 3829.5260
 E-mail: comunicacaosocial@cenibra.com.br

Fonte: Panfleto da CENIBRA.

Figura 3: Comparativo do consumo de água do eucalipto com outros biomas

Comparativo do consumo de água de florestas e plantio de eucalipto:



Adaptado de: Mora, A. L. & Garcia, C. H., 2000

Fonte: Cartilha “Por dentro do eucalipto” distribuída pela CENIBRA.

As análises em escala micro não são capazes de evidenciar os problemas em uma escala espacial e temporal maior, como aquelas direcionadas para atender os interesses de reprodução do capital, como nas figuras acima, em que o objetivo é mostrar que o eucalipto consome menos água do que outras culturas.

Aproveito aqui alguns depoimentos de moradores locais se expressando sobre os problemas provocados por estes plantios. Estes depoimentos foram colhidos no Instituto de Terras (ITER) e utilizados por Carlos Eduardo Mazzeto Silva no “Ciclo de Debates: Eucalipto”²⁹⁴. Sr. Júlio, da comunidade de Lagoa Vermelha:

Monocultura do eucalipto, que tomou conta da chapada, provocou grande impacto na água, além de invadir e tomar terra dos pequenos. A firma tomou terra das famílias que antes podiam soltar o gado na chapada. Hoje a situação é dramática, acabou

²⁹⁴ MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. Ciclo de debates: Eucalipto. Realizado nos dias 24 e 25 de maio de 2004. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>> Acesso em 09/06/2004.

com a água e o veneno usado no eucalipto atinge a saúde das pessoas e matou muito gado dos pequenos.

Sr. Nivaldo, Presidente da Associação da comunidade de Tatu, de Rio Pardo de Minas:

Isso aqui era um carrascão enorme, dava cada pauzão dessa artura! Ninguém plantava não, mas a terra é produtiva. Nós só tirava madeira, não tinha roça, não tinha nada. Só o carrascão, nele soltava gado. A água, tinha lugar que não podia nem passar de tanta água. Hoje está tudo seco aí. Ninguém plantava nada de tanta água.

Sr. Antônio, morador da comunidade de Tatu, de Rio Pardo de Minas:

O eucalipto tomou conta da chapada, e o que era fartura aqui em baixo foi desaparecendo. Lá na chapada acabou com as plantas nativas, com as nascentes de água e com a lenha. Aqui em baixo, acabaram os pomares, por causa da falta de água.

Sr. Quintino, morador de Tatu, de Rio Pardo de Minas:

Tinha araticum, pequi, mangaba, cagaita, plantas medicinais. O rebanho, todo mundo criava solto. Era tudo em comum. O gado dava cria lá na chapada, e nós sabia o que era de cada um. Agora no eucalipto ele não entra. Não tem água, a chapada secou. Até os bichos acabou tudo, num tem nem pássaro.

D. Adelina, moradora de Barra do Rio Preto, de Rio Pardo de Minas:

Tô com 51 anos, moro aqui a vida toda, nunca saí daqui, nem meu pai e minha mãe. Nós foi nascido e criado aqui. Tem esta firma aí, mas nós nunca participô de nada. Chegô e pegô e num deu satisfaçã de nada. Cabô cum tudo o que nós tinha aí acabô tudo. Tanto pequizeiral que tinha, mangaba, cabô cum tudo. E agora, como se diz o caso, o calipto é só pra lenha, madeira mesmo nada. Pegô um terrão minha fia! Só ficô um pedacico de terra aqui. No mais tomaram tudo! Minha filha do céu. Naquele tempo o povo num se ligava. Como se diz o caso, ficarum quietinho, num pode fazer nada! Deixaram só uma tirinha pra nós morá, entre o Rio Preto e a estrada.

Estes depoimentos são muito comuns nas áreas próximas aos plantios. Porém, os impactos sobre o solo e a biodiversidade são apontados como crendices, numa clara imposição do conhecimento “científico” sobre os saberes da experiência.

Gostaria de abordar dois pontos, mais especificamente o segundo, mas esclareço que é impossível dissociá-los. Um deles é a credice de que o eucalipto seca o solo, e o outro é o impacto dos reflorestamentos na biodiversidade. Acredito que consiga expor esses dois itens de forma clara.²⁹⁵

Esta questão do ciclo hidrológico é bastante importante, porque o setor empresarial compara o consumo de água de uma planta de eucalipto com culturas de feijão, arroz etc. Esta questão acaba confundindo a opinião pública, que começa a se ater apenas a dados quantitativos e não reflete sobre os fins destas atividades. A apropriação para o uso é desconsiderada e a defesa deste circuito é feita através dos números (de exportação, de produtividade, etc).

Figura 4: Exportação brasileira de produtos de base florestal – 1998.



Fonte: MORA, A. L, Garcia, C. H. *A cultura do eucalipto no Brasil*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura-SBS, 2000.

Voltando à AMDA, sua posição sobre o setor é a seguinte:

Como em qualquer setor, não existe homogeneidade no meio empresarial quanto à responsabilidade social e ambiental. Muitas empresas ainda implantam e conduzem seus plantios da mesma forma como há 20 anos atrás, sem qualquer compromisso com

²⁹⁵ Trecho da palestra proferida pelo Sr. José Roberto Scolforo, Professor de Biometria, Inventário e Manejo Florestal da Universidade Federal de Lavras, no Ciclo de Debates: Eucalipto, já citado.

essas áreas. Outros, ao contrário, têm procurado cada vez mais corrigir os erros do passado, através da destinação de grandes áreas para reservas florestais naturais, implantação de corredores ecológicos intercalados com as florestas de produção, e, ainda, no aspecto da produtividade, buscando o incremento constante do rendimento de madeira por unidade de área, através de investimentos em pesquisas. Também no aspecto social, é inegável que algumas empresas, mesmo ainda em menor número, estejam buscando, através de suas atividades, contribuir para melhorar as condições de vida das comunidades onde estão inseridas.

Foto 4: Plantio de eucalipto que apresenta faixas de mata nativa denominadas corredores ecológicos.



Foto: Tobias Shmitt.(2004).

Este é um dos aspectos apontados pela AMDA para justificar os plantios “corretos” e indica o extremo de dominação do homem sobre a natureza e a crença na possibilidade de imprimir “racionalidade” à natureza. Até numa visão de ecologia sistêmica tal estratégia não é ecológica, pois para a manutenção de um ecossistema é necessário que haja área suficiente para desenvolvê-lo. Quais animais sobrevivem nestes corredores a um sobrevôo de inseticidas? Sabe-se que todo o metabolismo dos ecossistemas locais sofre interferências, pois este tipo de cultivo extraí tudo que a terra pode oferecer até exaurí-la.

Buscar melhorar a produtividade, alterando a composição orgânica do capital²⁹⁶, é meta comum em toda empresa dentro do modo de produção capitalista, entretanto, esta melhora em produtividade não tem diminuído a demanda por novas áreas para plantio, uma vez que aliada à “necessidade” da indústria outras demandas têm surgido, sobretudo a demanda “ecológica”, ligada ao mercado de carbono. Os investimentos em tecnologia feitos pelas empresas não têm como finalidade o bem estar dos impactados com esta atividade. Pelo contrário, perdem até a opção por este trabalho abstrato oferecido por estas empresas, pois a mecanização das atividades tem sido crescente, como já mostrado anteriormente.

Também o uso de fertilizantes se torna uma problemática para a manutenção dos peixes nas águas dos rios cercados por tal cultivo. O intensivo manejo tem recoberto as nascentes dos rios. Diversas empresas que publicam seus anúncios no jornal da AMDA apresentam problemas, sobretudo por plantarem em áreas de nascentes, como pode ser visto na foto abaixo, em área da empresa Plantar, região central de Minas Gerais:

Foto 5: Nascente do rio Buriti, município de Felixlândia



Foto: Tobias Shmitt.(2004).

²⁹⁶ Conceito desenvolvido por Marx e que se refere à proporção entre capital variável e capital constante. Segundo sua análise há uma tendência à composição desigual dos capitais.

Foto 6: Nascente do rio Buriti



Foto: Tobias Shmitt.(2004).

Foto 7: Solo exposto após o corte do eucalipto



Foto: Tobias Shmitt.(2004).

Novamente a AMDA reforça a necessidade de produtos madeireiros:

A Mata Atlântica não tem suporte para qualquer tipo de manejo madeireiro. O país deveria decretar uma moratória inflexível para permitir sua regeneração e uso das gerações futuras. O cerrado, já também altamente ameaçado pela expansão agrícola, pelas características de suas árvores, não tem condições de suprir a demanda econômica da sociedade por madeira, realidade que não pode ser ignorada por nenhum movimento social.

O plantio de extensas monoculturas de pastagens, soja, milho, e outros produtos, juntamente com as atividades de carvoejamento e de exploração extrativista de madeira para serraria são, inegavelmente, os maiores responsáveis pela destruição do cerrado e das florestas amazônica e atlântica. O plantio de florestas de produção, desenvolvido em bases sustentáveis, pode viabilizar o suprimento de madeira para atender à demanda da sociedade, com impacto reduzido, contribuindo, sobremaneira para a redução da pressão sobre os biomas brasileiros.

O consumo de carvão vegetal fabricado com matas nativas de Minas e estados vizinhos pela maior parte das empresas fabricantes de ferro gusa no Estado, continua a ser um flagelo ambiental. São poucas as empresas que são autônomas ou estão próximas disso, no que se refere à produção de carvão oriundo de florestas de eucalipto.

A saída apontada pela entidade para a proteção dos biomas são mais plantios de árvores. Porém, se não houver desmatamentos para plantar árvores isto será feito em áreas de cultivo de alimentos, o que não é apontado como problema.

Infelizmente, boa parte das empresas fabricantes de ferro gusa não tem nenhuma ligação ou compromisso sócio/ambiental com a produção do carvão que consomem. Extinção da biodiversidade, produção de água, condições de trabalho, áreas de preservação permanente, são assuntos que não lhes interessam. Mas, conforme já dito, essa felizmente, não é uma realidade homogênea. Ao contrário, existe um número já significativo de empresas que avançam cada vez mais e de forma positiva em seus compromissos e posturas ambientais e sociais.

A utilização econômica de madeira e seus produtos capacita o Brasil a avançar na implantação de uma economia sustentável em bases muito mais competitivas. Siderurgia, celulose, embalagens, construção civil, movelearia são exemplos disso.

Qualquer atividade agrícola causa impactos ambientais. A AMDA entende, portanto, que o movimento ambientalista, ao invés de ficar criticando a atividade florestal por princípio, deve distinguir

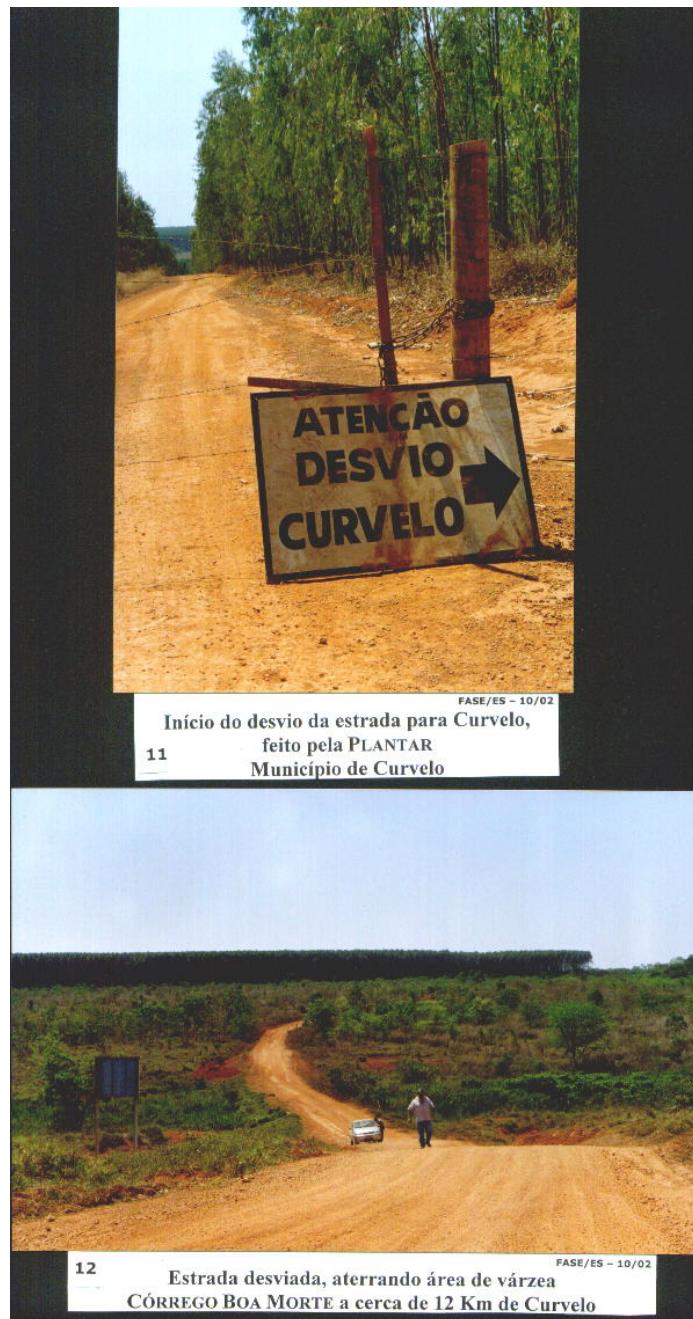
os bons e maus empresários, com base na relação custo/benefício dos plantios e em informações justas, corretas e reais. Deve apoiar os primeiros, divulgando suas ações positivas e agir contra os segundos. Deve contribuir para incentivar o uso da madeira de florestas de produção na construção civil e na movelearia, áreas responsáveis pela destruição da floresta amazônica e dos remanescentes florestais de Mata Atlântica no sul da Bahia e nos estados do Sul.

Na época em que a AMDA tornou público este posicionamento (fevereiro de 2003) havia sido divulgado o estudo encomendado pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), “Relatório de Avaliação da V&M Florestal e Plantar S. A. Reflorestamentos ambas certificadas pelo FSC” (novembro de 2002, publicado posteriormente no livro “Certificando o não-certificável”, 2003).

Neste relatório O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais denunciou muitos problemas no processo de certificação destas empresas. Pude verificar por ocasião dos trabalhos de campo que resultaram neste relatório vários problemas enfrentados nas localidades cercadas por eucalipto destas empresas. Um dos problemas apresentado se referia à baixa participação dos interessados. No caso da Plantar a certificadora havia consultado a AMDA e o prefeito do município de Curvelo, ambos tiveram opiniões favoráveis ao processo de certificação. Lideranças e entidades relevantes no debate não aparecem como consultados, a exemplo das entidades que questionam o posicionamento da AMDA sobre a monocultura de eucalipto. No primeiro semestre de 2000 a Plantar e diversas comunidades rurais se desentenderam sobre as condições para a construção do novo viveiro da empresa, e o desvio de uma estrada tradicionalmente usada por muitos moradores de Canabrava, Paiol de Cima, Meleiros, Cachoeira do Choro, Paiol de Baixo, e outras. Diversos moradores entrevistados afirmam que a empresa desviou a estrada tradicional porque não queria que a “poeira” da estrada de terra afetasse as mudas de eucalipto produzidas no novo viveiro. A empresa com apoio do poder público municipal aumentou em cerca de 5 km a distância necessária para a travessia do percurso, prejudicando os moradores destas localidades que ainda fazem este percurso a pé. Para construir a nova estrada, a Plantar aterrou uma grande área de alagado que deveria ser de preservação permanente, de aproximadamente 400 metros quadrados, e construiu três represas no córrego Boa

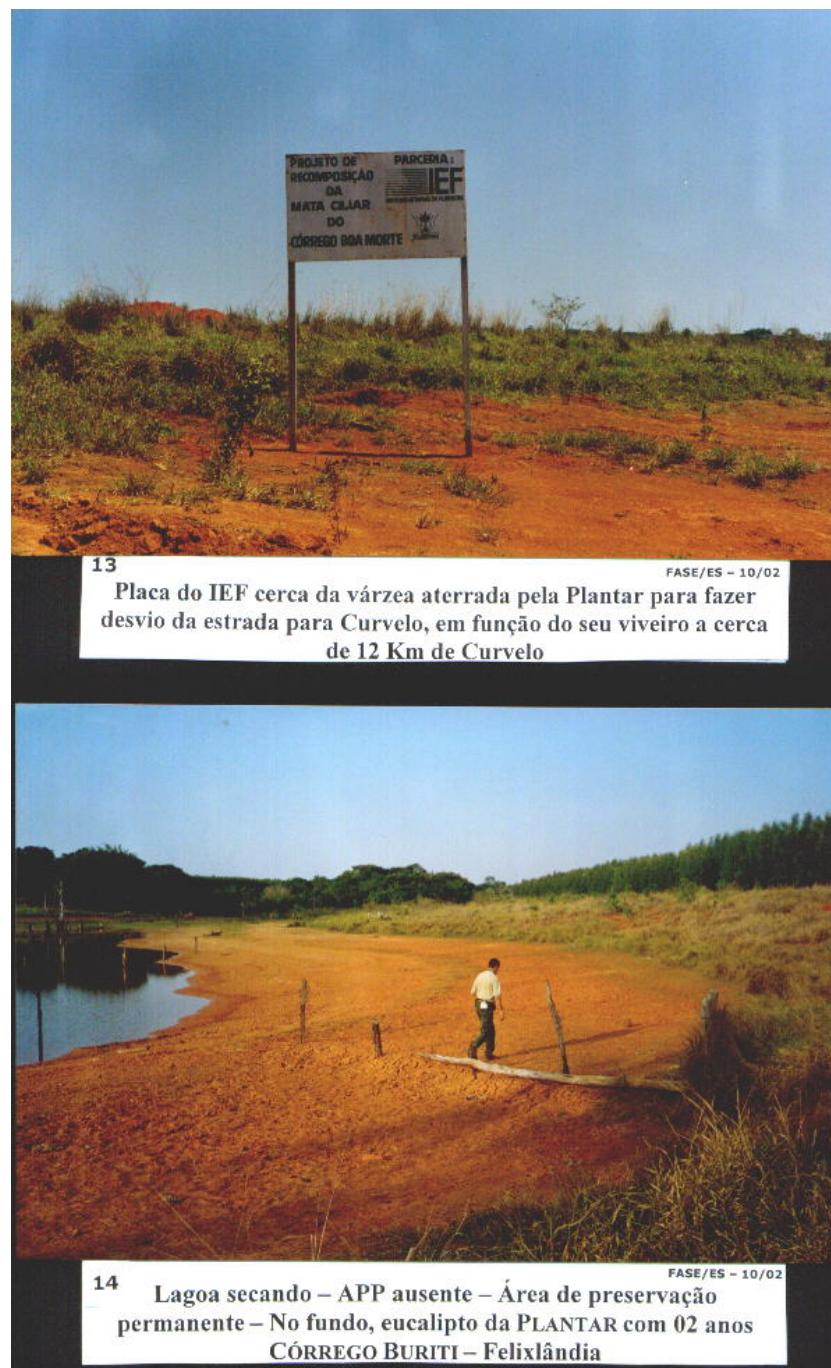
Morte, para beneficiar seu viveiro, em detrimento da água consumida pela população a jusante do viveiro. Os moradores passaram a construir cisternas temendo a qualidade da água. Segundo lideranças locais a certificadora foi avisada, mas se omitiu. Em Felixlândia, a Plantar comprou áreas de pastagem para o plantio de eucalipto em torno da lagoa Buriti.

Figura 5: Fotos mostrando desvio de estrada aumentando o percurso em 5 Km até Curvelo.



Fotos: WRM, 2003.

Figura 6: Impactos apontados por moradores locais



Fotos: WRM, 2003.

O seminário promovido pela AMDA, “Plantações Florestais: uma visão global”, em abril de 2003, vinha novamente na contracorrente dos movimentos que lidam diretamente com a problemática da monocultura em Minas Gerais. Em dois dias de seminário houve apenas um convidado da FASE-ES, que tinha posicionamento crítico

quanto à questão, em virtude do qual a empresa Plantar enviou carta aos participantes, após o seminário, questionando o posicionamento do representante da FASE.

Como se observa, há um conjunto de entidades que apóiam as comunidades em suas lutas em relação à monocultura de eucalipto, e que questionam o aumento das terras ocupadas com este cultivo, que se apóia no discurso ecológico. A seguir, alguns documentos produzidos por integrantes destes movimentos em eventos de debate sobre a questão:

Figura 7: Carta produzida por integrantes da Rede Alerta Contra o Deserto Verde

CARTA DE PORTO SEGURO

Nós, representantes de comunidades quilombolas, Tupinikins, Pataxós, Guaranis, pescadores e campesinas, e dezenas de entidades, presentes ao II Encontro Nacional da **Rede Alerta Contra o Deserto Verde**, movimento que luta contra a expansão da monocultura do eucalipto para produção de celulose e carvão vegetal no Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, vimos denunciar as profundas violações dos direitos econômicos, culturais e socioambientais provocadas por este complexo agroindustrial exportador.

Ao longo das últimas quatro décadas, este complexo tem destruído o modo de vida de comunidades locais. As empresas do setor continuam invadindo suas terras, causando o êxodo rural e a consequente dispersão de muitas comunidades. Os rios nessas regiões foram degradados pela contaminação por uso intensivo de agrotóxicos e por um processo de secamento relacionado ao plantio em larga escala, ambos comprometendo a pesca e a qualidade e quantidade da água potável. A empresa Aracruz Celulose desviou o Rio Doce para garantir o consumo abusivo de 248.000 metros cúbicos diários, inclusive gratuitos, das suas três fábricas de celulose.

As empresas, com seu discurso desenvolvimentista, têm estimulado uma migração enorme de trabalhadores em busca da promessa de emprego. Hoje, o que resta são milhares de ex-trabalhadores, muitos mutilados pelo trabalho danoso, que foram demitidos como resultado de um processo violento e nefasto de automatização e terceirização. A perda da dignidade dessas pessoas é explícita quando constatado a existência de um alto índice de prostituição infantil nos bairros onde os ex-trabalhadores abandonados residem. E as pessoas que resistem, no meio da monocultura de eucalipto, estão perdendo sua identidade e sua riqueza cultural e sofrendo literalmente um processo de isolamento profundo. Quem resiste contra este projeto desumano está sujeito à tentativas de cooptação e até ameaças de morte.

Lamentavelmente, o Estado tem sido cúmplice das práticas dessas empresas. Há quatro décadas que fornece altos empréstimos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e que concede licenças ilegais para plantios – não respeitando áreas de preservação permanente - e fábricas – uma construída em cima de uma antiga aldeia indígena. Além disso, as empresas exportadoras são devedoras no INSS e são beneficiadas pela Lei Kandir, causando situações dramáticas como no Espírito Santo, onde o governo estadual deve mais de R\$ 100 milhões de créditos de ICMS à empresa Aracruz Celulose. Ao mesmo tempo, o Estado não tem apresentado nenhuma alternativa à população local, ao contrário, mostra-se cada vez mais conivente com os interesses empresariais em detrimento da sua responsabilidade social e, neste vazio, as empresas assumem alguns papéis do Estado, desenvolvendo uma relação perversa de dependência e desestruturação da organização social das comunidades locais.

As entidades abaixo relacionadas entendem que as consequências de todos esses problemas estão ligadas ao modelo atual de desenvolvimento financiado pelo governo federal e por organismos internacionais que têm como objetivo, exclusivamente, o retorno econômico dos financiamentos em detrimento do modo de vida das populações acima relacionadas.

As tentativas para reverter os danos das estratégias empresariais perversas, introduzindo por exemplo o selo verde do FSC (Conselho de Manejo Florestal) para o manejo sustentável de monoculturas de árvores, têm se mostrado incapazes de reverter os impactos negativos já citados, e mais ainda, insuficientes em redirecionar a lógica deste modelo agroindustrial. Lembramos inclusive um relatório elaborado recentemente por uma equipe de pesquisadores da Rede Alerta Contra o Deserto Verde que mostra a flagrante insustentabilidade das plantações de eucalipto das empresas Plantar e V&M Florestal em Minas Gerais, certificadas pelo FSC. A Rede se pronuncia também contra o uso de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDLs – para plantações extensivas dessas mesmas empresas mineiras, entendendo que esses mecanismos continuam favorecendo países

do Norte que não terão que reduzir suas emissões de poluentes que contribuem para o aquecimento global, e ao aumentar as áreas de plantações, os MDLs vêm agravando o empobrecimento das populações do Sul.

Afirmamos que existem contradições entre os investimentos nesse complexo agroindustrial e o programa Fome Zero do Governo Federal. De um lado, volumosos investimentos, como no caso da fábrica projetada da Veracel Celulose na Bahia, continuam privilegiando uma monocultura que na sua grande maioria é destinada à produção para exportação aos países ricos, gerando pouquíssimos empregos, legitimando o latifúndio, impedindo a reforma agrária e aumentando mais ainda o êxodo rural e o desespero de milhares de famílias que ficarão sem terra e sem sustento. De outro lado, o governo apresenta um Programa Fome Zero que busca estimular a produção de alimentos, enquanto as melhores terras agricultáveis continuam sendo ocupadas por plantações de árvores. As metas da política macroeconômica não podem ser obtidas com o sacrifício das condições de vida, saúde, trabalho e modos de vida dos trabalhadores e das comunidades que necessitam de água, terra, pescado e caça para não serem obrigados a engrossar o contingente de desempregados nas cidades.

Não é suficiente buscar saídas temporárias dentro do modelo atual de desenvolvimento. É preciso mudar drasticamente os rumos deste modelo que gira em torno da acumulação financeira e do consumo ilimitado, e construir uma outra lógica de desenvolvimento onde o ser humano – homem e mulher –, na sua totalidade, seja questão central e que altere a forma de utilização dos recursos naturais do planeta. Conscientes da insustentabilidade do presente modelo, movimentos e comunidades que integram a Rede Alerta Contra o Deserto Verde discutem e desenvolvem experiências novas no campo da produção, valorizando a biodiversidade e os conhecimentos locais, construindo assim uma outra relação com o ambiente.

Em função de tão dramático e insustentável quadro socioambiental acima descrito, envolvendo milhares e milhares de pessoas diretamente, nós, comunidades e entidades abaixo relacionadas, entendemos que é inaceitável a proposta do setor de ampliar suas plantações de 5 milhões de hectares para 11 milhões nos próximos 10 anos. E que a PARALIZAÇÃO DA EXPANSÃO DA MONOCULTURA DE ÁRVORES DE RÁPIDO CRESCIMENTO NO BRASIL na elaboração do novo PPA e da política industrial do governo é uma necessidade de caráter extremo e urgentíssimo.

Porto Seguro, 29 de junho de 2003

FASE-ES Vitória (ES) – SINDIPETRO São Mateus (ES) – MST – MPA – Movimento Quilombola São Mateus (ES) – Associação Remanescentes Quilombos Conceição da Barra (ES) – CDDH Teixeira de Freitas (BA) – APEDEMA Rio de Janeiro (RJ) – STR São Mateus e Jaguaré (ES) – MDPS Porto Seguro (BA) – SINDEC Teixeira de Freitas (BA) – STR Itanhém (BA) – AGB Vitória (ES) – APESCA São Mateus (ES) – EFA Montanha (ES) – PT São Mateus (ES) – EFA Bley São Gabriel da Palha (ES) – FASB Teixeira de Freitas (BA) – CEPEDES Eunápolis (BA) – AGB Rio de Janeiro (RJ) – Grupo do Jongo São Mateus (ES) – STR Belmonte (BA) – STR Eunápolis (BA) – CIMI Aracruz (ES) – Projeto Semear Eunápolis (BA) – Terra Viva Itamarajú (BA) – STR Teixeira de Freitas (BA) – SINTERP Eunápolis (BA) – STR Curvelo (MG) – CEDEFES Belo Horizonte (MG) – CPT Belo Horizonte (MG) – Gambá Salvador (BA) – Rede Mata Atlântica – Oásis da Luz Eunápolis (BA) – Deputado Federal Guilherme Menezes (BA) – Assessoria Deputado Estadual Claudio Vereza (ES) – Assessoria Deputada Federal Iriny Lopes (ES) – Aldeia Guarani Aracruz (ES) – Comissão de Meio Ambiente CUT Rio de Janeiro (RJ) – STR Mucuri (BA) – STR São Gabriel da Palha (ES) – CUT/BA Eunápolis (BA) – Sindicato dos Vigilantes Eunápolis (BA) – Flora Brasil Porto Seguro (BA) – Frente de Resistência Pataxó Monte Pascoal (BA) – P.Amigo Tartaruga Porto Seguro (BA) – EFA Boa Esperança (ES) – CIMI Eunápolis (BA) – Missionárias Comboianas Aracruz (ES) – FASE Nacional Rio de Janeiro (RJ)

Fonte: II Encontro Nacional da Rede Alerta Contra o Deserto Verde realizado em Porto Seguro em 29 de junho de 2003.

Figura 8: Manifesto contra o deserto verde e a favor da vida

MANIFESTO CONTRA O DESERTO VERDE E A FAVOR DA VIDA

A Rede Alerta Contra o Deserto Verde, uma articulação que envolve mais de 100 entidades dos movimentos sociais dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro, vem através deste, se manifestar sobre:

- a) o desastre sócio-ambiental causado nos últimos 35 anos pela monocultura de eucalipto e pinus, integrado aos complexos siderúrgico e de celulose, atingindo diversos ecossistemas e populações de nosso território, empobrecendo nossa diversidade biológica, social e cultural, causando expropriação, desemprego, êxodo e fome;
- b) a necessidade de outro modelo de geração e divisão de riquezas e de ocupação de nosso território, que respeite e coloque como protagonista as populações rurais e o interesse da sociedade brasileira e não do capital global.

Desde 1.500, o Brasil tem colocado seus recursos naturais e o trabalho de seu povo a serviço da exportação de riquezas para os países chamados desenvolvidos. A modernização no campo, desde a décadas de 60 e 70, radicalizou a implantação das monoculturas. Dentre elas, as monoculturas de árvores, em especial de eucalipto e pinus (que não são florestas), talvez tenham sido as de maior impacto socioambiental nas regiões Jequitinhonha, Vale do Aço, Norte e Central de Minas, sul da Bahia e norte do Espírito Santo, com a implantação predatória de complexos dos setores siderúrgicos e de celulose. Esse impacto, criou uma identidade comum entre populações indígenas, quilombolas e camponesas diretamente impactadas – os atingidos pela monocultura do eucalipto -, gente que sempre perdeu nos 500 anos de Brasil, em detrimento de grupos capitalistas que engordam seus lucros a custa do sangue e da expropriação das populações tradicionais e dos trabalhadores brasileiros e da degradação de nossos ecossistemas, antes ricos em biodiversidade e água, hoje secos e empobrecidos, transformando-se em desertos verdes.

No último período de governo neoliberal da era FHC, esse desastre foi legitimado e intensificado, seguindo os interesses do capital envolvido nesses poderosos complexos, embora alguns avanços legais em termos de direitos dos povos tradicionais e da importância da agricultura familiar, tenham feito um contraponto a esse processo devastador.

Causa-nos espanto, entretanto, a postura do atual governo Lula, que carregava a esperança desse povo oprimido nesses 500 anos, de resgatar a cidadania sempre negada e de começar a construir um modelo de desenvolvimento democrático, que permitisse reorientar a apropriação e o uso de nosso território, no rumo da inclusão, da justiça e da sustentabilidade.

Esse governo (assim como alguns governos estaduais) vem se submetendo aos interesses oligárquicos desses complexos, destinando enormes quantidades de recursos via BNDES, Ministério do Meio Ambiente (PNF - Plano Nacional de Florestas) e sendo complacente com a falácia dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, incentivados pelo Banco Mundial (PCF – Fundo Piloto de Carbono), que legitima a poluição dos países desenvolvidos através da criação de cotas de carbono, que transformam a fotossíntese (dádiva da natureza) em mercadoria privada do comércio global. Usa-se um pretexto ambiental para disseminar as monoculturas de árvores, geradoras do desastre sociambiental acima relatado.

Para as populações tradicionais e entidades componentes da Rede Deserto Verde, não cabe apenas negociar limites e condicionantes aos excessos do setor de monocultura de árvores. Os licenciamentos ambientais e os selos verdes só têm aprofundado as desigualdades socioambientais. O modelo por inteiro está comprometido com a lógica excluente do latifúndio de exportação, se apropriando de órgãos públicos e se legitimando através de certificações não participativas, nem independentes. Ao contrário do atual ordenamento monocultor do território, propomos um novo modelo agrícola e agrário, onde as prioridades possam ser reorientadas para a Reforma Agrária, a Agroecologia, a Segurança Alimentar e a defesa das Florestas, Cerrados e de seus povos tradicionais. Somente um novo modelo de desenvolvimento pode garantir a diminuição das desigualdades socioambientais no campo e de seus efeitos colaterais nos centros urbanos. Neste sentido, a Rede reafirma que monoculturas não são florestas e que as populações atingidas reivindicam deste governo a criação de políticas públicas que recuperem esse passivo socioambiental desastroso e incentivem ações que fortaleçam nossas diversidades biológicas, culturais e agroecológicas.

Fonte: III Encontro Nacional da Rede Alerta Contra o Deserto Verde realizado em Belo Horizonte nos dias 06 e 07 junho de 2004. Este evento mobilizou em torno de duzentas pessoas dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Foto 8: Manifestação da Rede Alerta Contra o Deserto Verde



Foto: Maria Diana de Oliveira, 2004. Foto tirada na Avenida Álvares Cabral, Belo Horizonte.

3.4 A financeirização ecológica e a certificação ambiental

3.4.1 As estratégias utilizadas para a expansão do cultivo de eucalipto

Apesar de se veicular a necessidade de expansão da área plantada com eucalipto para suprir as “necessidades de produção” dos derivados da madeira, não há disponibilidade de novas terras devolutas. Para promover esta elasticidade, para aumentar a produção a baixos custos, o programa “Fazendeiro Florestal”, coordenado pelo IEF, é uma das opções das empresas que constituem esse setor para ocupar novas áreas, sem, no entanto, comprar novas terras. Os valores que as empresas oferecem pelo carvão para os pequenos agricultores são atraentes. Tentados por receber um preço pelo produto no final de 4-7 anos, muitos acabam cedendo às pressões, uma vez que tais valores não costumam fazer parte do cotidiano destes moradores. Além disso, busca-se nas áreas já instaladas aumentar a produtividade através do investimento em

pesquisas de melhoramento genético, tanto para aumentar a resistência às pragas quanto de aumento da massa da planta. Tais processos não são feitos sem uma intervenção direta no metabolismo sociedade-natureza estabelecido localmente, como já indicado anteriormente.

O Estado já deteve cerca de 2 milhões de hectares de árvores plantadas, hoje reduzidos a 1.16 milhões, 23.5 % do total do Brasil. Segundo a AMS, a “escassez” de madeira para suprir o setor de siderurgia a carvão vegetal pode levar ao “apagão florestal”, em analogia à crise energética de 2001. O governo de Minas Gerais lançou o desafio do plantio de 120 mil ha de árvores em 2004 e de igual área, anualmente, nos seis anos seguintes. No nível nacional, a proposta do setor é alcançar 11 milhões de ha plantados até 2010.

Os representantes do “capital florestal” de Minas Gerais apresentaram documento ao secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais mostrando os entraves à expansão do setor²⁹⁷. Pelo documento, a multiplicidade de gestores das questões relativas à atividade de base “florestal” (IBAMA, IEF, IGAM, IMA) foi apontada como preponderante na burocratização da relação do governo com o setor produtivo, bem como um “desvirtuamento das funções da Taxa Florestal recolhida pelas empresas ao IEF e desvio dos recursos auferidos, que são destinados a atividades estranhas ao fomento florestal”.²⁹⁸ Apontaram também as legislações trabalhista e tributária: “a legislação trabalhista força a centralização, ao dificultar a contratação de serviços de terceiros e a tributária imputa às empresas responsabilidades típicas do poder público (recolhimento de ICMS, PIS, COFINS, INSS, ISS, etc), ‘desvirtuando’ a ação empresarial quanto ao seu foco de negócio e onerando seus custos”. Outras questões levantadas foram “quanto aos mecanismos de financiamento hoje inadequados ao perfil de longo prazo do setor” e também da atuação do governo do estado na ausência de programas que visem obter recursos de fundos de pensão e outros investidores em longo prazo e a carência de uma ação mais efetiva para legitimar, junto ao governo federal, os projetos de captura e seqüestro de CO₂ no estado, para a obtenção de créditos de carbono. A criação de uma secretaria-adjunta específica no Ministério da Agricultura é

²⁹⁷ Associação Mineira de Silvicultura, Ano 1, Edição 02, Jan/Fev/Março de 2004. pág. 06

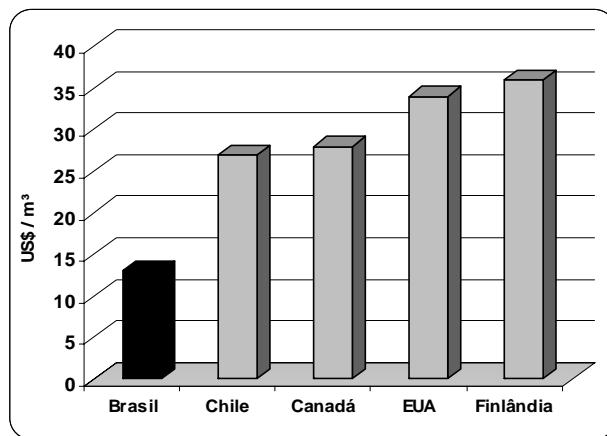
²⁹⁸ Esta segmentação da política ambiental deixou de existir através da LEI DELEGADA N.º 125, de 25 de Janeiro de 2007. Por esta Lei, o IEF, a FEAM e o IGAM deixam de ter autonomia administrativa e financeira, passando a ser diretamente subordinadas à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).

considerada pelos empresários do segmento imprescindível para reforçar o enfoque na produção. “A implementação desta secretaria viria garantir a presença da Produção Florestal na agenda do governo e permitir a inclusão do pequeno, médio e grande produtor rural no mercado florestal, a exemplo do que a EMATER representa para a agricultura e pecuária”. A ausência do governo na pesquisa florestal básica foi outra crítica encaminhada ao secretário “isto poderia ser sanado com a implantação, na EMBRAPA de Sete Lagoas, de uma Unidade de Pesquisa Florestal para a Região Sudeste, com ênfase para o cerrado”.

Segundo a AMS, as plantações florestais se revestem de enorme importância ambiental e socioeconômica em Minas Gerais. Substituem as matas nativas no suprimento de madeira e fazem isso gerando milhares de empregos no campo, protegendo o solo contra erosão e favorecem o ciclo da água. Além disso, purificam o ar retirando o nocivo gás carbônico e liberando oxigênio, contribuindo para a diminuição do efeito estufa, ao qual se atribui o aumento das catástrofes climáticas.

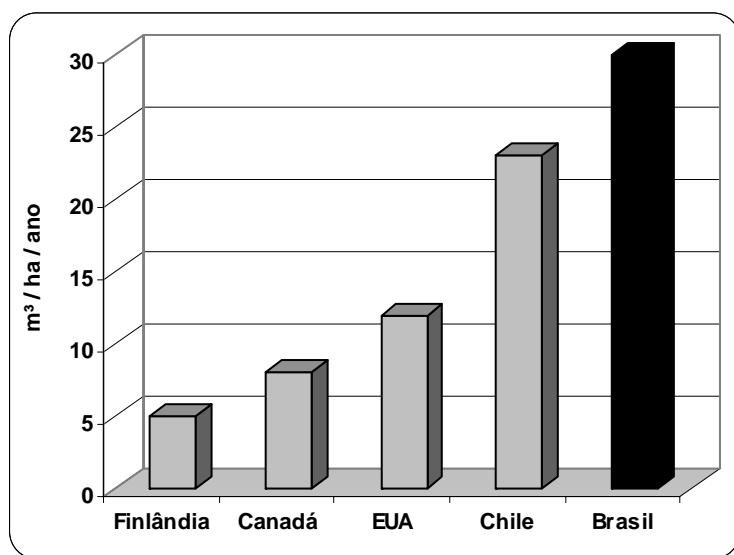
Segundo a AMS, o setor devia aumentar sua produção e competir com outros países na exportação de produtos florestais. A justificativa apresentada para a expansão se encontra no baixo custo da produção brasileira acompanhada de maior produtividade. Observe o gráfico 1 e 2.

Gráfico 1: Custo da madeira na fábrica



Fonte: AMS (2004)

Gráfico 2: Crescimento da floresta



Fonte: AMS (2004)

Todo este esforço do setor se justificaria pelo aumento do preço do carvão vegetal em virtude do aumento da exportação de produtos da cadeia produtiva dependente da madeira e pelas possibilidades de financiamento desta produção oriundas dos “créditos de carbono”.

Em Minas Gerais algumas empresas, como a Plantar, já encaminharam projetos de seqüestro de carbono para serem aprovados pelo Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). No âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais foi instaurada em 09/05/2006 a “Comissão Especial sobre o Protocolo de Quioto” e, dentre outros, esta comissão tem como objetivo “sistematizar e socializar as informações sobre o Protocolo de Quioto, especialmente em relação às oportunidades de aplicação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para a obtenção de créditos de carbono” e “divulgar para as entidades nacionais e internacionais o potencial e as possibilidades de que Minas Gerais dispõe para o desenvolvimento de projetos no âmbito do Protocolo de Quioto”. Um dos setores colocado como de maior potencial é o setor de “florestas”, diga-se, cultivo de árvores, principalmente eucalipto e pinus.

[...] as condições climáticas e de solos que ocorrem em Minas possibilitam a expansão da base florestal com vistas ao sequestro de carbono e à produção de carvão vegetal para substituir o carvão mineral; possibilitam também o cultivo de grandes áreas com espécies vegetais adequadas à produção de biocombustíveis. Projetos de substituição de combustíveis fósseis (gasolina e diesel) por biocombustíveis (álcool e biodiesel) [...].²⁹⁹

Para legitimar esses novos usos e eliminar os entraves colocados pela sociedade civil dos países centrais, uma das alternativas utilizadas para facilitar a liberação dos “créditos de carbono” são as certificações florestais.

3.4.2 A certificação florestal e o mercado de carbono

Um grupo de movimentos sociais do campo, como o CAA – Centro de Agricultura Alternativa; alguns sindicatos, Movimento dos Sem Terra, moradores atingidos pelos plantios de eucalipto, integrando a Rede Alerta Contra o Deserto Verde vêm pressionando as instituições para evitar tais plantios, promovendo eventos, passeatas e projetos de lei, como o PL1071/2003³⁰⁰ encaminhado à ALMG visando a suspensão dos plantios.

²⁹⁹ COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PROTOCOLO DE QUIOTO, 2006, p. 37.

³⁰⁰ Conforme justificativa do projeto: “A expansão indiscriminada do plantio de eucaliptos para fins de produção de celulose em Estados como a Bahia e o Espírito Santo causou e vem causando intensa destruição ambiental, além de impactos negativos sobre áreas agrícolas e agricultores. No Estado do Espírito Santo o Estado aprovou legislação ambiental proibindo o avanço indiscriminado do plantio de eucalipto na quase totalidade dos municípios capixabas, uma vez que essa atividade não dispõe de contrato ambiental pelo poder público.[...] No entanto, os problemas oriundos são vários. Em termos ambientais, a preocupação maior é com relação à monocultura em si, conduzida de forma indiscriminada e isenta, muitas vezes, sem consideração com a sanidade ambiental. Outra questão séria que se apresenta, é o posterior abandono das áreas cultivadas pela espécie, após o ciclo de exploração, as quais se transformam em verdadeiros desertos de tocos de eucalipto. Ainda se avoluma a preocupação com a ocupação, pelo eucalipto, de terras de boa fertilidade, que poderiam ser utilizadas por culturas agrícolas e com o fato de a implantação de monocultura arbórea poder vir a ser um fator de desagregação social e econômica, com desvalorização de pequenas e médias propriedades rurais. A implantação de grandes áreas com monocultura de eucalipto no Estado de Minas Gerais, cujas terras infelizmente vêm sendo degradadas pelo histórico mau uso e pelo descumprimento das legislações ambientais federal e estadual, deve ser organizada, regulamentada e transformada num instrumento de desenvolvimento do Estado, e não em mais um ônus ambiental para sua população. Este projeto de lei visa, portanto, a ordenar e regulamentar a monocultura do eucalipto no Estado de Minas Gerais, de modo que possa vir a ser uma atividade de desenvolvimento social e econômico relacionada com a preservação do meio ambiente. .PL. 1071/2003. Diário do Legislativo em 18/09/2003, p. 2, 3.

Conforme já indicado no item anterior, as empresas “agroflorestais” recorrem ao Estado para resguardar que seus processos produtivos adquiram a valorização requerida, como também se articulam para tentar neutralizar as resistências que se mobilizam³⁰¹ e colocam empecilhos aos seus objetivos econômicos.³⁰² Por outro lado, estão colocadas novas possibilidades para o financiamento dos plantios através dos créditos de carbono. Neste sentido, os discursos em defesa de tais cultivos são reforçados. Um dos instrumentos de fortalecimento destes setores, além da atuação do Estado, está na atuação da AMDA a qual tem reivindicado a criação em Minas Gerais de uma agência para mediar projetos considerados sustentáveis, como os de crédito de carbono.

A AMDA está lutando pela criação de uma instituição de negócios sustentáveis, um organismo que consiga facilitar a implantação de atividades econômicas no estado nos setores sustentáveis, um organismo que consiga facilitar a implantação de atividades econômicas no estado nos setores que podem ser caracterizados como sustentáveis. Um exemplo é o Protocolo de Kyoto.³⁰³

³⁰¹ Dentre estas mobilizações pode-se citar: I Encontro da Rede Alerta contra o Deserto Verde, em Vitória, ES, nos dias 30 e 31 de maio de 2002; Encontro de representantes da Rede Alerta em Belo Horizonte, na FAFICH, com representantes de diversas regiões de Minas Gerais, no dia 16 de maio de 2003; II Encontro da Rede Alerta Contra o Deserto Verde na Bahia, ocorrido nos dias 27 e 28 de junho de 2003, o qual contou com representantes de Minas Gerais; III Encontro Nacional da Rede Alerta contra o Deserto Verde, em BH, nos dias 06 e 07 de 2004. Além desses eventos várias mobilizações foram realizadas nas regiões Norte de Minas Gerais, coordenadas pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA) e em Curvelo, coordenado pelo sindicato de trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo várias cartas foram encaminhadas aos organismos interessados no financiamento das plantações denunciando os problemas vivenciados pelas comunidades das áreas de eucalipto.

³⁰² De fato, ocorreu com o Ciclo de Debates Eucalipto, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, nos dias 24 e 25 de maio de 2004. Porém este debate foi promovido com poucos debatedores e palestrantes com posições contrárias, pois já havia sido criada na Assembléia Legislativa de Minas Gerais a Comissão de Silvicultura, num arranjo feito pelo setor produtivo para impor seus interesses. A comissão foi criada num momento em que havia uma mobilização significativa das comunidades envolvidas com as consequências da monocultura de eucalipto, fomentada pela organização de encontros regionais e nacionais da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, bem como o encaminhamento de diversas cartas a autoridades nacionais e internacionais apontando os problemas advindos da monocultura e os problemas da certificação ambiental requerida por algumas empresas do setor. A criação da comissão de silvicultura se apresenta como contraponto desta mobilização que vinha ocorrendo nestes três estados. Participaram de reuniões relativas à Comissão de Silvicultura os deputados “Paulo Piau (PP), presidente; Leonardo Quintão (PMDB), vice; Célio Moreira (PL), relator; Doutor Viana (PFL) e Padre João (PT). Além dos convidados citados, participaram também: o diretor de Formação Sindical da Fetaemg, Carlos Gilberto Marques; o analista de crédito do BDMG, Valdir Pereira Nunes; os representantes do IEF, José do Carmo Neves; do Ministério Público, Carlos Mercês de Oliveira e Tereza Cristina dos Santos; o professor do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, Rodrigo Pinto Mata Machado; os engenheiros florestais da Sociedade Mineira de Engenheiros Florestais, José Augusto Furlani, e da Emater/MG, Ivo Pêra Éboli”.(Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>> Acesso em: 17/06/2004)

³⁰³ AMBIENTE HOJE. Ambientalista avalia política ambiental. Belo Horizonte, Ano XVI. Janeiro/fevereiro de 2006, p. 3.

Este enfrentamento tem recrudescido nos últimos anos, decorridos principalmente deste processo de expansão experimentada pelo setor florestal e das tentativas de se legitimarem como ambiental e socialmente sustentáveis através de certificação florestal e das propostas de projetos de créditos externos associadas ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, como parte da implementação do Protocolo de Quioto.

O Protocolo de Quioto foi ratificado em 1997, mas seu processo é bem mais longo e se iniciou quando, em 1988, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estabeleceram o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC), cujo objetivo era obter informações atualizadas para os formuladores de políticas. Nesse mesmo ano de 1988, a Assembléia Geral das Nações Unidas abordou o tema da mudança do clima³⁰⁴ e adotou a Resolução nº43/53 sobre a Proteção do clima global. Em 1990, o IPCC lançou Relatório de Avaliação, confirmando que a mudança do clima era, de fato, uma ameaça, e alertou sobre a necessidade de promover um acordo global para tratar do problema. Logo em seguida a Assembléia Geral das Nações Unidas lançou as negociações relativas a uma convenção-quadro sobre mudança do clima, estabelecendo um Comitê Intergovernamental de Negociação. Em 1992 a Convenção foi aberta a assinaturas na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na denominada Cúpula da Terra, e entrou em vigor em 1994. Hoje, 189 países e a União Européia participam da Convenção. Esses países (e esse bloco de países que é a União Européia), denominados Partes, reúnem-se anualmente na Conferência das Partes (COP) para rever a implementação da Convenção e dar continuidade às discussões sobre as mudanças climáticas. A Convenção estabelece como objetivo final a estabilização das concentrações de Gases de Efeito Estufa (GEE) na atmosfera em níveis seguros. Todos os países têm o compromisso de tratar do clima e relatar as ações que estão sendo desenvolvidas para implementar a Convenção. A Convenção divide os países em dois grupos: Países Parte Anexo I- Países industrializados, considerados maiores responsáveis pela mudança do clima e Países Partes Não Anexo I- Países não

³⁰⁴ As mudanças climáticas podem trazer consequências variáveis. As mais conhecidas se referem ao aumento do nível de água dos oceanos provocado pelo derretimento das geleiras polares em decorrência do aumento médio da temperatura global. Também pode ocorrer redirecionamento de ventos e de correntes marítimas influenciando o ciclo de vida de animais que fazem migrações sazonais.

industrializados ou recém-industrializados. Pelo princípio de equidade e responsabilidade sustentado pela Convenção, os Países Partes Anexo I devem assumir a liderança na modificação das tendências de mais longo prazo nas emissões e se comprometeram a adotar políticas e medidas nacionais com a meta, sem vinculação legal. Até o ano 2000 retornariam suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) aos níveis de 1990.³⁰⁵

A Convenção também reconheceu que a assistência financeira e a transferência de tecnologia para que os países em “desenvolvimento” possam tratar da mudança do clima e adaptar-se aos seus efeitos. A Convenção das Partes (COP) realizou onze reuniões. Na primeira COP, realizada em 1995, em Berlim, concluiu-se que os compromissos específicos das Partes – países industrializados levariam a redução das emissões para os índices de 1990. Após dois anos e meio de negociações, durante a COP 3, realizada em 1997, na cidade de Quioto, no Japão, foi aprovado um protocolo com a finalidade de estabelecer mais claramente as metas e identificar os gases a serem controlados. No Protocolo de Quioto, os países industrializados comprometeram-se com metas individuais e com vinculação legal de limitação ou redução de suas emissões de gases de efeito estufa, que representam um corte de 5% em relação aos níveis de 1990 no período de 2008 a 2012. O Protocolo de Quioto não introduz obrigações adicionais para os países em desenvolvimento, e esse foi um dos pontos com os quais o governo dos Estados Unidos não concordou, alegando que países como Brasil, China e Índia, considerados em desenvolvimento, são grandes emissores de Gases de Efeito Estufa (GEE), devendo também ter metas de redução³⁰⁶. O Protocolo de Quioto entrou em vigor de fevereiro de 2005, estabelecendo que os países industrializados deveriam reduzir suas emissões de GEE em 5.2% em relação àquelas ocorridas em 1990. O Protocolo também estabeleceu três “mecanismos de flexibilização”, para facilitar que os países alcancem suas metas de redução de emissões de GEE. Dois desses mecanismos – o Comércio de Emissões e a implementação Conjunta de Projetos – são aplicáveis apenas entre os países industrializados. Já o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é aplicável aos outros países e se relaciona diretamente aos interesses das empresas monocultoras.

³⁰⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.mme.gov.br>> Acesso em junho de 2007.

³⁰⁶ Os Estados Unidos não ratificaram o protocolo argumentando que a sua economia seria prejudicada, além de questionarem os estudos científicos sobre o aquecimento global.

O suposto propósito do MDL é prestar assistência às partes dos países em desenvolvimento para que realizem o “desenvolvimento sustentável” através da implementação de projetos, nesses países, que contribuam para a redução da emissão de gases do efeito estufa ou no aumento da remoção de CO₂, assim como, por outro lado, prestar assistência aos países industrializados para que cumpram suas metas de redução de GEE. Esta mitigação pode ser feita mediante investimentos em tecnologias mais eficientes, substituição de fontes de energia fósseis por renováveis, racionalização do uso da energia, florestamento e reflorestamento, entre outras. Para efeitos do MDL, entende-se por atividades de projeto as atividades integrantes de um empreendimento que tenham por objeto a redução de emissões de gases de efeito estufa e/ou a remoção de CO₂. Outro requisito de MDL é que a atividade contribua para o “desenvolvimento sustentável” do país no qual venha a ser implantada. No caso das atividades relacionadas à remoção de CO₂ foi criado um processo de regulamentação, no âmbito da Decisão 17 da COP – 7, para desenvolver definições e modalidades de inclusão das atividades de florestamento e reflorestamento no MDL. A Decisão 19 da COP – 9 regulamenta o seqüestro de carbono dentro do MDL. As Reduções Certificadas de Carbono (RCEs igual a uma tonelada métrica de dióxido de carbono) são calculadas de acordo com o Potencial de Aquecimento Global (Global Warming Potential - GWP), índice divulgado pelo Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC), e que é utilizado para uniformizar as quantidades dos diversos gases do efeito estufa em termos de dióxido de carbono equivalente, possibilitando que reduções de diferentes gases sejam somadas, representam créditos que os países industrializados podem demandar para auxiliar no cumprimento de suas metas de redução de GEE atuais ou futuras. Os participantes de atividades de projeto podem ter como objetivo a comercialização/revenda das Reduções Certificadas de Carbono (RCEs) com expectativa de valorização futura e realização de lucros, em função da demanda das partes que possuem compromissos de redução de emissões. As atividades de projeto de MDL, bem como as reduções de emissões de Gases do Efeito Estufa e/ou aumento de remoção de CO₂ a estas atribuídas deverão ser submetidas a um processo de aferição e verificação por meio de instituições e procedimentos estabelecidos na COP – 7.

A partir da adesão brasileira ao Protocolo de Quioto, em 1997, o Governo Federal vem promovendo vários esforços para estruturar um arcabouço institucional,

técnico e regulatório que dê suporte ao planejamento de políticas e ações no âmbito desse acordo. Nesse sentido foram criadas a Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC). Este último, criado pelo Decreto n.º 3.515, de 20 de junho de 2000, tem por objetivo “conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre os problemas decorrentes da mudança do clima por gases do efeito estufa, bem como sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)”.

O enfoque encaminhado coloca como centro desta problemática a diminuição do consumo de energias fósseis e sua substituição por energias renováveis, ainda que os países que possam pagar os créditos continuem a utilizá-las. Esse enfoque dá a entender que qualquer nível de emissões de dióxido de carbono é aceitável, desde que “compensado” através de alguma atividade que absorva CO₂ em qualquer outro ponto do espaço global.

Com certeza a questão energética deve ser objeto de debate de todo modo de reprodução social. Porém, a problemática ambiental não está resumida apenas no aumento dos gases de efeito estufa. Na solução encontrada para esta problemática a produção desigual de carbono é apontada como simples dado da realidade e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) como uma forma “ecológica” de apropriação dos recursos. Entretanto, a intensificação das pressões sobre a terra, a água, enfim sobre as condições para a reprodução dos modos de vida, principalmente dos Países Não Anexo I não são colocados para debate. Logo, o centro da crise ambiental não é a questão energética em si, mas a falha “metabólica sociedade-natureza” constituída pelas relações sociais de produção. A solução por dentro da reprodução do capital reitera a problemática ambiental em outros níveis, sobretudo exaurindo as possibilidades de materialização da vida para além das relações de troca abstratas.

Além disso, os estudos da própria ciência natural não estão avançados o suficiente para estabelecer minimamente as quantificações entre as florestas e o seqüestro de carbono. Diversamente do caso do petróleo ou do carvão, que estão embaixo da terra, ou dos carbonatos do fundo do mar, no caso das plantações o carbono armazenado nas árvores é frágil, podendo voltar à atmosfera a qualquer momento, como afirma Larry Lohmann. O próprio Painel Intergovernamental de

Mudanças Climáticas (IPCC) concluiu estudo em 1999 indicando que à medida que a Terra começa a esquentar e a respiração aumenta com mais rapidez do que a captura de carbono, essas plantações começam a liberar a maior parte do seu carbono à atmosfera.³⁰⁷

Mesmo as questões deste mercado não estando totalmente regulamentadas, já se criou, no âmbito do Banco Mundial, um Fundo de Carbono (Prototype Carbon Fund - PCF) de empresas de eletricidade e de governos de países nórdicos cujo objetivo é facilitar a instalação de “mercados globais para investimento em gases de efeito estufa”, e já conta com um pacote de projetos de Países Não Anexo I. Enquanto isso, o Banco está desenhando um Mecanismo de Desenvolvimento Limpo com o objetivo de subsidiar o resultante comércio de “créditos de carbono”, através da criação de um banco de carbono ou de uma bolsa de valores de carbono. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) está destinando recursos para ajudar a criar uma Associação Internacional de Comércio de Emissões com aproximadamente 60 empresas transnacionais e organizações ambientais, cuja função será achar mecanismos para conseguir o funcionamento desse novo mercado.³⁰⁸

Estas tendências também têm favorecido a criação de instituições, cargos remunerados e prestígio, para um número crescente de profissionais desejosos de pesquisar o tema, certificar e administrar plantações “compensatórias” que, de forma coerente com isso, desempenham um papel fundamental no que diz respeito a gerar confiança na sua eficácia. Consultoras (sobretudo certificadoras) podem obter lucrativos contratos para monitorar e justificar projetos de captura de carbono através de plantios de árvores. Alguns consultores atuam em circuito que inclui prestar serviços às Nações Unidas e fazer lobby na Conferência das Partes e adiantar os seus próprios negócios de projetos de redução de carbono. Mark Trexler, por exemplo, cuja firma pioneira Trexler & Associates apresta-se a ganhar com a promoção desse tipo de negócio, estava presente na quarta reunião da COP, em Buenos Aires, em novembro de 1998, sendo ele editor da revisão de um dos capítulos do rascunho do Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática sobre Uso do Solo,

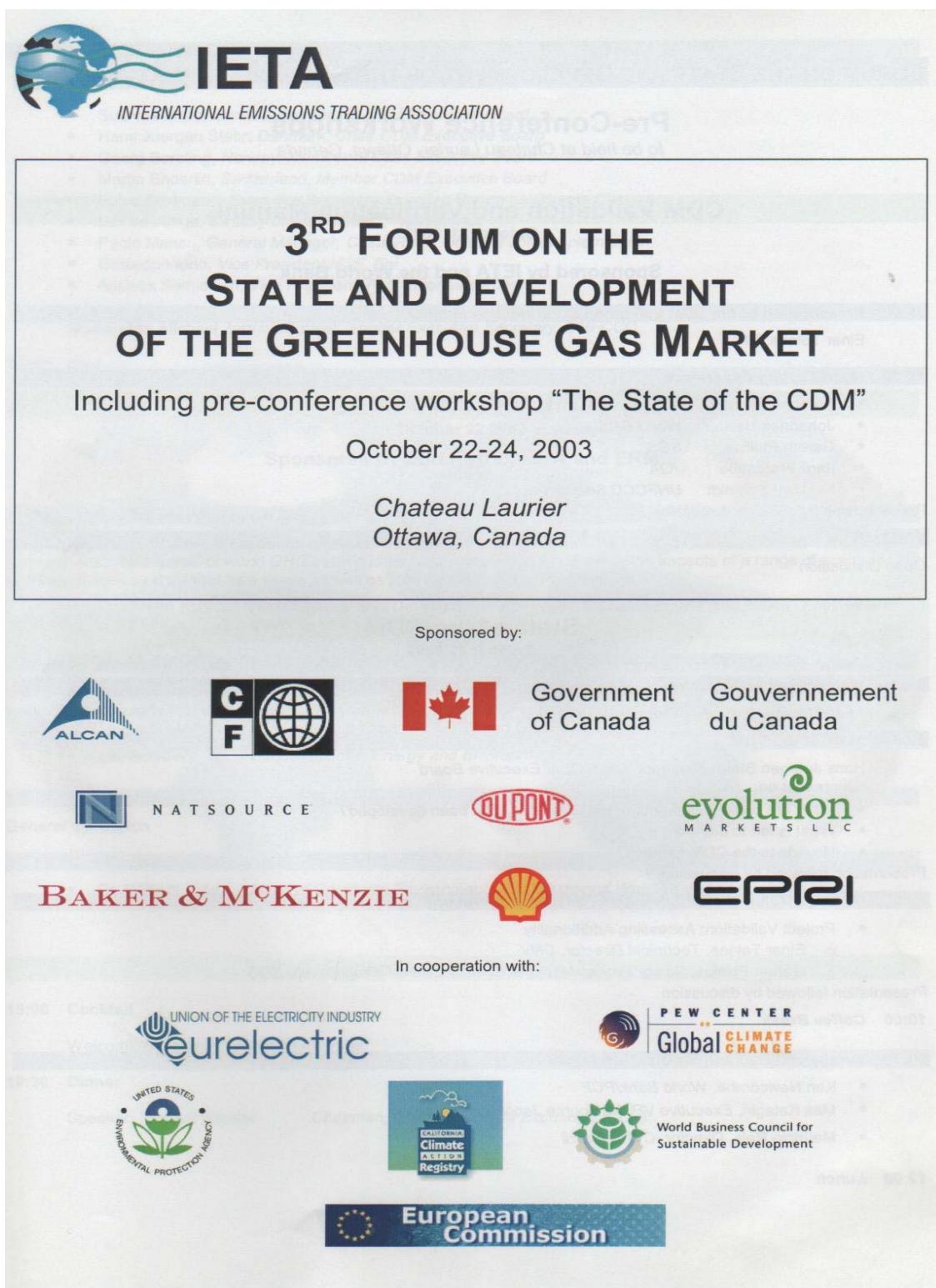
³⁰⁷ LOHMANN, Larry. *O mercado de carbono: semeando mais problemas.* Documento informativo, campanha Plantações. Montevidéu: Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais.1999, p. 7.

³⁰⁸ Ibid., 1999, p. 09.

Mudanças no Uso do Solo e Florestamento.³⁰⁹ Seguindo esta tendência, os interessados se organizam para promover a fluidez do mercado de redução de gases de efeito estufa, como indica o folder do Terceiro Fórum sobre a condição e desenvolvimento do mercado de gases de efeito estufa, ocorrido em Ottawa, Canadá, em outubro de 2003.

³⁰⁹ Ibid., 1999. p. 10.

Figura 9: Evento relacionado ao comércio de emissões.



Fonte: Panfleto recolhido durante o evento.

Figura 10: Evento do IETA (Associação Internacional de Comércio de Emissões de Gases), associação cujo objetivo é viabilizar o funcionamento do mercado de redução de emissões de gases de efeito estufa.

The screenshot shows the IETA website with a green header featuring the logo and name. Below the header, there are several sections: 'What is IETA?' with a brief description; 'Goals and Objectives' listing the organization's work areas; 'Work Program for 2003' with a focus on GHG markets; and 'Benefits of Membership' which includes 'Knowledge sharing', 'Work Groups and Events', 'Developing IETA Positions', 'Networking Opportunities', and 'Accreditation to UNFCCC Conferences'. A sidebar on the right lists 'Members of IETA' with over 50 member companies from various sectors like energy, finance, and industry.

Members of IETA

- AIAK Malaysia Sdn. Bhd.
- Alcan
- American Electric Power (AEP)
- Baker & McKenzie
- bp
- CDC IXIS
- CO2e.com
- Companhia Vale do Rio Doce
- Davies Ward Phillips & Vineberg LLP
- De Brauw Blackstone Westbroek
- Det Norske Veritas (DNV)
- Deutsche Bank
- Deutsche Börse
- DuPont
- EmC Emission Control s.r.l.
- Encana
- Endesa Trading
- Entreprises pour l'Environnement
- Environmental Financial Products
- Environmental Resources Management
- Environmental Software Providers ESP
- Eskom
- Evolution Markets
- Gaz de France
- GreenStream Network Ltd.
- Holcim
- Industrial Technology Research Institute
- KPMG
- Lafarge
- Lloyds Register
- Natource
- Norsk Hydro ASA
- NUON Renewables
- Ontario Power Generation
- Orofino Participações e Planejamentos S/C Ltda.
- Petrobras
- Point Carbon
- PricewaterhouseCoopers
- PT. Indonesia Power
- SGS Société Générale de Surveillance SA
- Shell International Limited
- Statoil
- Suncor Energy Inc
- SwissRe
- The Tokyo Electric Power Company
- TotalFinaElf
- Toyota Europe
- Tractebel
- TransAlta
- TÜV Süddeutschland
- UNICA São Paulo
- Unocal
- Woodside Energy Ltd.

Application Process

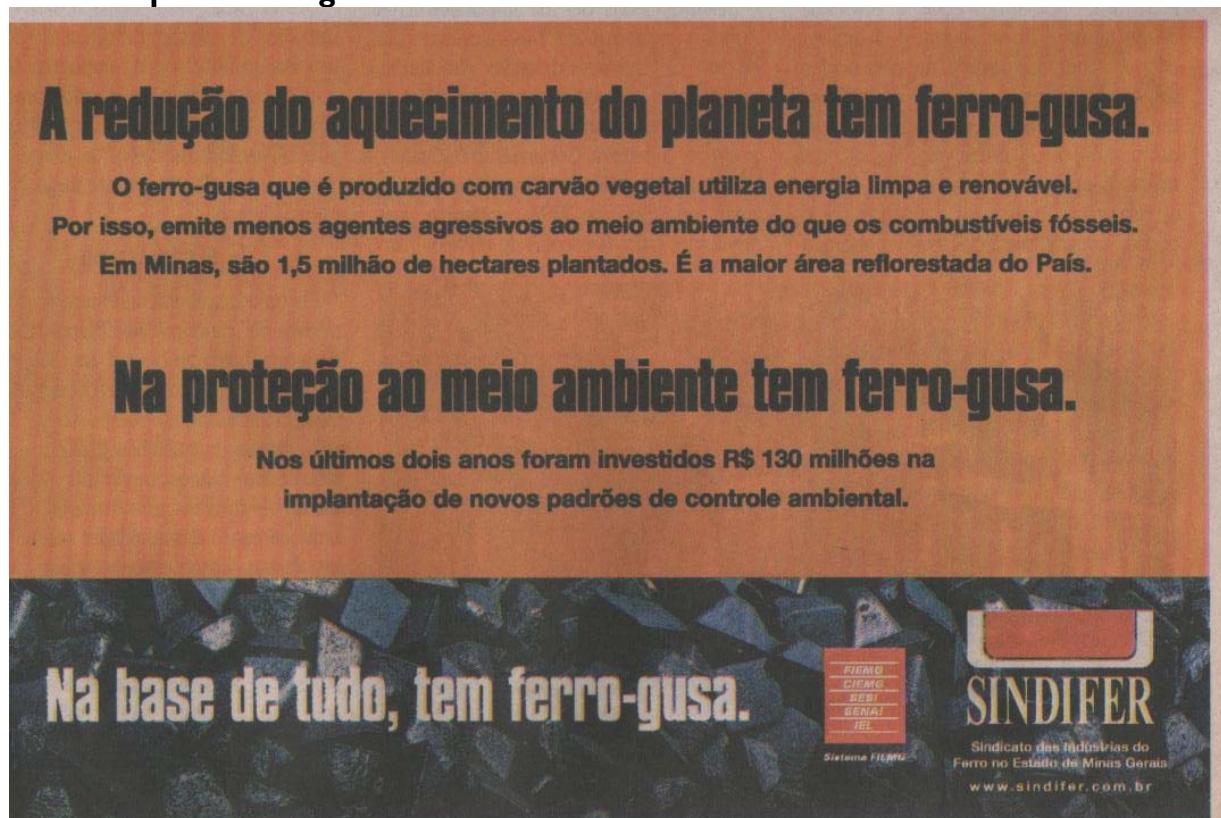
For information on membership requirements please contact the IETA secretariat or visit the "about IETA"-section at www.ieta.org.

Fonte: Panfleto recolhido durante o evento.

Observe que na lista de associados ao IETA estão duas empresas cujo foco de produção se encontra no Brasil, a Petrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce.

Também as empresas vêm se apropriando deste ideário de “produção limpa” para reforçar o seu marketing ecológico:

Figura 11: Fragmento publicitário da Sindifer associando a produção de ferro gusa com o uso de carvão vegetal à diminuição do aquecimento global.



Fonte: AMBIENTE HOJE. Ano XV, n.109, Agosto de 2004, p. 10.

3.4.2.1 O Conselho de Manejo Florestal - FSC

Diante das possibilidades abertas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e das propostas feitas pelas empresas que cultivam eucalipto no sentido de financiar seus plantios com recursos do MDL, organizou-se uma série de ações de resistências à silvicultura a partir dos lugares destes plantios. Além dos Encontros Nacionais, destacam-se os trabalhos realizados por grupos de pesquisa que produzem relatórios, vídeos, cartas e outros documentos que buscam revelar a situação socioambiental vivenciada nos espaços dos referidos plantios.

Na produção destas pesquisas, a atuação da Comissão Pastoral da Terra, do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Ambiente e Florestas, do CAA, do GESTA, da FASE e de inúmeros sindicatos de trabalhadores rurais têm sido de extrema relevância para a resistência de diversas localidades. Vale destacar que, a partir de 2002, as lutas em Minas Gerais foram reforçadas pela atuação de alguns membros da FASE-ES que, a

convite do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), encaminharam estudo avaliando a certificação das plantações dentro do FSC de duas empresas que atuam em Minas Gerais, como já citado em outro momento desta pesquisa.

A constituição da idéia do FSC – Conselho de Manejo Florestal – e do selo surgiu a partir da crescente exigência de consumidores do hemisfério norte de que suas compras de produtos de base florestal não contribuissem para a destruição e desmatamento das florestas naturais, mas sim para a sua preservação.³¹⁰ O desconforto com a proliferação de rótulos de comércio (sobretudo da série ISO – International Standardization Organization) e de certificação de produtos florestais no mundo teria levado um grupo formado por ambientalistas, entidades da área social, madeireiros, fabricantes de papel e celulose e certificadores a pensar em criar um organismo internacional independente para garantir a credibilidade das certificações, um certificador dos certificadores, que pudesse avaliar, acreditar e monitorar certificadores de produtos florestais. Tal organismo forneceria aos consumidores um conjunto de parâmetros consistentes e confiáveis para a compra de produtos de origem florestal certificados.

A proposta para criação de um Conselho de Manejo Florestal foi feita inicialmente em 1991 e foi sendo estruturada através da constituição de grupos de trabalho ao longo de 1992, em torno dos temas Processo Consultivo, Princípios e Critérios, Carta e Estatutos, Associação e Arrecadação de Fundos. No Brasil, o processo consultivo ocorreu em junho de 1993 e contou com seis workshops em diferentes estados. A Assembléia fundadora do Conselho de Manejo Florestal (FSC) ocorreu em outubro de 1993, em Toronto, com a participação de 134 pessoas de todos os continentes, incluindo empresários, certificadores, consultores, acadêmicos, representantes de governos, ONGs ambientalistas e da área social, movimentos e organizações sociais ligadas às questões indígenas e camponesas. Concluiu-se pela fundação do FSC como uma associação formada por membros e pela eleição de um conselho internacional de diretores formado por representantes dos setores social (quatro pessoas), ambiental (três) e empresarial (duas). Definiu-se pela deflagração de um processo de consulta internacional acerca das propostas de estatuto e estrutura e dos princípios e critérios e manejos sustentáveis para florestas nativas e plantadas, além

³¹⁰ Cf. FAILLACE, Sandra. A quem interessa o FSC? In: Leroy, J. P. & Fatheuser, T. W. (Org.) *Certificação Florestal*. Série: Cadernos de Proposta. Rio de Janeiro: Fase SACTES-DEDL/HBS. 1996, p. 17- 25.

de processos de consultas nacionais para o estabelecimento de consultas nacionais para o estabelecimento de padrões para certificação e estrutura e estatutos locais, complementares aos estabelecidos para o FSC internacional.³¹¹

Várias divergências ocorreram durante o evento devido à diversidade dos grupos de interesses, pelos precários acúmulos e informações e pela ausência de critérios de funcionamento. Entre os pontos polêmicos estiveram a questão da participação empresarial ou não nas instâncias deliberativas do FSC e a adoção de princípios e critérios. Estes últimos foram considerados pela maioria dos presentes - principalmente ONGs e Movimentos Sociais – pouco debatidos, inconsistentes e permissivos, indicando-se que sua aprovação deveria se dar futuramente. A aceitação pela plenária da participação empresarial na direção do FSC, mesmo de forma minoritária, levou a que várias ONGs européias e asiáticas (entre elas Greenpeace, Friends of the Earth, Rainforest Action Network, Cordillera Peoples Alliance e EARTH) se retirassem da assembléia, colocando-se na condição de observadoras do processo.

O debate sobre a constituição efetiva do FSC prosseguiu após sua fundação. Vários Grupos de Trabalho foram formados por integrantes da Assembléia Fundadora, inclusive pelas ONGs que haviam se retirado da mesma e retornaram estratégicamente para influenciar o conteúdo dos estatutos, dos princípios e critérios e do guia para certificadores. O FSC foi estabelecido legalmente ao final de 1994 e, atualmente, tem a sua sede em Oaxaca, México, contando com um diretor executivo³¹².

³¹¹ Ibid., 1996.

³¹² Os 10 Princípios e Critérios do FSC: Princípio 1: Obediência às Leis e aos Princípios do FSC. O manejo florestal deve respeitar todas as leis aplicáveis ao país aonde opera, os tratados internacionais e acordos assinados por este país, e obedecer a todos os Princípios e Critérios do FSC. Princípio 2: Responsabilidades e direitos de posse e uso da terra. Os direitos de posse e uso de longo prazo relativos à terra e aos recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos. Princípio 3: Direitos dos Povos Indígenas. Os direitos legais e costumários dos povos indígenas de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados. Princípio 4: Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores. As atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar o bem estar econômico e social de longo prazo dos trabalhadores florestais e das comunidades locais. Princípio 5: Benefícios da Floresta. As operações de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma grande gama de benefícios ambientais e sociais. Princípio 6: Impacto Ambiental. O manejo florestal deve conservar a diversidade ecológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos, e os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares, e ao assim atuar, manter as funções ecológicas e a integridade da floresta. Princípio 7: Plano de Manejo. Um plano de manejo - apropriado à escala e intensidade das operações propostas - deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo do manejo florestal e os meios para atingi-los devem ser claramente definidos. Princípio 8: Monitoramento e Avaliação. O monitoramento deve ser conduzido - apropriado à escala e à intensidade do manejo florestal - para que sejam avaliados a condição da floresta, o rendimento dos produtos florestais, a cadeia de custódia, as atividades de manejo e seus impactos ambientais e sociais. Princípio 9 -

As sete entidades brasileiras que participaram da Assembléia Fundadora³¹³ propuseram-se a organizar no Brasil um amplo processo consultivo, divulgando as informações que possuíam e provocar o debate nacional de forma a construir uma posição compartilhada com um leque amplo de ONGs e movimentos sociais quanto à adesão ou não ao FSC. Apresentaram então ao recém-eleito Conselho Internacional do FSC um projeto solicitando recursos para viabilizar o processo consultivo no Brasil. A impossibilidade do FSC Internacional em contribuir naquela ocasião com os recursos solicitados inviabilizaram a realização do processo consultivo então pensado, tornando o processo de circulação de informações baseado na rede de circulação de informação já existente. No primeiro trimestre de 1994, novas articulações no Brasil estavam em andamento, capitaneado pelo setor empresarial de produtos de base florestal, o que feria propostas da Assembléia Fundadora.³¹⁴

Sem ter procurado o grupo de trabalho do FSC – Brasil, formado ainda em Toronto, o diretor-executivo do FSC, Timothy Synnott, em reunião ocorrida primordialmente com representantes do setor empresarial, no Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF), em Piracicaba (SP), em abril de 1994, respaldou a proposta de criação de um outro grupo de trabalho com composição tripartite, o que desrespeitava a proposta votada na Assembléia Fundadora quanto à presença setorial, de haver quatro representantes do setor social, três do ambiental e dois do econômico. Além disso, a proposta também incluía a participação de representantes do governo brasileiro, o que também não estava previsto pela Assembléia Fundadora do FSC. Além destas discordâncias, enviou carta ao Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal anunciando este novo grupo e oferecendo recursos financeiros para viabilizá-lo, desconsiderando o projeto elaborado pelo grupo brasileiro que solicitava recursos para uma consulta ampla no Brasil, solicitação que o FSC Internacional nunca atendeu.

Manutenção de florestas de alto valor de conservação. As atividades em manejo de florestas de alto valor de conservação devem manter ou ampliar os atributos que definem estas florestas. Decisões relacionadas à florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem precautória.

Princípio 10 : Plantações. As plantações devem ser planejadas e manejadas de acordo com os Princípios e Critérios de 1 a 9 e o Princípio 10 e seus Critérios. Considerando que as plantações podem proporcionar um leque de benefícios sociais e econômicos, e contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, recomenda-se que elas complementem o manejo, reduzam as pressões, e promovam a restauração e conservação das florestas naturais. Disponível em: <<http://www.fsc.org.br>> Acesso em 15/05/2007.

³¹³ GTA- Nacional, Núcleo de Direitos Indígenas, Fundação SOS Mata Atlântica, Vitae Civilis, Conselho Nacional de Serirgueiros e FASE

³¹⁴ FAILLACE, Sandra. Obra citada. 1996.

Em dezembro de 1995, o FSC oficialmente credenciou quatro certificadores que, assim, estão autorizados a utilizar o logotipo do FSC em seus processos de certificação de mata nativa.³¹⁵ Após a votação pelos membros do FSC do Princípio e Critério 10 para florestas plantadas, ocorrida em janeiro de 1996, estes certificadores ficaram autorizados a certificar também “florestas” plantadas.

3.4.2.1.1 Empresas certificadas avaliadas

Com o objetivo de contribuir no aperfeiçoamento dos princípios e critérios definidores de um “bom manejo”, e com o intuito de aprofundar o debate público a respeito do sistema FSC de certificação florestal, o Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais (WRM) solicitou dois estudos que pudessem avaliar o manejo dos plantios homogêneos já certificados pelo FSC. Um dos estudos foi realizado na Tailândia e o outro no Brasil. No caso brasileiro foi feito estudo da situação da certificação da Plantar S. A. Reflorestamentos e da V&M Florestal, ambas certificadas pelo FSC. Este estudo incluiu desde a análise do documento oficial da certificadora liberando o certificado, à visita a campo nas áreas destas empresas. Coincidentemente, pude presenciar uma audiência pública no município de Curvelo, em que estava em discussão a re-certificação da Plantar S. A. Reflorestamentos.

Neste relatório da WRM, especial atenção foi dedicada ao princípio 10 do FSC, que regula as “*plantations*”, e sua especificidade no conjunto dos outros princípios, referentes a florestas propriamente ditas. A idéia de se realizar estudos deste tipo surgiu de uma preocupação, hoje compartilhada por diversos movimentos e organizações socioambientais em relação à certificação de milhões de hectares de plantações uniformes de árvores em nível mundial, em larga escala. Muitos destes movimentos têm questionado a “sustentabilidade” possível diante de milhares de hectares de uma cultura única e uniforme e dos problemas já vivenciados pelas comunidades. Várias denúncias surgiram contra plantações empresariais certificadas, desde que o FSC incluiu e aprovou o Princípio 10, que trata das “*plantations*”. Mas para discutir melhorias no sistema de certificação de plantações dentro do FSC, é preciso

³¹⁵ Os certificadores foram: Rainforest Alliance (EUA) com o Programa Smartwood, Scientific Certification Systems (EUA) com o Programa Forest Conservation, SGS – Forestry (Reino Unido) com o Programa Qualifor, e a Soil Association (Reino Unido), como o Programa Responsible Forestry.

oferecer mais elementos, além de denúncias. Enfim, uma vez instituído, dificultam-se ações instituintes. É neste sentido que surge a idéia de realizar estudos que pretendem mostrar os resultados de uma avaliação de empresas certificadas a partir de um olhar crítico sobre a realidade nos lugares onde as empresas atuam.³¹⁶

A equipe brasileira contou com pesquisadores da Articulação do Semi-árido (ASA) – Espírito Santo, da Assessora de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), do Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia e da FASE Espírito Santo³¹⁷. Tal estudo enfatiza que muitas plantações já foram certificadas pelo FSC, “enfraquecendo, assim as lutas das comunidades locais para recuperar seus territórios ou restaurar ecossistemas anteriores”, recomendando ao FSC a suspensão de futuras certificações de plantações de árvores com fins industriais em larga escala. Sugerem também que o FSC realize uma revisão completa dos problemas. Na avaliação geral das certificações colocam a necessidade de: discussão interna profunda do próprio princípio 10, o qual se acredita ser altamente responsável pelos problemas tratados no livro; análise das implicações políticas da certificação do FSC em países onde os movimentos dos habitantes locais estão lutando contra as plantações; análise da contradição da certificação de plantações do FSC em países onde proibições de atividades madeireiras estão em vigor ou onde comunidades locais estão lutando para implantar tais proibições, e assim onde as certificações do FSC resultam no enfraquecimento dos esforços das comunidades locais para proteger as florestas; análise do porquê de apenas plantações em larga escala terem sido certificadas.³¹⁸

Este relatório foi divulgado em diversos países e através dele foi possível questionar a sustentabilidade da empresa Plantar S. A. Reflorestamentos, que desenvolveu projeto para aquisição de créditos de carbono³¹⁹. Conforme a empresa,

³¹⁶ WRM(ORG).Certificando o não-certificável: certificação pelo FSC de plantações de árvores na Tailândia e no Brasil. 2003, p. 129-130.

³¹⁷ Participei deste relatório, pois naquele momento acompanhava a problemática envolvida na questão da monocultura em Minas Gerais.

³¹⁸ WRM (org). Obra citada, 2003, p. 183.

³¹⁹ A natureza dos créditos da empresa são as seguintes: Atividade florestal: remoção e estoque de CO₂ em 23:100 hectares de plantios; Atividade de carbonização pela mitigação das emissões de CH₄ no processo de produção do carvão vegetal; Atividade de produção de ferro gusa pelas emissões evitadas de CO₂ no processo de produção do ferro-gusa, usando carvão vegetal renovável ao invés de coque ou biomassa não renovável; atividade de regeneração do cerrado induzida em 400 hectares de vegetação nativa de cerrado em terras não-florestadas. Uma vez que foi iniciado antecipadamente, o Projeto Plantar já foi submetido à validação. Na época do relatório de validação (junho de 2002), as regulamentações do

em parceria com o Fundo Protótipo de Carbono (PCF – Prototype Carbon Fund) do Banco Mundial, está implementando o Projeto Plantar. O objetivo geral é “reduzir as emissões de gases do efeito estufa por meio do estabelecimento de plantios de florestas de eucalipto para suprir o uso de carvão vegetal renovável na produção de ferro primário, em vez de coque de carvão mineral ou biomassa não-renovável”. “Ao longo de 28 anos, o Projeto diminuirá a concentração de CO₂ na atmosfera em aproximadamente 12.8 milhões de toneladas equivalentes”. O Protótipo de Carbono (PCF) já comprou 1.5 milhões de toneladas de CO₂ da Plantar, numa operação pioneira que contou com o apoio financeiro do Rabobank Internacional. Os créditos de carbono passaram a ser uma alternativa estratégica para combater o “déficit” de florestas plantadas no Brasil, também conhecido como “apagão florestal”. “Ao contrário de combustíveis fósseis ou não-renováveis, como o carvão vegetal de florestas nativas, as florestas plantadas prestam um grande serviço ambiental, na medida em que possibilitam a reciclagem do CO₂”.

Ou seja, a partir da fotossíntese, as florestas plantadas absorvem o CO₂ já existente na atmosfera, estocam o carbono na biomassa e se tornam uma fonte de energia renovável na forma de carvão vegetal. “Para cada tonelada de ferro feita com o chamado carvão vegetal renovável há um ganho ambiental mínimo de três toneladas de CO₂ em comparação ao uso de combustíveis fósseis ou não-renováveis”. É justamente esse “benefício” para o clima que pode ser vendido a investidores internacionais como “reduções de emissões”, a serem abatidas de suas metas junto ao Protocolo de Quioto ou a outros acordos.

Sabendo-se das condições da certificação da Plantar e da credibilidade do selo perante os organismos que liberam os créditos de carbono, foram enviadas cartas³²⁰ aos financiadores do MDL e do FSC denunciando as condições sócio-ambientais verificadas pelo estudo da WRM, bem como questionando o “seqüestro” de carbono indicado pelo projeto conforme trecho abaixo:

MDL para atividades florestais ainda não estavam estabelecidas, portanto os validadores não puderam emitir uma recomendação final para a atividade florestal. Entretanto, após esta regulamentação, 2003/2004, os documentos de concepção estão sendo adaptados para serem submetidos ao Conselho Executivo do MDL, com o objetivo de completar o processo de validação. Comissão Especial Protocolo de Quioto, Obra cidata,p. 42.

³²⁰ Assinadas por mais de 50 entidades que reconhecem os problemas enfrentados pelas comunidades das áreas de plantios de eucalipto.

Acreditamos que o “seqüestro” de carbono por plantações de árvores nunca garantirá um seqüestro em longo prazo, já que mais cedo ou tarde o CO₂ fixado será liberado para a atmosfera, portanto, o resultado do “balanço” será no máximo zero. Somente uma vegetação nativa permanentemente preservada, como a mata Atlântica ou o Cerrado, pode garantir uma fixação de carbono em longo prazo. Além do mais, somos de opinião que a Plantar não merece apresentar nenhum projeto de créditos de carbono, antes que ela reverta os impactos negativos que suas atividades têm causado ao longo do tempo de sua atuação.

As empresas que plantam eucalipto em Minas Gerais afirmam que suas plantações de árvores diminuem a “pressão” sobre as vegetações nativas, no caso a mata atlântica e o cerrado. No entanto, as mesmas empresas esquecem de mencionar que para implementar cerca de dois milhões de hectares de plantios no estado, muita mata atlântica e cerrado foram queimados, conforme afirmam as comunidades que são vizinhas dos plantios, e outros estudos realizados por pesquisadores. Além disso, o próprio plantio de eucalipto não quer dizer que a queima da vegetação nativa acabou. Ao contrário, segundo caminhoneiros que transportam carvão, as empresas ainda usam cerca de 10 a 15% de carvão nativo; a região de Curvelo, onde a Plantar pretende instalar seu projeto de “seqüestro” de carbono, é uma região de cerrado. Os impactos ambientais do plantio de eucalipto nesta região têm sido desastrosos. Rios secaram, eucalipto foi plantado em cima de nascente, áreas legais de preservação permanente foram desrespeitadas. O uso de agrotóxicos tem causado a morte da fauna local. Estes impactos podem ser verificados in loco. Uma reclamação atual é a construção do viveiro em 2000, sobre o qual nenhum morador local foi consultado e para o realiza-lo foi feito desvio de uma estrada tradicional existente e as comunidades locais enfrentam um desvio de 5 km; A Plantar como outras empresas do ramo não dispõe de um Estudo e Relatório de impacto ambiental; As condições de trabalho nas áreas da Plantar são extremamente precárias. É por isso que recentemente, em março de 2002, a empresa foi mais uma vez autuada pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), juntamente com 41 outras empresas em Minas Gerais, por descumprirem a legislação trabalhista brasileira. A empresa também foi citada por estar praticando a terceirização ilegal e degradante do trabalho numa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na ALMG. Em função disso, as empresas processadas pelo Ministério Público Federal do Trabalho por terceirização ilegal, foram forçadas a assinar um “termo de ajuste de conduta”, para reverter os impactos causados pela terceirização; No início de seu funcionamento empresas como Plantar geravam empregos. Porém, a ocupação de áreas de cerrado contribuiu em muito para uma crise na economia local

que se baseava nos produtos dessa vegetação nativa. Em Curvelo, várias fábricas de produtos alimentícios fecharam por falta de matéria-prima, aumentando o desemprego. Ao mesmo tempo, a crescente demissão destas empresas a partir dos anos de 1990, resultou na atual crise de desemprego. O mais gritante é que a Plantar não faz nada para seus ex-empregados, muitas vezes acidentados e sofrendo problemas de saúde por causa das péssimas condições de trabalho que envolvem a produção de carvão vegetal e o corte de eucalipto. Vale ressaltar que o plantio de eucalipto cria menos postos de trabalho, se comparado com outras atividades agrícolas, como o plantio de alimentos e a criação de gado em áreas de pastagens.³²¹

A certificação FSC da empresa, concedida em 1998 pela certificadora SCS, atinge somente 4.8% de todas as terras da empresa, que correspondem a 280 mil ha³²², e não garante o “bom manejo florestal”. Além disso, afirmam que os sérios erros da certificadora SCS inviabilizariam a certificação. Um dos pontos mais graves apontados pelo estudo é que nenhuma representação dos trabalhadores, nem das comunidades locais, foi consultada. Também os processos e investigações que a empresa sofre do Ministério Público Federal do Trabalho e da Assembléia Legislativa de Minas Gerais passaram “despercebidos” aos olhos da certificadora.

Apontam ainda que o eucalipto absorve CO₂ para seu crescimento, porém, nunca pode ser utilizado para justificar danos ambientais, sociais, econômicos e culturais nos locais. Além disso, o argumento de que produzir aço com a energia de carvão vegetal seria menos mal para o meio ambiente do que utilizando carvão mineral, considerando a liberação de CO₂ é uma previsão do “fim do mundo”, se olharmos a realidade local. “Não podemos aceitar de jeito algum o argumento de uma atividade ser menos prejudicial que outra, para justificar os graves impactos que a Plantar e suas atividades causam”. Portanto, ressaltam que este projeto não é desenvolvimento limpo.³²³

³²¹ Seguem trechos da carta para os responsáveis e investidores no PCF (Prototype Carbon Fund) indicando a problemática vivenciada em áreas de cultivo de eucalipto e que, conforme o Relatório de Avaliação da V&M e da Plantar S. A. Reflorestamentos, ambas certificadas pelo FSC – Conselho de Manejo Florestal (Brasil, Novembro de 2002), não são esclarecidos pelo relatório da certificadora SCS.

³²² Nas 15 propriedades da empresa a principal atividade é o cultivo de eucalipto para a produção de carvão para abastecer a própria siderurgia.

³²³ Para os responsáveis e investidores no PCF. Brasil, 26 de Março de 2003.

3.4.2.2 Por onde andam as práticas instituintes?

As discussões relacionadas ao Selo do FSC continuaram por parte dos movimentos utilizando como estratégia dar visibilidade aos problemas vivenciados pelos moradores de áreas certificadas em eventos internacionais, como a “9^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, ocorrida em dezembro de 2003”, quando estiveram presentes moradores de áreas com plantio de eucalipto de Bocaiúva, Rio Pardo de Minas e Curvelo. Diante da pressão sobre a direção do FSC buscando mostrar a pressão sofrida pelos moradores locais que expunham a insatisfação com tais plantações o FSC decidiu que nos anos de 2005 e 2006 realizaria um processo de revisão global dos termos de sua certificação. No dia 18 de outubro de 2005 foi feita uma reunião de Consulta Nacional em Belo Horizonte. Para esta reunião foram convidados quatro representantes da Rede Alerta Contra o Deserto Verde (CAA, Núcleo Amigos da Terra/RS, CEPEDES, FASE-ES). Durante o encontro, estes representantes defenderam a proposta de que seria fundamental para este processo ouvir as comunidades impactadas por plantações de árvores, certificadas e não certificadas pelo FSC, e defenderam a não certificação de monoculturas pelo FSC. A partir de uma fala da representante da AMDA, Carlos Dayrel, do CAA, convidou a representante da entidade e demais membros a visitar as áreas de monocultura:

Maria Dalce (AMDA):

Bem, a entidade da qual faço parte tem 28 anos de existência, e certamente, da mesma forma que o Mário falou, nós marcamos a nossa história por lutar contra o desmatamento no estado. Nossa posição que não é de hoje é inclusive contra a lei vigente, seja a lei federal, seja a lei estadual é que não deveria se substituir a qualquer ecossistema ainda existente em Minas Gerais, que são poucos já por sinal em termos de quantidade e também de qualidade, para qualquer tipo de plantação, seja eucalipto, capim, cana-de-açúcar, feijão, qualquer outra coisa, naturalmente, com as devidas exceções talvez em questões de subsistência. Nós consideramos o plantio de floresta como atividade econômica como qualquer outra permitida pelas leis do país, assim como mineração, construção de casas, como um monte de coisa, então assim, nós não temos nada contra o plantio de florestas, nós só não concordamos, de jeito nenhum, que da mesma forma que não deve se plantar soja, converter ecossistemas naturais em soja também não se deve converter em plantio de eucalipto, nossa posição é pública, está no nosso site e eu quero repetir isso aqui.

O setor florestal no Brasil apesar de existir os melhores exemplos de avanços na área ambiental, não é defensável como um todo, de jeito nenhum, mas nós temos bons exemplos que mostram que é possível, eu queria registrar essa opinião aqui porque também como representante de uma ONG que marcou sua história, que marca sua história contra o desmatamento e pela proteção da biodiversidade no estado que tem uma lista suja e que inclusive dela já fez parte, por exemplo, a CENIBRA, que está aqui presente eu acho que nós temos direito de marcar nossa posição e a menina do Rio Grande, cadê ela? Que colocou a questão aqui, *conversão de ecossistemas*, depois de 1994 que não é certificado, então entendo que essa empresa, se vai substituir campos sulinos por monocultura, ela não vai ser nunca certificada, o FSC não tem poder de interferir então no assunto.

Carlos Dayrell (CAA):

[...] Bom, a outra questão que eu gostaria de falar, é com a Dalce. Quando ela coloca aqui, o setor florestal é o melhor exemplo de preservação ambiental ela colocou aqui, eu gostaria de fazer a seguinte questão: nós estamos no norte de Minas, nós estamos num mar de degradação, em que os grandes degradadores são os grandes empreendimentos de monocultura de eucalipto e pinus. Então eu gostaria de garantir a presença da Dalce com um representante do IEF, do IBAMA, da promotoria pública e nós vamos amanhã num município do norte de Minas ver lá uma grande destruição que uma empresa reconhecida a nível nacional está fazendo. Pois é, eu posso dizer aqui ou não, mas eu posso falar, mas eu gostaria de garantir, que amanhã nós fôssemos daqui, uma comissão, ir lá no município que está fazendo uma devastação de Cerrado para plantio de monocultura. Está lá fazendo. Nós podemos ir lá hoje, garantir esse compromisso. Podíamos ir lá amanhã..

Winne (FASE-ES):

Eu queria responder sobre esta ida da consulta ao local, primeiro eu não posso falar em nome das comunidades afetadas, posso até relatar o que já ouvi deles, mas eu acho importante, por tudo que já tem passado nessas comunidades inclusive que vive no entorno de empresas já certificadas de impactos, acho que o FSC tem que ir lá ao local e ouvir, muito diferente do que a gente fazer um documento e encaminhar, acho que vai ficar muito mais rico, e acho que vai ficar muito mais barato e eu acredito do que organizar um encontro aqui na capital, onde vem pessoas de avião, todo mundo no hotel, imagina assim, o encontro no norte de Minas na região do Carlinhos, as pessoas podem ir lá e ouvir e

coletar sugestões, principalmente sobre os impactos, porque eu percebo que aqui nesse grupo, tem muita gente que lida com plantações, agora tem poucas autoridades, que eu considero autoridades para falar sobre esses impactos, são pra mim as pessoas que convivem com essas plantações no dia-a dia, que tinha lá seu eco-sistema que foi substituído pela plantação, pra dizer o quê que causou na vida dessas pessoas. Isso tem que ser valorizado, isso tem que ser ouvido. Então está aí uma segunda sugestão para essa consulta, no sentido também de ouvir o que seria então uma plantação certificável, como é que seria uma plantação que tem benefício para nossa comunidade, não apenas como uma formalidade que atende ao procedimento para chegar à certificação, que até agora tem interessado muito mais às empresas. Essa divergência lá ia muito além da legislação. Acho que o FSC como certificação de plantações tem que ser uma coisa totalmente diferente do que é hoje, tem que fazer a diferença de fato [...] isso a gente não concorda, numa posição da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, de certificar plantações de apenas monoculturas.

Mário Mantovani (SOS Mata Atlântica):

Eu vou nessa direção, porque, o que acontece, quando a gente está aqui: primeiro que o Winnie toda vez faz esse tipo de coisa, a FASE, participou de tudo, como GT tivemos várias discussões, às vezes ele fala, eu pessoalmente acho que tem que, não é pessoalmente, aqui está se falando como organização, depois a gente tem que ver o seguinte, não pode desqualificar as pessoas, para pôr plantações aqui que vocês não gostam, nós tomamos muita porrada durante muito tempo, porque achamos que tinha que trazer certificação pra cá de plantações, se você não gosta, então vamos rediscutir, mas naquele momento lá atrás, quando surgiu o FSC, que a gente foi visitar a Aracruz, 20 anos atrás, eu fui na porta da Aracruz brigar com a Aracruz.

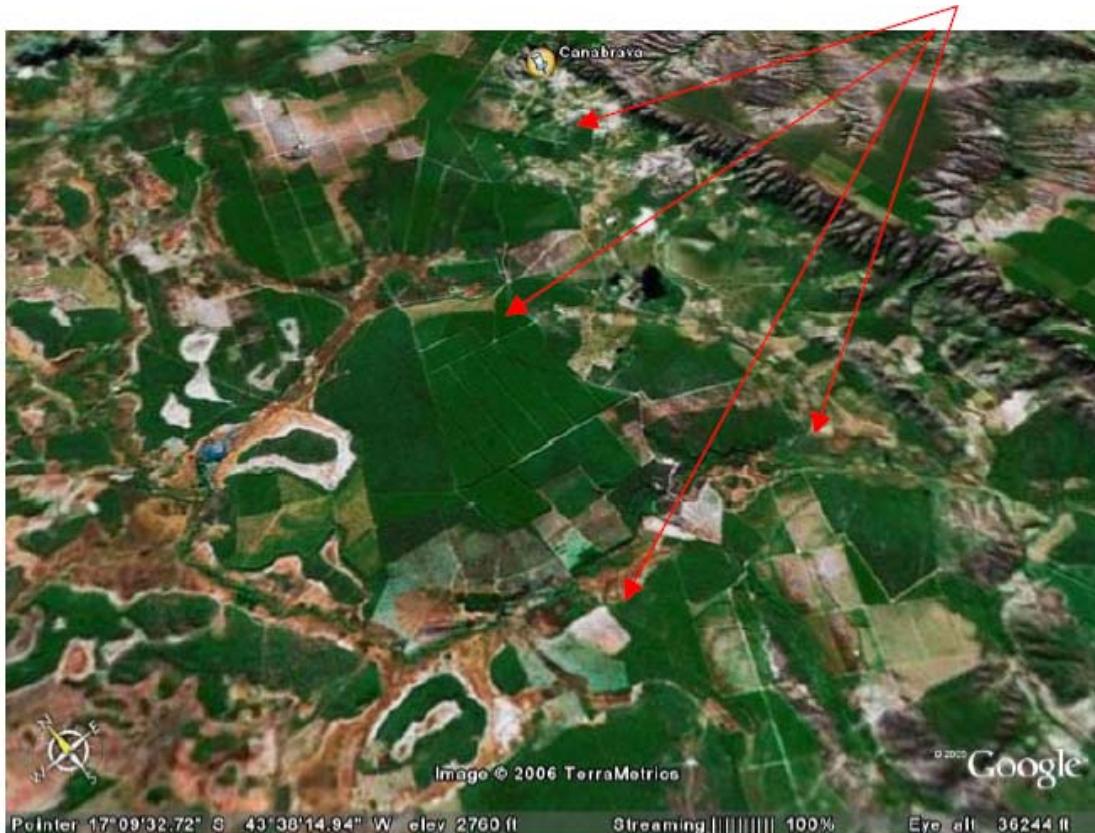
Carlos Dayrell:

Eu só gostaria de esclarecer porque viemos aqui. A carta está muito clara: colher sugestões para o processo de consulta, por isso viemos aqui. Nós não fizemos nenhuma discussão anterior com nossos pares, nós viemos aqui contribuir com sugestões para o processo de consulta e é esse entendimento. Gostaria de reafirmar, que nós sugerimos que esse processo direcionado pelo FSC chegue até as comunidades, essa é a nossa proposta. Se não for assim, eu sinceramente gostaria que se não garantir esse processo, se o FSC não garante esse processo até o prazo estipulado de colher a sugestão do Brasil, eu gostaria então de retirar o nosso nome dessa participação, ficou claro?

Embora tenha sido aprovada a visita às comunidades, o FSC acabou por não conseguir agendar a visita. Entretanto, por iniciativa dos solicitantes foi feita uma reunião e elaborado “Documento para o Grupo Internacional de Revisão dos Princípios e Critérios do FSC para plantações de árvores”³²⁴, em 25 de março de 2006.

A reunião aconteceu na comunidade de Canabrava – município de Guaraciama, vizinho de Bocaiúva, Minas Gerais. Este município conta com uma das maiores plantações certificadas pelo FSC, da empresa Vallourec & Mannesman Florestal Ltda, desde 1999, uma das empresas avaliadas pelo relatório da WRM, e conseguiu selo através da certificadora SGS para todas as áreas de manejo, totalizando 235.886 ha, dos quais 128.326 com plantios de eucalipto.

Figura 12: Vista aérea dos maciços de eucalipto da V&M Florestal e o encorralamento da localidade de Canabrava.



Fonte: Documento para o Grupo Internacional de Revisão dos Princípios e Critérios do FSC para plantações de árvores, 2006.

A reunião aconteceu no dia 25 de março de 2006 e participaram 31 pessoas, sendo dezessete da comunidade de Canabrava e outros quatorze como representantes

³²⁴ Documento para o Grupo Internacional de Revisão dos Princípios e Critérios do FSC para plantações de árvores .Disponível em: <http://www.wrm.uy/paises/brasil/carta_revisao_fsc> Acesso em 05 de maio de 2007.

de comunidades do Alto Rio Pardo, do STR de Rio Pardo de Minas, Montes Claros, além de pessoas da CPT, CAA, Setor de Educação do MST, uma professora e três estudantes de geografia da UNIMONTES e da FUNORTE. Perguntados se eles sabiam o que era FSC, com exceção de uma pessoa da comunidade de Morrinhos, todas as outras dezesseis pessoas da comunidade nunca tinham ouvido falar do FSC. Foi também perguntado se a comunidade sabia que a plantação de eucalipto da V&M Florestal era certificada pelo FSC e nenhum dos presentes também sabia que a plantação era certificada. Segue a posição de uma liderança local:

Nós precisamos aqui colocar as nossas propostas para subsidiar a reunião do FSC e propor pauta de discussão. Os empreendimentos são internacionais. O povo não é consultado e as coisas não são decididas aqui. Aqui apenas executa. Após 20 anos do início do plantio da monocultura do eucalipto, faz-se necessário repensar o que queremos e o que não queremos. É necessária constante discussão na comunidade. Qual a perspectiva de futuro para a comunidade? O que será daqui a 100-200 anos. É necessário pensar um projeto mais duradouro. Os replantios de eucalipto estão sendo retomados e tem suscitado discussões sobre como este processo deve ser conduzido. (Liderança local).

Propostas dos moradores locais encaminhadas ao FSC:

- 1.O plantio deve ser mais afastado, pelo menos 1000 metros afastados das cabeceiras e nascentes e pelo menos 500 metros afastados das divisas com os moradores.
- 2.Os plantios devem ser feitos de forma que não provoquem assoreamentos.
- 3.Manter o emprego na região de forma contínua e não apenas de forma temporária.
- 4.Os plantios não podem prejudicar os mananciais. Precisa ter um planejamento mais sério, que limite a área cultivada considerando as pequenas bacias hidrográficas locais.
- 5.É preciso garantir terra para os que não têm terra ou têm pouca terra.
- 6.A comunidade deve opinar sobre as áreas que podem ser desmatadas e as áreas que não devem ser desmatadas.

7.O rio Canabrava precisa ser recuperado, não apenas com a construção de pequenas barragens, mas com a recomposição das áreas de recarga, cabeceiras e nascentes.

8.As áreas em regeneração não devem ser desmatadas e não deve haver restrição de acesso aos moradores para fazerem extrativismo.

9.Definitivamente não deve ser utilizado correntão em desmatamento.

10. Não deve ser utilizado avião para aplicação de agrotóxicos.

11. A segurança contratada pela firma não deve ameaçar os moradores com armas de fogo e a questão dos denominados “roubo de madeiras” deve ser tratada como uma questão social e não judicial.

Denúncias semelhantes tinham sido encaminhadas pelo relatório da WRM, no ano de 2003, como indicam as fotos abaixo em áreas da V & M Florestal, retiradas deste relatório:

Foto 9: Área de eucalipto da V&M Florestal sem sub-bosque



Foto: WRM(ORG). Relatório de Avaliação da Certificação da V&M Florestal e Plantar S. A. Reflorestamentos.2002.

Figura 13: Fotos de áreas da V&M Florestal mostrando degradação da água e plantios em APP

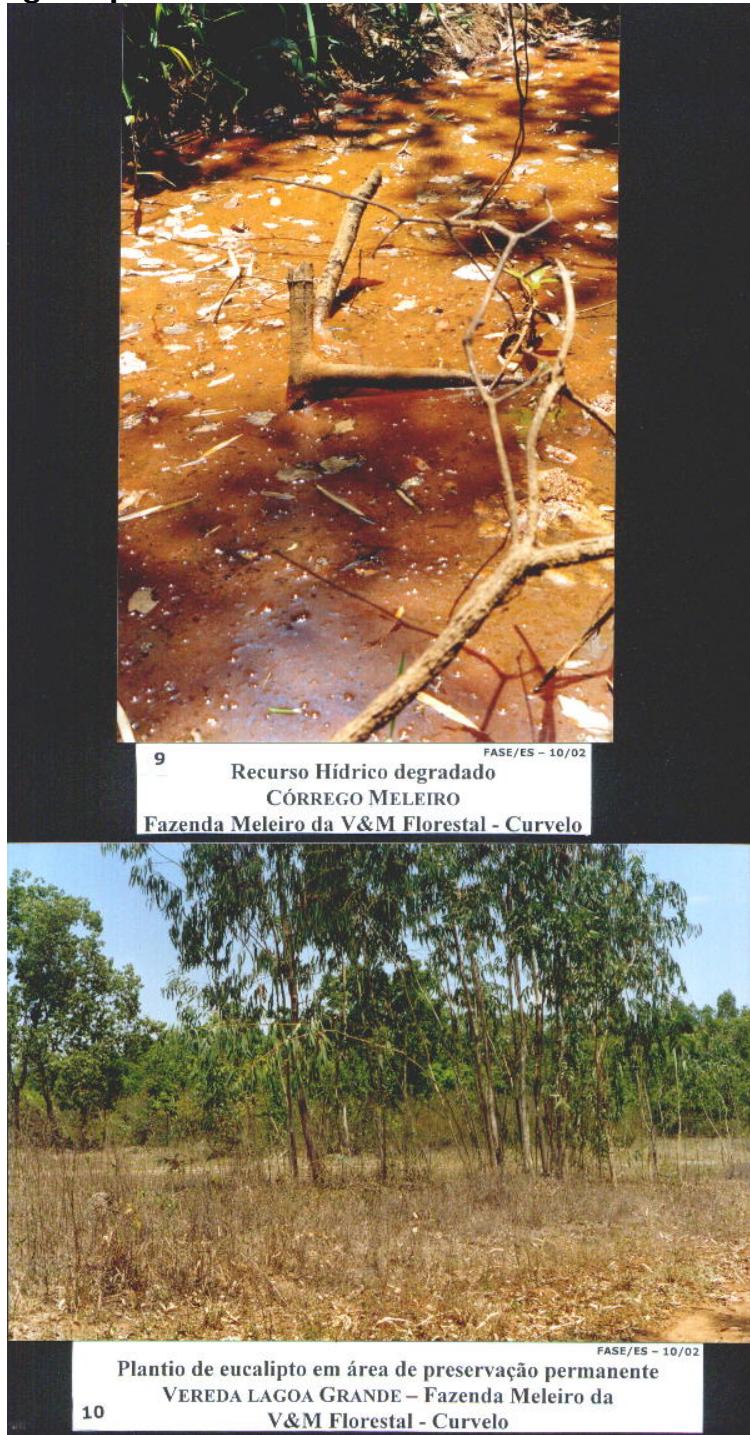


Foto: WRM, 2003

Figura 14: Leito de rio e várzea secos em área da V & M

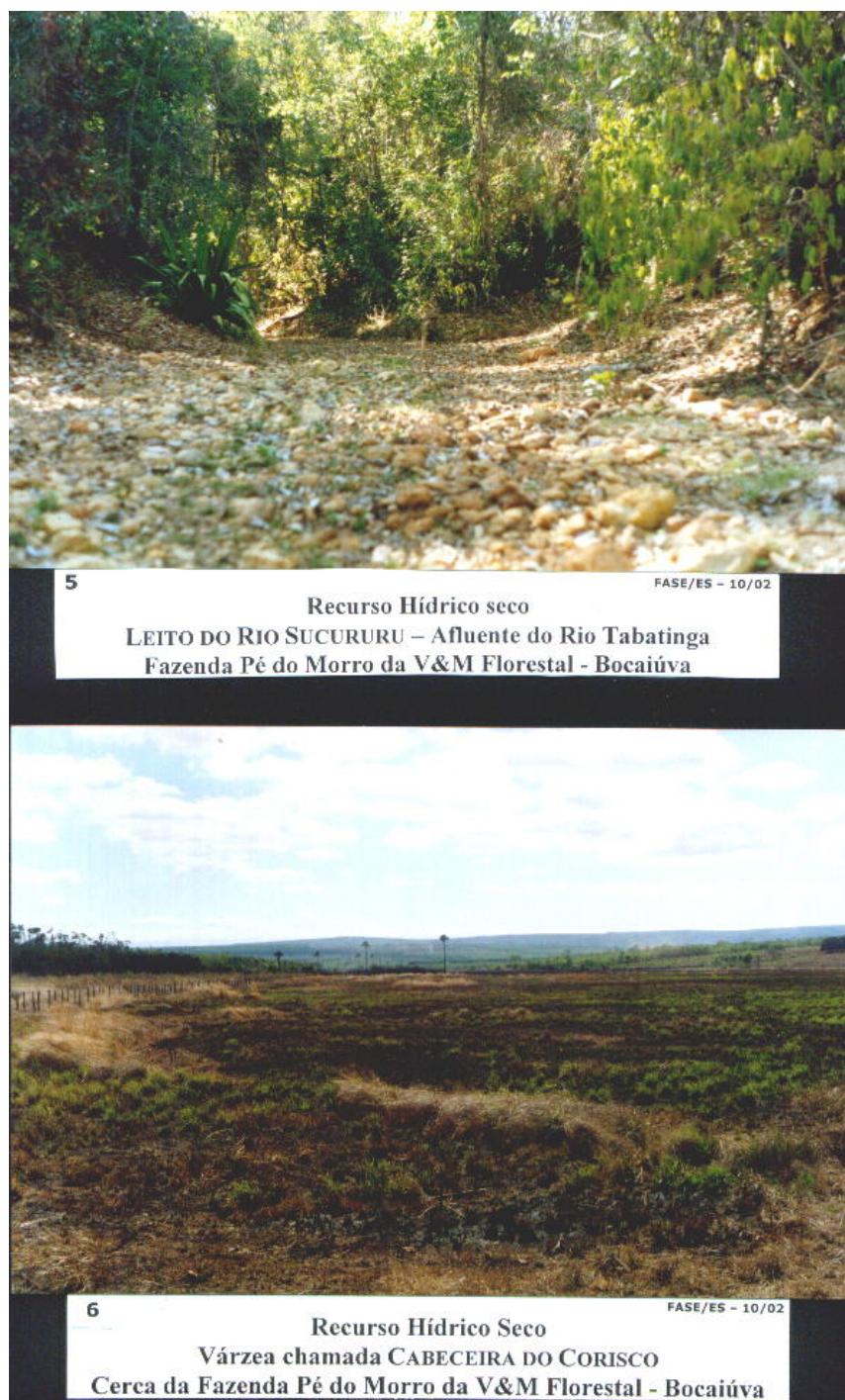


Foto: WRM, 2003

Figura 15: Fornos da V& M em Felixlândia e leito de rio seco em Bocaiúva

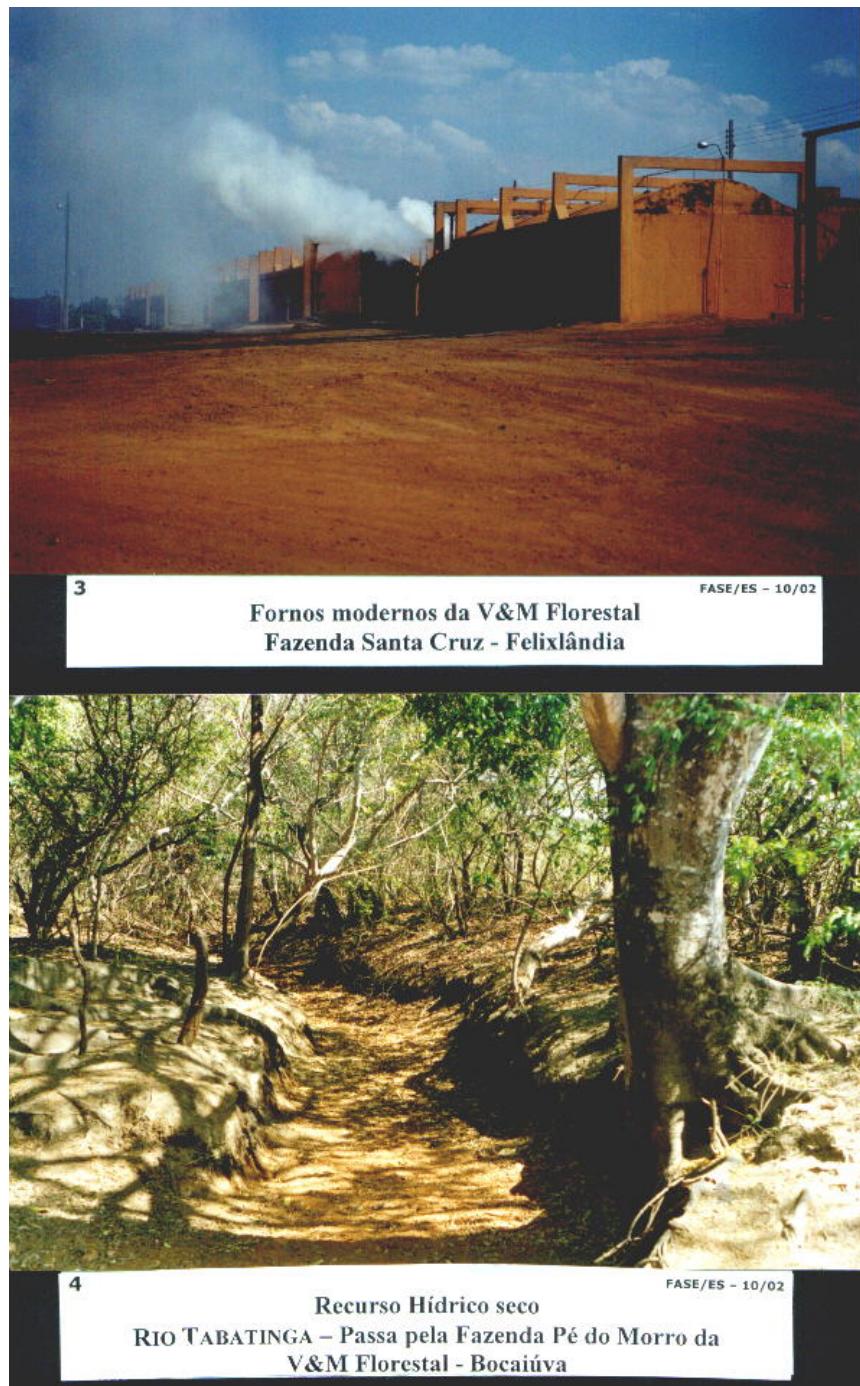


Foto: WRM, 2003.

Quase um ano depois desta reunião e das denúncias feitas, mesmo assim a empresa continuou certificada. No dia 26 de fevereiro de 2007, um morador da comunidade de Canabrava (localidade onde ocorreu esta reunião e foi elaborado o documento encaminhado ao FSC) foi assassinado por um guarda armado da V&M Florestal em área certificada pelo FSC, sob a acusação de roubo de lenha.

Como observado, estes conflitos existem pela eliminação da fonte natural de lenha destes moradores, da destruição e privatização dos meios coletivos de existência. Em virtude deste acontecimento e das pressões feitas pela Rede Alerta Contra o Deserto Verde a empresa pediu suspensão do Selo ao FSC, até que este assassinato fosse esclarecido.

MILICIA ARMADA DA VM Vallourec Mannesmann - ASSASSINA COVARDEMENTE GERAIZEIRO DA COMUNIDADE DE CANABRAVA MUNICIPIO DE GUARACIAMA/ COMARCA DE BOCAIUVA NORTE DE MINAS GERAIS

Antonio Joaquim dos Santos, lavrador e extrativista, 32 anos, casado, pai de quatro filhos foi assassinado covardemente por um guarda armado da VM Vallourec Mannesmann empresa que vem plantando milhares de ha de monocultura do eucalipto no Norte de Minas Gerais. Este assassinato é um desdobramento de um violento processo de expropriação das populações tradicionais do Norte de Minas em virtude da expansão da monocultura do eucalipto na região. Segundo informações obtidas na comunidade, o assassinato aconteceu ontem, dia 26 de fevereiro de 2007 às 21 horas, quando Joaquim junto com sua filha, Eudisleia dos Santos, de 16 anos retornava para casa após coletar lenha para ser utilizada em sua residência. Dois guardas armados contratados pela VM, conhecidos como Claudinei e Joãozinho de Carmina, após prenderem o Antonio Joaquim, o amarraram, e após baterem nele dispararam 2 tiros na boca em frente de sua filha.

Este fato aconteceu em uma das plantações de monocultura do eucalipto certificada pelo FSC Conselho de Manejo Florestal que teoricamente garante um manejo ecológico e responsabilidade social. Há muitos anos a Rede Alerta contra o Deserto Verde, uma rede que luta contra a expansão indiscriminada das monoculturas do eucalipto no Brasil vem denunciando a VM em virtude do impacto ambiental, social e econômico de suas plantações. No ano passado a comunidade de Canabrava fez uma denúncia internacional relatando o seu sofrimento e a falta de alternativas, entre estas o desmatamento dos cerrados provocado pela empresa deixando a comunidade sem acesso à lenha e às frutas nativas além do secamento do rio Canabrava. A resposta da VM foi a de aumentar a pressão sobre a comunidade que vivia desde então aterrorizada com as ameaças da milícia que pressionava inclusive quando as crianças, de volta da escola, traziam pequenos feixes de lenha na garupeira de suas bicicletas. Segundo informantes da comunidade o Antonio Joaquim foi retirado pelos guardas da VM da propriedade de seu irmão onde tinha o costume de coletar lenha. Prenderam Antônio e sua filha e os arrastaram para dentro da área da VM, agredindo-os,

ameaçando de morte Eudisleia. Alguns moradores que presenciaram o fato solicitaram que os soltassem. Sem atender ao pedido, eles os levaram presos até que o amarraram em uma árvore e dispararam dois tiros em sua boca na presença da filha. Esta não é a primeira vez que membros da comunidade de Canabrava são ameaçados pela milícia armada da VM. Existem diversos relatos e denúncias de apreensão de carroças, de ferramentas de trabalho dos agricultores, e de violência verbal e física contra os moradores. Na comunidade está instalado um clima de terror, com os moradores perdendo o direito de ir e vir em virtude das constantes ameaças. A Rede Alerta contra o Deserto Verde acionou autoridades agrárias e dos direitos humanos para uma intervenção imediata e enérgica contra os desmandos da VM, a saber: a Coordenadoria de Direitos Humanos, Meio Ambiente e Conflitos Agrários do Ministério Público de Minas Gerais através do Dr. Afonso Henriques de Miranda Teixeira, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa deputado Durval Ângelo, a Ouvidoria Agrária Nacional através do Desembargador Gercino José da Silva Filho, o Promotor da Bacia do São Francisco, Dr. Paulo César, o ITER através do Dr. Luiz Chaves. Denúncias vão ser encaminhadas ao FSC Brasil e FSC Internacional para uma cassação imediata do Selo Verde que foi outorgado à VM mesmo sabedores dos impactos ambientais e das condições desumanas que esta empresa vem tratando a comunidade.

**REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE
CAA NM - CPT - FÓRUM REGIONAL DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS
- MST - ASA MINAS GERAIS**

O que se percebe deste processo de certificação é que houve uma apostila numa regulação que facilita as perspectivas de mercado das empresas de grande porte, ao mesmo tempo em que propicia a entrada destes setores nos novos circuitos de valorização do capital propiciados pela questão ecológica tal como ela tem sido abordada. As empresas certificadas utilizam o selo para fazer o marketing ecológico como se vê nas imagens abaixo:

Figura 16: Embalagem de produto destacando o selo do FSC

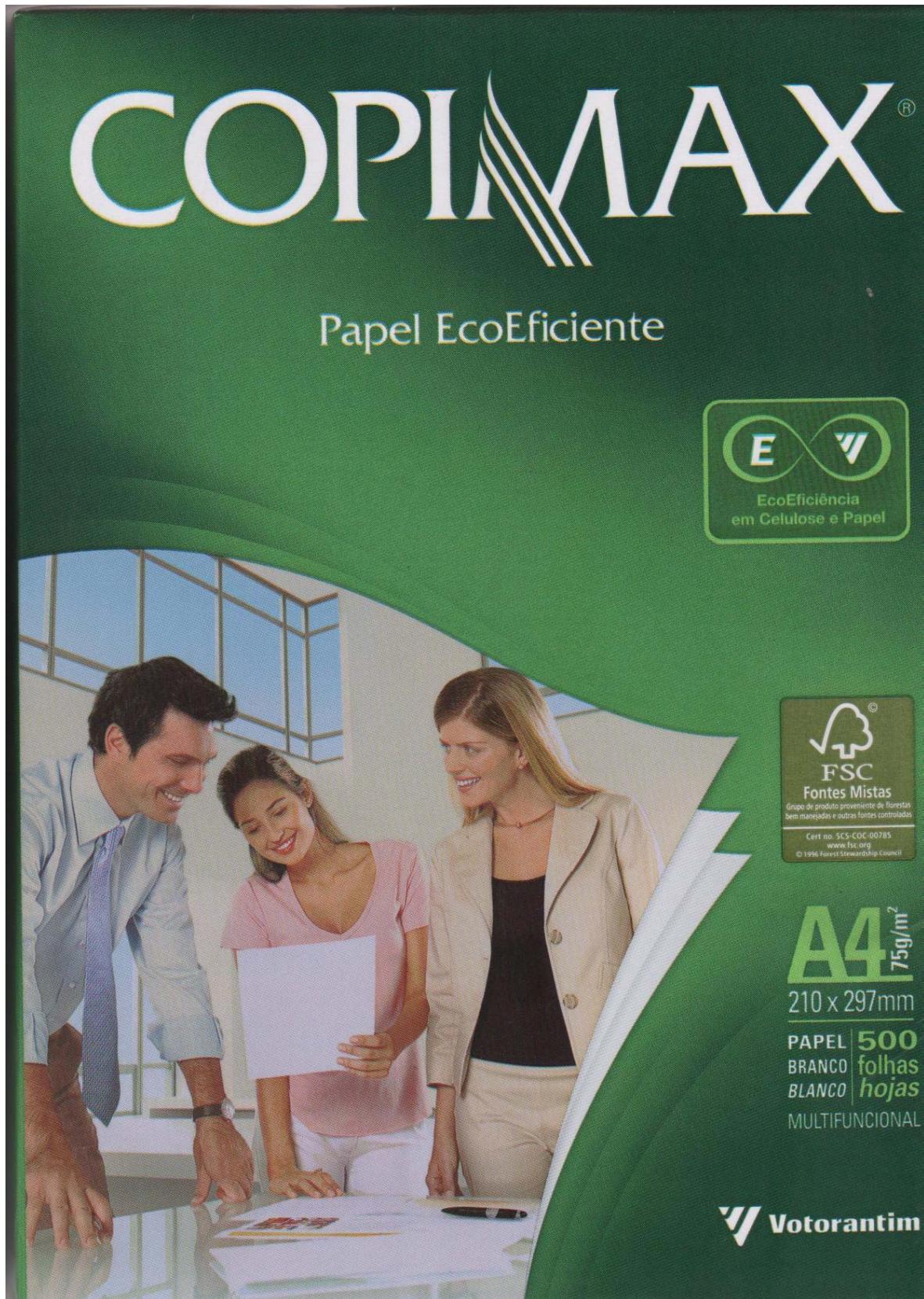


Foto 10: Destaque do Selo do FSC, entrada de fazenda da V&M Florestal



Foto: WRM, (2003)

Por outro lado, vem enfraquecer as perspectivas locais de repensar o espaço voltado para atender o modo de vida destas comunidades. Para tal utiliza-se de dois argumentos ambientais que não são colocados sob suspeição: Um deles é o de que o eucalipto é uma fonte de energia renovável e sob este discurso destrói os ecossistemas locais; o outro argumento é de que diminui o efeito estufa, também sob este álibi são

destruídos modos de vida. O que se observa é que o próprio discurso ecológico é ideológico, uma vez que parte de questões concretas para se justificarem, porém com finalidades outras que são verdadeiramente antiecológicas, fazendo parte de um novo momento do processo de valorização do capital. O entrelaçamento do “político” e do econômico é cada vez mais reforçado:

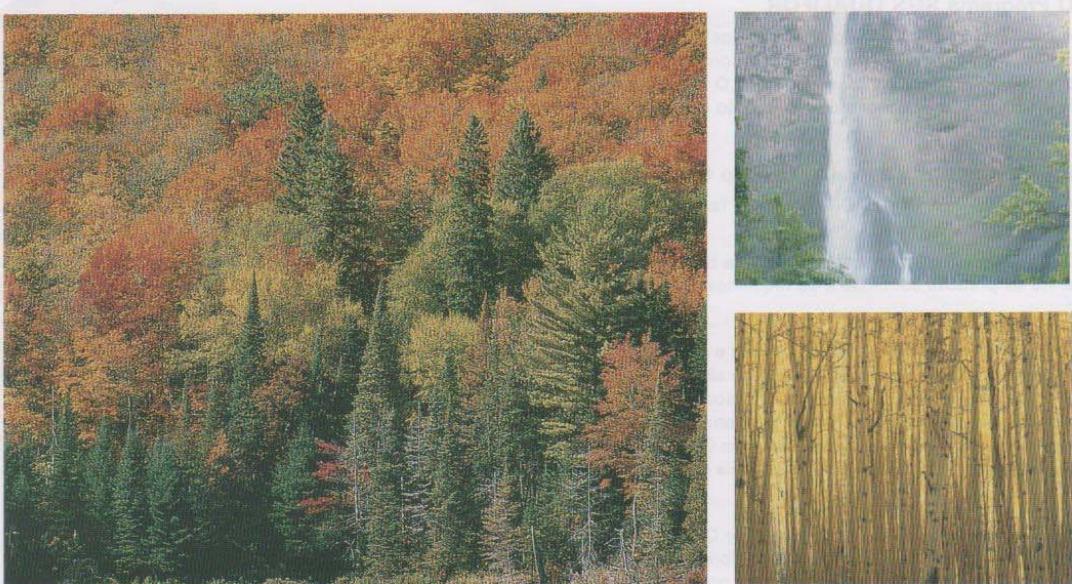
[...] percebe-se que a burguesia, a classe dominante dispõe de um duplo poder sobre o espaço. Inicialmente, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço [...]. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado. E existem conflitos inevitáveis entre estes dois aspectos, e notadamente entre espaço abstrato (concebido, conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais de organização e os projetos parciais dos mercados de espaço.³²⁵

Por outro lado, as certificadoras, organizadas para atuar neste mercado também promovem o selo do FSC:

³²⁵ LEFEBVRE, H. Espaço e política. P. 27.

Figura 17: Fragmento publicitário da SGS ICS Certificadora Ltda.

Certificação de Floresta



O que é Certificação Florestal?

As florestas fornecem uma grande variedade de produtos e serviços e têm importantes funções ambientais, como a conservação do solo e dos recursos hídricos. Elas podem ser essenciais para a subsistência de comunidades rurais, que dependem das florestas para lenha, pesca, ervas medicinais e outros produtos. As florestas também sustentam a indústria florestal, gerando emprego, renda e pagamento de impostos.

A Certificação Florestal é um processo de avaliação e reconhecimento formal de florestas bem manejadas, ambientalmente adequado, socialmente benéfico e economicamente viável. Os produtos originados de uma floresta certificada podem receber um selo, que os identifica como produzidos a partir de uma floresta bem manejada. Esse selo é uma garantia aos consumidores, comerciantes, investidores e órgãos governamentais. Muitas empresas que comercializam produtos florestais na Europa, na América do Norte, e agora no Brasil, estão comprometidas com o uso de produtos certificados.



Outros capitais interessados na certificação são as empresas compradoras dos produtos certificados:

Figura 18: Fragmento publicitário cuja centralidade é divulgar a imagem de certificação com proteção da natureza.

The figure consists of two side-by-side advertisements. The left advertisement is for FSC (Forest Stewardship Council) and Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. It features the FSC logo at the top left, followed by a paragraph of text explaining the FSC logo. Below this are eight small icons of smiling faces, each labeled with a different certified product: 'Comprador de Madeira Certificada', 'Comprador de Fruta Certificada', 'Comprador de Polpa de Fruta Certificada', 'Comprador de Papel Certificado', 'Comprador de Garvão Certificado', 'Comprador de Castanha da Amazônia Certificada', 'Comprador de Óleo Certificado', and 'Comprador de Palmito Certificado'. To the right of these icons is a large block of text detailing the process for companies interested in participating. At the bottom left is the contact information for Amigos da Terra. The right advertisement is for Amigos da Terra and features large green text reading 'Estamos salvando a floresta' (We are saving the forest) and 'comprando madeira' (buying wood). Below this text is a circular icon of a smiling face with a tree trunk texture, and the text 'Compradores de Produtos Florestais Certificados'.

O logotipo do FSC identifica produtos que contêm madeira proveniente de florestas bem manejadas, certificadas de acordo com as regras do Conselho de Manejo Florestal.

FSC - SECR - 002
FSC Trademark® 1996
Forest Stewardship Council A.C.

As empresas interessadas em participar do grupo devem contatar Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. As empresas associadas assinam uma declaração pública de compromisso que visa priorizar a compra de produtos certificados e, como objetivo final, oferecer a seus consumidores produtos fabricados com matérias primas florestais certificadas, de acordo com a disponibilidade no mercado. Tais empresas podem utilizar a marca do grupo de compradores correspondente ao produto consumido e conforme os modelos ao lado.

Compradores de Produtos Florestais Certificados

Rua Bento de Andrade, 85 - Cep. 04503 010 - São Paulo
Tel. 0xx11 3887-9369 - Fax 0xx11 3884-2795
E-mail: compradores@amazonia.org.br - www.amazonia.org.br/compradores

Amigos da Terra
AMAZÔNIA BRASILEIRA

Estamos salvando a floresta

comprando madeira

Compradores de Produtos Florestais Certificados

Figura 19: Panfleto de evento organizado pelo FSC sobre produtos certificados



Também a AMDA promove a certificação como estratégia competitiva:

AMDA PROMOVE ENCONTRO ESTADUAL SOBRE CERTIFICAÇÃO

A Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda) realiza, dia 19 de novembro, o I Simpósio Estadual sobre Certificação Ambiental de produtos Oriundos da Agropecuária e Silvicultura, em Belo Horizonte (MG). O encontro vai debater questões como a competitividade dos produtos certificados, certificação como promotora do desenvolvimento sustentável, a situação da certificação em Minas, apresentação de experiência de formação de grupos de compradores de produtos certificados e depoimentos de representantes de empresas e de setores que adotaram a certificação como prática na gestão de suas organizações. Mais informações podem ser obtidas no site www.amda.org.br.

Fonte: <http://www.sbs.org> Acesso em 04/11/2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AMDA, ONG, ESTADO - OS SENTIDOS DA QUESTÃO AMBIENTAL PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

Da concepção de natureza

Ao longo desta pesquisa procurei refletir sobre os sentidos da questão ambiental utilizando como referência a atuação “política” da AMDA. Neste percurso procurei compreender as estratégias de legitimação utilizadas pelo movimento ambiental, seja pela pretensa defesa da coletividade, mascarando os interesses de classe, seja no uso da técnica e da ciência como força produtiva ou no Estado como árbitro universal. Nesta reflexão foi possível analisar que os sentidos assumidos pelo ambiental ocupam os diversos níveis e dimensões da produção social. Do nível global (no plano das estratégias do Estado e dos organismos multilaterais), no intermediário impondo novos formatos ao espaço, delimitando áreas verdes (para serem contempladas) e no cotidiano perpassam os dois níveis anteriores, fragmentando os espaços para o novo formato de valorização incluindo o consumo do espaço e dos produtos que acompanham signos de uma pretensa natureza original. As estratégias envolvidas nesse consumo do espaço diluem-se no imaginário através de uma “educação ambiental” voltada para uma moral, do controle dos pequenos atos do cotidiano.

Porém, a partir desta atuação contraditória da entidade vislumbram-se as (re)existências. As (re)existências ao posicionamento da entidade podem ser melhor compreendidas quando entendemos que a AMDA se legitima através de uma prática de ciência e de espaço que não só produz um discurso sobre o real, mas com ele se confunde. Segundo alguns movimentos, o referencial de ciência e de natureza utilizado pela AMDA para justificar a não-degradação do ambiente é o mesmo que reitera tais processos. É relevante entender o que a entidade refere por natureza, já que, desde sua origem, reivindica uma atuação mais incisiva do Estado visando o combate dos processos relativos à degradação da natureza.

Sobre a natureza, o discurso habitual da ciência e da cultura dominante define a relação sociedade-natureza como relação de exclusão. Serge Moscovici³²⁶ aponta os

³²⁶ MOSCOVICI, Serge. *Sociedade contra a natureza*. Petrópolis: Vozes, [1972] 1975. p. 7-30.

argumentos utilizados para subsidiar tal exclusão, ao mesmo tempo em que a eles se opõe. Conforme Moscovici, “a natureza natural é livre, sem peias, positiva, individual e estável. Corresponde, rigorosamente, à nossa conformação biológica e faz justiça às nossas faculdades primordiais estabelecendo ciclos espontâneos de intercâmbio entre nós e o mundo”. A relação estabelecida é dupla de “ser e de pertença”. Nesta relação surge uma outra natureza “objetiva, universal, em que instauramos uma relação de fazer e de conquista e forçados a entrar em contato com ela, os homens a conhecem sem percebê-la, manipulam-na sem nela se integrarem”. Neste processo desenvolvem-se as ciências, as artes – “próteses se uniam ao corpo e ao cérebro para lhes dar aquilo de que as outras espécies dispõem normalmente”. Logo, foi possível no decorrer do tempo através da dessacralização da natureza desenvolver a sua dominação, por meio do conhecimento. O aumento da disponibilidade de recursos que resultam deste processo de dominação indica que “do natural, de seus mistérios e de sua opacidade, restará apenas uma lembrança ou uma imagem refratada por um mundo humanizado por uma natureza técnica”, como explica o autor:

O plenum da sociedade corresponde ao vácuo da natureza, a abertura e as dimensões positivas da primeira são simétricas ao recuo e às dimensões negativas da segunda. O estado de natureza vem, portanto do passado. O estado de sociedade atesta o movimento de inclusão do indivíduo no feixe das obrigações coletivas. A hipótese de um estado natural do homem foi proposta no século XVII para designar as condições primordiais a partir das quais se formaram a sociedade com suas convenções arbitrárias, suas relações de propriedade e seu poder político.³²⁷

A constituição do Direito Moderno, baseado sobretudo no direito natural, buscava uma garantia pré-social e pré-política para o poder. Bresciani aponta que em Locke equivale à participação no mercado.

³²⁷ (Ibid. p.17). Tal debate também é levantado por José Geraldo Pedrosa (2005), recuperando a obra de Marx e escritos de MARCUSE. Afirma o autor que se n'O capital a natureza foi entendida por alguns intérpretes como o que existe para ser transformado, nos *Manuscritos de 1844* o que se constata é a existência de uma outra concepção: “ela é uma condição prévia que ele tem que aceitar e refazer em sua atividade”. (MARCUSE apud PEDROSA, 2005:49) “Essa é a genericidade humana, que [...] transforma a natureza em seu corpo inorgânico”. (MARX apud MARCUSE, 1981p. 23). A liberdade elemento característico da universalidade humana consistiria na regulação racional do intercâmbio material com a natureza. E o que define a racionalidade desse intercâmbio é o seu controle pelo homem, ao invés de ser por ele dominado como por uma força cega. PEDROSA J. G. A natureza do trabalho na dialética materialista. Boletim Mineiro de Geografia. Belo Horizonte, ano 8, n.13, p.9-39, jul./dez. 2005, p. 49.

Para entrar na sociedade civil não há criação de direitos novos, simplesmente os homens cedem à autoridade civil os poderes que trazem do estado de natureza, para que esses direitos naturais sejam protegidos. Daí o governo estar limitado a fazer cumprir os direitos naturais e ser compreensível os homens entrarem para a sociedade com propriedades desiguais, por serem fruto da apropriação individual.³²⁸

Neste sentido, o Direito Moderno prescreve formas que dispõem sobre conteúdos reais, porém, não revoluciona tais conteúdos na medida em que tais formas tentam repor tais conteúdos inibindo o próprio movimento da política no seu sentido amplo. Na sociedade moderna, o direito é um dos instrumentos de poder do Estado, pois este é quem dispõe sobre o aparato jurídico-político. A sociedade moderna muda a sua relação com os medos. Antes ligado à natureza, ao sobrenatural. Na modernidade o medo passa a ter um componente muito mais social, o medo dos outros homens, daí a “substituição” do poder ligado ao divino ao poder ligado ao direito positivo, ao Estado.

Marilena Chauí³²⁹, ao analisar a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, observa que em ambas a propriedade privada é declarada um direito do homem e do cidadão sem que se distingam propriedade privada individual e propriedade privada dos meios de produção, não distinguindo o direito entre os bens necessários a cada um e o direito aos instrumentos de exploração econômica, impossibilitando o exercício do primeiro. Essa diferença de concepção entre o direito jurídico e o direito costumeiro pôde ser mostrado nesta pesquisa ao mencionarmos o significado da terra para os moradores das áreas que foram ocupadas com eucalipto a partir dos anos de 1970. Ora, para eles o significado da terra está associado à posse, ao seu uso, e não ao título de propriedade. Também ali, ainda estavam presentes as terras comuns, de uso coletivo. A chegada do capital, do supostamente moderno (porque o capital, embora se confunda com a própria modernidade, não realiza suas amplas possibilidades ao confiná-la a modernização), não roubou apenas a terra, no sentido estrito, mas relações, inclusive, outras possibilidades de interpretação do direito. “Essa concepção de terra, como

³²⁸ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX, p. 85.

³²⁹ CHAUÍ, Marilena de Sousa. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 101.

condição da liberdade pelo trabalho, onde a mediação do dinheiro não se põe como presença definidora, opõe-se à noção de liberdade da terra e do trabalho para o capital contida na legalidade do direito jurídico".³³⁰

No caso da AMDA, sua atuação tem sido pautada por posicionamentos associados ao conservacionismo, sobretudo pelas atividades relacionadas à proteção da biodiversidade. Esta atuação contribui para a construção de um imaginário social positivo de determinados grupos sociais em relação à entidade, contribuindo para legitimar seus posicionamentos perante a sociedade. Por outro lado, apresenta uma atuação relacionada à (gestão) do espaço. Nesta atuação, assegura-se orientar por princípios ecológicos, defendendo empreendimentos que se orientariam por tais princípios. Como observamos ao longo desta pesquisa os "princípios ecológicos" utilizados são princípios reduzidos a uma concepção tecnocrática. Por princípios ecológicos compreendem-se aqueles que consideram a inter-relação dos seres entre si e com os elementos físicos. Por tecnocracia compreende-se a extensão para a vida social de valores restritos a uma classe que se legitima através de uma concepção restrita de ciência e de técnica, conforme esclarece Lefebvre:

O sistema enquanto tal (o capitalismo) se mantém, com numerosas modificações parciais que não atingem o conjunto: o mundo da mercadoria, a lógica do dinheiro. Para a ideologia, trata-se ora de dissimular esta permanência sob a exaltação da mudança, ora de dissimular a mudança sob a exaltação do equilíbrio. Trata-se sempre de levar as inteligências para uma coincidência entre o saber e o poder. E é assim que os ideólogos caminham na direção de uma filosofia da coação que suplanta a da liberdade e que visa a manter as formas e normas desta sociedade.³³¹

Ora, esta tendência de legitimar os processos sociais circunscritos ao direito e à ciência tem caminhado no sentido de circunscrever as práticas sociais a formas pré-estabelecidas, ossificando o movimento que é próprio da política e impondo concepções de relação com a natureza que não considera o homem como parte desta natureza. A atuação de movimentos ligados à Rede Alerta Contra o Deserto Verde, por

³³⁰ MARTINS, Sérgio Manoel. A produção do espaço na fronteira: a acumulação primitiva revisitada. In: *Terra Livre*, n.º 11/12. AGB, 1996, p. 124.

³³¹ LEFEBVRE, H. Posição contra os tecnocratas, 1969, p. 92.

exemplo, tem reclamado por normas de produção do espaço que primem pelo uso e não se restrinjam aos parâmetros considerados pela tecnocracia e pelas “ONGs”.

Neste sentido, apesar das tentativas de enquadramento legal das questões ambientais, conforme defendido pela AMDA e pela tecnoburocracia ambiental (com a qual, na verdade, se confunde), existem resistências a estes enquadramentos, pois tais movimentos os consideram incapazes de reproduzir a dinâmica do espaço real, que contempla uma sociedade de classes. Não dá para entender os processos de degradação da “natureza natural” sem relacionar com as relações sociais de produção e de poder. O metabolismo sociedade-natureza está em crise porque o foco das relações de produção não está na reproduibilidade social e sim na reprodução do capital.

É possível avaliar que a AMDA, assim como a maior parte dos movimentos ambientais, tem encaminhado suas ações numa perspectiva que acaba por reforçar os fetichismos que procuram construir uma ordem significante para a sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que enfrenta os processos contraditórios presentes nesses fetiches.

No caso da AMDA, seu empenho por *enquadrar* todos os empreendimentos produtivos dentro do licenciamento ambiental reforça o fetichismo de Estado, “que aparece como a única forma social que assegura a possibilidade de uma salvaguarda coletiva, tanto para os indivíduos, quanto para as classes que a compõe³³²”. Em grande medida, a AMDA atua como uma extensão dos processos gestores do Estado já que suas denúncias visam, tão somente, adequar a produção e a conservação aos preceitos legais.

Então, apesar da AMDA apresentar suas propostas enfatizando esta inter-relação sociedade-natureza, percebe-se que os fundamentos da atual inter-relação, principais motivações da crise ambiental contemporânea, não foram considerados.

Gonçalves destaca o conceito grego de *physis* como uma forma de ver e pensar a natureza radicalmente diferente da que se tem hoje: “Pensando a *physis*, o filósofo pré-socrático pensa o ser e a partir da *physis* pode então chegar a uma compreensão da totalidade do real: dos cosmos, dos deuses e das coisas particulares, do homem e da verdade, do movimento e da mudança, do animado e do inanimado, do

³³² BIHR, Alain. Obra citada, p. 168.

comportamento humano e da sabedoria, da política e da justiça”.³³³ Como o homem é parte da natureza, o trabalho humano é incluído como objeto de apropriação.

A contribuição de Lefebvre para pensar as possibilidades do urbano nos revela o quanto as práticas industriais presentes neste modo de produção social pretendem dominar o espaço por inteiro encerrando a realidade num sistema. Por outro lado, seu trabalho é incisivo no reforço das brechas por onde pode emergir a sociedade urbana. Como já mostrado, o Estado, e mesmo o movimento conservacionista, reforça as práticas voltadas para a indústria submetendo os espaços das cidades e dos campos à lógica da valorização do capital. A proposição do direito à cidade, aqui entendido no sentido das possibilidades para além deste processo de valorização, não seria mais existente no âmbito do Estado.

O movimento ambiental...? “Ontem contestação, hoje produto de qualidade, para o consumo cultural. Esse consumo engoliu aquilo que procurava dar um sentido. Ele o devorou”.³³⁴ “Consumo imaginário, consumo do imaginário – os textos de publicidade – e consumo real não têm fronteiras que o delimitem”.³³⁵

A atuação contestatória inicial da AMDA, bem como a visão positiva que a questão ambiental adquiriu contemporaneamente, contribuiu para constituição de um imaginário social (envolvendo a imaginação individual e os simbolismos coletivos) receptivo em relação à entidade.

Porém, aproveito a advertência de Lefebvre sobre o significado deste imaginário para a cotidianidade prática: “O imaginário com relação à cotidianidade prática; (pressão, e apropriação), tem um papel: mascarar a predominância das pressões, a fraca capacidade de apropriação, a acuidade dos conflitos e os problemas reais”.³³⁶

O entendimento deste imaginário nos permite avaliar o quanto a atuação da AMDA mudou principalmente do ponto de vista prático e mesmo assim este imaginário positivo permanece, ainda que com o desvendamento deste imaginário por aqueles que vêem na atuação da AMDA uma estratégia contraditória e até conveniente não só com a reprodução do capital mas com a sua própria reprodução enquanto entidade.

³³³ GONÇALVES, 1989, p. 31 apud BRÜGGER, 1999, p. 55.

³³⁴ LEFEBVRE, H. A Vida cotidiana no mundo moderno. p. 104.

³³⁵ Ibid. p. 100.

³³⁶ Ibid. p. 98.

A posição social adquirida pela técnica não está associada à superação de necessidades reais, mas sim de necessidades abstratas constituídas para retroalimentar o processo de acumulação e valorização do capital. A entidade reforça o fetiche da racionalidade instrumental, ou seja, “a crença de que a ciência e a técnica detêm a chave de todos os problemas da humanidade³³⁷” quando ataca cadeias produtivas com elementos de pouca produtividade e de grande impacto difuso e apóia técnicas modernas por acreditar que podem minimizar os problemas ambientais. A técnica defendida descolou das experiências particulares e tomou forma genérica inibindo as possibilidades da vida a partir do uso. Além disso, a fragmentação social que impera nos processos de representação e a insistência da entidade no conhecimento especializado, na autoridade em detrimento do vivido reproduz o autoritarismo disfarçado de participação.

Feito este recorte sobre concepções de natureza, a atuação legalista-técnica da AMDA pode ser observada tanto nas ações do Conselho de Política Ambiental (COPAM) de Minas Gerais, como nos diversos questionamentos feitos publicamente aos organismos estatais, considerados como os grandes responsáveis pela livre atuação empresarial nos anos 70. Reivindicava-se, naquele momento, um aparato institucional para regulamentar a atuação das empresas com recursos técnico-legais capazes de regular a degradação ambiental. Resultou dessa reivindicação a constituição do aparato institucional relativo ao meio ambiente, que culminou com a criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). De outra parte, as grandes empresas foram adequando seus processos produtivos aos requisitos legais, concomitantemente às pressões feitas, sobretudo pela Lista Suja, instituída em 1981.

Sobre esta atuação reguladora, Lefebvre destaca que se trata de uma “ilusão estatista”, que consiste num projeto de encerrar as práticas socioespaciais em um sistema através do qual o Estado seria capaz de gerir a complexidade da vida em sociedade. O Estado “erigir-se-ia tanto como diretor de consciência, quanto como administrador superior. Providencial deus personificado, o Estado tornar-se-ia centro das coisas e das consciências terrestres. Sobre esta ilusão, poder-se-ia dizer que ela se esboroa assim que é formulada”.³³⁸

³³⁷ Ibid., p. 169.

³³⁸ Lefebvre, Henri. A revolução urbana. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p.140.

A regulação através do Estado e, com ele, seu aparato legal não atinge a problemática ambiental de modo mais amplo, já que o desenvolvimento técnico propicia, também, maior intensidade na atuação sobre a natureza. E como foi demonstrado nesta pesquisa, os conhecimentos técnicos têm sido utilizados para “roubar da terra os seus nutrientes através da separação cidade-campo, da não reposição ao campo dos nutrientes retirados”³³⁹. Então, melhorias de produtividade conseguidas com fertilizantes em lugar de contribuir para a fertilidade do solo, contribuem para a sua degradação, em lugar de eliminar a carência de alimentos provoca fome ali mesmo onde outrora havia abundância.

Toda essa problemática é reposta por determinações políticas, que são apresentadas como exclusivamente técnicas. Assim sendo, os vestígios de uma *natureza natural* continuam escasseando, de forma intensiva, apesar da atuação da AMDA e da sua satisfação com o aparato técnico já atingido por várias empresas, e o que as credita a se tornarem sócias da entidade e/ou se destacar na *Lista Limpa* recebendo o *Prêmio Minas Ecologia*³⁴⁰.

Como já observado, essa abordagem propicia à AMDA uma crítica à degradação ambiental do ponto de vista do empreendimento no espaço “natural” da localidade e sua relação com os aspectos técnico-legais do empreendimento. Sobre esta perspectiva metodológica não são entendidas as relações gerais de produção dessa formação social, pelas quais se estabelece a reprodução do espaço.

A propósito, Lefebvre³⁴¹, ao recuperar as obras da juventude de Marx, destaca que o termo produção não se restringe à fabricação de produtos, pois designa também a criação de obras, incluindo o tempo e o espaço sociais. Designa, na verdade, a produção do ser humano por si mesmo, no decorrer do seu desenvolvimento histórico, o que implica a produção de relações sociais. Enfim, tomado em toda a sua amplitude, o termo envolve reprodução que tende a permanecer até que haja a sua desestruturação. Não há apenas reprodução biológica, mas também reprodução material dos utensílios

³³⁹ Marx, apud Foster.

³⁴⁰ O Prêmio Minas Ecologia foi instituído em 1995, como contraponto à Lista Suja, por meio de uma parceria entre a AMDA, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e o extinto Estado Ecológico, caderno especializado em meio ambiente do jornal Estado de Minas. A iniciativa não deu certo e poucos anos depois foi suspensa, sendo retomada em 2.000, quando a AMDA lançou a Lista Limpa. Em 2001, nova fase foi iniciada, quando foi estabelecida parceria com o Centro Universitário Newton Paiva. AMBIENTEHOJE, Belo Horizonte, Novembro, /Dezembro de 2003, n.º 102, p.6.

³⁴¹ LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991, p. 37.

necessários à produção, instrumentos técnicos e, ainda, reprodução das relações sociais. Este processo de reprodução ocorre num movimento complexo envolvendo não apenas as altas esferas da sociedade, como também a vida quotidiana. E é nesta última que se “situa o núcleo racional, o centro racional da práxis”. Justamente nesta reprodução de relações envolvendo o imaginário vê-se o papel da entidade na condução da educação ambiental.

Condizente com esta leitura da reprodução do espaço há um questionamento por parte de Lefebvre do espaço neutro difundido pela ciência moderna. “Estas trataram da organização das condições existentes legitimadas por nomes como determinismos, leis, racionalidade, cultura”.

Os especialistas das ciências parcelares recortam os fatos, classificam-nos de acordo com categorias às vezes empíricas ou abstratas; atribuem-nos a setores diferentes. Deixam aos práticos a tarefa de organizar uma coesão com os fragmentos. Desdenham os fatos cotidianos como se não fossem dignos de conhecimento. O objeto da ciência não estaria isento de intenções, de ideologia.

Nessa perspectiva, a ênfase em aspectos técnico-legais, centrada nos processos naturais por si só como salvaguarda para a problemática ambiental, indica suporte ideológico dado pela AMDA ao atual modo de produção. A discussão encaminhada pela entidade prioriza a proteção da biodiversidade, nesse sentido, prioriza a criação de parques para manutenção das matas ainda existentes, reforçando a idéia da natureza separada do homem. Os conflitos que ultrapassam a dimensão técnico-legal-natural não são considerados pela associação, predominando uma visão cientificista³⁴² de mundo, ou seja, suas posições são colocadas como objetivas, isentas para decidir determinados processos. Apesar de ter se desdobrado outras possibilidades científicas, o caráter fragmentado da visão científica cartesiana foi intensificado pelo positivismo³⁴³ no século XIX.

³⁴² Tomado no sentido de conhecimento especializado para validar suas posições políticas.

³⁴³ Segundo Michael Löwy, o positivismo, doutrina da neutralidade axiológica do saber, está fundamentado nas seguintes premissas: A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na sociedade reina a harmonia natural; a sociedade pode ser, portanto epistemologicamente assimilada pela natureza e ser estudada pelos mesmos métodos e processos empregados pelas ciências da natureza; as ciências da sociedade assim como as ciências da natureza devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as pré-noções e preconceitos. LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e

Entretanto, nem todos os filósofos aderiram à neutralidade axiológica do saber. Já Marx e Engels, superando o idealismo, desenvolvem uma nova proposição metodológica, o materialismo histórico dialético, que “tendia a ver a sua concepção materialista de história como enraizada numa concepção materialista de natureza, ambas constituindo o domínio da história natural”.³⁴⁴ A sua crítica social incidia sobre o desenvolvimento histórico da humanidade e na relação alienada com a natureza, e não sobre a evolução mais ampla da própria natureza. Segundo Foster, não houve nenhum lugar na análise de Marx em que o domínio da natureza exterior tenha sido simplesmente ignorado. Porém, ao desenvolver o materialismo histórico, ele tendeu a considerar a natureza na medida em que ela era incorporada à história humana, considerando que neste processo se constituía uma segunda natureza.

Apesar das oposições à neutralidade da ciência, Brügger³⁴⁵ reforça que a “crença na objetividade das ciências permanece muito forte em alguns ramos do conhecimento” e que esta situação foi sustentada através da ideologia e da prática, uma vez que através das “abstrações científicas” desvinculadas de julgamento de valor foi possível intensificar a transformação da natureza e potencializar o trabalho.

Estado e ciência

No contexto deste trabalho importou também relacionar o papel do positivismo para o reforço do modo de produção estatista³⁴⁶. O modo de produção estatista seria tripartite, ou seja, o Estado seria a terceira esfera da sociedade, porém, estando presente nas demais. O Estado, neste caso, tem função de constranger e proteger os contratos, ao mesmo tempo em que é uma das figuras do contrato. Alfredo Bosi (1992) destaca que na sociedade brasileira esta situação se inicia na década de 1930, quando o Estado intensifica sua atuação na produção do espaço, e é impulsionada no período do governo militar (1964-1985). Segundo Bosi, quando se pensa em modelos de pensamento intervencionista, recorre-se ao marxismo em suas várias linhas e ao reformismo pós-1929 de filiação keynesiana. Entretanto, o autor coloca que foi do

positivismo na sociologia do conhecimento. 3.^a ed. Trad. Juarez Guimarães e Suzanne Léwy. São Paulo: Busca Vida, 1987, p. 17.

³⁴⁴ FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx. 164.

³⁴⁵ BRÜGGER, Paula. Educação ou adestramento ambiental? Florianópolis: Livraria e Editora Obra Jurídica Ltda, 1999, p.131-132.

³⁴⁶ LEFEBVRE, Henri. De l'État 3. Le mode de production étatique. Paris: Union Generale D'Éditions, 1977.

industrialismo utópico de Saint-Simon e do positivismo social de Comte que fluiu uma primeira vertente ideológica voltada para retificar o capitalismo mediante propostas de integração das classes ao “progresso social” através de uma vigilante administração pública dos conflitos. A sua inspiração profunda e ética, tanto em Saint-Simon quanto em Comte, evoluiu para um ideal de ordem distributivista. As divergências de Comte em relação ao que ele chamou de dogmatismo da economia política ortodoxa são descritas no Curso de Filosofia Positiva. Comte destaca neste curso que o erro fundamental da Economia Política foi ter dissociado fatores econômicos de uma visão global da sociedade, convertendo-os em “abstrações metafísicas”.³⁴⁷

Essa discussão contribuiu para o entendimento da atuação da AMDA no reforço de um modo de produção estatista, reforçando o fetichismo de Estado, insistindo neste como árbitro e estimulador das relações da sociedade civil. Sua prática, ao associar técnica e gestão, contribui para a instrumentalização das relações e do espaço.

Esse espaço instrumental, o da representação, o dos tecnocratas, não é o espaço social efetuado. Enquanto instrumental, ele tende a se comprimir, a se fechar, a não admitir senão o repetitivo, o significante reconhecido. Entretanto, enquanto espaço de uma prática social, produzido como tal, ele possui características específicas e determinadas. Se a interpenetração entre essas características específicas e o espaço geométrico clássico se realiza, se ela é permitida no espaço social, ela não o define [...] Olhares soberanos da presença estatista. Controle. Dominação abstrata da natureza implicando e recobrindo a dominação concreta sobre os homens reunidos em sociedade [...] em relação ao espaço diferencial, o espaço homogêneo especificado não é outro que o espaço de morte.³⁴⁸

Para embasar esta discussão acerca da ilusão estatista que aparece nas proposições da atuação da entidade estudada foi necessário o entendimento da relação de separação estabelecida entre o Estado e a sociedade civil a partir da obra de

³⁴⁷ Um dos princípios liberais que Comte julgava particularmente funesto seria conceber os processos de produção, circulação e consumo de mercadorias somente em função dos interesses individuais. A absolutização do desejo de lucro, aceso egoisticamente em cada vida social, tende a gerar um estado de anomia ou de violência desenfreada que tão-só uma prudente e enérgica administração pública conseguiria evitar. BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado Providência. In: _____. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 282.

³⁴⁸ LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. (no prelo). p. 78.

Marilena Chauí³⁴⁹, que esclarece que uma das determinações constitutivas da sociedade nascida com o modo de produção capitalista é a divisão interna operada entre a esfera econômica das relações de produção e a esfera política do poder. A “determinação econômica das relações sociais e a peculiaridade da dominação política como algo distinto da mera autoridade” não pode ser apreendida apenas através da aparência, sendo necessária a compreensão das relações estabelecidas entre as formas e os conteúdos sociais. Nas formações sociais pré-capitalistas, estas relações eram dissimuladas na “figura da comunidade encarnada no monarca ou no déspota”. O poder moderno origina-se quando já não é mais possível manter a antiga identificação entre a lei e a vontade pessoal do governante e esta ruptura ocorre no plano da política, quando a origem do poder já não se sustenta numa força externa, transcendente à sociedade. Essa desnaturalização possibilita indicar a origem social do poder associada ao momento histórico. O processo de constituição da nova ordem histórica é um processo de divisão interna do social, separando as práticas sociais que tendem a aparecer como desprovidas de centro. Aparecendo como despojada de centro e de um pólo unificador de onde partiam todas as práticas sociais, a nova formação social aparece como fragmentação de seu espaço e de seu tempo, fragmentação essa sustentada por processo de generalização e de unificação, posto pelo mercado ou pelo movimento do capital. Todavia, porque o econômico insiste na generalidade social pela reposição das divisões sociais, não pode aparecer como centro e cede ao político a tarefa de produzi-lo, possibilitando o surgimento do poder como pólo destacado da sociedade, encarregado de oferecer-lhe unidade e identidade para anular o efeito das divisões internas postas por ela mesma e que a impedem de ver-se como una e idêntica a si mesma. Embora encarregado da universalidade e da generalidade sociais, o poder não consegue efetuar-se nessa distância em que o colocou a prática social. Ao localizar-se como poder do Estado, o poder, que aparentemente se iniciara à distância das classes sociais pretendendo oferecer-lhes a universalidade da lei e do direito, efetua-se realmente pela particularidade de classe³⁵⁰.

Reportando ao tema em estudo, essa contradição entre o significado do poder, posto pelo social como pólo de identificação social a partir das relações jurídicas da

³⁴⁹ CHAUÍ, Marilena de Sousa. Participação e Representação. In: _____. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1997, p. 273-274.

³⁵⁰ Neste trecho, procuro sintetizar a elaboração de Marilena Chauí. CHAUÍ, Marilena de Sousa. Obra citada, 1997.

sociedade civil, e sua realização através do Estado, sua queda na particularização de classe, repondo as divisões que deveria anular, é uma questão não colocada pela AMDA enquanto representante da sociedade civil. Sua atuação, ao contrário, tem favorecido a reposição das divisões sociais. Abensour ressalta que, através da política, da transsubstanciação política, a sociedade civil deve ser superada. “É necessário que nele (no ato político) a sociedade civil burguesa se livre totalmente dela própria como sociedade civil burguesa enquanto estado privado, e o da vinda a si do “homem socializado” no e pelo elemento político: é preciso que, nele, a sociedade civil faça valer uma parte de sua essência³⁵¹”.

Vale lembrar que o desenvolvimento da teoria política liberal impulsionou a idéia de contrato social (ainda que sua fonte possam ser os direitos naturais), desligando-a não só da idéia de pacto com o soberano quanto da idéia de pacto natural, para tomá-lo como sistema sócio-jurídico de relações colocadas no âmbito de sujeitos sociais contratantes: os proprietários de capital, da terra e do trabalho³⁵².

Essa teoria assume a separação entre sociedade e poder graças à distinção entre sociedade civil e Estado. A sociedade civil é concebida como campo das lutas dos interesses particulares ou individuais, como espaço de desigualdades naturais. Por ser o campo de lutas e de desigualdades, a sociedade civil é o lugar da manifestação dos conflitos econômicos e dos conflitos de opinião entre os particulares. Em contrapartida, o Estado restaura a comunidade como realidade jurídica, territorial e cultural, constituindo unidade fora e acima dos interesses particulares e dos conflitos entre os indivíduos, grupos e classes sociais. Desse modo, o Estado se põe como legislador e como árbitro (por meio do direito positivo), encarregado de estabelecer, juridicamente, a igualdade e a liberdade dos cidadãos graças à ordenação legal da sociedade civil. Nessas circunstâncias, o Estado seria a passagem ao interesse geral, ao propiciar a passagem das vontades individuais para a vontade geral e dos bens particulares para o bem comum. E, como detentor do poder público e do espaço público (existe uma parte do espaço público ocupado pela opinião pública), como ordenador legal da sociedade civil, prescreve leis, normas, valores, idéias e práticas fundadas na legalidade e na racionalidade institucional. Concluindo, o Estado Moderno

³⁵¹ ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Trad. Cleonice P. B. Mourão, Consuelo F. Santiago, Eunice D. Galéry. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 81.

³⁵² Cf. Chauí, M. S. obra citada, 1997, p. 275.

surge com dois poderes: o poder de legislar como um direito exclusivo seu e o de exercer a violência³⁵³.

Ainda acerca da separação entre sociedade civil e Estado, ressalto que as teorias liberais descrevem, mas não explicitam sua gênese. Uma primeira tentativa a esse respeito foi feita por Hegel. Na sua versão, a constituição do Estado se dá pela passagem do individual (como membro da família) ao singular (como pessoa jurídica e sujeito moral ou o proprietário) e deste para a universalidade. A separação entre poder político e sociedade resulta do movimento interno pelo qual a substancialidade natural (família) se cinde na pluralidade das singularidades moral-jurídicas que constituem a sociedade civil como esfera da particularidade conflituosa que é negada pela universalidade objetiva do Estado.

As análises feitas por Hegel e Marx referem-se ao momento do capitalismo concorrencial. Como o Estado, nessa época, não participava diretamente das relações de produção, possibilitava determinar com clareza sua diferença em relação à sociedade civil. Atualmente, o Estado participa diretamente da acumulação do capital e de sua reprodução ampliada. Continua como poder político que repõe as condições jurídicas da sociedade civil, porém, não se reduz a essa determinação. Além de penetrar em toda sociedade através das instituições públicas e da ideologia, espalhando-se pela sociedade através da verticalização das decisões e da horizontalização das práticas de controle institucional, hoje sua presença se ampliou porque penetrou, também, na esfera da produção econômica. Como autoridade impessoal separada, não consegue efetuar a universalidade própria do poder senão fixando-se na particularidade material de uma classe. Como pólo de identificação social para além das divisões sociais, não consegue realizar a generalidade da vida coletiva senão se oferecendo como potência estranha que realiza a dominação por meio da submissão generalizada.

Diante disso, a nova realidade, ao impedir que o Estado cumpra o poder e atue segundo a perspectiva liberal clássica, obriga-o à busca de novos procedimentos de legitimação. Estes não se pautam pela idéia de justiça, mas pela idéia da eficácia racional segundo o lema *maximizar ganhos e minimizar perdas*. Dentre eles, destaco o mais poderoso e no qual a AMDA se insere: a tecnicização administrativa da política. Trata-se de um mecanismo em que as ações aparecem cada vez mais dependentes de decisões

³⁵³ CHAUÍ, M. S. obra citada, 1997, p.277.

técnicas, impossibilitando a intervenção direta ou indireta dos cidadãos no Estado. Nesse caso, o Estado se apresenta cada vez mais como instância auto-suficiente, auto-regulada, em suma como *máquina estatal* sem sujeito. Nesse processo de legitimação do Estado, via crescente tecnicização, a AMDA e outras ONGs contribuem como mediadoras privilegiadas do Estado³⁵⁴ com a sociedade civil, reproduzindo o mesmo discurso do Estado, reforçando a técnica como um discurso transcendente, inalcançável pelos indivíduos que não detêm conhecimento especializado. Ao participarem desses fóruns de discussão, abertos pelo Estado, as ONGs apresentam uma prática que muito mais contribui para a fragmentação da sociedade civil do que para a sua superação, uma vez que a sua atuação fragmentária acaba por assumir um viés de partes e não do todo. Ao assumir uma lógica instituída no âmbito do Estado, elas se enquadram em uma agenda que é constituída no âmbito do Estado. Assim, a participação perde seu caráter instituinte, dificultando a atuação política independente do Estado devido à grande quantidade de compromissos estabelecidos pelo Estado os quais sobrecarregam os participantes. Essa absorção da sociedade civil pelo Estado, ou seja, quando movimentos de pressão atuam em seu interior, impede a transformação da sociedade civil em sociedade política, pois, nesse percurso, eles não atuam contra o Estado, tal como ele se apresenta, e sim reforçam-no. Movimentos políticos atuam contrapondo a rigidez do poder estatal instituído e produzem outra prática, fundada na participação e na busca de autonomia ante a heteronomia (ela determina a existência sociopolítica instituída).

A propósito do autoinstituir contínuo, assinala Lefebvre³⁵⁵ que a sociedade, tal como está não contém racionalidade plena e integral capaz de unir o singular (individual), o particular (os grupos, os povos e as nações), o geral (o mundial) e o universal (o sentido da história, da vida, do humano). A racionalidade e a finalidade não preexistem aos fatos que as carregam, como uma percepção imediata dos fatos pode sugerir. A razão, assim como o objetivo e a finalidade³⁵⁶, assim como a vida cotidiana, é

³⁵⁴ A importância das ONGs nessa mediação cresceu muito nos anos 90 por incentivo do Estado.

³⁵⁵ Lefebvre, Henri. Posição: contra os tecnocratas. São Paulo: Documentos, 1969, p. 37-38.

³⁵⁶ Marilena Chauí esclarece esta inversão entre causa e finalidade, o que pode ajudar a compreender tanto a abstração quanto a história estudada como finalidade. Afirma Chauí: “As idéias tendem a ser uma representação invertida do processo real, colocando como causa aquilo que é efeito ou consequência”. CHAUI, Marilena de Sousa. O que é ideologia. Obra citada, p.63.

obra. Ao produzir as condições de existência sob determinações sociais, novas determinações reagem sobre as condições de existência³⁵⁷.

Outra questão importante tratada nesta pesquisa diz respeito à atuação da AMDA como representante da sociedade civil junto ao COPAM e aos conflitos advindos da sociedade civil. Tais práticas têm provocado críticas, uma vez que a abertura para a filiação das empresas, com a criação do quadro de sociojurídicos, impede que sua atuação seja independente dos interesses parciais que vigoram na sociedade civil, pois depende delas sua reprodução enquanto tal. O seu fortalecimento institucional a partir de 1991, possibilitado pelo financiamento dessas empresas³⁵⁸, tem aproximado a atuação da entidade de um modelo de gestão estatal, o que fortalece a atuação fragmentária da sociedade civil em relação ao processo de burocratização do Estado. A visão de mundo que direciona ao Estado o papel de centro da sociedade é a mesma que define a sociedade civil como sociedade de iguais. Esclarece Fausto: “Os agentes da troca de mercadorias são indivíduos iguais, e a sua troca, que obedece a lei do valor, se faz segundo o princípio da equivalência. A apresentação da circulação simples que representa a aparência deste modo de produção é essencial para a apresentação do Estado”.³⁵⁹

Especialmente quanto à prática *política* do movimento ambiental, tem contribuído na definição das estratégias de reprodução do espaço, participando de conselhos deliberativos, propondo mudanças legislativas, projetos e campanhas publicitárias. A prática política desses movimentos cresce em importância sendo eles incentivados, pelo Estado, a assumir o papel de mediadores da sociedade civil perante os conflitos territoriais provocados pelo processo de expansão do desenvolvimento, desenvolvimento esse baseado no modelo urbano-industrial. Apesar disso, o tipo de movimento ambiental do qual a AMDA faz parte se porta como se sua atuação transcendesse os interesses privados. Por conseguinte, renega discussões que tratem de questões políticas mais ortodoxas, como aquelas referidas à relação capital-trabalho e evita as questões político-partidárias. Balizando pela acepção de política proposta por

³⁵⁷ Isso ocorre, sobretudo pelo processo de alienação como o resultado da perda de controle sobre atividade material dos homens. Essa perda provocará uma relação de estranhamento ante o produto do seu trabalho, aparecendo-lhes como força exterior que os tornam impotentes.

³⁵⁸ Informação oferecida por Marta Silveira, diretora da AMDA, responsável pelo Centro de Educação Ambiental Mata do Jambreiro.

³⁵⁹ FAUSTO. Ruy. Sobre o Estado. In: _____. Marx – Lógica e Política II. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 292.

Rancière, a prática da AMDA não se configura como política e, na proposição de Abensour, a prática da AMDA configura-se como uma visão estreita de política. Assim tem-se que a atuação da AMDA corrobora com as determinações que engendram conflitos marcados pela violência partidos do Estado cuja ação tem sido demarcada pela propriedade privada.

A crise ecológica coloca-nos diante de uma exigência inevitável: a de incluir a ecologia na política, ou seja, introduzir uma dimensão ecológica no pensamento e na ação políticos. Entretanto, uma exigência como essa requer, para evitar confusão de alvo, apreciação clara e distinta das origens dessa crise.³⁶⁰ No meu ponto de vista, elas se encontram não só na subordinação da natureza, como também da sociedade, dados os imperativos da reprodução do capital.

³⁶⁰ BIHR Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 126.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Trad. Cleonice P. B. Mourão, Consuelo F. Santiago, Eunice D. Galéry. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Trad. Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.
- ADORNO, Teodoro W. Progresso. In: _____. *Palavras e sinais: modelos críticos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- ALEXANDRE, Agripa Faria. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento*. Blumenau/Florianópolis: Edifurb/Editora da UFSC, 2000.
- ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ONGs. In: _____. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- BACON, Francis. *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza; Nova Atlântida*. Trad. José Aluysio Reis de Andrade. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores.
- BIHR Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.
- BOSI, Alfredo. Arqueologia do Estado Providência. In: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRASIL. FSC. *Reunião promovida pelo FSC Brasil sobre o processo de revisão global da certificação FSC de plantações*. Belo Horizonte, 18 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.fsc.org.br/index.cfm>> Acesso em 05 de maio de 2007.
- BRESCIANI, M. S. M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRÜGGER, Paula. *Educação ou adestramento ambiental?* Florianópolis: Livraria e Editora Obra Jurídica Ltda, 1999.

CARNEIRO, Eder Jurandir. *O movimento ecológico de Belo Horizonte*. Dissertação Mestrado em Sociologia. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH – UFMG, 1990.

_____. *Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais*. Tese Doutorado em Sociologia. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH – UFMG, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

CASTORIADIS, C. & COHN-BENDIT, D. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. *O que é ideologia*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

_____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DAMASCENO, Gilberto José Barros. *As ONGs como modelo organizacional da sociedade civil: os novos espaços de ação política*. Dissertação (Mestrado) FAFICH - UFMG, 1997.

FAUSTO, Ruy. Sobre o Estado. In: _____. *Marx – Lógica e Política II*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERNANDES, R. C. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Trad. Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREITAS, Eliano Souza Martins. *A reprodução social da metrópole: APA Sul RMBH, mapeando novas raridades*. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. (Dissertação de mestrado em Geografia). 332p.

GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GOLFARI, Lamberto. *Zoneamento Ecológico para o Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1975.

_____. *Zoneamento Esquemático para Reflorestamento no Brasil*, Belo Horizonte, 1978.

GONÇALVES, Múcio Tosta. *Política florestal e interesses agro-industriais no Estado de Minas Gerais: um estudo do Instituto Estadual de Florestas – IEF*. Dissertação de Mestrado. FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 1990.

_____. *Pau que nasce certo e entorta a vida dos outros*. Belo Horizonte: Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais/ Centro Mineiro de Estudos e Pesquisas sobre Ambiente e Florestas/ Pacific-Asia Resource Center, 1995.

GUERRA, Cláudio. (Coord.). *Meio Ambiente e Trabalho no Mundo do Eucalipto*. Belo Horizonte: Associação Agência Terra; 1995.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Extensão universitária e meio ambiente: a difícil relação entre o saber e o fazer. In: *Textos Básicos do “IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente”*. Florianópolis, Editora da UFSC, 187-204, 1990.

_____. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. “Navegar é preciso: viver não é preciso”: um estudo sobre o Projeto de Perenização da Hidrovía dos Rios das Mortes, Araguaia e Tocantins. In: *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, 2000.

_____. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.

HARVEY, David. *Los límites do capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de cultura económica, 1990.

_____. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 15.ª ed. São Paulo: Edições Loyola, [1992] 2006.

KOSÍK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LAYRARGUES, Pomier Philippe. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Ed. ANNABLUME, 1998.

LEFEBVRE, Henri. *Sociología de Marx*. Rio de Janeiro – São Paulo: Companhia Editora Forense, 1968.

_____. *A irrupção. A revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos.* Documentos, 1968.

_____. *Posição: contra os tecnocratas.* São Paulo: Documentos, 1969.

_____. *De l'État 3. Le mode de production étatique.* Paris: Union Generale D'Éditions, 1977.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno.* Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *A revolução urbana.* Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *Espaço e Política.* Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. São Paulo Hucitec, 2007. No prelo.

LENOBLE, Robert. *História da idéia de natureza.* Trad. Teresa Louro Pérez. Rio de Janeiro: Ed. 70, 1990.

LOHMANN, Larry. *O mercado de carbono: semeando mais problemas.* Documento Informativo WRM, 1999.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.* 3. ed. Trad. Juarez Guimarães e Suzanne Léwy. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial.* Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O Capital.* São Paulo: Moraes Ltda. 1969.

_____. *O capital a crítica da economia política.* Trad. Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira Livro III: O processo global da produção capitalista. Vol. VI, 1980.

_____. *Para a crítica da economia política: Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar.* Trad. Edgard Malagodi, Leandro Konder, José Arthur Giannotti, Walter Rehfeld. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. A acumulação primitiva do capital. In: _____. *O Capital: crítica da economia política.* Livro Primeiro – O processo de produção do capital. Trad. Geraldo de Sant'Anna .Volume II. 12.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos.* São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel.* Trad. Rubens Ederle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*: (I-Feuerbach). 7a ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo*: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. 2. ed. São Paulo: Hucitec: Ed. da UNESP, 2002.

MARTINS, Sérgio M. M. A produção do espaço na fronteira: a acumulação primitiva revisitada. In: *Terra Livre*, n.º 11/12. AGB, 1996.

_____. O urbanismo, esse (des)conhecido saber político. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, n.3, p. 39-59, nov. 2000.

MARTINEZ-ALIER, Joan. Justiça Ambiental (local e global). In: Clóvis Cavalcanti (org). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTIN, Jean-Yves. Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. In: *Terra Livre*. São Paulo: Ano 18, n. 19, p. 11-36. jul./dez. 2002.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. *Comissão Especial sobre o Protocolo de Quioto*. Relatório Final. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.almg.org.br>> Acesso setembro de 2006.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. *Ciclo de debates o Eucalipto*. Realizado em 24 e 25 de maio de 2004. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>> Acesso em 09 de junho de 2004.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Fundação Estadual do Meio Ambiente. Sistema Estadual de Planejamento. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais. *A questão ambiental em Minas Gerais: discurso e política*. Belo Horizonte, 1998.

MELLO, Marcello Guinaraes (org.). *Biomassa Energia dos Trópicos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: LabMídia/FAFICH, 2001.

MOREIRA, Ruy. O plano nacional de reforma agrária em questão. In: *Terra Livre*. Ano 1, N. 1. 1986.

MOSCOVICI, Serge. *Sociedade contra a natureza*. Petrópolis: Vozes, [1972] 1975.

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS - WRM. *Certificando o não-certificável: certificação pelo FSC de plantações de árvores na Tailândia e no Brasil*. Montevideu: WRM, 2003.

OLIVEIRA, B. J. *Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH/UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

_____. *Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI*. Rio de Janeiro: Fase, 1994.

_____. *Crítica à razão dualista. O Ornintorrinco*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

_____. *O elo perdido: Classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, M. D. *A chama do trabalho no circuito do eucalipto Vale do Jequitinhonha – MG*. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia do Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

PÁDUA, J. A. (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo e IUPERJ, 1992.

PAIVA NEWTON, Centro Universitário. *Projeto Verde Catas Altas*: Comissão de Turismo. CEDITUR: 2001. (Manuscrito).

PEDROSA J. G. A natureza do trabalho na dialética materialista. *Boletim Mineiro de Geografia*. Belo Horizonte, ano 8, n.13, p. 9-39, jul./dez. 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 9. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974.

ROSANVALLON Pierre. *A crise do Estado-providência*. Trad. Joel Pimentel de Ulhôa. Goiânia: Editora da UFG; Brasília: Editora da UNB, 1997.

SCHNEIDER, Gilberto. *A dinâmica do mercado transoceânico de minério de ferro*. Campinas: UNICAMP, 1991.

SCLIAR, Cláudio. *Geopolítica das minas do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

SCHERRER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SHIVA, Vandana. *Inventário ecológico sobre o cultivo do eucalipto*. Trad. Ana Lúcia da Costa Pereira/CPT. Belo Horizonte, 1991.

SILVA, Carlos Eduardo Lins (coord). *Ecologia e Sociedade. Uma introdução às implicações sociais da problemática ambiental.* São Paulo: Loyola, 1978.

SILVA, Napoleão III de Medeiros. *Vale do Jequitinhonha - Transformações Estruturais e Intensificação do Êxodo no Pós-sessenta.* Dissertação de Mestrado – CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte, 1992.

SEMINÁRIO NACIONAL PLANTAÇÕES FLORESTAIS (II) - *Uma visão global. O setor florestal em debate enfoque Eucalipto.* Período: 7, 8, e 9 de abril de 2003. Local: Parque Municipal Américo René Giannetti, Teatro Francisco Nunes, Belo Horizonte, Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.amda.org.br> > Acesso em 01 de junho de 2006.

SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

TOFFLER, Alvin. *A terceira onda.* Trad. João Távora. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

VIOLA, E. & VIEIRA P. F. Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista brasileiro. In: *Revista Administração Pública.* São Paulo: out/dez 1992.

ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemes e PEREIRA, Doralice. Introdução. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemes e PEREIRA, Doralice (Orgs.) *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais.* Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005, p. 13.

Jornais:

AMBIENTE HOJE. AMDA 25 anos de luta. Belo Horizonte: AMDA, setembro de 2003. Edição Especial.

AMBIENTE HOJE. Consumo consciente evita desperdício. Belo Horizonte: AMDA, Ano XIII, n. 99, Agosto/2003.

AMBIENTEHOJE. A posição da AMDA em relação a Capão Xavier. Belo Horizonte: AMDA, Ano XV, n. 104, Março/2004.

AMBIENTE HOJE. Amda apresenta os sujões. Belo Horizonte: AMDA, Ano XII, N. 107, junho/2004.

AMBIENTE HOJE. Belo Horizonte, n. 109, Agosto/2004.

AMBIENTE HOJE. Amda lança lista suja 2005. Belo Horizonte: AMDA, Ano XIII, n.117. junho/2005.

AMBIENTE HOJE. Ambientalista avalia política ambiental. Belo Horizonte, Ano XVI. Janeiro/fevereiro de 2006.

AMBIENTE HOJE. Amda aponta atividades que degradam o meio ambiente. Belo Horizonte: AMDA, Ano XVII, n.127, junho/2006.

AMBIENTE HOJE. Meio ambiente: as propostas dos candidatos a governador. Belo Horizonte: AMDA, Ano XVII, n. 129, Agosto/2006.

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE SILVICULTURA. Belo Horizonte: AMDA, Edição 01, n.102, Novembro/Dezembro de 2003.

Outros Documentos:

Arquivos de publicações sobre a AMDA 1978-1998. Bancos de dados AMDA.

ALVES, Josias Fernandes & RICAS, Maria Dalce. *Primeira Reunião de Sócios Jurídicos da AMDA*. Nova Lima: 14 de julho de 1994. 4 p. Relatório.

AMDA. *Carta de Princípios para sócios jurídicos*. Belo Horizonte: Amda, 1991. Disponível em: <<http://www.amda.org.br>> acesso em 05 de junho de 2006.

Carta encaminhada à Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente, em 03 de maio de 1995 pela CPT-MG, CEMEPAF, CIMI, Campo Vale, STR-Turmalina, CAE-Gov. Valadares, CTA-Zona da Mata, CAA-Norte de Minas, STR-Pompéu, Rede-MG.

Carta para os responsáveis e investidores no PCF (Prototype Carbon Fund), em 26 de março de 2003, por associações ligadas à Rede Alerta Contra o Deserto Verde.

Carta de Porto Seguro. II Encontro da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Porto Seguro, 29 de junho de 2003.

DOCUMENTO PARA O GRUPO INTERNACIONAL DE REVISÃO DOS PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DO FSC PARA PLANTAÇÕES DE ÁRVORES. Disponível em: <http://www.wrm.org.uy/paises/brasil/carta_revisao_fsc.pdf> Acesso em 10 de maio de 2007.

IR Ecológico será debatido nesta quarta em BH. Fonte Ecopress.

Manifesto Contra o Deserto Verde e a favor da Vida. III Encontro Nacional da Rede Alerta Contra o Deserto Verde realizado em Belo Horizonte nos dias 06 e 07 de junho de 2004.

MINAS GERAIS, Assembléia Legislativa. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito das Carvoarias. Belo Horizonte: 2002.

PROPOSTA EM DISCUSSÃO. Reconversão Agorextrativista: da monocultura do eucalipto para sistemas agrossilvipastoris. Das comunidades dos gerais de Rio Pardo de Minas aos Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal. 2003(Manuscrito)

PL. 1071/2003. Diário do Legislativo em 18/09/2003, p. 2, 3.

RICAS, Maria Dalce. *Segunda Reunião de Sócios Jurídicos da AMDA*. Araxá: 14 e 15 de outubro de 1994. 3 p. Relatório.(mimeografado)

RICAS, Maria Dalce. *Terceira Reunião de Sócios Jurídicos da AMDA*. Ouro Preto: 9 e 10 fevereiro de 1995.6 p. Relatório.(mimeografado)

Relatos das Reuniões do Fórum de ONGs e Órgão Públicos de Meio Ambiente de Minas Gerais:

Relato do dia 2 de novembro de 2003;
Relato do dia 16 de fevereiro de 2004;
Relato do dia 5 de abril de 2004;
Relato do dia 21 de junho de 2004;
Relato do dia 16 de agosto de 2004;
Relato do dia 25 de outubro de 2004;
Relato do dia 14 de março de 2005;
Relato do dia 23 de maio de 2005;
Relato do dia 11 de julho de 2005;
Relato do dia 10 de outubro de 2005;
Relato do dia 1 de abril de 2006;
Relato do dia 26 de abril de 2006;
Relato do dia 31 de julho de 2006.

Endereços Eletrônicos Consultados:

<http://www.amda.org.br>

<http://www.almg.gov.br>

<http://www.capaoxaviervivo.org>

<http://www.fsc.org.br>

<http://www.mme.gov.br>

<http://www.plantar.com.br>

http://www.wrm.org.uy/paises/brasil/carta_revisao_fsc

Relação de Entrevistados:

FERREIRA, Wflander Wanuzzi Araújo. Catas Altas: julho de 2006. AMDA.

FREITAS, Otávio. Belo Horizonte: 2006. Advogado.

- HOSKEN, José. Catas Altas: Agosto de 2006. Ex-prefeito de Catas Altas.
- LEITE, Fernando, Belo Horizonte: junho de 2006. AMDA.
- LINO, Elizabete. Belo Horizonte: fevereiro de 2006. Assessora de comunicação da AMDA.
- MAZZETO, Carlos Eduardo. Belo Horizonte: junho de 2007. Agrônomo.
- OTONI, Fernando Guimarães Esteves. Belo Horizonte: agosto de 2006. CEDITUR.
- RICAS, Maria Dalce. Belo Horizonte: maio de 2007. AMDA.
- SANTIAGO, Ricardo. Belo Horizonte: abril de 2007. Engenheiro.
- VILELA, René Mendes. Belo Horizonte: março de 2007. Sociólogo.